UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

FÁBIO BRINHOLLI

Entre dois Reinos: o terceiro sujeito da Psicanálise

SÃO PAULO
2021

Fábio Brinholli

Entre dois Reinos: o terceiro sujeito da Psicanálise

Versão Original

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Experimental

Orientador: Prof. Dr. Nelson Ernesto Coelho Junior

São Paulo
2021

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catalogação na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Brinholli, Fabio
Entre dois Reinos: o terceiro sujeito da Psicanálise / Fabio Brinholli; orientador Nelson Ernesto Coelho Junior. -- São Paulo, 2021.
213 f.
Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Experimental) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2021.

1. Psicologia. 2. Psicanálise . 3. Terceira tópica . 4. Espaço transicional. 5. Terceiro analítico. I. Ernesto Coelho Junior, Nelson, orient. II. Título.

Nome: BRINHOLLI, Fábio

Título: Entre dois Reinos: o terceiro sujeito da Psicanálise

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.(a) Dr(a). _____
Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) Dr(a). _____
Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) Dr(a). _____
Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) Dr(a). _____
Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) Dr(a). _____
Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Nelson Ernesto Coelho Junior, por ter me orientado neste trabalho e me acompanhado durante todo o percurso, bem como por suas valiosas contribuições e, sobretudo, pelo fato de ser um livre pensador, influência essa que permanecerá em mim como contínua inspiração.

A todos os colegas do grupo de orientação: Bruna Zerbinatti, Cris Rebello, Daniel Schor, Douglas Pereira, Eugênio Dal Molin, Fábio Vargas, Florência Guglielmo, Gisele Moraes, Jô Gondar, José Palumbo, Márcio Bandeira, Marina Bialer, Sérgio Gomes, Thiago Abrantes e Victor Orquiza, por poder dividir com vocês o caminho e as ideias, assim como por suas dedicadas leituras e seus oportunos comentários.

À minha amada Aládia, por seu amor e por sempre estar ao meu lado, tornando o meu mundo melhor. Uma vida só é pouco.

Ao meu avô Laudísio, pela ternura amorosa que sempre teve por mim e por ter sido um pai quando eu mais precisei. Gostaria que você estivesse vivo para vibrar comigo neste momento.

À minha avó Fernanda, pelo brio e pelo investimento fundamental que fez em mim nas horas cruciais ao longo de todo esse caminho.

À minha mãe, por ter dado conta de criar e educar um filho trabalhando, pela sua inteligência admirável e por ter me permitido ser livre e criativo. Por tudo.

Ao meu irmão Gustavo, por ter me transformado em Babo e me fazer conhecer essa forma de amor.

A todos os meus amigos, que puderam tolerar as minhas ausências durante esse tempo.

A Helio Honda, por ter apontado a direção que me possibilitou chegar até aqui.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), pela concessão da bolsa de estudos que permitiu que este trabalho de pós-graduação pudesse ser realizado.

O inferno não são os outros, pequena Halla. Eles são o paraíso, porque um homem sozinho é apenas um animal. A humanidade começa nos que te rodeiam, e não exatamente em ti. Ser-se pessoa implica a tua mãe, as nossas pessoas, um desconhecido ou a sua expectativa. Sem ninguém no presente nem no futuro, o indivíduo pensa tão sem razão quanto pensam os peixes. Dura pelo engenho que tiver e perece como um atributo indiferenciado do planeta. Perece como uma coisa qualquer.

(VALTER HUGO MÃE)

Começo a conhecer-me. Não existo. Sou o intervalo entre o que desejo ser e o que os outros me fizeram, ou metade desse intervalo, porque também há vida... Sou isso, enfim...

(ÁLVARO DE CAMPOS)

RESUMO

Brinholli, Fábio. Entre dois Reinos: o terceiro sujeito da Psicanálise. 2021. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Esta tese investiga o campo da realidade intermediária em Psicanálise e fundamenta-se na compreensão da noção de "terceiro sujeito analítico". Apresenta como propostas tanto a superação do dualismo realidade externa e realidade psíquica, estabelecendo uma terceira área de experiência, uma área intermediária, quanto a revisão da dicotomia sujeito e objeto, por meio de uma mudança de paradigma, com o entrelaçamento entre ambos e a criação de uma terceira subjetividade. A hipótese de pesquisa levantada centra-se no argumento de que ambas as propostas surgiram por meio da construção de diferentes modelos de Psicanálise e que, a partir desses modelos e de diferentes figuras de terceiro, é possível criar uma metateoria do terceiro sujeito, por meio de elaborações metapsicológicas. Considerando as implicações do objeto primário na constituição do sujeito e os seus aspectos dialéticos em termos de tensão e trocas na origem da mente e no espaço analítico, a transferência-contratransferência e o par pulsão e objeto são vistos sob perspectivas cocorpóreas e intersubjetivas. Por fim, há o interesse na ilustração e na discussão do fenômeno por meio de casos e vinhetas clínicas. Dessa forma, os objetivos deste estudo resumem-se em: (1) construir um quadro de referências, ou uma matriz epistemológica, para a elaboração da noção de terceiro sujeito da Psicanálise; (2) apresentar uma metateoria do terceiro, a fim de construir, por meio de figuras de terceiridade, uma argumentação sobre o que seria essencial em termos teóricos para elaborar tal noção; e (3) ilustrar e discutir o terceiro sujeito por meio de exemplos clínicos, dando destaque para a mudança de ênfase na Psicanálise contemporânea. Diante de todo o estudo realizado, pode-se concluir que o terceiro sujeito da Psicanálise é uma criação cocorpórea e intersubjetiva, que surge nos encontros analíticos e conta com a participação do psiquismo e da corporeidade do analista na elaboração dos conflitos psicológicos do paciente. A escuta analítica é complementada pelas *reveries* do analista, tanto no campo da figurabilidade quanto no da corporeidade. Ademais, a experiência e a

vivência no e do terceiro promovem compreensões e mudanças psicológicas significativas nos atendimentos clínicos, por meio de simbolizações primárias.
Palavras-chave: Psicanálise. Terceira tópica. Espaço transicional. Terceiro analítico.

ABSTRACT

Brinholli, Fábio. Between two Realms: the third subject of Psychoanalysis. 2021. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

This thesis investigates the field of intermediate reality in Psychoanalysis and is based on the understanding the notion of “analytic-third”. Presents as proposals the overcoming of dualism external reality and psychic reality, a third area of experience is established, an intermediate area, as well as the subject and object dichotomy is revised through a paradigm shift, with the intertwining between both and the creation of a third subjectivity. It has as research hypothesis that both proposals arose through the construction of different models of Psychoanalysis and that, based on these models and different figures of thirdness, it is possible to create a meta-theory of the third subject through metapsychological elaborations. Considering the implications of the primary object in the constitution of the subject and its dialectical aspects in terms of tension and changes in the origin of the mind and in the analytical space, the transference-countertransference and the drive and object pair are seen from a co-corporeal and intersubjective perspectives. Finally, there is interest in illustrating and discussing the phenomenon through clinical cases and vignettes. Therefore, the objectives of this study are: (1) construct a framework of references, or an epistemological matrix, for the elaboration of the notion of the third subject of Psychoanalysis; (2) present a meta-theory of the third in order to construct, through figures of thirdness, an argument about what would be essential in theoretical terms to elaborate such notion; and (3) illustrate and discuss the third subject by means of clinical examples highlighting the change in emphasis in contemporary Psychoanalysis. In view of the entire study, it is concluded that the third subject of Psychoanalysis is a co-corporeal and intersubjective creation that appears in the analytical meetings and counts on the participation of the analyst’s psyche and corporeality in the elaboration of the patient’s psychological conflicts. The analytical listening is complemented by the analyst’s reveries, both in the field of figurability and that of corporeality. Moreover, the experience of the third promotes understandings and significant psychological changes in clinical care through primary symbolizations.

Keywords: Psychoanalysis. Third topic. Transitional space. Analytic-third.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12

1.1 Apresentação do tema: breves considerações sobre o terceiro 12

1.2 Objetivos 20

1.3 Justificativa 20

1.4 Considerações metodológicas 21

1.5 Apresentação dos capítulos.....23

1.6 Preâmbulo: as raízes do pensamento de Thomas Ogden 25

2 O TERCEIRO SUJEITO 30

2.1 Os sujeitos de Ogden 30

2.2 O "objeto vivo da teoria" 36

2.2.1 O primeiro modelo.....42

2.2.2 O segundo modelo.....50

2.2.3 O terceiro modelo.....57

3 UMA METATEORIA DO TERCEIRO 65

3.1 A matriz da mente 69

3.1.1 O terceiro como entre-dois.....69

3.1.2 O enquadramento permanece... 74

3.1.3 O terceiro como tensão permanente e o terceiro intersubjetivo: mutualidade e nova entidade.....78

3.2 O terceiro *Ics* 87

3.2.1 O "Outro" freudiano 90

3.2.2 Nota sobre as huellas*: além da representação 96*

3.2.3 O inconsciente inacessível e as huellas*.....98*

3.2.4 O terceiro como junção de dois objetos 105

3.2.5 O terceiro auto-observador 110

4 A CLÍNICA DO TERCEIRO 116

4.1 Psicanálise ontológica: uma mudança de ênfase 116

4.1.1 Concepção sobre o ser (Being) 118

4.2 A área da amorfia: função terceira 121

4.2.1 O caso Sr. C. 125

4.2.2 O caso Nir 135

4.3 O hiperobjeto ou o paninho sujo 143

4.4 A escuta integrada: captando detritos (*mental debris*) 154

4.4.1 O caso Sr. G. 160

4.5 *Reverie* somática 169

4.5.1 O caso Sra. D. 174

4.5.2 Bebendo no espelho 183

4.5.3 Na janela 184

5 CONCLUSÕES E PROPOSTAS 188

REFERÊNCIAS 199

1 INTRODUÇÃO

A realidade intermediária e o terceiro sujeito criados na relação entre sujeito e objeto são dois pontos centrais em todo o presente trabalho. De antemão, podemos dizer que ambos procuram superar tanto uma concepção dualista de realidade quanto a separação moderna entre sujeito e objeto. Ou seja, a dupla realidade externa e a realidade psíquica encontram, nesta tese, uma proposta suplementar, envolvendo uma terceira forma de realidade, a realidade transicional, assim como a separação entre sujeito e objeto é suplementada pela ideia de entrelaçamento e criação de uma nova subjetividade entre ambos.

1.1 Apresentação do tema: breves considerações sobre o terceiro

A primeira ideia a ser enfatizada neste estudo é sobre *Zwischenreich.* Pontalis (2005), em seu livro *Entre o sonho e a dor*, por meio de uma inspiração winnicottiana, recorta essa palavra na correspondência entre Freud e Fliess. Trata-se de um termo que alude a uma realidade intermediária: um “entre-reinos” ou “reino entre-dois”. Um campo de experiências em que a dualidade do realismo acima exposto encontra o seu limite. Esta é a passagem:

> Só tenho a registrar umas poucas ideias nascidas de meu trabalho cotidiano sobre o reino do intermediário [*Zwischenreich*], como um reforço genérico da impressão de que *tudo* é como suponho que seja e, portanto, de que tudo será esclarecido (MASSON, 1986, p. 182, grifos do autor).

Pontalis (2005, p. 23) então afirma: “Nosso reino é o do entre-dois, como disse Freud no tempo em que inventava a análise”.

Cumpre considerar que, mesmo o pensamento freudiano sendo dualista por excelência, entendido como pensamento do conflito (desejo e repressão) e do par de opostos (pulsão de vida e de morte), ele nunca se deixou restringir a um ou/ou, como, por exemplo, em suas proposições acerca das formações de compromissos e dos amálgamas, assim como nas sobreposições de elementos no pensamento onírico e na ideia de que dois *corpos* poderiam ocupar o mesmo espaço. E que, diante dessa lógica paraconsistente, onde *a* é *a* só e somente se for *b*, devêssemos superar a clássica oposição “isto *ou* aquilo” por “isso *e* aquilo”. Do mesmo modo, o infantil e o adulto, ao mesmo tempo, durante o sonho e os sintomas, na

ressignificação da sexualidade *a posteriori*, sobre o bebê *ser* o seio, e em tantos outros exemplos em que não faria sentido uma oposição radical entre realidades nem entre sujeito e objeto. Segundo Pontalis (2005, p. 23), o que "fixa oposições é nossa própria dificuldade para pensar fora dos limites de uma lógica discursiva".

Mas, a inspiração permaneceu. Há uma terceira área, nem mundo interno nem realidade externa, um entre eu e não eu, entre presença e ausência, entre mãe e bebê. Além de desorganizar algumas formulações canônicas acerca da natureza da realidade, Winnicott foi o autor que se tornou um expoente no meio psicanalítico, ao explorar essa área intermediária entre sujeito e objeto. Por meio de diversos conceitos envolvendo o desenvolvimento emocional do ser humano e os seus distúrbios, as formas de relacionamento entre bebê e mãe, entre analista e paciente, e entre bebê e os seus primeiros objetos, o referido autor deu forma e nome a processos paradoxais provenientes dessa dimensão intermediária de realidade, tomando-a sempre como um espaço potencial, no sentido constitutivo do sujeito.

Portanto, a proposta de uma terceira área de experiência está presente em uma forma tanto incipiente quanto explicitada, desde a invenção da Psicanálise e ao longo do movimento psicanalítico. E o terceiro sujeito da Psicanálise é herdeiro dessa tradição. Afinal, vale notar que tal noção não existiria não fosse o surgimento de alguns modelos de Psicanálise construídos nas sendas dessas heranças filosóficas e epistemológicas que presumem um realismo paradoxal e um entrelaçamento entre sujeito e objeto.

Outro recorte importante que nos serve de apoio para suplementar essas concepções é a ideia de *Ineinandersein.* Em seu livro *Sublime subjects*, Civitarese (2018, p. 81) recorta esse termo na fenomenologia de Husserl e de Merleau-Ponty. O "*within-one-another*" (um estando no outro) é outra forma de tomar a relação entre sujeito e objeto. Trata-se de um novo paradigma, e, embora o autor o nomeie como paradigma estético, nós podemos extrair de suas elaborações a noção central de uma mistura sensorial e experiencial entre sujeito e objeto como base primária para qualquer possibilidade de construção de sentido, de separação e de constituição de sujeito. A saber, "a interconexão/entrelaçamento inicialmente concreta/sensória e somente mais tarde envolvendo ideias, que nos torna sujeitos" (CIVITARESE, 2018, p. 81). Entrelaçamentos e sensorialidades primárias que podem ser esboçadas por meio de duas figuras: o redemoinho e o ritmo.

Entre sujeito e objeto, temos tanto o encontro de forças provenientes do sujeito e do objeto, que, na conjunção (“águas correndo em direções opostas”), formam uma espécie de redemoinho sensorial, quanto o ritmo entre ambos como esquema ontológico necessário, “mais a ver com o corpo do que com o intelecto”, para a constituição de um espaço através da sensação de contato e continuidade. Essa proposição suplementar sobre a realidade e essa mudança de paradigma servem como introdução sobre o espaço transicional, intercorpóreo e intersubjetivo que iremos discutir ao longo da tese.

A atividade psicanalítica se complexifica quando levamos em conta essas perspectivas. Quando um psicanalista dá início aos seus trabalhos clínicos, muitos fenômenos conhecidos e desconhecidos o perpassam. No campo da comunicação entre analista e paciente, são permitidas diferentes possibilidades de linguagem, podendo surpreender aquele que tende a restringir os atos de uma análise ao campo da linguagem discursiva.

Desde os primórdios da Psicanálise, Freud já lidava com a manifestação de coisas que nem sempre passavam pela consciência ou pela palavra. Em seu exame físico com a Srta. Elisabeth von R., por exemplo, ao meramente apalpar a sua perna, ele afirmou ter notado que a paciente esboçava, em vez de dor, algo mais próximo de uma volúpia. No entanto, nada comunicou para a sua paciente. Apenas tomou nota da feição e do gesto, supondo-os como mais para o lado do prazer do que para o da dor. A Srta. Elisabeth von R. nada sabia conscientemente dessa dor até o dia em que o aludido analista lhe disse que a sua perna havia passado a participar da conversa (FREUD, 2016).

Poderíamos evocar diversos extratos clínicos nos quais a comunicação entre dois sujeitos não corresponderia aos trâmites de uma análise apenas através da representação de palavra. A pungência do afeto e a presença do não representado, seja ela na forma de um mutismo ou na de um *acting-out*, nos colocam diante dos limites de nossas convenções analíticas.

Diante disso, adiantamos que, nos motivos deste trabalho, encontra-se não só a afinidade intelectual e teórica identificada com autores que partilham de tais experiências, mas também a inquietação clínica. Winnicott (1990) considera a possibilidade de haver um *gap* no cientista, uma espécie de vão ou buraco que o move em direção a um dia conhecer as possíveis leis que governam determinado fenômeno. Sendo que muitos fenômenos somente são compreensíveis mediante a

colaboração ativa do participante, como, por exemplo, consideração sobre como o analista pensa o paciente, o que ele sente quando está atendendo, por quais meios ele e o paciente se expressam, como um afeta o outro, como um contém, elabora e devolve o que foi transmitido etc.

E uma das noções que advém desse *gap* é a de terceiro analítico. Uma espécie de sujeito intersubjetivo, que se faz na presença desses vãos dos encontros analíticos. Tal fenômeno pode ser percebido nesta descrição processual de Ogden (1996, p. 4, grifos nossos):

> O analista dá voz e *participa* da *criação* da experiência que é o passado *vivo* do analisando, e, dessa maneira, não só escuta sobre a experiência do analisando, mas *vivencia a sua própria criação desta.* O analista não vivencia o passado do analisando; ele vivencia a sua própria criação do passado do analisando gerada na sua vivência do terceiro analítico.

É importante ressaltar que a presença da expressão “terceiro analítico” teve a sua difusão com Ogden (1996), em seu livro *Os sujeitos da Psicanálise*. Entretanto, em Green (2008), também podemos encontrar elaborações acerca de um terceiro envolvendo o termo: a terceiridade. Cabe retomar, com Figueiredo e Coelho Junior (2008), que, como já mencionado, a elaboração dessa concepção é tributária de outros autores, a saber, Winnicott (1990) e as suas concepções sobre o espaço intermediário, bem como Baranger e Baranger (1969) e as suas contribuições sobre o campo dinâmico. De igual sorte, também as elaborações de Ferenczi (1992) acerca da análise mútua e da pertinência da empatia (*Einfühlung*) no processo analítico contribuíram significativamente para a abertura desse campo.

Sendo assim, existe a preparação dessa concepção sobre o terceiro na história da Psicanálise. Ademais, outro movimento que permitiu que ela fosse cogitada como possibilidade teórica e técnica foi o da reconsideração da contratransferência. Houve uma retomada no sentido positivo do termo, não a relegando aos fenômenos que devessem ser evitados e controlados da subjetividade do analista em análise.

O marco dessa retomada se deu, sobretudo, a partir das publicações de Racker (1953) e Heimann (1950) sobre o assunto. Os trabalhos desses autores surgiram como um movimento de quebra de paradigma na teoria da clínica psicanalítica, pois, se antes as diretrizes da análise tomavam como paradigma a clínica da histeria, ou seja, orientavam-se pelo princípio da abstinência, neutralidade e controle da contratransferência, após essa retomada, a clínica psicanalítica passou

a ser repensada. Sabemos ter havido uma rigidez por parte dos ouvintes de Freud, que tomaram as suas recomendações e os seus conselhos de forma ortodoxa, enquanto outros puderam permanecer abertos e sensíveis às nuances da clínica, desenvolvendo, assim, as suas contestações e os seus estilos.

Todavia, foi esse movimento truncado a favor de reconsiderar o que estaria em jogo na contratransferência que permitiu que, hoje, nós pudéssemos contemplá-la com menos recusa e articulá-la com as noções de terceiro. É uma questão teórica e técnica que não se limitou à subjetividade do analista, ou seja, não se tratou novamente de um analista e um paciente, mas também de algo novo, criado pela intersubjetividade. Tal movimento indica a importância de se ter um modelo de Psicanálise que contemple, de determinado modo, alguns fenômenos da subjetividade do analista.

No mais, não devemos deixar de mencionar, nesta introdução sobre o terceiro, as contribuições mais atuais de Benjamin (2007). Trata-se de uma autora que pensa o terceiro como um espaço de terceiridade, ou como uma qualidade de espaço psíquico de intersubjetividade harmônica[1]. Suas articulações e seus contrapontos entre complementaridade e terceiridade rebatem o terceiro edipiano, partindo de um desdobramento da intersubjetividade diante da diferença entre complementaridade e terceiridade. A autora problematiza a origem do terceiro no tempo da unidade e das experiências pré-subjetivas, estado esse que seria anterior à dualidade. Para tanto, faz uso de uma noção interessante de rítmica ou ritmicidade, algo que está de acordo com as elaborações de Civitarese (2018), como mencionado acima. Ou seja, ritmicidade que representa a cadência de um ritmo entre dois sujeitos.

Também por meio de outros autores, veremos, ao longo desta tese, o quanto é relevante essa perspectiva sobre o tempo da unidade, das experiências pré-subjetivas, além dos ritmos e de outros processos envolvendo o terceiro.

Como podemos notar, existem debates envolvendo a concepção sobre o terceiro sujeito da Psicanálise, e, por isso, uma investigação a fim de extrair a sua

[1] Embora se trate de um termo amiúde empregado no campo do coeficiente de relacionamento e do grau de consanguinidade, traduzimos como “harmônica” a palavra inglesa *relatedness*, pois esse termo é frequentemente empregado como noção musical comum, algo ou elemento que pertence a uma série harmônica ou melódica, suscetível a uma conexão próxima. Trata-se de uma escolha epistemológica, pois corrobora o fato de a autora também se utilizar de outro termo do campo da música, que seria a noção de ritmo. É oportuno salientar, ainda, que essa interpretação do termo, por contemplar o campo harmônico, inclui, neste último, a dimensão do ruído e da dissonância, considerando, assim, também o desarmônico, inerente à relação intersubjetiva.

pertinência teórica e clínica se faz necessária para os nossos objetivos de estudo. Porém, aqui procuramos apenas atravessar e ter indicado, brevemente, algumas dessas discussões.

Inicialmente, em sua essência, o terceiro analítico é tomado como uma forma de experiência. De modo geral, uma experiência que pode ser resumida na metáfora de Zicht (2016, p. 227)[2]:

> [...] o chá do campo psicanalítico talvez seja feito dos dois saquinhos de chá individuais de cada participante, por assim dizer, mas a matriz transferência-contratransferência que eles preparam em conjunto é essencialmente indivisível nesse modo de pensar[3].

Para além de seu aspecto processual e descritivo, onde podemos encontrar um substrato metapsicológico para esse modo de pensar, para essa concepção sobre o terceiro sujeito?

Um possível início de resposta pode ser encontrado a partir de 1923, no livro *O Eu e o Id* (FREUD, 2011b). A mudança de tópica ocasionou uma expansão muito relevante no âmbito do inconsciente (*Ics*). Até então, o inconsciente era aquilo que coincidia com o reprimido. Foi apenas a partir dessa data que passamos a ter a consideração sistemática de um inconsciente mais amplo, passível de manifestação, a despeito da repressão. De acordo com Freud (2011b), inaugura-se aí um *terceiro Ics*[4].

Nesse mesmo texto, tentando resolver o problema de como algo se tornaria consciente, Freud (2011b) tece uma distinção muito relevante: existem elementos no aparelho psíquico que, para se tornarem conscientes, não precisam se ligar a representações de palavra. Esses elementos, segundo o autor, são os sentimentos, que, na condição de prazer ou desprazer, teriam trânsito livre para aflorarem na consciência. Contudo, nos interessa o termo utilizado por Freud (2011b) para designar isso que tem uma mobilidade diferente no aparelho, que o autor denomina como um outro, *Die Ander.*

---

[2] Todos os textos em língua estrangeira utilizados nesta tese foram por nós traduzidos, livremente.

[3] No original, em inglês: *"the tea of the psychoanalytic field may be made up of the two participants' individual tea bags, so to speak, but the transference-countertransference matrix that they brew together is essentially indivisible in this way of thinking"*.

[4] É conveniente destacar que o pronome impessoal que Freud utiliza para designar essa nova instância é a terceira pessoa neutra do singular na língua alemã, neste caso, o *Es.* Em termos de tradução, não temos um pronome equivalente na língua portuguesa, mas cabe enfatizar que, em um sentido epistemológico e na fenomenologia da clínica, a dimensão de uma terceira pessoa enquanto sujeito é fundamental para esta discussão.

Nas palavras de Freud (2011b, p. 20), um outro quantitativo-qualitativo que tem curso livre no aparelho, e esse “outro comporta-se como um impulso reprimido”. Essa formulação interessa a este trabalho, na medida em que ela fundamenta uma condição de elementos inconscientes aparecerem sem palavras na consciência, no entanto, não sendo exclusivamente sentimentos.

Aqui, entraria um conteúdo muito importante do aparelho psíquico, que seria a representação de coisa. Esse tipo de representação, que seria essencialmente visual, também pode aparecer na consciência sem o elo com as representações verbais. Trata-se de imagens oníricas, paisagens visuais mudas ou associadas a elementos não verbais. Inclusive, Freud (2014) distingue duas modalidades de linguagem, em *Conferências introdutórias à Psicanálise*, chamando a mais primária de linguagem imagética, e a outra, secundária, de linguagem discursiva. Seriam duas possibilidades de discurso, a primeira tendo presença mais nítida no sonho, enquanto a outra seria mais atuante na narrativa em vigília.

Dessa forma, poderíamos considerar que esses elementos inconscientes, sejam eles sentimentos ou língua imagética, surjam na consciência de um analista durante uma sessão? Se sim, de que forma? Para que serviria essa presença? Então, estaríamos diante de algo interessante, que envolveria a presença do “outro” do analista durante a sessão. Poderia esse outro freudiano ser pensado vinculado à matriz transferência-contratransferência?

Pareceria, então, se tratar de um outro muitas vezes imbricado nas associações e manifestações do paciente, e assim teríamos que considerar a influência de uma outra subjetividade, da participação do outro do paciente durante uma sessão. Desse modo, teria a metapsicologia o desafio de expandir as suas concepções, levando em conta o território intersubjetivo. Nesse sentido, haveria a possibilidade de se articular, metapsicologiamente, a concepção das *reveries* que brotam do terceiro com a representação de coisa, por exemplo.

Freud (2011b, p. 20) também assevera que “a diferença entre *Cs* [Consciente] e *Pcs* [Pré-Consciente] não tem sentido para os sentimentos, o *Pcs* aqui não cabe [...]. Mesmo ao serem ligados a representações verbais, não devem a elas o fato de tornarem-se conscientes, mas fazem-no diretamente”. Isso nos faria considerar, por exemplo, a partir da metapsicologia freudiana, em uma comunicação inconsciente direta, a possibilidade de um diálogo sem pré-conscientes. Uma possível conversa arcaica na fronteira dos sonhos.

Se a noção de um terceiro sujeito envolve uma criação intersubjetiva ocasionada pelo par analítico, então podemos inferir que, na situação dialética, o trabalho analítico é sempre influenciado por esse terceiro (OGDEN, 2003). Aí reside a razão da estrutura desta tese. Algo corroborado por uma outra passagem do mesmo autor, quando afirma que "não há analista, analisando ou análise na ausência do terceiro" (OGDEN, 1996, p. 90).

E essa situação dialética e triádica é o que persevera durante uma análise. Entre o fim e o seu início, há um miolo. E, nesse entretempo, de acordo com Ogden (1996, p. 3),

> [...] o analista precisa estar preparado para destruir e ser destruído pela alteridade da subjetividade do analisando, e para vir a escutar um som que emerge dessa colisão de subjetividades, que é familiar, embora seja diferente de qualquer coisa escutada antes.

Talvez seja essa coisa que emerge da colisão a verdadeira potência do trabalho analítico.

A imbricação que fomenta a sustentação do terceiro no processo analítico parece também estar na formulação de Benjamin (2004, p. 7), quando descreve que o terceiro seria como "um ponto vantajoso fora da díade". Nesse caso, para a solução dos meandros embaçados no encontro entre subjetividades, a autora propõe o terceiro como um lugar de perspectiva. Um ponto de observação do qual se torna possível compreender melhor a relação intersubjetiva.

Nesse sentido, o lugar ou a margem do terceiro torna-se uma vantagem para a sustentação do trabalho analítico. Um ponto vantajoso que parece estar presente nos meandros da *self-disclosure*[5], por exemplo. Verificamos isso nos impasses compartilhados de Ehrenberg (1995, p. 223), quando questiona, em um de seus casos, "O que é necessário aqui para o melhor avanço do processo analítico?"[6].

Diante disso, o terceiro deveria ser considerado não uma coisa, mas um princípio, função ou relação, de modo que nós poderíamos nos valer dele enquanto rendição do analista no encontro com o outro. Esse movimento faria avançar pelo contraste entre a complementaridade da dualidade e o espaço potencial da terceiridade (BENJAMIN, 2004).

---

[5] Termo enfatizado por alguns autores, especialmente Greenberg (1995), em *Self-disclosure: is it Psychoanalytic?*, no campo psicanalítico, que significa um processo de comunicação em que o analista revelaria informações sobre si mesmo ao paciente.

[6] No original, em inglês: *"What is required here to best advance the analytic process?"*.

Provisoriamente, dessas intertextualidades e proposições, desembocamos em um verdadeiro espaço de análise, no qual, ao contrário da alienação, promover-se-ia a emancipação subjetiva, intencionando mais do que uma elaboração analítica, uma cocriação de realidade. Esse seria um ponto limite do processo analítico, algo próximo de um estilo clínico que vislumbra a criatividade sempre incipiente no vão dos encontros. Portanto, gostaríamos de entrar nas sendas dessas tradições, a fim de explorar essa área intermediária.

1.2 Objetivos

Esta tese busca abordar a noção de terceiro sujeito na Psicanálise. Tomando como ponto de partida os terrenos epistemológicos que envolvem alguns modelos e paradigmas psicanalíticos para a sua elaboração, assim como a construção de uma metateoria sobre esse terceiro e ilustrações clínicas, procuramos chegar a uma compreensão sobre tal fenômeno e uma noção psicanalítica.

Nessa esteira, os objetivos do presente trabalho são: (1) a retomada de um quadro de referências, ou matrizes epistemológicas, para a elaboração da noção de terceiro sujeito analítico; (2) a construção de uma metateoria do terceiro, por meio de figuras de terceiridade, argumentando a favor de uma realidade intermediária e de uma apreensão paradoxal sobre sujeito e objeto; e (3) a ilustração e a discussão sobre o terceiro sujeito, por meio de exemplos clínicos, dando destaque para a mudança de ênfase na Psicanálise contemporânea.

1.3 Justificativa

Uma tese que procura tratar de relação, comunicação e possibilidades de conhecimento entre um eu e um outro, suas consequências vitais e sua dimensão clínica e ética apresenta questões que, segundo Coelho Junior (2004, p. 74), são “fundamentais para a clínica psicanalítica, mas que, na maior parte dos autores centrais da história da Psicanálise, não chegaram a merecer um tratamento mais elaborado”.

A intersubjetividade vem ganhando cada vez mais espaço nas discussões psicanalíticas, visto que analistas de várias escolas a utilizam como meio de tentar transcender as limitações da clínica neutra, do solipsismo e da contratransferência,

principalmente nos atendimentos de pacientes-limite. O avanço nas concepções sobre o terceiro analítico e a sua pertinência clínica são inegáveis. Por isso, uma pesquisa que pretende investigar, desenvolver e articular tais concepções, a fim de torná-las possíveis e transformá-las em poderosos instrumentos dinâmicos, contém algo de valor.

Ao contrário do vício, que, muitas vezes, pode nos colocar em repetições monótonas psicanalíticas, este trabalho procura lançar luz sobre concepções que vêm sendo consideradas originais e que apresentam uma evolução e um ineditismo que merecem a nossa atenção e a propagação no círculo acadêmico e aos profissionais envolvidos no campo da saúde mental. Ademais, a presente pesquisa também pode contribuir para a discussão do debate geral sobre a técnica da Psicanálise.

O trabalho com os nossos pacientes e a nossa relação com a subjetividade podem se modificar a partir destas propostas. É nosso dever empreender esforços para tentar alcançar, epistemológica e ontologicamente, conteúdos que podem se colocar à disposição da análise. Dessa forma, também procuramos expandir um terreno conceitual, galgando níveis mais profundos ao buscar atingir esses objetivos em uma pesquisa de Doutorado.

1.4 Considerações metodológicas

Um percurso metodológico refere-se à maneira e ao caminho pelo qual uma pesquisa será desenvolvida, sendo fundamental que esse trajeto esteja em sintonia com os pressupostos epistemológicos que fundamentam o campo teórico escolhido, sendo, na tese em questão, o campo de pesquisa em Psicanálise.

No que tange aos fundamentos da pesquisa em Psicanálise, é importante considerar que o objeto de investigação é o inconsciente e as suas manifestações. Nesse diapasão, invoca-se a dimensão de “realidade psíquica” como aquela que estrutura e fundamenta a noção de subjetividade que subjaz nesta tese. “Para a Psicanálise, a realidade psíquica possui, na subjetividade de quem a anuncia, uma certa ‘realidade’” (CECCARELLI, 2001, p. 2).

Sendo a dinâmica psíquica o fenômeno primordial de análise na Psicanálise, há que se considerar um percurso metodológico que viabilize a investigação de elementos que se apresentam como simbólicos, e, portanto, não observáveis por

técnicas utilizadas comumente pelas Ciências Naturais. Nesse sentido, procuramos, neste estudo, adotar um paradigma interpretativo de construção de conhecimento, respaldado pelas Ciências Humanas, por meio da interlocução com a pesquisa bibliográfica como estratégia de investigação.

Como suporte para o desenvolvimento metodológico, pretendemos analisar textos de autores pós-freudianos, priorizando a problematização de passagens nas quais literalmente se encontram as concepções sobre o terceiro sujeito analítico. Embora a análise do terceiro sujeito da Psicanálise ocupe primazia analítica nesta proposta, consideramos fundamental a utilização de outras referências bibliográficas, tais como os textos de Winnicott sobre a realidade intermediária e os fenômenos e objetos transicionais, assim como os de Freud sobre metapsicologia, além de autores que trataram da intersubjetividade, da constituição psíquica e do trabalho analítico.

Consideramos, por fim, as implicações que envolvem a leitura de um texto no qual há a tradição do escritor e a tradição do leitor. Desse modo, é inevitável que levemos em conta a impossibilidade de uma dicotomia idealizada entre sujeito e objeto, entre leitor e escritor, como no pensamento moderno. Assim como também reconhecemos o risco de uma indistinção na pesquisa, que desembocaria em uma condição onde tudo seria possível.

Aqui, entramos na questão posta por Ogden (2003) como título de um de seus artigos: “O que é verdadeiro e de quem era essa ideia?”[7]. Talvez a imbricação de sujeitos no modo de se ler os nossos objetos de investigação não precise ser vista como algo que careça de consistência metodológica, mas sim como um pressuposto que envolve uma perspectiva metodológica mais de acordo com esses autores contemporâneos. Espera-se, assim, que, deste trabalho, surja um sujeito do texto, sujeito esse que não é nem o escritor nem o leitor, mas um terceiro sujeito desse encontro. Essa é a solução de compromisso que Ogden pode nos oferecer enquanto auxílio diante desse caminho.

Já em termos de escrita e linguagem da tese, optamos por uma escolha política, que viabilize a pluralidade de ideias e a latitude semântica. Nesse sentido, pretendemos fazer dialogar diferentes autores, procurando conservar as suas singularidades, ao passo que mantemos, na linguagem da tese, diferentes termos

[7] No original, em inglês: *“What’s true and whose idea was it?”*.

para o mesmo objeto. Por exemplo, termos como “objeto do vínculo”, “objeto analítico”, “interobjetividade”, “intercorpóreo”, “cocorporeidade”, “marcas mnêmicas”, “traços” e “pegadas”, assim como “fantasia diurna”, “devaneio” e “*reverie*”, são mantidos, no intuito de conservar as suas latitudes semânticas. Ou seja, cada experiência autoral é uma, e cada palavra carrega a sua gama de sentidos e o seu potencial de ação no leitor e na subjetividade. Por isso, optamos por não amarrar muito as ideias e não restringir o leque de palavras. Temos consciência de alguns dos efeitos que essas duas escolhas geram no texto: um deles é a sensação de caleidoscópio; o outro é a falta de rigor terminológico.

De todo modo, estamos de acordo com Pontalis (2005, p. 24):

> A produção escrita de um psicanalista também se situa no “entre-dois”: entre aqueles que nutrem seu pensamento – em primeiro lugar seus pacientes – e o que pode emanar de seu próprio fundo, entre a “associação livre” – obrigatória – e estruturas mentais de que, queiramos ou não, todos somos herdeiros, entre a teoria e a fantasia, entre o saber e a ignorância.

Metodológica e eticamente, não temos a pretensão de sermos neutros na escrita nem de encontrarmos uma verdade absoluta nos textos. Muito menos de sermos mais claros do que foram os próprios autores aqui citados. A nossa realidade psíquica, ou seja, a realidade psíquica deste pesquisador, em termos de sintoma e estilo, participa da pesquisa, da interpretação e da construção da tese, assim como a realidade externa, como, por exemplo, a pandemia da COVID-19 no último ano de sua elaboração.

1.5 Apresentação dos capítulos

Ao final deste primeiro capítulo introdutório, temos o *Preâmbulo*, que visa a introduzir as raízes do pensamento de Thomas H. Ogden, a fim de se ter uma ideia acerca de seu entendimento teórico e clínico, bem como do terreno epistemológico de onde se origina a sua noção de terceiro analítico.

Na sequência, o *Capítulo 2* aborda a noção de terceiro sujeito e faz uma retomada dos modelos de Psicanálise. A partir da noção plural envolvendo o sujeito intersubjetivo e de um objeto vivo da teoria, notamos o elemento transferencial/contratransferencial e o tratamento dado a ele ao longo da história do movimento psicanalítico. Partindo do pressuposto de que o terceiro sujeito é uma construção epistemológica do campo e de que o analista precisa de um modelo

teórico para conceituar a natureza e a matriz das figuras transferenciais, este capítulo faz uma retomada histórica e teórica acerca dos paradigmas da Psicanálise, discutindo três modelos: o primeiro modelo, freudiano e pulsional; o segundo modelo, relacional; e o terceiro modelo, da Psicanálise contemporânea.

Por seu turno, o *Capítulo 3* apresenta uma metateoria do terceiro. Considerando haver diferentes figuras de terceiridade na Psicanálise, neste capítulo, por meio de recortes e apropriações acerca dessas figuras, desenvolve-se uma teoria sobre o terceiro sujeito. Por meio de dois guarda-chuvas conceituais, a matriz da mente e o terceiro inconsciente, há a organização de uma metateoria do terceiro, levando em consideração estrutura e comunicação. Os primórdios da constituição psíquica e a natureza paradoxal entre sujeito e objeto são discutidos, a fim de se obter uma consideração especial sobre a realidade e a área intermediária da experiência. Algumas ideias metapsicológicas envolvendo os processos de simbolização presentes na constituição psíquica também são discutidas, tendo em mente a comunicação inconsciente entre sujeito e objeto e a criação de uma terceira subjetividade.

No *Capítulo 4*, são apresentadas ilustrações clínicas envolvendo a noção de terceiro sujeito. Retomando a ideia do terceiro modelo de Psicanálise, dando ênfase à dimensão ontológica e procurando colocar à prova a metateoria do terceiro, exploramos o campo intersubjetivo do processo analítico. Por meio dos casos clínicos, há a discussão das implicações da área intermediária e da sua função analítica, assim como da vivência do terceiro sujeito entre analista e paciente. Das vivências e dos elementos mais ontológicos do terceiro, articulam-se as mais epistemológicas e corpóreas. Discutimos a escuta integrada e os processos de imaginarizações e *reveries* do analista, levando em conta o seu trabalho psíquico, assim como, ao final, tratamos do papel do terceiro na cocorporeidade, por meio das *reveries* somáticas.

Por derradeiro, no *Capítulo 5*, retomamos os principais pontos do estudo, no intuito de articular melhor as ideias e tecer algumas conclusões acerca do que foi apresentado. Procuramos demonstrar o campo em que o terceiro está inserido, as suas especificidades metapsicológicas e técnicas, além de algumas características fenomenológicas e clínicas, bem como estimular a continuação das investigações acerca da realidade intermediária e dos fenômenos relativos ao terceiro sujeito.

1.6 Preâmbulo: as raízes do pensamento de Thomas Ogden

A maneira que encontramos de conhecer as raízes do pensamento analítico de Ogden foi por meio do livro *Contemporary Psychoanalysis in America: leading analysts present their work*, editado por Arnold M. Cooper (2006). Embora possamos encontrar, em seus artigos e livros, os desenvolvimentos desse pensamento, na compilação de Cooper é o próprio Ogden quem, na condição de apresentador de seu trabalho, nos oferece um retrato autobiográfico de suas referências.

Portanto, para conhecermos melhor o referido autor, gostaríamos de descrever, em um breve relato, o tecido de seu pensamento, pautado no que ele mesmo declarou na apresentação desse livro.

Assim Ogden (2006, p. 420, grifo nosso) começou a apresentação de seu pensamento:

> Os trabalhos que escrevi nos meus primeiros 10 anos de escrita analítica (1974-1984) foram trabalhos que tanto introduziram os psicanalistas americanos ao pensamento psicanalítico britânico – principalmente o trabalho de Klein, Winnicott, Fairbairn, e Bion – como também serviram como um *veículo* para o desenvolvimento de minhas próprias ideias.

Para além de sua iniciativa sobre a introdução dos psicanalistas americanos a um campo de ideias, podemos encontrar, nesse quadro geral de referências, tanto a influência da Psicanálise britânica no pensamento de Ogden quanto a sua posição singular na apropriação das teorias desses autores. Ou seja, na condição de veículos, eles contribuíram para que Ogden, um exímio leitor, dali começasse a criar as suas próprias ideias.

Mas uma ressalva é importante de ser feita aqui. Trata-se de também incluir, nessas referências, autores que certamente o influenciaram nesse início, a saber, Harry Stack Sullivan, Harold Searles, Joan A. Langs e James S. Grotstein.

Em 1979, Ogden publicou o artigo *On projective identification.* Com esse texto, e com os livros *Projective identification and psychoterapeutic* technique, publicado em 1982, e *The matrix of the mind: object relations and the psychoanalytic dialogue*, datado de 1986*,* o autor não estava “simplesmente ‘explicando’ as ideias de Klein, Fairbairn, Winnicot, e Bion para uma audiência que tinha quase nenhuma familiaridade com os seus trabalhos”, mas, como ele mesmo reconhece: “Eu estava criando minha própria versão de ideias que eles introduziram” (OGDEN, 2006, p. 420).

Cumpre notar que Ogden é um dos autores que defendem a possibilidade de ser criativo junto com o outro, sem necessariamente precisar discriminar de maneira purista a exclusividade de tal pensamento. Algo que ele discute como forma de uma nova experiência, em seu artigo *What is true and whose ideia was it?* (OGDEN, 2003). Com esses veículos, Ogden constrói um pensamento criativo, que, nesse quesito, está em consonância com as ideias winnicottianas, tanto com relação à possibilidade de criar com o outro quanto sobre a impossibilidade de ser criativo sem a tradição.

Nas sendas dessa tradição, sobretudo, Ogden (2006, p. 420) reconhece: “Minha ideia de identificação projetiva não era, e continua não sendo, o que um kleiniano britânico endossaria”. A sua visão sobre esse conceito é a de “um processo inconsciente intrapsíquico/interpessoal”, ao passo que, na diferença, os “kleinianos de Londres (apesar do trabalho de Bion e Rosenfeld) continuam vendo isso quase inteiramente como um processo intrapsíquico” (OGDEN, 2006, p. 420).

Para Ogden, na Psicanálise, faltam conceitos que deem conta de abarcar tanto o domínio intrapsíquico quanto o intersubjetivo, e, em sua visão, o conceito de identificação projetiva talvez seja o único capaz de fazer isso. Uma diferença importante de ser considerada, como veremos abaixo, para tentarmos compreender em qual modelo de Psicanálise o pensamento de Ogden está situado.

Ele continua: “Similarmente, eu tentei inventar novamente (*to invent anew*) muitas das ideias de Winnicott, Fairbairn e Bion” (OGDEN, 2006, p. 420). “Inventar novamente” é uma expressão interessante, que tanto faz lembrar Freud, afirmando, em 1930, em sua entrevista com G. S. Viereck, que a história é uma velha plagiária, quanto admite que a Psicanálise se refaz em cada análise. Para Ogden (2006, p. 420), inventar novamente não é apenas repetir.

Sobre esse novelo, segundo o autor, “um revisor de *The matrix of the mind* on *Psychoanalytic quarterly* queixou-se de que ele não podia dizer onde as ideias de Klein, Winnicott e Fairbairn acabavam e onde as minhas começavam” (OGDEN, 2006, p. 420). E, diante da crítica, Ogden (2006, p. 420) declarou: “Eu tomei isso como o maior elogio que ele poderia ter me prestado”. Vale destacar que o elogio não é apenas sentido por Ogden pelo fato de ter sido incluído pelo crítico nas ideias desses grandes autores, mas sim por ter tido o seu pensamento analítico colateralmente reconhecido no efeito do texto. Ou seja, Ogden provavelmente

interpretou a queixa como a de alguém que notou o “veículo” – o terceiro sujeito – entre ele e esses autores.

Nos anos seguintes, o autor escreveu sobre um modo de geração de experiência, o qual denominou de posição autista-contígua. Algo tão importante, no entanto mais primitivo em relação às posições depressiva e esquizoparanoide. Em suas palavras, essas “contribuições fizeram uso do trabalho de Tustin, Bick e Meltzer como pontos de partida para o desenvolvimento de minhas próprias ideias” (OGDEN, 2006, p. 420).

Entre os anos de 1989 e 2001, Ogden (2006, p. 420) afirmou: “um importante foco do meu pensamento (*thinking*) e escrita (*writing*) estava no lugar do processo analítico de *reverie* e do terceiro analítico”. Ao longo desses anos, o autor escreveu muitos trabalhos sobre

> [...] como nos comunicamos na situação analítica (ou seja, a maneira como concebemos nossos pensamentos e sentimentos através dos efeitos que criamos em nosso uso da linguagem). Em outras palavras, estilo (voz, tom, uso de metáfora e daí em diante) de um lado, e conteúdo do outro, são inseparáveis (OGDEN, 2006, p. 420).

As poesias de Robert Frost, Seamus Heaney e Wallace Stevens, assim como as ficções de Jorge Luis Borges, foram as fontes de inspiração para essa exploração. Nesse sentido, o autor indica o seu compósito: “Meus livros *Subjects of analysis*, *reverie and interpretation: sensing something human* e *Conversations at the frontier of dreaming* apresentam esses aspectos do meu pensamento analítico” (OGDEN, 2006, p. 421).

Por fim, já nas últimas contribuições de Ogden e no atual ponto em que o autor se encontra, está o livro *This art of Psychoanalysis: dreaming undreamt dreams and interrupted cries* (2005). Nessa obra, ele assim se manifesta: “eu ofereço uma revisão da concepção do lugar do sonhar (*dreaming*) na teoria analítica e seu papel na prática analítica” (OGDEN, 2006, p. 421). A referência de Ogden para esse trabalho está calcada no que poderia ser pensado como metapsicologia do pensamento, algo que discutiremos mais adiante. Em suas palavras:

> Seguindo Bion, eu vejo o sonhar (o qual continua tanto enquanto nós estamos acordados e adormecidos) como sinônimo do trabalho psicológico inconsciente. O objetivo da Psicanálise, desta perspectiva, é ajudar o paciente a sonhar a sua experiência vivida mais plenamente (OGDEN, 2006, p. 421).

Algo que seria central para a Psicanálise, na concepção de Ogden, é a participação do analista em sonhar os sonhos não sonhados e interrompidos do paciente. Qualidades de sonhos que ele define nos termos a seguir transcritos.

Os primeiros, sonhos não sonhados,

> [...] são experiências emocionais com as quais o paciente é capaz de fazer pouco ou nenhum trabalho psicológico consciente ou inconsciente. Experiência insonhável (*undreamable*) é realizada em estados separados (*split-off states*), tais como bolsas da psicose ou em desordens psicossomáticas e perversões severas (OGDEN, 2006, p. 421).

Os segundos, sonhos interrompidos ou pesadelos metafóricos,

> [...] são experiências emocionais com as quais o paciente é capaz de sonhar (fazer um trabalho psicológico inconsciente genuíno) até um ponto. Entretanto, a partir dali, o sonhar do paciente é interrompido – a capacidade é sobrecarregada pela natureza perturbadora do que está sendo sonhado. Naquele ponto, o paciente "acorda", isto é, deixa de ser capaz de fazer um trabalho psicológico inconsciente (por exemplo, como visto na interrupção do jogo da criança). O lugar onde o sonhar cessa é marcado pela criação de formas neuróticas e outras formas de sintomatologia não psicótica (OGDEN, 2006, p. 421).

É importante lembrar que a matriz clínica que orienta o pensamento de Ogden é a da psicose, mais especificamente, a esquizofrenia. Esses estados psicológicos, nos quais o paciente apresenta dificuldades elaborativas no sentido de transformar as "experiências emocionais" em algo "sonhável", são o ponto de partida para o pensamento clínico do autor. Nesse quesito, ele se inclui entre alguns psicanalistas contemporâneos, tais como Cristopher Bollas, Piera Aulagnier, Anne Alvarez e André Green, que têm se debruçado sobre a teoria da Psicanálise, principalmente sobre as suas questões de enquadre, a partir dessas experiências com pacientes não neuróticos, se quisermos utilizar uma expressão de Green.

Em seu último livro, publicado em 2016, *Reclaiming unlived life: experiencies in Psychoanalysis*, Ogden procura levar adiante as elaborações acima, partindo dos pensamentos de Winnicott e Bion, buscando ilustrar como diferentes tipos de pensamento podem promover ou impedir o trabalho analítico de experiências "não vividas". O processo de sonhar acaba sempre desempenhando um papel fundamental enquanto paradigma do trabalho analítico. Ou seja, para Ogden (2016, p. 3, grifo nosso), há sempre a intenção de "sonhar *com* o paciente aspectos de sua experiência que foram dolorosos demais para ele sonhar por si mesmo". Desse modo, trata-se, em uma análise, de promover esse tipo de transformação.

Por fim, podemos reconhecer, no pensamento de Ogden, a presença de diversos autores dos períodos freudiano, pós-freudiano e contemporâneo, os quais, na condição de veículos, promovem uma originalidade de seu pensamento. Um pensamento analítico, que deve ser compreendido como plural, ou seja, orientado por uma opção transmatricial “não escolar”, e norteado pela liberdade saudável de alguém que se preocupa mais em pensar o que está acontecendo em uma sessão de análise do que em qualquer outra coisa. Esta é a sua posição:

> Para mim, o fio que corre através de tudo o que eu falei é que a minha posição no mundo analítico não tem sido a de um advogado de uma escola de Psicanálise (ou como um adversário de escolas de Psicanálise “opostas”). Também não me vejo como uma “voz solitária”, porque isso sugere que eu me pense como um renegado. Eu preferiria muito mais me descrever como um pensador independente (OGDEN, 2006, p. 421).

Esse mundo analítico de Ogden e a sua posição nos são relevantes na medida em que retratam os seus pontos de origem, as referências que norteiam o seu pensamento e a sua relação com elas. Pois é desse solo que ele forja, dentre várias outras contribuições, a sua noção de terceiro, a qual será discutida a seguir.

2 O TERCEIRO SUJEITO

O presente capítulo aborda a noção de terceiro sujeito e faz uma retomada dos modelos de Psicanálise.

2.1 Os sujeitos de Ogden

> “O processo analítico reflete a inter-relação de três subjetividades.”
> (OGDEN, 1996, p. 90)

O “terceiro analítico” pode ser definido como um conceito psicanalítico que procura dar sustentação teórica para a prática clínica.

Elaborada pelo psicanalista Thomas H. Ogden, essa conceituação analítica encontra-se, predominantemente, no seu livro *Os sujeitos da Psicanálise* (1996). A partir de desenvolvimentos teóricos e relatos de caso, o terceiro analítico tem a sua emergência no que o autor nomeia como experiência em análise. Trata-se, de maneira geral, de uma forma de experiência e da demonstração da importância central da matriz na qual a transferência-contratransferência é gerada. Entretanto, é, ao mesmo tempo, uma forma de subjetividade, por meio da qual analista e paciente podem ter uma vivência transformativa (OGDEN, 1996).

* * *

“Tarde demais para voltar atrás” é como Ogden (1996, p. 1) adverte o leitor no primeiro contato com a letra do escritor. “Depois de ter lido as palavras iniciais deste livro, você já começou a entrar na experiência de se ver transformado em um *sujeito* que você ainda não conhece, mas, mesmo assim, reconhece” (OGDEN, 1996, p. 1, grifo nosso).

O leitor cria uma voz, com a qual pode falar e pensar as palavras e os pensamentos do escritor, e permite que o escritor ocupe os seus pensamentos, já que, ao último, falta-lhe a voz. Um “terceiro sujeito” assim é criado, uma forma de subjetividade que “existe em tensão com o escritor e o leitor como sujeitos separados”, ou seja, um sujeito criado *entre* escritor e leitor. Um sujeito, diante do

qual, nem leitor nem escritor – nem analista nem paciente – poderão ser capazes de "reivindicar o pensamento como sua criação exclusiva" (OGDEN, 1996, p. 1).

Desse modo, a partir de uma analogia entre experiência literária e analítica, Ogden (1996, p. 1) decide introduzir a sua conceituação: "Um terceiro sujeito é criado na experiência de ler. Sujeito esse não redutível ao escritor nem ao leitor". E tamanha é a importância dada pelo autor a essa conceituação analítica, que ele afirma ser – o terceiro sujeito – "o núcleo da experiência analítica" (OGDEN, 1996, p. 1).

Nesse sentido, é oportuno frisar que se trata mais de uma experiência analítica do que literária. Dialogando com o pensamento de Green (1994, p. 19), podemos afirmar que, com o terceiro sujeito, estamos mais interessados na "eficácia psíquica" dessa experiência do que em sua "eficácia literária". Um texto, por envolver, *a priori*, elementos simbólicos, como as representações de palavra, poderia conduzir o leitor a uma experiência restrita aos processos secundários. O interjogo primário-secundário, ligamento-desligamento, velamento-desvelamento apresenta "relações do texto (intercambiantes) com o núcleo de verdade", como se estivesse em jogo "algo mais, além da escritura" (GREEN, 1994, p. 20).

O psicanalista, quando transporta o texto para "outro campo, o qual não pertenceria à literatura [...] produz um (outro) texto: o de sua construção" (GREEN, 1994, p. 20). No caso do terceiro sujeito, uma construção mútua não exclusiva, e, no "desvendar das relações entre o texto e o inconsciente, quando aparece uma outra realidade", tratar-se-á de uma "neo-realidade", ou seja, "de fato, uma realidade não literária" (GREEN, 1994, p. 20).

* * *

Por que, em vez de "o terceiro analítico da Psicanálise", estamos propondo, no subtítulo desta tese, "o terceiro *sujeito* da Psicanálise"?

Em primeiro lugar, pelo fato de o terceiro analítico participar de um campo maior do que o da técnica psicanalítica e engendrar uma forma de experiência[8]. Essa forma de experiência é produzida no *setting* analítico, sendo definida pela

[8] É sempre mais uma forma de experiência do que técnicas específicas. Algo que é inerente ao pensamento dialético do autor e à sua prática psicanalítica, como, por exemplo, em uma de suas concepções de trabalho analítico envolvendo a ideia de sonhar a sessão analítica com o paciente – *Dreaming the analytic session: a clinical essay* (OGDEN, 2017b).

relação entre analista e paciente, e está teoricamente fundamentada na elaboração que Ogden faz do termo “sujeito”. Trata-se de uma construção assimétrica, na qual a experiência inconsciente do paciente é privilegiada e tomada como sujeito principal, porém não exclusivo.

A experiência do analista *no* e *do* terceiro sujeito é também utilizada como veículo para a compreensão das experiências conscientes e inconscientes do paciente. Esse terceiro sujeito, por ter uma estrutura de interdependência entre sujeito e objeto e entre transferência e contratransferência, deve ser compreendido como portador de uma natureza dialética. E, nesse sentido, como veremos, as elaborações de Ogden estão em consonância com o pensamento dialético de Green, tanto no domínio da complementaridade entre pulsão e objeto, quanto no seu conceito metapsicológico de objeto analítico.

O subtítulo desta tese – “*o terceiro sujeito da Psicanálise*” – está alinhado com o título do livro de Ogden: *Os sujeitos da Psicanálise* (1996). Assim, devemos imediatamente notar que Ogden fala em “sujeitos”, e não em um sujeito no singular, pois, nesse conceito, o plural indica a maneira que o autor concebe essa forma de experiência atravessada, pelo que ele denomina “Eu-dade” (um eu que experiencia), uma concepção que iremos abordar mais adiante[9]. E também pelo fato de, no referido livro, ele traçar um cotejamento histórico e conceitual do termo “sujeito” nas perspectivas de outros autores. Portanto, embora a expressão “terceiro sujeito” se apresente no singular, devemos compreender que ela é essencialmente plural.

Cumpre considerar que, na Psicanálise, o termo “sujeito” já foi abordado, ao longo da história, por uma variedade de psicanalistas[10]. Há uma enorme quantidade de trabalhos que procuram conceituá-lo, de tal sorte que fugiria do nosso escopo dar

---

[9] Para que esta antecipação não deixe o leitor perdido, citamos, de antemão, um parágrafo sobre essa noção: “O que estou descrevendo é, ao mesmo tempo, uma das experiências humanas mais misteriosas e mais comuns – é a experiência de combater nossa autoidentidade estática por meio do reconhecimento de uma subjetividade (uma eu-dade (*I-ness*) humana) que é outra para nós. O confronto com a alteridade não nos dará descanso; essa percepção da outra eu-dade, uma vez registrada, não nos permitirá permanecer quem erámos e não poderemos descansar até termos, de alguma forma, aceitado o seu ataque ao que fôramos antes de sermos interrompidos por ela” (OGDEN, 1996, p. 3).

[10] Alguns trabalhos sobre a concepção de sujeito em Psicanálise: *The concepts of subjetct and object in Psychoanalysis* (BALINT, 1958); *Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano* (LACAN, 1998b); *The privacy of the self: papers on Psychoanalytic theory and technique* (KHAN, 1996); *Freud e o inconsciente* (GARCIA-ROZA, 1985); *A sombra do objeto: Psicanálise do conhecido não pensado* (BOLLAS, 2015); *Sujeito, singularidade e interpretação em Psicanálise* (BIRMAN, 1991); *A descoberta do inconsciente: do desejo ao sintoma* (QUINET, 2000); *O sujeito na Psicanálise de Freud a Lacan: da questão do sujeito ao sujeito em questão* (CABAS, 2009); e *O sujeito da Psicanálise: particularidades na contemporaneidade* (TOREZAN; AGUIAR, 2011).

conta da vasta bibliografia sobre o tema. Podemos dizer, por ora, que este trabalho se ocupa de um sujeito plural, que parece não se reduzir a um modelo psicanalítico tradicional ou clássico, embora Ogden (1996) parta do "sujeito freudiano" em sua conceituação. Nem a um modelo estritamente relacional, embora ele faça uso das contribuições de Melanie Klein e de Winnicott, a fim de obter uma concepção intersubjetiva do sujeito. A noção, sobretudo, escapa de uma perspectiva unidimensional, não se resumindo a um sujeito do inconsciente, ao tratá-lo, como já dissemos, como um sujeito plural. Trata-se de um sujeito forjado em uma estereoscopia dinâmica, coconstruído, cointencional, inexoravelmente mutativo – "o sujeito psicanalítico nunca simplesmente *é*; o sujeito está sempre *se tornando*" – e sustentado em uma situação que, por excelência, é dialética (OGDEN, 1996, p. 55, grifos do autor).

Com esse termo, Ogden (1996, p. 12) também procura sustentar, no campo psicanalítico, um entrelaçamento inevitável, ou seja, que "sujeito e objeto não podem ser compreendidos isolados um do outro". O autor acredita "ser justo dizer que o pensamento psicanalítico contemporâneo está se aproximando de um ponto em que não se pode mais falar simplesmente do analista e do analisando como sujeitos separados, que tomam um ao outro como objetos" (OGDEN, 1996, p. 58). Algo que revela, como já afirmamos, uma sintonia com o pensamento de André Green sobre a Psicanálise contemporânea e o novo modelo, condição essa que iremos tratar ao longo da tese.

Em nota de rodapé, o tradutor do livro em questão acrescenta que o termo inglês "*subject*", que o autor utiliza para sujeito, tem a vantagem idiomática de duplicidade de sentido da palavra, visto que pode designar "tanto o sujeito quanto um assunto, tema, tópico (ou seja, o objeto)" (OGDEN, 1996, p. 13). Assim também é a descrição do autor: "escolhi utilizar o termo *sujeito* nessa discussão para me referir ao indivíduo na sua experiência sempre mutativa, dialeticamente negadora e negada, de 'eu-dade', em vez dos termos *self* ou *ego*" (OGDEN, 1996, p. 21-22, grifo do autor).

Transcrevemos, a seguir, integralmente, a justificativa de Ogden para o uso do termo "sujeito", pois ela contempla uma boa parte do campo que o autor procura forjar com a sua conceituação, que, a nosso ver, vai além do terceiro analítico:

> Embora nenhuma palavra possa conter em si a multiplicidade, ambiguidade e especificidade de sentido necessárias, o termo *sujeito*

> parece particularmente adequado para transmitir a concepção psicanalítica do "eu" que experiencia, tanto em um sentido fenomenológico quanto metapsicológico. O termo está etimologicamente ligado à palavra *subjetividade* e traz em si uma reflexividade semântica inerente, ou seja, denota simultaneamente sujeito e objeto, eu e isto, eu e mim. A palavra *sujeito* se refere tanto ao "eu" como quem fala, pensa, escreve, lê, percebe etc., quanto ao objeto da subjetividade, ou seja, ao tópico (*the subject*) em discussão, a ideia que está sendo considerada, o percepto sendo visto etc. Assim sendo, o sujeito nunca pode estar inteiramente centrado nele mesmo. [...] a reflexividade da dialética do sujeito e do objeto é um componente fundamental da concepção psicanalítica sempre em expansão do "eu" que experiencia descentrado (OGDEN, p. 23, grifos do autor).

Nesse diapasão, pensamos no termo "sujeito" em vez de "terceiro analítico", por ele ter uma abrangência (reflexividade) semântica maior do que a do domínio técnico[11]. Ademais, Ogden (1996), em sua obra, ora fala "terceiro analítico", ora "terceiro analítico intersubjetivo", ora "terceiro"; porém, em todas as vezes, ele se refere a uma simultaneidade entre sujeito (como quem fala, pensa etc.) e objeto (o percepto sendo visto). Um "eu" que experiencia descentrado é um "eu" que transita entre inconsciente e consciente, entre primeira, segunda e terceira pessoas. É importante notar a presença da simultaneidade na elaboração do termo.

Mas, por que, então, não abordar, em nossa língua, a categoria do terceiro analítico como um sujeito? Em um sentido fenomenológico e metapsicológico, a experiência de *reverie*, de lapso de linguagem e de sonho é sentida e teorizada como a presença de um sujeito diferente do "eu", um "eu" descentrado, entre inconsciente e pré-consciente/consciente. Como "Isso é mais forte do que Eu", "Não foi o que Eu quis dizer", "De repente, *isso* apareceu", "*Isso* sou Eu" etc.

A nosso ver, a experiência que um analista pode ter, por exemplo, ao ser tomado por um devaneio espontâneo durante uma sessão, ou fora dela, envolve a presença de um sujeito. Aliás, é Ogden (1996, p. 42, grifo nosso) mesmo quem diz que "uma análise não é simplesmente um método de descoberta do oculto; é, principalmente, um processo de criação de um *sujeito* analítico que não existia antes". E, assim como em um domínio intrapsíquico, o sujeito "deve ser procurado na fenomenologia daquilo que se encontra nas relações *entre* consciência e

[11] Façamos, pela ética da leitura, valer a referência: "Provavelmente você reclamará por havermos escolhido simples pronomes para designar nossas duas instâncias psíquicas, em vez de sonoras palavras gregas. Acontece que gostamos, na Psicanálise, de permanecer em contato com o modo de pensar popular, e preferimos aproveitar os seus conceitos para a ciência, em vez de rejeitá-los" (FREUD, 2014, p. 112).

inconsciente"; intersubjetivamente, o terceiro sujeito deve ser também aquilo que se encontra nas relações *entre* analista e paciente (OGDEN, 1996, p. 15).

O ordinal "terceiro", para "terceiro sujeito da Psicanálise", também é relevante. Ele tanto denota, fenomenologicamente, o sujeito dialético e intersubjetivo cocriado pelo par analítico, coexistente na área intermediária (WINNICOTT, 1975b), o qual vive no espaço potencial, que, do encontro entre as duas subjetividades, formar-se-ia uma terceira, quanto o inscreve na história da Psicanálise como uma conceituação analítica participante de um momento histórico sucessor de dois modelos: o pulsional e o relacional. No campo epistemológico, na condição de terceiro entre esses dois maiores modelos e paradigmas da Psicanálise, Ogden, em sintonia com Green, acaba materializando, com esse conceito, uma solução paradoxal. Uma possibilidade nascida desses dois grandes modelos, não exclusivamente de um nem de outro.

Como já dissemos, trata-se, em termos gerais, de uma "experiência do terceiro" (OGDEN, 1996, p. 61). Mesmo que Ogden denomine esse terceiro como "analítico", para circunscrevê-lo no campo, ele está se referindo a um sujeito que acontece. Algo muito próximo da expressão de Bleger (2017, p. 154) sobre a situação analítica, qual seja "*lo que acontece*" (o que acontece). Trata-se de uma forma de experiência espontânea, determinada pelo enquadre, nesse lugar, da terceiridade entre analista e paciente.

O terceiro é também uma obra criativa, de tal sorte que "a história do analisando não é descoberta, ela é criada na transferência-contratransferência, em um fluxo perpétuo em que a intersubjetividade do processo analítico evolui e é interpretada pelo analista e pelo analisando" (OGDEN, 1996, p. 42). Nós também veremos, neste capítulo, a explicitação da dimensão criativa na situação analítica.

De maneira geral, para chegar a uma conceituação do terceiro sujeito, o autor precisou traçar uma breve história, como já destacamos, sobre o sujeito freudiano, o sujeito kleiniano e o sujeito winnicottiano. Trata-se de uma conceituação herdeira de uma tradição. Um percurso que, inevitavelmente, faz lembrar a conhecida passagem de Winnicott (1975a, p. 138), que diz: "em nenhum campo cultural é possível ser original, exceto em uma base de tradição".

O "sujeito ogdeniano" é uma proposta sofisticada. Trata-se de algo que pretende ser uma construção dialética – não necessariamente uma síntese – sobre esses sujeitos psicanalíticos, tanto os autores quanto as elaborações que o

antecederam. O trabalho de Ogden sobre esse sujeito parece um retrato falado da dinâmica que Freud atribuiu ao desejo na confecção da fantasia. Lá, ele é o fio que perfaz passado, presente e futuro, unindo-os durante a travessia. Preservando as suas dimensões sincrônicas e diacrônicas na mutualidade de sua constituição, ele é o centro de um pensamento psicanalítico calcado na interdependência entre subjetividade e intersubjetividade.

É como se, nesse caminho conceitual, Ogden (1996, p. 55) estivesse também fazendo um tributo histórico: “o sujeito não pode criar a si mesmo”. Em um processo de apropriação, o paciente assimila e transforma a intersubjetividade do par analítico em um diálogo interno. Assim, “o término de uma experiência psicanalítica não é o fim do sujeito da Psicanálise” (OGDEN, 1996, p. 55). O sujeito da Psicanálise é interminável e plural, e, tal como o estamos abordando aqui, está inscrito em uma longa história de ideias. A sua emergência e permanência depende do que podemos chamar de objeto vivo da teoria, como veremos a seguir. Para tanto, foi e continua sendo necessária a construção de um modelo de Psicanálise que lhe dê sustentação.

2.2 O “objeto vivo da teoria”

> “É impossível liquidar alguém *in absentia* ou *in effigie*.”
> (FREUD, 2010h, p. 108)

Podemos chamar de elemento transferencial o que há de mais vivo na relação entre analista e paciente. Trata-se do que Tales Ab’Saber, no prefácio do livro *Winnicott*, nomeia, oportunamente, como “o *objeto vivo da teoria*” (PHILLIPS, 2006, p. 10, grifo do autor).

O tratamento dado a esse “objeto vivo” na história da Psicanálise foi diverso. Diferentes posições teóricas e clínicas em relação a ele acontecem, e, por isso, há diferentes construções do que chamamos de modelos de Psicanálise. Modelos que, analogamente à ideia de ciência, na visão de Greenberg e Mitchell (1983, p. 49), “são formas de ver o mundo”. De maneira geral, há uns que privilegiam mais a pulsão e a transferência, outros mais a relação com os objetos e a contratransferência, sem contar aqueles que procuram sustentar uma solução paradoxal trabalhando com ambas. Assim, seria justo considerar esse tratamento

histórico como multifacetado. No entanto, embora haja diferenças e divergências nessa matéria, tal elemento transferencial/objeto vivo da teoria "não é menos importante que qualquer outra construção epistemológica do campo" (PHILLIPS, 2006, p. 10).

O desenvolvimento das teorias e técnicas clínicas ocorre a partir da análise da matriz da transferência-contratransferência. Essa matriz é tal objeto vivo, "o correlato intersubjetivo (criado no *setting* analítico) do espaço psíquico no qual o paciente vive" (OGDEN, 1996, p. 9). Nesse sentido, já que se trata de um espaço psíquico intersubjetivo, parece-nos importante reconhecer que a história da situação analítica deveria ser construída tendo em vista as vicissitudes da transferência e da contratransferência (YOUNG, 1995).

Para Bleger (2017, p. 153), "a ideia de uma 'situação analítica' está presente muito cedo no trabalho de Freud, e se tornou um tema importante no desenvolvimento da Psicanálise a partir de 1920 em diante", embora "a sessão psicanalítica em si não pareça ter sido estudada como um objeto *per se*". A situação analítica como um "objeto em si mesmo" parece poder ser condensada nessa ideia de um "objeto vivo" da teoria. E é nessa situação analítica envolvendo analista e paciente que o terceiro sujeito tem a sua emergência.

Quando contemplamos esse objeto vivo em um quadro geral do movimento psicanalítico, temos a seguinte implicação:

> O analista precisa ter um *modelo teórico* com o qual possa conceituar não só a natureza das relações entre figuras transferenciais que ocupam a *cena analítica*, como também a *matriz* (ou estado vivencial básico) dentro da qual a transferência-contratransferência está sendo produzida (OGDEN, 1996, p. 133, grifos nossos).

Em qual modelo teórico o terceiro sujeito da Psicanálise está ancorado? Levando em conta a asserção de Ogden (1996, p. 133) de que o analista "precisa ter um modelo teórico", é necessário procurar uma resposta para essa questão no início deste trabalho.

Os termos "modelo teórico", "cena analítica" e "matriz" são importantes para a construção do campo psicanalítico. A história da Psicanálise revela conjugações desses termos no que poderia ser concebido como "modelos de Psicanálise". Algo que aponta para diferentes tendências, dissidências, semelhanças, divergências, formações de escolas de Psicanálise etc. Singularidades que são signos de dispersões geográficas, doutrinárias e institucionais, "a tríplice diáspora" do

movimento. É justamente por essa razão que também “a teoria psicanalítica é bela, porém árdua...” (MEZAN, 2014, p. 22 e 32).

Cabe consignar que um modelo é como uma margem; ele é o contorno imediato de algo, uma borda, um limite, uma periferia. Podendo, em algumas situações, transbordar e ser convocado a criar um outro contorno. Como ponderam Greenberg e Mitchell (1983, p. 59):

> Cada paradigma maior forma o quadro (*framework*) para observação e teorização por um período de tempo e é eventualmente substituído por uma nova cristalização, uma nova figura, lançando uma luz diferente nas coisas, útil em solucionar diferentes problemas.

Evidentemente, há, nessas margens, um, alguns ou muitos psicanalistas, ora no contorno, ora na borda, ora no limite, ora na periferia. A conceituação de Ogden sobre um terceiro sujeito analítico, o qual teria a sua existência no espaço psíquico, cujo correlato intersubjetivo é a matriz transferência-contratransferência, só poderia ter a sua emergência a partir de um paradigma, que, como “quadro” e “nova figura”, viesse a lançar luz e oferecer um suporte teórico diferente dos de outras épocas. Esse sujeito intersubjetivo é, analítica e teoricamente, uma nova figura, que teve o seu surgimento a partir de um campo de diferenciações em relação ao objeto vivo da teoria.

Conforme sugere Figueiredo (2006, p. 125), “Freud fundou um campo de diferenciações, e a obra freudiana não se limita a seus escritos”. Ela se estende em inúmeros trabalhos, práticas e teorias das mais variadas. Nessa linha, é evidente que haja um pluralismo teórico na Psicanálise, assim como diferentes pontos de vista sobre esse objeto vivo. Alguns autores, diante dessa aparente dispersão, acabam desejando achar o “‘terreno comum’ – os ‘invariáveis’ – seja no plano dos conceitos, seja nos temas centrais, seja no Método” (FIGUEIREDO, 2006, p. 125). Esse contexto plural, nos últimos anos, tem feito surgir essa intenção de um *common-ground* (WALLERSTEIN, 2005). Um lugar comum, no qual diferentes teorias psicanalíticas pudessem se encontrar.

Contudo, esse diálogo – considerando que o nosso interesse está em saber qual modelo teórico concebe o terceiro sujeito nesse objeto vivo – deveria acontecer a partir de discussões profundas acerca das diferenças entre posições teóricas na Psicanálise contemporânea. Caso contrário, o mero agrupamento do pluralismo corre o risco de se tornar um ato político forçado, ao escamotear o ecletismo e promover a indistinção, aproximando pontos de vista sem suportar as suas

singularidades. Nesse sentido, mesmo que haja o desejo ou a ânsia de unificação, é importante pensar “nas vantagens de respeitar este campo assim diversificado, e atravessá-lo, fazendo ligações, costurando e recortando, conforme as exigências do trabalho analítico em sua extraordinária singularidade” (FIGUEIREDO, 2006, p. 126). E, também, ao articular os modelos, considerar a advertência de Green (2005b, p. 631), a respeito desse almejado lugar comum: “a palavra não é suficiente para criar a coisa”.

* * *

Sobre a história dos modelos teóricos, Green (1975) sugere haver ao menos três deles, e os denomina, respectivamente, como: freudiano, pós-freudiano e contemporâneo.

Já Greenberg e Mitchell (1983, p. 28) preferem iniciar essa discussão com a seguinte questão: “Por que a centralidade clínica da relação com outros coloca um problema para a teorização psicanalítica?”.

Para esses autores, primeiro, “todas as teorias psicanalíticas contêm teorias de relações objetais” (GREENBERG; MITCHELL, 1983, p. 51), e, segundo, tem havido duas grandes estratégias para lidar com esse problema. Uma primeira, empreendida por Freud, cuja essência é mais conservadora e parte de um modelo teórico que tem como foco a pulsão, para mais tarde acomodar uma ênfase clínica nas relações objetais. E uma segunda, um pouco mais radical, que procura substituir o foco da primeira por um enquadre no qual a relação com os outros constitui o elemento fundamental da vida psíquica. Desse modo, poderíamos pensar em dois grandes modelos a partir de paradigmas e matrizes de pensamentos, a saber, o modelo pulsional e o relacional, considerando haver, na história das transições, situações de acomodação teórica.

A intenção de Greenberg e Mitchell (1983, p. 32-33), além de descritiva e analítica, é oferecer um “fio que pode ser seguido pelo labirinto das ideias psicanalíticas”. Uma intenção que, a nosso ver, parece oferecer-nos um auxílio, pois, a partir desse fio, em conjunto com as sugestões de Green e outros autores, talvez possamos compreender melhor de qual tecido o terceiro sujeito foi constituído nessa

história dos modelos. No entanto, devemos mencionar o quão surpreendente é o fato de Greenberg e Mitchell não considerarem Jacques Lacan nesse labirinto[12].

Podemos, então, pensar o primeiro desses modelos como freudiano e pulsional. Por ser o primeiro dos modelos de Psicanálise, evidentemente, acaba sendo contemplado historicamente como clássico ou tradicional. Porém, configura um modelo teórico que foi desenvolvido ao redor do conceito de pulsão. Por essa razão, acaba por compreender a situação analítica, na maioria das vezes, em termos pulsionais. Ou seja, trata-se de um modelo marcado, principalmente, pela elaboração do inconsciente tal como Freud o concebeu e pelo conflito entre a pulsão e as defesas. Entretanto, é importante ressaltar que isso não quer dizer que Freud não considerava importantes as relações interpessoais; o seu conceito de identificação é um exemplo, mas que se trata de um modelo mais orientado pela motivação pulsional e voltado ao domínio intrapsíquico. No quesito interpessoal, geralmente a contratransferência é vista como um obstáculo, e a prática clínica privilegia a análise da transferência e da resistência do analisando.

Esse modelo pulsional foi aos poucos coexistindo com o modelo relacional. Os pós-freudianos, como Melanie Klein, William Fairbairn e Winnicott, apenas para citar os mais conhecidos, são geralmente vistos na história da Psicanálise como os teóricos das relações objetais. Também geograficamente, como a “tradição britânica” (GREENBERG; MITCHELL, 1983, p. 33). Contudo, é importante ressaltar que, anteriormente, Ferenczi já era um interlocutor de Freud nessas questões sobre as “relações de objeto”, sobre a análise influenciar o analista e sobre alterações no campo da técnica[13].

O modelo relacional, portanto, por dar ênfase à dimensão intersubjetiva, concebe, em um espectro maior, a matriz transferência-contratransferência. Essa segunda forma de lidar com as relações de objeto substitui o modelo teórico pulsional por um quadro conceitual fundamentalmente diferente. A saber, “as relações com os outros constituem as pedras angulares (*building blocks*) fundamentais da vida mental” (GREENBERG; MITCHELL, 1983, p. 29). Ou seja, na comparação entre os modelos teóricos, o que motiva o comportamento humano,

[12] Um autor que, na obra de Ogden, ora está como um adendo, ora como uma nota de rodapé, ora como apropriado de forma meio equivocada. A explicação de Mezan (2014, p. 70) para a ausência de Lacan no labirinto é a de que “os livros escritos por autores de língua inglesa não costumam considerar a produção de outro grande centro da Psicanálise contemporânea: a França”.

[13] Remetemos o leitor ao *Diário clínico*, de Sándor Ferenczi (1990), assim como às suas correspondências com Freud.

para o primeiro modelo, seria a pulsão, enquanto, para o segundo, são os modos específicos de se relacionar com os outros.

Um terceiro modelo, por fim, também deve ser considerado, qual seja um modelo psicanalítico contemporâneo (GREEN, 1975). Um modelo que parece ser uma elaboração paradoxal dos dois primeiros. O paradoxo é devido ao fato de não se ter a intenção de tomar os últimos como polos nem de aglutiná-los em um todo indistinto. Ao considerar tanto o domínio intrapsíquico quanto o interpessoal, essa elaboração engendra um movimento dialético. Como alude Green (2004, p. 266), “Na minha ideia, nós temos que juntá-los, o intrapsíquico e o intersubjetivo. Cada um coexiste com o outro e essa é a originalidade da Psicanálise”. É inevitável não reconhecer, a partir desse pensamento dialético, a semelhança entre Green e Ogden. A solução epistemológica de Green diante dos dois modelos é uma espécie de terceiro, um entre-dois na história do movimento psicanalítico.

O fato é que todos os modelos partem da situação analítica, da “cena analítica”. Eles são construções teóricas ao redor do “objeto vivo”. Os intercâmbios entre as dimensões fenomenológicas e metapsicológicas, intrapsíquicas e intersubjetivas, ocorrem nessa cena, estabelecendo especificidades para as relações e as experiências na “matriz”, no espaço psíquico em que paciente e analista vivem.

Falar isoladamente sobre um modelo, uma matriz ou uma cena é um desafio que acaba ocasionando o risco de uma redução perspectiva. Para o analista, que “precisa ter um modelo teórico”, o paradigma acaba sendo, inevitavelmente, uma perspectiva. No entanto, o terceiro sujeito é uma conceituação que só se mantém, se houver um modelo teórico que lhe ofereça uma perspectiva e uma sustentação; caso contrário, ele poderá ser interpretado como um *nonsense*. O terceiro sujeito também não corrobora “séries de cultos de ilhas de pensamento”, e, ao articular Freud, Klein, Winnicott, Bion e Lacan, a conceituação, mesmo parecendo, à distância, um estranho arquipélago, é uma construção que anda na contramão de “tradições políticas e fraternas” (GREENBERG; MITCHELL, 1983, p. 34).

Atualmente, seria um desafio, por exemplo, pensar em como soaria, da perspectiva dos primeiros modelos, sobretudo do freudiano, a recente inflexão de Ogden (2017b) sobre a importância de se tornar o consciente inconsciente...

A seguir, tentaremos construir paisagens que nos permitam alcançar esses três modelos.

2.2.1 O primeiro modelo

> “O médico deve ser opaco para o analisando, e, tal como um espelho, não mostrar senão o que lhe é mostrado.”
> (FREUD, 2010d, p. 119)

Freud (2010d, p. 119) soa radical ao se referir ao médico que pratica a Psicanálise: “Saiba que o seu método não é o da verdadeira Psicanálise”. Para um leitor com inclinações fanáticas, esse trecho é um convite arriscado. Depois de muitos anos de movimento psicanalítico, hoje, conseguimos perceber os efeitos da ortodoxia e os riscos de se hastear a bandeira de uma “verdadeira Psicanálise”.

Essas *Recomendações ao médico que pratica a Psicanálise* (FREUD, 2010d) estavam envoltas de uma atmosfera de tentação. Como vai advertindo Freud (2010d), ao longo do texto, “outra tentação surge”. Por isso, a fim de evitar que a Psicanálise caísse em tentação, essa publicação, em conjunto com os outros artigos sobre técnica, apresentava o caráter de um imperativo categórico.

Contudo, embora as expressões “tentação”, “verdadeira” e “confessor laico” possam fazer Freud soar como um padre da Psicanálise, elas não são mandamentos. O principal objetivo de Freud com esses textos, que apresentam um caráter de “dicas, codificações de regras e procedimentos, era o de *interditar e dissuadir* certos procedimentos entre analistas inexperientes e afoitos” (FIGUEIREDO; COELHO JUNIOR, 2008, p. 18, grifo dos autores).

Freud não queria oferecer um livro de receitas, para que ficasse à disposição de qualquer cidadão bem ou mal-intencionado, porém disposto a praticar a Psicanálise. Ao mesmo tempo, procurava, com essas recomendações, afastar a uniformização dos procedimentos e os riscos de simplificação acerca de questões teóricas e técnicas, ou seja, evitar a perda de contato com as experiências singulares da situação analítica. É por essa razão que as recomendações e os artigos sobre técnica assumem um caráter de natureza negativa (FIGUEIREDO; COELHO JUNIOR, 2008).

No mais, é conveniente mencionar, ainda, que, em 1928, em uma carta dirigida a Ferenczi, Freud assegurou que “‘tudo aquilo de positivo que alguém deveria fazer deixei ao *tato’*. Infelizmente, pondera ele, ‘... o resultado foi que os analistas obedientes não perceberam a *elasticidade* das regras que propus e se

submeteram a elas como se fossem tabus'" (FIGUEIREDO; COELHO JUNIOR, 2008, p. 19, grifos dos autores).

* * *

Em *Contribuição à história do movimento psicanalítico*, Freud (2012) reconhece que o primeiro contato com o elemento transferencial teve um papel fundamental no surgimento da Psicanálise. Aliás, "Freud começa a sua teorização psicológica com a investigação do fenômeno derivado de seu estudo de um grupo relativamente circunscrito de desordens: as 'neuroses de transferência' histérica e obsessiva-compulsiva" (GREENBERG; MITCHELL, 1983, p. 104-105). O elemento transferencial participa ativamente da construção de um primeiro modelo.

Freud (2012) relembra que o primeiro a ter tido contato com o fenômeno foi Breuer, por volta de 1880, ao tratar Anna O. Relataremos, brevemente, os encontros e os contratempos do caso, apenas para produzir um estofo acerca do objeto vivo e esse primeiro modelo pulsional. Naquele momento, o caso era um protótipo da transferência. Diante do fenômeno, Breuer acabou se assustando e interrompeu o caso.

> Breuer tinha à disposição o vínculo sugestivo mais intenso, que pode justamente nos servir como modelo do que hoje denominamos "transferência". Ora, tenho boas razões para supor que, após a eliminação de todos os sintomas, Breuer inevitavelmente descobriu, por novos indícios, a motivação sexual dessa transferência, mas escapou-lhe a natureza universal desse inesperado fenômeno, de modo que, nesse ponto, como que atingido por um "*untoward event*" [acontecimento impróprio], ele interrompeu a investigação (FREUD, 2012, p. 182).

É importante ressaltar que, no relato desse caso, publicado em *Estudos sobre a histeria* (FREUD; BREUER, 2016), existe a omissão sobre o elemento transferencial que o atinge. Quando Freud esteve com Ernest Jones, relendo os *Estudos*, em um determinado ponto do caso Anna O., ele teria apontado para o texto e declarado estar faltando uma parte (GAY, 2012). Uma parte intencionalmente omitida. A parte do acontecimento impróprio.

Em 1932, Freud escreveu a Stefan Zweig, lembrando o que realmente aconteceu com a paciente de Breuer. Certo dia, após a eliminação dos sintomas, a paciente estava com câimbras abdominais. Breuer foi chamado até ela, que, ao ser

indagada sobre o que se passava, teria respondido: “Está chegando o filho do dr. B” (GAY, 2012, p. 83).

Esse fato inconveniente – “*an untoward event*” (FREUD, 2006, p. 5) –, está interligado com o destino inexorável de Freud. A ideia sobre a etiologia sexual das neuroses, causa de desentendimentos teóricos entre os amigos, subsidiava, naquele caso, a transferência na relação de Breuer com Anna O.

> Naquele instante, comentou Freud, Breuer “teve a chave na mão”, mas, não podendo ou não querendo usá-la, “ele a deixou cair. Apesar de seus grandes dotes mentais, ele não tinha nada de faustiano em si. Com um horror convencional, ele recorreu à fuga e entregou a paciente a um colega” (GAY, 2012, p. 83).

Podemos reconhecer que existe uma aliança entre o fato inconveniente da situação analítica e o destino inexorável de Freud, o demônio[14] da transferência.

> O fato de, em todo tratamento de neurose, instaurar-se a transferência, em forma cruamente sexual, afetuosa ou hostil, embora não desejada ou provocada por nenhuma das partes, sempre me pareceu a mais inabalável prova de que as forças motrizes da neurose têm origem na vida sexual (FREUD, 2006, p. 182).

Embora houvesse uma nuvem puritana cobrindo a sociedade burguesa daqueles tempos, não acreditamos que tenha sido esse o motivo de Breuer ter se afastado de Anna O. Também não cremos na história de que ele tenha se afastado para preservar o seu casamento. A nosso ver, a transferência e a contratransferência podem pegar o analista de surpresa. Podemos inferir que a divergência entre Breuer e Freud, no caso de Anna O., não se resume a uma diferença sobre os pontos de vista etiológicos das neuroses, a saber, a sexualidade, mas que o elemento transferencial parece ter tocado em um ponto pessoal incômodo. Algo que poderia fazer, de fato, a contratransferência ser relegada à condição de obstáculo:

> Anna O., ao que parece, com seus atrativos de juventude, seu desamparo encantador e seu próprio nome, Bertha, *redespertou* em Breuer todos os seus anseios edipianos latentes pela própria mãe, também chamada Bertha, que falecera jovem, quando ele tinha três anos (GAY, 2012, p. 85, grifo nosso).

Sem dúvida, trata-se, aqui, das ressonâncias que a transferência pode desencadear no analista, um redespertar. Nesse ponto, porém, podemos supor que o problema da transferência é a sua contrapartida, uma guerra da qual o analista

[14] Usamos a expressão “demônio” na mesma acepção freudiana, a saber, em um sentido pré-cristão, como uma força que compele, assim como uma zeladora dos destinos.

não consegue tirar o corpo fora. Breuer encarava o caso de Anna O. com uma "mescla de emoções", e o considerava como "demasiado absorvente e francamente embaraçoso", a ponto de jurar que "nunca passaria novamente por tal *provação*" (GAY, 2012, p. 85, grifo nosso). Destacamos a expressão "provação", por ela colocar, mais uma vez, o elemento transferencial próximo de seu caráter indômito, por ora, demoníaco. E assim como Emmy von N. encaminhara a Psicanálise para a associação livre, tudo indica que foi Anna O. quem deu à luz o objeto vivo.

A partir desse caso, podemos também pensar que a pessoa com a qual o paciente se relaciona ou fala sobre não é necessariamente a mesma pessoa para um outro observador. Esse é o fato que apareceu "dramaticamente na primeira tentativa de tratamento psicanalítico, o de Anna O." (GREENBERG; MITCHELL, 1983, p. 40). Nesse sentido, a falsa gravidez de Anna O. e a sua ideia de que Breuer atuava como seu amante em vez de seu médico não levaram a um "aumento sobre o entendimento das dinâmicas das interações humanas, mas ao término prematuro de sua terapia" (GREENBERG; MITCHELL, 1983, p. 40).

É relevante também mencionar que Freud não deveria condenar Breuer tanto assim. Isso porque ele também acabou omitindo, no relato oficial do caso de Sergei Pankejeff, "o homem dos lobos", outro fato inconveniente. Certa vez, escreveu ele a Ferenczi, que, "depois da primeira sessão, *à guisa de transferência*", o "homem dos lobos" lhe disse: "'Judeu ladrão, gostaria de te pegar por trás E CAGAR NA TUA CABEÇA'" (FREUD; FERENCZI, 1994, p. 200, grifo nosso).

* * *

Em seu plano de cura, Freud associa o tratamento analítico a uma guerra civil. O Eu, enfraquecido pelo conflito interno, clama por um aliado vindo de fora que possa socorrê-lo e lhe prestar auxílio. Assim, o aliado analista e o Eu enfraquecido devem combater o inimigo apoiados no mundo externo real. Tal inimigo é visto como as exigências pulsionais do Isso e a consciência moral do Supereu (FREUD, 2016).

Nessa condição beligerante, Freud (2016, p. 87) é otimista: "nós celebramos um pacto de um com o outro". A intenção freudiana no acordo é a de que o Eu do paciente prometa completa sinceridade, enquanto o analista coloca a seu dispor a sua experiência na interpretação do material influenciado pelo inconsciente. No horizonte do plano almejado, a restituição ao Eu do paciente do domínio sobre

regiões perdidas de sua vida psíquica. Independentemente da sensação utópica da prescrição – no tocante impossível da completa sinceridade –, pois sabemos que ela é um ideal, o importante é que, nesse pacto, consiste o que Freud (2016, p. 86) denominou, em seus últimos escritos, de *a situação analítica* – "*analytische situation*". Na verdade, esse pacto deveria ser reconhecido como um momento *in statu quo ante bellum*, ou seja, no estado das coisas antes da guerra – com o elemento transferencial/contratransferencial.

A expectativa de uma obediência passiva do Eu, o qual, supostamente, traria o material demandado e aceitaria a tradução do aliado, acabou trombando, como vimos, com o inesperado. Um "fato" inimaginável – a transferência –, que levou Freud (2016, p. 91, grifo nosso) a presumir que, na situação analítica, "outras coisas acontecem, algumas que poderíamos ter previsto, outras que se destinam a nos *surpreender*".

Freud (2010i, p. 201), ao ser atingido pelo elemento transferencial, também nota que é "[transferência] não só para o médico, mas para todos os âmbitos da situação presente". Essa descentralização do fenômeno transferencial poderia corroborar na elaboração de uma noção mais ampliada de situação analítica. Assim como a passagem seguinte: "a transferência cria uma *zona intermediária* entre a doença e a vida" (FREUD, 2010i, p. 206, grifo nosso). Dessa maneira, a descentralização para outros âmbitos, embora aqui ainda não tenha esse sentido, tornar-se-á um aspecto central nos modelos teóricos subsequentes, bem como a criação de uma zona intermediária far-se-á presente, não só entre a doença e a vida, mas entre analista e paciente. Porém, nesse momento, tratava-se de um enclave futuro.

De todo modo, o elemento transferencial acabou por se revelar "um fator de inimaginável importância: por um lado, como um recurso auxiliar de valor insubstituível, por outro, como uma fonte de sérios perigos" (FREUD, 2016, p. 93). Nota-se, aqui, a essência ambivalente do fenômeno.

Freud (2016, p. 89) também recomendava que o analista estivesse na posição de um "padre confessor laico", ou seja, aquele que pede ao paciente que não só fale o que esconde dos outros, mas fale também aquilo que não sabe. Nessa esteira, Freud (2016, p. 91), ao cogitar a transferência como uma "reencarnação", ou seja, como uma experiência em que o paciente "vê no analista um retorno", a saber, o retorno de "alguma pessoa importante de sua infância, de seu passado, e, por

isso, transfere para ele sentimentos e reações que certamente seriam válidos para esse modelo", privilegia uma situação analítica na qual a transferência teria apenas esse mote exorcista (GROTSTEIN, 2013).

Foi por essa razão que Freud (2010i, p. 201) declarou, em seus artigos técnicos, que "repetição é transferência". O caráter demoníaco do elemento transferencial, ou seja, a sua determinação coercitiva na confecção de destinos, encontra a sua razão nessa associação entre transferência e repetição.

A dimensão fantasmagórica de reencarnação e de ver no analista um retorno era necessária para o tratamento, mas era também suficientemente assustadora. A cautela de Freud em suas publicações oficiais sobre o plano de cura e a dinâmica da transferência na relação entre analista e paciente era no sentido de tentar evitar que os analistas inexperientes fossem levados contratransferencialmente pelos demônios incipientes da situação analítica. A título de comparação, esse reino intermediário da entidade, na Psicanálise contemporânea, por exemplo, fará com que o demônio vivo entre analista e paciente seja tomado como quimera. A saber, a partir do resgate da noção freudiana de comunicação entre inconscientes, o elemento transferencial/contratransferencial será experienciado não apenas como obstáculo, mas, amiúde, como "monstro analítico" (REIS, 2016). É nesse terreno intermediário entre analista e paciente que o terceiro sujeito será cogitado, mais como alquimia necessária do que como exorcismo religioso.

O que é importante notar aqui é que esse primeiro modelo de Psicanálise acabava privilegiando apenas a transferência, especialmente como retorno do passado, e pouco considerava a experiência possível de um "*new beginning*" (BALINT, 1994), ao passo que a contratransferência era exclusivamente tomada como um obstáculo. Nessa linha, o sujeito freudiano procurava ser mais neutro e separado do objeto do que nos modelos subsequentes.

* * *

Segundo Greenberg (2017, p. 189), o modelo adotado por Freud e Klein está "imerso em uma tradição intelectual formada pela filosofia Continental do século 19". A tese é de que essa tradição filosófica, como uma "lente", continua o autor, "nunca perdeu o foco das forças que estão escondidas da vista, por estarem enterradas profundamente em nós (as fantasias), formando o que pode ser observado sobre o

comportamento e a experiência humana" (GREENBERG, 2017, p. 189). Trata-se de um ponto de vista sobre a esfera humana. Um *framework*, no qual a metapsicologia freudiana se construiu.

Porém, é conveniente ressaltar que Greenberg não considera aqui as raízes britânicas da Psicanálise, ou seja, as apropriações de Hughlings Jackson e Stuart Mill por Freud (HONDA, 2002). Essas raízes são importantes, na medida em que a metapsicologia freudiana também foi construída a partir de uma metodologia influenciada por esses autores, a saber, no tocante a uma perspectiva empirista, entrelaçada em uma herança de pensamento positivista-científico-naturalista. Influências que permitiriam que essas forças ocultas não ficassem relegadas ao terreno místico e espiritualista, bem como que, por exemplo, a partir de uma teoria das classificações e da ideia de concomitância entre físico e psíquico, a metapsicologia freudiana viesse a adquirir um *status* científico.

De igual sorte, a elaboração de outro autor também poderá nos auxiliar nesse entendimento. A ideia de que um ser humano é essencialmente movido por paixões, corresponderia "ao nível filosófico", de acordo com Mezan (2014, p. 68), àquilo que, na "tradução metapsicológica, se dá por meio do conceito de pulsão". A posição de princípio freudiana sobre a tendência da pulsão à descarga faz com que qualquer manifestação psíquica seja compreendida como "resultado do interjogo das pulsões, do mais banal ato falho até o delírio mais florido" (MEZAN, 2014, p. 68). É por essa razão que podemos "falar em 'paradigma pulsional' para designar a perspectiva de Freud. [...] *pulsional* porque é esse conceito (e não outro) que serve como *clef de voûte* de todo o sistema" (MEZAN, 2014, p. 68). Se a repressão é a pedra angular (*clef de voûte*) do edifício psicanalítico, o pulsional faz essa mesma função na construção de um primeiro modelo.

Há uma passagem no caso do "homem dos lobos" que representa muito bem essa pedra. Freud (2010g, p. 34, grifo nosso) faz uma indagação: "Como reagiu o garoto às tentações da irmã mais velha?", e, em seguida, responde: "com a recusa, mas ela era relativa à pessoa, não à *coisa*". A "coisa" em questão aqui é a pulsão, e o objeto sexual (a irmã) "não lhe era agradável [...] ele buscou conquistar, no lugar dela, outra pessoa mais querida", ou seja, o objeto é visto como qualquer um que satisfaça a coisa, "e informações da própria irmã, que invocara a Nânia como modelo, orientaram a sua escolha para esta" (FREUD, 2010g, p. 34). Assim, tanto faz a irmã ou a babá, contanto que haja a satisfação. O "homem dos lobos" troca o

objeto, mas não cede na “coisa”. Nas palavras de Mezan (2014, p. 68, grifos do autor), “a preeminência é conferida ao *movimento* e *àquilo que se move* (a energia); *aquilo para o que tende* o movimento – o objeto – tem um papel secundário, lógica, ontológica e cronologicamente”.

As articulações envolvendo essa tradição intelectual e o paradigma pulsional presumem um modelo teórico que privilegia dois aspectos: o domínio intrapsíquico e a transferência do paciente. Nesse modelo pulsional, o que interessa ao psicanalista, na situação analítica, é descobrir, tal como na metáfora do arqueólogo de Freud, aquilo que está “enterrado” no paciente. Desvelar as “forças escondidas” no aparelho psíquico, as “forças pelas quais somos vividos acreditando vivê-las” (GRODDECK, 1988). Ou, topologicamente, tomar parte da estrutura, como no aforismo freudiano acerca do objetivo da análise “*Wo Es war soll Ich werden*”, onde era “Isso” seria melhor que o “Eu” viesse a se tornar (FREUD, 1999, p. 86)[15]. Trata-se de um modelo de mente “ancorado na linguagem da força e da estrutura” (GREENBERG, 2017, p. 189).

Assim, o paradigma da pulsão tende a manter, na relação analista e paciente, um foco predominantemente no campo intrapsíquico. A dimensão relacional e intersubjetiva é algo pouco presente no campo da transferência. Esse modelo teórico é o que “se convencionou chamar de *one body psychology* da teoria clássica, a concepção solipsista, que colocaria o mundo intrapsíquico como o foco central das investigações psicanalíticas” (COELHO JUNIOR, 2015a, p. 177).

Como se vê nessa paisagem do início da Psicanálise, a situação analítica exigia que um analista estivesse em direção ao descobrimento do recalcado, ao passo que deveria neutralizar os afetos provocados na relação com o paciente. O modelo pulsional, pelo fato de a sua visão ter o foco maior na transferência do paciente ao analista, acabava por deixar um ponto cego no objeto vivo. Um ponto que, vale ressaltar, Ferenczi (1990) já anotava, em seu *Diário clínico*, como “a insensibilidade do analista”. Nesse *Diário,* podemos encontrar não apenas indagações, por exemplo, sobre essa insensibilidade e a sua atitude fria em análise, mas também algumas reprovações endereçadas a Freud e sua teoria, por estarem

[15] Poderia haver a contestação sobre a tradução desse aforismo freudiano. A alegação de que Freud, na verdade, está dizendo: “Onde Isso era o Eu *deve* advir”, precisa ser relativizada. A nosso ver, o verbo modal alemão *soll* é menos categórico e moral do que muitos o fazem parecer. Trata-se mais de um aconselhamento do que de uma obrigação. Por isso, em vez de *deve*, optamos, com amenidade, por *seria melhor que.*

mais preocupadas com a coerência intelectual do que com a miríade de complexidade apresentada pelos pacientes. Segundo Green (2005b, p. 52), nesse quesito clínico, a presença de pacientes não neuróticos e de neuroses graves torna-o (Ferenczi), de certa forma, “o precursor da análise moderna”.

Por fim, nessa paisagem, o desenvolvimento do conceito de transferência levava pouco em conta a dimensão interpessoal do acontecimento analítico. Em vez de considerar a ocorrência entre duas pessoas, o conceito era entendido como um processo que acontecia dentro da mente do paciente. A condição monolítica da transferência era sustentada pela imposição dogmática da época: neutralidade e abstinência.

Essa era também a ideia de Green (2005b, p. 50-51), de que Freud defendeu uma concepção que, desde então, foi julgada como sendo tão “monopolista”, estabelecendo “pouca importância para todos os efeitos da relação dialógica que a análise estabeleceu”. O autor corrobora a ideia de que o que constituía o pedestal do modelo freudiano era a sua “concepção da vida instintiva”, era tanto o “mais primitivo e mais solipsista no psíquico”, a saber, “o *Id*” (GREEN, 2005b, p. 51). Contudo, veremos que esse modelo pulsional e mais intrapsíquico acabará sendo articulado, no modelo contemporâneo, com o relacional e mais intersubjetivo.

Diante dessa aparente polaridade entre pulsão e objeto, haverá um enclave em que “a pulsão revela a existência do objeto apto a satisfazê-la, assim como o contrário, o objeto revela a pulsão” (GREEN, 2005b, p. 51). Nesse sentido, Green (2005b, p. 51) dirá que essa articulação é “inescapável. O par pulsão-objeto, o qual constitui a base do psíquico, é doravante indissociável”.

2.2.2 O segundo modelo

De maneira geral, o modelo pós-freudiano e relacional tem como foco de interesse as relações objetais, trazendo à tona uma perspectiva intersubjetiva.

A concepção de contratransferência assume, em tal modelo, um papel central. O trabalho clínico com crianças e pacientes psicóticos torna-se um ponto de referência na construção deste modelo, de modo que os quadros clínicos acabam servindo como exemplos paradigmáticos (URRIBARRI, 2009). Trata-se, a partir deste modelo, do conhecimento e da importância do objeto na clínica psicanalítica.

Reitera-se, nesse movimento, a primazia do objeto na constituição e no funcionamento psíquico.

Segundo Phillips (2006, p. 30), “com o advento da análise de criança, e em particular com o trabalho de Melanie Klein, os primeiros estágios dessa relação de objeto com a mãe entraram no foco da Psicanálise pela primeira vez”. A análise de crianças, que, nesse período, tinham como representantes Melanie Klein e Anna Freud, foi um passo em direção a uma nova matriz. Uma posição teórica que sustentava, ainda que discretamente, o antípoda do caráter “científico” (YOUNG, 1995) do primeiro modelo. “Em vez da discreta separação entre sujeito e objeto, do bebê e sua mãe, a matriz relacional se tornou o objeto da atenção” (PHILLIPS, 2006, p. 30). A atenção do campo psicanalítico ficou voltada para o lugar da mãe no mundo. As elaborações de Klein sobre o mundo interno da criança, considerando as suas brincadeiras na situação analítica como análogas às livre-associações dos adultos, acabaram por construir um quadro sem precedentes na história da Psicanálise.

O ponto de inflexão paradigmática entre este segundo modelo e o primeiro está na ideia de que “o bebê buscava contato com uma pessoa, não a gratificação instintual de um objeto” (PHILLIPS, 2006, p. 31). Como Winnicott (1971, p. 116) também afirmava: “Não é satisfação instintual o que faz com que um bebê comece a existir, a sentir que a vida é real, a achar que a vida vale a pena ser vivida”. Ao passo que também inseria o contraste entre as posições de Freud e as suas, ao alegar que as pulsões, em vez de constituírem, serviam ao *self*, e este precedia o instinto. Subvertia-se, assim, a famosa metáfora freudiana sobre o cavaleiro e o cavalo, o Eu e o *Id*, ao declarar que “o cavaleiro deve cavalgar e não ser levado pelo cavalo em disparada” (PHILLIPS, 2006, p. 31).

Ainda de acordo com Phillips (2006, p. 31), “na Psicanálise britânica do pós-guerra, não houve um retorno a Freud, como houvera na França com a obra de Lacan, mas um retorno à Mãe”. Retornar à mãe significava considerar as determinações de um período pré-edípico no desenvolvimento da criança. Tomando como referência um dos expoentes desse período, encontramos, na citação abaixo, uma espécie de tradução sobre as mudanças. Quem nos oferece esse testemunho casuístico é o próprio Winnicott (1965, p. 172, grifo nosso):

> Naquela época, nos anos de 1920, tudo tinha o complexo de Édipo como centro. A análise das psiconeuroses levava o analista

> repetidas vezes às ansiedades pertencentes à vida instintual durante o período dos quatro aos cinco anos no relacionamento da criança com os seus pais. Dificuldades iniciais que vieram à luz foram tratadas em análise como regressões a pontos de fixação pré-genital, mas a dinâmica vinha do conflito no complexo de Édipo em plena atividade da criança, com idade entre um e três anos ou entre um e cinco anos, que é logo depois do fim do complexo de Édipo e começo do período de latência. No entanto, inúmeros históricos de caso me mostraram que as crianças que se tornaram perturbadas, tanto psiconeuróticas, quanto psicóticas, psicossomáticas ou antissociais, tinham demonstrado dificuldades em seu desenvolvimento emocional na infância, mesmo quando bebês. Crianças hipersensíveis paranoicas podiam até ter começado a apresentar esse padrão nas primeiras semanas ou até dias de vida. *Alguma coisa estava errada em algum lugar.* Quando eu vim a tratar crianças pela Psicanálise, pude confirmar a origem da psiconeurose no complexo de Édipo, e, ainda assim, eu sabia que os problemas começavam mais cedo.

Em nosso entendimento, essa passagem é uma narrativa importante sobre as experiências de Winnicott, suas impressões e preocupação – “Alguma coisa estava errada em algum lugar” –, que ajuda a construir bem o cenário e a mudança de paradigma no movimento psicanalítico. Ao que nos parece, o bebê e a criança precisaram ser constantemente atendidos para que a Psicanálise mudasse de paradigma.

Na publicação do caso “o homem dos ratos”, Freud (2013, p. 27, grifo do autor) havia declarado “a característica-mor do inconsciente, a relação com o *infantil*”. No entanto, mesmo nesse caso, assim como nas orientações da *Análise da fobia de um garoto de 5 anos* (FREUD, 2015), o infantil estava sempre enredado nos sofrimentos do período edípico. O infantil, a partir de 1920, começa a reivindicar a atenção ao que vem antes, ao período pré-edípico, naqueles problemas que começavam mais cedo.

Bollas (2013, p. 25, grifo do autor) tem um palpite curioso sobre o fato de Freud ter abordado muito pouco a relação entre a mãe e o bebê e o inconsciente formado entre ambos, visto que, segundo o autor, “Freud reprimiu o *conhecimento* de sua mãe”. Na visão de Bollas (2013), ao publicar *O Inconsciente* (FREUD, 2010e), como uma forma reprimida de amor, Freud não estava consciente da contribuição que a mãe teria para a construção psíquica do *self.*

“Essa teoria do inconsciente [a percepção inconsciente]”, ele diz, “nunca entrou em sua metapsicologia”, e conjectura, ainda, que “o reprimido [o *conhecimento* de sua mãe] retorna quase como um deslize, uma parapraxia, em seu

principal ensaio sobre o inconsciente, no qual ele se dedica a uma teoria totalmente paternalista do inconsciente como pensamento censurado" (BOLLAS, 2013, p. 25).

A saber, a passagem que Bollas está utilizando para essa interpretação sobre o conhecimento materno reprimido em Freud é a seguinte: "É muito digno de nota que o *Ics* de um indivíduo possa, contornando o *Cs*, reagir ao *Ics* de outro" (FREUD, 2010e, p. 99)[16]. Uma passagem importante que, neste momento, nós não iremos abordar em seu sentido metapsicológico, mas iremos retomá-la no capítulo seguinte. O contraste que é gerado aqui parece se dar entre a ideia edípica e paternalista de inconsciente e pré-edípica e maternal de *Self.*

O que nos parece interessante na interpretação de Bollas é a sintonia com a interpretação de Phillips. Para ambos os autores, no tocante ao reprimido e ao seu retorno, a Mãe acaba se inscrevendo na história como uma conquista sobre um conteúdo latente. É como se, na história da Psicanálise, o paradigma relacional tivesse emergido em uma obra de cultura, como o aterro de *Zuydersee* (FREUD, 2010d).

* * *

Algumas publicações da década de 1940 são evidências significativas sobre as mudanças envolvendo um segundo modelo. Mais especificamente entre os anos de 1948 e 1950. Na Argentina, Racker (1951) publica o seu artigo *Observaciones sobre la contratransferencia como instrumento técnico*; na Inglaterra, em 1949, Winnicott (1994) publica *Hate in the counter-transference*; e, na Suíça, em Zurique, no 16º Congresso Internacional de Psicanálise, Heimann (1950) apresenta o artigo *On counter-transference*.

No artigo de Heimann (1950), o qual foi resultado de anos de seminários e supervisões, encontramos uma espécie de embate. "Há uma crença", diz a autora, em meio a candidatos analistas, "de que a contratransferência é uma fonte de problemas" (HEIMANN, 1950, p. 55). Estamos aqui diante da "fonte freudiana de sérios perigos", e muitos candidatos, continua, "têm medo e sentem culpa quando percebem sentimentos em direção a seus pacientes, e, consequentemente, focam

[16] Em Bollas (2013, p. 25), tal passagem do texto freudiano sobre o inconsciente encontra-se assim: "É algo notável que o inconsciente de um ser humano possa reagir sobre o do outro sem passar pelo consciente".

em evitar qualquer resposta emocional", e, com essa evitação, procuram se tornar "completamente sem sentimentos e 'destacados'" (HEIMANN, 1950, p. 55).

Não é difícil compreender o problema apontado pela autora. Os seus candidatos sentiam, sonhavam, pensavam e não sabiam o que fazer com isso. Ou, talvez, se sabiam, eram coagidos pelo que as "recomendações" e a cartilha psicanalítica da época prescreviam: apagar essa *margem*. O mandamento era o de fazer inócuo o território sentimental do analista, promovendo aquilo que a autora declarava como o "ideal de um analista separado". Uma noção que idealiza o bom analista como aquele que não sente nada, a não ser uma "uniforme e suave benevolência" (HEIMANN, 1950, p. 55).

Com essas publicações, Heimann e os outros autores citados procuraram subverter a ideia de que a contratransferência devesse ser vista apenas como um obstáculo, mas que poderia servir de instrumento para o trabalho analítico. Como retoma Phillips (2006, p. 131, grifo do autor): "O que o paciente *transferia* para o analista a partir de seu passado e como o analista viria a responder a isso estavam se tornando questões prementes na Sociedade Britânica [de Psicanálise]". A resposta emocional do analista, ao ser ocasionada pela transferência do paciente, não deveria ser tomada exclusivamente como a sua neurose e/ou o seu ponto cego. Porém, tornava-se "uma via afetiva, por meio da qual o analista pudesse ter um entendimento inconsciente do inconsciente do paciente" (URRIBARRI, 2009, p. 172). Ou seja, com essa inclusão, a situação analítica poderia ser pensada a partir do binômio transferência-contratransferência.

Greenberg (2017, p. 189) oferece essa perspectiva, ao lembrar que, no pragmatismo americano de Sullivan, havia um interesse em estar "mais impressionado pelas nuances da troca interpessoal". Ou seja, sobre aquilo que estava *acontecendo entre* as pessoas. Outro exemplo marcante dessa última perspectiva é o de Pichon-Rivière, que, segundo o autor, "emprestou dos dois (Klein e Sullivan), adicionando uma dimensão política e social que foi formada por sua experiência trabalhando e vivendo entre a população indígena da América Latina" (GREENBERG, 2017, p. 189).

Tomamos emprestada uma passagem de Pichon-Rivière que poderia traduzir esse passo. Melanie Klein costumava utilizar a expressão "aqui e agora" na historicização do sujeito, e Pichon-Riviére acrescentava "'aqui e agora, comigo'". (BARANGER; BARANGER, 2009, p. 49; BLEGER, 2017, p. 153). É importante dizer

que a passagem tratava mais de uma expansão teórica baseada no pensamento kleiniano do que necessariamente uma crítica. Algo que Bleger (1957) procurava explorar nas várias facetas dessa realidade que chamamos de situação analítica.

Já Winnicott (1994, p. 350) advertia sobre a importância de se ter consciência da raiva gerada no atendimento de pacientes psicóticos: “Independentemente do tanto que ele [o analista] ame os seus pacientes, ele não poderá evitar odiá-los e ter medo deles”. Chamamos a atenção para a expressão “evitar”, assim como Heimann (1950, p. 55) menciona em seu artigo – “e quanto melhor ele souber disso, menos o ódio e o medo serão o motivo que determina o que ele faz para os seus pacientes”.

Evidentemente, estamos em um limiar delicado de consideração, pois o uso que o autor propõe da contratransferência é sobre o que acontece na sessão e diz respeito àquela relação entre analista e paciente. Sendo assim, o ódio gerado no analista poderá ser em razão de suas identificações ou no tocante ao seu reprimido, e, neste caso, o analista deverá tratar disso em sua própria análise. Ou seja, é preciso reconhecer que, às vezes, a contratransferência pode ser um obstáculo e uma fonte de perigos. No entanto, esses autores não a rechaçam de imediato, mas procuram lhe oferecer um lugar na teoria e reivindicar a sua importância no tratamento. Winnicott (1994, p. 351) irá alegar que um analista que se propõe a atender pacientes psicóticos e antissociais terá que ser capaz de ter consciência da contratransferência, e que o fenômeno da contratransferência será uma das “coisas importantes na análise”. Diferentemente do “grupo de Klein, [que] insistia que a análise de pacientes psicóticos não requeria modificação essencial da técnica clássica” (PHILLIPS, 2006, p. 131).

Quanto ao trabalho de Racker (2002, p. 105), logo no início, ele irá dizer: “a importância dada à contratransferência e a importância atrelada aos problemas correspondentes dependem da importância dada ao papel do analista na cura”. Trata-se de um duplo papel: primeiro, o analista é um intérprete dos processos inconscientes, e, depois, ele é o objeto desses mesmos processos. E a “consequência imediata disso é o duplo papel da contratransferência: ela pode intervir e interferir”, ou seja, na medida em que o analista é um intérprete e na medida em que é um objeto dos impulsos (RACKER, 2002, p. 105). Desse modo, na condição de intérprete, o fenômeno contratransferencial pode “ajudar, distorcer, ou dificultar a *percepção* dos processos inconscientes” (RACKER, 2002, p. 105, grifo do autor). Quanto à condição do analista como objeto, a contratransferência poderá

“afetar a sua maneira e o seu comportamento”, influenciando, assim, “a imagem que o analisando forma dele [do analista]” (RACKER, 2002, p. 105).

De maneira geral, o que Racker propõe é a inter-relação necessária para uma análise acontecer, levando em conta o papel da contratransferência nela. E, assim como Winnicott, ele irá discriminar o fenômeno como um obstáculo ou como um auxílio, atribuindo ao último a denominação comum de contratransferência, e ao primeiro a de “neurose de contratransferência”, ou seja, a expressão patológica do fenômeno (RACKER, 2002, p. 105).

* * *

Diante do objeto vivo da análise, podemos observar, neste segundo modelo, a influência do que Bollas (2013, p. 55) chama de “ordem materna”. O atendimento de crianças, psicóticos, antissociais e outras organizações psíquicas não neuróticas colocou novamente em evidência – isso já era uma questão nas discussões entre Freud e Ferenczi – o papel do analista, agora considerando os seus pensamentos e sentimentos, na situação analítica. Um papel que exerce, muitas vezes, o que poderia ser também chamado de função materna. Winnicott (1994, p. 356, grifo nosso) insistirá na ideia de que “o analista terá que despender toda a paciência e tolerância e confiabilidade de uma *mãe* devotada ao seu infante”. Assim como Phillips (2006, p. 131) dirá que,

> [...] se, como Winnicott agora acreditava, a própria mãe tivesse um papel tão decisivo no desenvolvimento do bebê, então, quando os relacionamentos mais precoces fossem recriados no *setting* analíticos, novas exigências seriam feitas para o analista.

Nesse sentido, podemos pensar que, para este segundo modelo, as nuances da troca promovem o encontro entre duas pessoas totais. Green (2005b, p. 48) prefere utilizar, em vez do termo “*two-body psychology*”, a expressão “*a dialogical situation*”. Essa situação dialógica refere-se, por estar etimologicamente associada à palavra diálogo, à interação, ao contato e à discussão entre duas partes. Ao contrário da concepção freudiana solipsista, ela procura salientar “os efeitos da situação em que ambos [analista e paciente] estão imersos” (GREEN, 2005b, p. 48). Uma expressão que nos parece oportuna, ao dar ênfase à situação e aos seus efeitos, para além da circunscrição de dois corpos, o que a torna próxima da noção de campo do casal Baranger e da tensão dialética do terceiro sujeito de Ogden.

As concepções de Klein sobre identificação projetiva e, mais tarde, de Bion, sobre a comunicação primitiva não verbal de conteúdos não simbolizados, participarão na metapsicologia do campo em que o terceiro sujeito está inserido. São concepções que, salientamos, levam em conta um período de vida pré-edípico.

Em nossa visão, a Psicanálise contemporânea também tem procurado resgatar esse "*conhecimento* da mãe" e o seu correlato matricial, que são as comunicações entre inconscientes. Algo que, como veremos, pode ser feito a partir da noção de Outro em Freud, da representação de coisa e dos signos perceptivos. Elaborações que sempre estiveram incipientes em suas declarações metapsicológicas. O nosso intuito, no capítulo seguinte, junto com esses autores contemporâneos, é fazer o que Bollas (2013) diz não ter sido feito, a saber, fazer entrar esse *conhecimento* na metapsicologia.

É como se, depois de muito tempo preocupados com Édipo, passássemos a nos implicar também com a importância da Esfinge no destino das vidas[17]. Por ora, como disse Green (2005b, p. 51), "com a contratransferência, o capítulo foi aberto".

2.2.3 O terceiro modelo

Na concepção de Bollas (2013, p. 4), a "evolução criativa da Psicanálise", para acontecer, precisaria andar na contramão da pulsão de morte, do sectarismo e dos riscos de um "efeito escotoma". Para o autor, teoria são visões. "Cada teoria vê alguma coisa que outras teorias não veem. São formas de sensação" (BOLLAS, 2013, p. 4). A ideia é a de que aquilo que captamos com um órgão é diferente do que captamos com outro. Por exemplo, o que percebemos da realidade pelo ouvido é diferente do que percebemos pelos olhos, e daí por diante. Nesse sentido, a teoria é um "fenômeno metassensual" (BOLLAS, 2013, p. 4).

A política de Bollas é pluralista e se sustenta, em seu núcleo, em uma teoria da percepção. Segundo o autor,

> [...] dizer que alguém deve tornar-se um Kleiniano ou um Lacaniano, à exclusão de outras teorias, é tão absurdo quanto dizer que alguém deve se tornar um defensor da escuta, ou um cara da visão, ou do tato, ou do olfato (BOLLAS, 2013, p. 4).

[17] Remetemos o leitor ao trabalho de Jane Connell (2013): *O silêncio da Esfinge: o erro de Édipo e a redescoberta resposta ao enigma.*

Um raciocínio próximo ao de Greenberg e Mitchell (1983, p. 27): “Comparando os trabalhos dos teóricos de hoje, é como estar olhando para diferentes pinturas de uma mesma paisagem por pintores de tradições estilísticas e estéticas variadas”. Assim como a escolha dos autores para o uso do termo “modelo” para a caracterização do pensamento psicanalítico: “não são simplesmente dispositivos organizacionais, mas refletem diferentes *visões* da realidade” (GREENBERG; MITCHELL, 1983, p. 67, grifo nosso).

Do mesmo modo que no segundo modelo, os pacientes não neuróticos também determinam a construção do modelo contemporâneo de Psicanálise. “Clinicamente”, diz Urribarri (2009, p. 177), “patologias borderline constituem os novos casos paradigmáticos”. Essas organizações psíquicas fronteiriças que ocupam uma posição intermediária entre neurose e psicose acabam promovendo a exploração de condições que pudessem tornar, para esses pacientes, uma análise possível. Considerando, evidentemente, os limites dessa possibilidade.

É curioso notar que a matriz clínica fronteiriça apresenta, em sua dinâmica psicopatológica, um retrato da interseção epistemológica do modelo contemporâneo. No quadro fronteiriço, temos a seguinte descrição de Urribarri (2009, p. 177): “no primeiro nível, o conflito das pulsões, entre o Eu e o *Id*; no segundo nível, um conflito de identificações, entre o Eu e o(s) objeto(s)”. Não é nosso objetivo discutir a matriz clínica borderline, mas nos parece importante reconhecer a presença dos dois modelos anteriores de Psicanálise conjugados em uma única patologia, a saber: no primeiro nível, o modelo pulsional, e, no segundo, o objetal. Pois essas presenças tornam mais clara a necessidade de o modelo contemporâneo procurar construir um paradigma que articule o intrapsíquico com o intersubjetivo.

Nesse diapaão, este terceiro modelo emerge procurando superar os impasses freudianos e pós-freudianos geralmente referidos na crise da Psicanálise. Duas orientações se desdobram nessa crise: uma que procura atualizar algumas variantes do modelo pós-freudiano, enquanto a outra pretende construir um novo modelo. À última orientação, dá-se o nome de modelo contemporâneo. Os maiores representantes de tal modelo são André Green, Cristopher Bollas e Thomas Ogden.

O modelo contemporâneo está apoiado em três eixos: uma nova leitura crítica, histórica e problemática de Freud, que reavalia – e revitaliza – a sua metapsicologia e o método como princípio de Psicanálise; uma adoção crítica e

criativa das contribuições pós-freudianas; e a expansão clínica, que passa a incluir casos não neuróticos em sua prática (URRIBARRI, 2009).

Como dissemos acima, a característica mais representativa deste terceiro modelo é a articulação entre o intrapsíquico e o intersubjetivo. Green (2005b, p. 51) propõe uma espécie de solução, ao lidar com os dois modelos anteriores, a saber, a "terceiridade", uma espécie de saída da circularidade e da ideia simplista de uma relação dual, a partir da "influência de uma terceira parte da teoria psicanalítica". Como mencionamos acima, da aparente polaridade entre pulsão e objeto, há um enclave em que "a pulsão revela a existência do objeto apto a satisfazê-la, assim como o contrário, o objeto revela a pulsão". Nesse sentido, como já afirmamos, Green (2005b, p. 51) propõe, nesse modelo contemporâneo, uma articulação "inescapável. O par pulsão-objeto, o qual constitui a base do psíquico, é doravante indissociável". E assim, começamos a encontrar, nessa solução epistemológica de Green envolvendo a terceiridade, o lugar de ancoragem do conceito de terceiro sujeito em Ogden.

Para Green (2005b), a noção de terceiro é fundamental para a teoria psicanalítica. Ela é uma resposta ao "predomínio das relações duais como base para todo o pensamento" (COELHO JUNIOR, 2015a, p. 177). Não se trata aqui de um terceiro modelo divergente e isolado dos dois anteriores, mas de um movimento atual, que toma algumas visões antecedentes, a fim de criar, a partir de uma perspectiva mais suplementar do que excludente, um modelo contemporâneo de Psicanálise.

O conceito de representação freudiano torna-se, consequentemente, mais complexo, cobrindo corpo e afeto, assim como o pensamento. Segundo Urribarri (2009, p. 177, grifos nossos), a "representação é definida como a função básica do psíquico" – levando em conta a ideia apresentada acima, de que a base do psíquico envolve o par pulsão-objeto –, acrescentando que "a perspectiva metapsicológica contemporânea enfatiza o *heterogêneo*, o *processo*, e a *poiética* ou *criatividade*".

Talvez uma das questões mais interessantes que poderia nortear a discussão sobre este terceiro modelo, em relação ao objeto vivo da teoria, seja a que Green formula a partir da leitura de *La construction de l'espace analytique* (VIDERMAN, 1970). Cabe citá-la: "Até onde o que se desdobra no tratamento envolve a repetição do passado e até onde isso concerne não ao que tem sido repetido, mas o contrário, ao que nunca foi experienciado?" (GREEN, 2005b, p. 49). Uma questão que,

evidentemente, compreende a transferência para além de uma repetição do passado na relação com o analista.

Esse “até onde” de Green remete-nos a um limiar da situação analítica que parece ir além de uma perspectiva envolvendo dois lados de uma mesma moeda. Ou seja, que, ao repetir o passado, o paciente estaria experienciando algo que nunca foi experienciado no sentido de já estar “lá”. Tratar-se-ia, então, de uma interpretação baseada no modelo freudiano. Contudo, Green parece também estar próximo da ideia de Winnicott (1974) sobre o “medo do colapso (*fear of breakdown*)”, de Bion (1963) e a função alfa, de Balint (1994) e o novo começo, assim como de Ogden (2016) e Phillips (2013) e suas elaborações sobre a vida não vivida (“*Unlived life*”).

Em nosso entendimento, essa questão extrapola a ideia de repetição como uma forma de memória e resistência, e coloca a transferência como construções inéditas em análise. Algo próximo da ideia de Urribarri (2009, p. 181), de que “a interpretação não serve apenas aos propósitos da decodificação, mas também é poiética, a fim da criação de significados”.

Essa discussão é relevante, na medida em que toca no ponto do percurso de Ogden. Nós vimos, no preâmbulo acima, que o seu trabalho se dá essencialmente com esquizofrênicos e pacientes que apresentam estados psicológicos deficitários no campo da simbolização. Duas de suas contribuições mais importantes no campo psicanalítico, por exemplo, são o estado de não experiência e a posição autista-contígua. Ou seja, dois conceitos que abordam um domínio psíquico existente no limite primitivo da experiência. Assim como a sua contrapartida clínica, a saber, a necessidade de criar a condição para que um paciente possa atribuir sentido à percepção e, consequentemente, à capacidade de experiência e pensamento.

Atravessar uma experiência com um paciente em análise, nesse sentido, é viver também algo nunca antes experienciado. Como não pensar, aqui, que o terceiro sujeito, por ser uma “criação” entre analista e paciente, não está imerso em uma condição transferencial/contratransferencial poiética?

Neste modelo contemporâneo, a oferta do analista pode se tornar também um convite implícito à transferência/contratransferência como processos criativos. Desse modo, tanto analista quanto paciente poderão “sonhar a sessão”, viver a “criação de um terceiro sujeito” e ser “criado por ele”, tal como Ogden propõe. É como se

houvesse, nessas premissas, um intrincado resgate da dimensão criativa de uma análise.

* * *

Um dos riscos de se tomar acriticamente a situação dialógica determinada pela condição de não haver tal coisa como um bebê sem a mãe é a construção de um claustro. Kohon (2005, p. 64, grifos do autor) lembra que:

> Se é verdadeiro que não há tal coisa como um bebê sem a mãe, então é igualmente verdadeiro que não há tal coisa como uma mãe e um bebê sem o pai, imaginário ou real. O encontro analítico em si não pode ser entendido em termos de *apenas* um relacionamento de mãe e bebê. Mãe e bebê só podem existir no contexto de um terceiro termo, que não necessita estar fisicamente presente para estar *lá*.

Essa pontuação é a oportunidade que vemos para inserir a presença de Jacques Lacan no fio da história. Incluir o pensamento de Lacan nesse labirinto psicanalítico é um desafio. A fim de manter uma coerência textual na discussão, entendemos que uma das muitas contribuições lacanianas está na saída intrapsíquica e intersubjetiva envolvendo uma função do terceiro. Como dirá Ogden (1996, p. 25),

> Para Lacan, a compreensão do processo analítico e da constituição e descentramento do sujeito é propiciada por um pensamento dialético, como [...] a concepção da natureza da inter-relação entre os registros do Imaginário, Simbólico e Real, e sua compreensão da natureza da interdependência entre sujeito e objeto na relação analítica transferencial-contratransferencial.

No caso do sujeito lacaniano, o Nome-do-pai/metáfora paterna é, para Lacan (1998a, p. 563), um operador fundamental na dialética da alienação e separação:

> Tentemos agora conceber uma circunstância da posição subjetiva em que ao apelo do Nome-do-Pai corresponda não à ausência do pai real, pois essa ausência é mais do que compatível com a presença do significante, mas à carência do próprio significante.

De acordo com Lacan (1998a), esse “apelo” é imprescindível para a constituição do sujeito. Na relação primordial e simbiótica com a mãe, deverá estar presente o pai, não necessariamente real ou imaginário, como disse Kohon, mas fundamentalmente simbólico. Uma presença que Lacan procura sustentar com o seu uso peculiar do conceito linguístico de significante. Algo que Green (1981) também irá postular como “o outro do objeto”. O outro da mãe é essa figura de terceiridade, que aponta para a presença “paterna”, mas que poderia ser, por exemplo, um irmão,

um tio, uma figura da infância da mãe. Trata-se, essencialmente, de um terceiro entre a mãe e o filho. Em suma, trata-se do fato de a mãe, nessa relação com o bebê, estar sempre portando o pai, ou o outro para o qual o seu desejo estará endereçado para além do bebê.

Ogden (1996, p. 26) irá retomar a importância da noção lacaniana de que "o inconsciente é constituído pela cadeia de significantes, o Outro"[18]. Inclusive, ele aponta que "o sujeito é falado pelo Outro, e, nesse sentido, é 'acéfalo'". Pretendemos adentrar mais adiante as minúcias do uso de Lacan por Ogden; aqui, gostaríamos apenas de indicar que há uma apropriação do pensamento desse autor no modelo contemporâneo.

Segundo Urribarri (2009, p. 178), "na Psicanálise contemporânea (particularmente influenciada por uma adoção crítica e criativa do trabalho de Lacan a esse respeito), revisitando o método freudiano, coloca-se a linguagem no centro". Não obstante haja uma "irredutível heterogeneidade" entre as representações de coisa e de palavra, essas "relações conflituosas definirão a essência do trabalho psíquico" (URRIBARRI, 2009, p. 179).

No entanto, uma importante inovação que participa deste modelo contemporâneo foi a introdução do conceito de enquadre. Winnicott, Bleger e o casal Baranger distinguiram-no de uma mera situação física, para concebê-lo como função – de terceiridade – que constitui tanto o encontro quanto o processo analítico, formando, assim, um par analítico com *isso.* Nesse sentido, o enquadre se aproxima da noção acima sobre o terceiro em Lacan, ao funcionar como intermediário e operador de alienação e separação no par analítico.

O enquadre tem como característica a função de transição entre realidade social e realidade física. Urribarri (2009, p. 179) descreve o enquadre a partir de três dimensões: "a dimensão física (sessões semanais, o *setting* físico), a dimensão simbólica (a regra fundamental da associação livre) e as suas articulações, que criam e contêm o espaço imaginário (o "como se") característico da análise". Desse

[18] Citamos essa passagem, pois, nas elaborações sobre o terceiro sujeito, Ogden irá grafar, muitas vezes, a palavra "outro" em maiúscula, ou seja, "Outro". Não se trata apenas de uma tradição psicanalítica que procura operar uma disjunção entre o outro real e o simbólico. Na nossa visão, isso é relevante na medida em que Ogden parece se referir mais ao Outro freudiano do que ao lacaniano, pois a estruturação do inconsciente como linguagem, tal como Lacan postula, ou seja, como significantes, faz com que o seu inconsciente seja diferente do de Freud, visto que, para o segundo, o inconsciente é amiúde constituído por representações de coisa, que o fazem ser tomado, consequentemente, do ponto de vista da regressão do sonho, por exemplo, como uma linguagem imagética e não discursiva (BRINHOLLI, 2020).

modo, o enquadre constitui o campo analítico como “terceiro espaço, no qual os espaços psíquicos do paciente e do analista podem se juntar e se separar [...], delimitando um espaço intermediário em que a comunicação analítica é possível” (URRIBARRI, 2009, p. 180). A concepção de enquadre faz gerar, na situação analítica, um esquema triádico: enquadre-transferência-contratransferência.

A noção de enquadre irá servir, neste novo modelo, tanto como instrumento diagnóstico, ou seja, se o paciente é capaz ou não de fazer uso desse espaço analítico potencial, quanto irá promover, no caso de pacientes não neuróticos, a possibilidade de se ajustar o dispositivo para o que seria melhor em termos de funcionamento analítico.

* * *

Uma das definições de Ogden (1996, p. 4, grifos nossos) sobre o terceiro analítico é a seguinte:

> O terceiro analítico não é apenas uma forma de experiência de que participam analista e analisando, é, ao mesmo tempo, uma forma de vivenciar a eu-dade (*I-ness*) (uma forma de subjetividade), na qual (por meio da qual) analista e analisando se tornam outros que foram até aquele momento. O analista dá voz e *participa* da *criação* da experiência que é o passado *vivo* do analisando, e, dessa maneira, não só escuta sobre a experiência do analisando, mas *vivencia a sua própria criação desta.* O analista não vivencia o passado do analisando; ele vivencia a sua própria criação do passado do analisando, gerada na sua vivência do terceiro analítico.

A simultaneidade gerada na experiência intersubjetiva entre analista e paciente faz com que o paciente vivencie “o seu próprio passado vivo como criado intersubjetivamente no terceiro” (OGDEN, 1996, p. 5). Essa concepção de experiência é uma posição teórica e clínica não exclusivamente focada na descoberta do recalcado, e que, para ser apreciada, precisou de uma recapitulação modelar do objeto vivo psicanalítico, principalmente levando em conta a própria noção de situação analítica. Viver “no” e “por meio do” terceiro analítico deve ser entendido como uma proposta psicanalítica contemporânea. Nesse sentido, o pensamento de Ogden e o terceiro sujeito estão ancorados neste terceiro modelo.

A nosso ver, essas elaborações são objetos teóricos, cujas emergências, embora possam ocorrer durante o processo analítico, são fragmentos que compõem e corroboram, dando sustentação a uma experiência maior. O terceiro sujeito é uma

posição nova na história da Psicanálise, uma “característica da situação analítica (que) cria as condições para uma recontextualização fundamental de experiências do analisando” (OGDEN, 1996, p. 5). A ideia de terceiro na Psicanálise, para esse autor, é formulada da seguinte maneira:

> A Psicanálise pode ser pensada como um esforço para vivenciar, compreender e descrever a natureza mutativa da dialética gerada pela criação de negação do analista pelo analisando e do analisando pelo analista *dentro do contexto dos papéis que constituem o enquadre analítico* (OGDEN, 1996, p. 5, grifo do autor).

Os verbos indicam processos que vão além de descobertas, mas apontam para a dimensão criativa incipiente no encontro analítico e a sua natureza volátil e mutativa. A proposta de Ogden, assim como a dos autores que o antecederam, como Ferenczi, Melanie Klein e Winnicott – para citar os mais conhecidos –, oferece uma saída sofisticada para o momento psicanalítico atual, em um mundo no qual as psicopatologias não se limitam a uma metapsicologia determinada exclusivamente por um paradigma pulsional, nem só por um relacional, mas caminham rumo a uma “metapsicologia dos limites” (JUNQUEIRA, 2010).

3 UMA METATEORIA DO TERCEIRO

G. (*5 anos*): “Papai, tô com saudade da mamãe.”
P. (*Seu pai*): “Eu sei filho. Mas, a mamãe virou uma estrelinha lá no céu. Ela tá com a gente em pensamento.”
G.: “Eu tô cansado dessa estória de estrelinha, eu quero uma mamãe que faz lanche!”
(*Conversa entre pai e filho, um ano após a morte repentina da mãe*)

Neste capítulo, desenvolvemos algumas ideias a partir do trabalho *The origins and destinies of the ideia of thirdness in Contemporary Psychoanalysis*, de Coelho Junior (2015b). Tal estudo oferece diretrizes a partir de dez figuras de terceiridade que facilitam o nosso pensamento sobre os diferentes *terceiros* na Psicanálise. Portanto, será tomado por nós como mapa conceitual enquanto escrevemos a partir das concepções. Não pretendemos abordar todas as figuras, utilizando-as apenas para desenvolver algumas discussões, assim como também incluímos outros *terceiros* nessas diretrizes.

Concomitantemente, contemplaremos algo que os psicanalistas tomam por simbolização, potencialidade implicada no que Ogden (2017b, p. 112) diz sobre “o traço que poderia virar experiência”. A nosso ver, é para dar conta disso que a ideia de *terceiros* nos parece relevante clinicamente. Desse modo, temos ideias sobre o *terceiro* e a sua função transformativa. Do ponto de vista psicológico, o que está em jogo para que um sujeito possa transformar traços em experiência? Quais elementos metapsicológicos estão presentes, em ação?

Freud (1986 *apud* MASSON, 1986) fala sobre traço mnésico perceptivo e os processos para tornar consciente a matéria-prima psíquica inconsciente. Na metapsicologia, encontramos apontamentos e impasses sobre afeto e representação, sobre representação de coisa e de palavra, sobre a *coisa* e o seu predicado. Ao longo dos anos, tais discussões metapsicológicas foram levando em conta a importância de elementos primários do psiquismo, as necessidades e os entraves da simbolização.

Retomando Freud nesse quesito sobre a matéria-prima psíquica, por exemplo, Roussillon (2019, p. 36 e 175) afirma que esse é “o primeiro traço [mnésico perceptivo] a partir do qual o processo de simbolização deverá trabalhar”, e que o trabalho da Psicanálise tem como horizonte a simbolização para a “apropriação

subjetiva" da experiência psíquica[19]. Assim como Green (2019), frisando o aspecto quantitativo geral envolvendo a matéria pulsional e o pensável, o autor fala sobre um caminho que vai da força ao sentido. Portanto, o nosso desafio é considerar os *terceiros* em sintonia com o percurso. E, durante o percurso, estaremos, invariavelmente, levando em conta os aspectos processuais, e não apenas formais dos *terceiros.*

A título de introdução, após a mudança metapsicológica ocorrida de 1920 em diante, com a inclusão de uma segunda tópica, os casos-limite fizeram com que se cogitasse uma terceira, a fim de oferecer um suporte lógico para os problemas clínicos. Quando Green (2007, p. 79) considera a posição de Brusset sobre a necessidade de uma terceira tópica, ele prefere manter a questão aberta, porém, reconhece a questão da ligação como suporte lógico e ponto de partida para pensar o problema, o qual acabará por chamar de "metapsicologia da ligação"[20]. Lembrando que ambos os autores estavam abordando as estruturas não neuróticas, ou seja, formas de adoecimento psíquico que estão mais próximas da psicose. Em nossa visão, essa metapsicologia poderia ser resumida como "trabalho de vinculação e de simbolização", algo que também podemos chamar de "processo terciário" (GREEN, 2019, p. 71). Nesse diapasão, a ideia geral de *terceiro* desenvolvida neste capítulo deve ser reunida sob a égide de um lugar "onde as ligações devem existir" (GREEN, 2007, p. 77). Veremos diferentes formas de *terceiro*, no entanto, parece-nos que a sua maior função metapsicológica é a de ligar.

Freud já apontava para o trabalho de ligação entre o conteúdo latente e manifesto, entre a representação de coisa e a de palavra, ou seja, entre a linguagem imagética e a discursiva. Bion apontou para a ligação nas relações entre analista e paciente, no que se refere às moções destrutivas do vínculo e da função do objeto. Winnicott considerava a ligação primordial entre mãe e bebê como fundamental para a constituição subjetiva. Ogden fala da ligação por meio das *reveries* entre analista e paciente, e Green trabalhou com a ideia de ligação nos processos terciários. Procuramos seguir na direção da resposta de Green a Brusset, a saber, de que os problemas apresentados por algumas estruturas clínicas levaram ao questionamento das primeiras tópicas, questionamento esse que, entretanto, ainda não é suficiente para exigir uma terceira. Todavia, ao fazer com que o conceito de ligação fosse

[19] "Nós situamos o trabalho de simbolização no cerne da prática." (ROUSSILLON, 2019, p. 175).
[20] Cf. *Demarcação originária e transformações da ligação, de Freud a Winnicott* (GREEN, 2007).

posto em evidência como construção de saída do problema, acabou por trazer à tona a sua importância, e, assim, pode estar incluído nas lógicas das tópicas anteriores. Tal como uma “tópica mínima” (GREEN, 2007), pode nos ajudar a pensar em espaços, dinâmicas e economias entre sujeito e objeto, e dar suporte lógico a algumas ideias e trabalhos clínicos envolvendo o *terceiro.*

Sumariamente, este capítulo foi estruturado a partir de dois guarda-chuvas conceituais: a subseção 3.1, *A matriz da mente*, e a subseção 3.2, *O terceiro Ics*. No intuito de reunir o que seriam muitos elementos de teoria psicanalítica de uma forma que pudesse ser textualmente coerente, optamos por resolver assim esse problema. Em um sentido teórico e clínico, podemos tomar o primeiro guarda-chuva conceitual como figuras de *terceiro* implicadas em uma estrutura, e o segundo como *terceiros* da estrutura, implicados na comunicação.

A maneira que escrevemos este capítulo é espiralada, indo do mais amplo ao mais específico, ou seja, é como se fizéssemos o caminho inverso, que vai da experiência ao traço, mas, para isso, foi preciso dar voltas, tentando aprofundar a discussão a cada vez que passávamos pelo mesmo lugar.

* * *

Para entrarmos nas primeiras considerações metapsicológicas, é imprescindível retomar um dos pontos que vimos no capítulo anterior, o da mudança epistemológica na teoria psicanalítica, provocada pelo atendimento de crianças e pacientes limítrofes. Recapitulamos essa questão, pelo fato de terem sido essas a razões de se ter começado a pensar a metapsicologia, um espaço intermediário, um terceiro sujeito intersubjetivo e uma terceira tópica.

As diferentes formas de adoecimento psíquico, como nos dizem Figueiredo e Coelho Junior (2018, p. 36), promoveram a necessidade “de integrar a intersubjetividade ao campo do funcionamento psíquico de cada sujeito individual, o que se tornou irrecusável no atendimento dos sofrimentos não neuróticos”. Essa é também a recapitulação de Brusset (2006, p. 1278-1279), em conjunto com a sugestão de uma terceira tópica: “a especificidade metapsicológica das organizações não neuróticas requer a definição de uma terceira tópica como um quadro geral da metapsicologia das relações”. Ou seja, na clínica contemporânea,

> [...] certos modos de funcionamento e a sua relação com a realidade externa não são explicados pelas primeira e segunda tópicas; nem pelo jogo de representação de coisa e de palavra, segundo o modelo do sonho e da neurose; nem pela estruturação edípica; nem pelo conflito entre instâncias ou no seio das instâncias. A clínica da identificação projetiva, da passagem ao ato, das somatizações, da transicionalidade, do continente e dos envelopes psíquicos, tem ganhado interesse e forma o multicolorido campo das patologias-limite e das adições. Para as quais, o campo comum é a angústia de intrusão e abandono, a problemática dos limites e a indiferenciação entre espaços (JUNQUEIRA, 2010, p. 115).

Desse modo, esses pacientes e os seus “modos de funcionamento” têm levado a metapsicologia a uma mudança envolvendo novas perspectivas teóricas que procuram dar conta desse campo “multicolorido” das patologias-limite. Sem perder de vista, evidentemente, as chances de incrementar os conhecimentos sobre as formas neuróticas de sofrimento e ampliação de técnicas no campo analítico.

Como mencionamos no capítulo anterior, não bastava apenas o prisma da matriz pulsional e intrapsíquica para a compreensão desses casos especiais, tampouco apenas a matriz relacional. Era necessário um modelo metapsicológico intersubjetivo que comportasse o desafio de pensar teoricamente a partir dessa pluralidade. Embora a primeira e a segunda tópicas pareçam não dar conta de se pensar a “problemática dos limites”, não é o caso de abandonarmos essas tópicas e metapsicologias.

É importante ressaltar algo sobre a inclusão da intersubjetividade na metapsicologia:

> Não que tal inclusão fosse ignorada por Freud. Tanto na sua primeira quanto, mais ainda, em sua segunda tópica, é impossível não abrir espaços para o intersubjetivo no cerne da subjetividade. [...] alusões ao “outro sujeito” são inevitáveis e delas temos algumas testemunhas eloquentes em toda a sua trajetória teórica (FIGUEIREDO; COELHO JUNIOR, 2018, p. 36).

Devemos, então, considerar que podemos identificar, já na primeira e na segunda tópicas do aparelho psíquico, a presença de espaços intersubjetivos. Notar a eloquência de processos como os de identificação, ou seja, a presença do outro na constituição do Eu, o fato de o Eu ser um precipitado de identificações, assim como a origem do Supereu, enquanto instância parental e herdeiro da cultura, e sua presença conflitiva na concepção estrutural da segunda tópica (FREUD, 2011b).

Portanto, parece ser um exercício epistemológico necessário avançar em direção a um pensamento metapsicológico sem desconsiderar as primeiras tópicas,

reconhecendo, dialeticamente, a partir dessas “testemunhas eloquentes”, esses “espaços” e os seus limites.

3.1 A matriz da mente

A concepção metapsicológica para a teorização do terceiro envolve os primórdios da constituição psíquica. Por essa razão, ela supõe a existência de uma matriz da mente.

Existem algumas maneiras de abordar esse assunto, e adotamos uma que nos pareceu coerente, a qual se expressa nesta equação simples: Eu + Tu = Um. Tanto a matriz quanto a equação pressupõem a existência de um campo relacional no qual elas acontecem. Um tipo de espaço no qual processos psicológicos intersubjetivos são gerados e posteriormente deslocados para outras experiências humanas, sendo, uma delas, a psicanalítica. Frisamos o deslocamento para dar ênfase aos processos transferenciais, pois a experiência na e da matriz será levada adiante em toda a vida enquanto estrutura enquadrante intra e intersubjetiva móvel e formativa.

3.1.1 O terceiro como entre-dois

Começamos pela figura de terceiro como entre-dois, pelo fato de ser “uma das figuras mais potentes do terceiro em Psicanálise” (COELHO JUNIOR, 2015a, p. 181). A equação paradoxal *Eu, Tu e Um* foi extraída de Freud (2010g, p. 12), quando o autor reconhece o borrão perceptivo dos enamorados: “Eu e tu são um”. Procuramos simplificá-la dessa maneira, que, a nosso ver, dá mais visualidade ao paradoxo dialético do terceiro.

Observa-se que há, nela, dois sujeitos separados e juntos ao mesmo tempo. Temos Eu, temos Tu e temos Um, que é o resultado da soma das partes. Trata-se de um problema epistemológico difícil para a Psicanálise, pois poucos são os termos e as palavras que temos para dar conta dessa situação. Sustentar teoricamente um *lugar* paradoxal como esse é mais difícil do que notá-lo em nós mesmos e nos outros, clinicamente e na vida cotidiana. No entanto, temos esse desafio de reiterar,

assim como fizeram Winnicott, Green, Ogden e outros autores, a necessidade de suportar a existência de paradoxos metapsicológicos em nossas discussões[21].

A elaboração de Freud toma o campo do amor e diz o seguinte: “contrariando o testemunho dos sentidos, o enamorado afirma que Eu e Tu são Um, e está preparado para agir como se assim fosse” (FREUD, 2010g, p. 12). A intenção de Freud não é romantizar a Psicanálise, muito menos propor um encontro entre amantes em uma sessão de análise, mas sim procurar ir em direção ao que ele chama de *fons et origo* (fonte e origem). Partindo da tentativa de compreender a declaração feita por um de seus amigos sobre a fonte da religiosidade, ele tenta dar conta, teoricamente, desse tipo especial de sentimento, o sentimento oceânico[22].

Depois de ler essas elaborações de Freud, brincamos com a homofonia em português dessa expressão, e a pensamos como sentimento “o-ser-único”, por se tratar tanto de um ser único no mundo quanto em unicidade com o mundo e com o outro[23]. Vale a pena a brincadeira, porque a resposta de Freud e dos autores contemporâneos vai nessa direção. Para compreender esse sentimento, ele resolve ir até a *fonte e origem* do Eu. Algo que o faz descrever uma época de vivências marcadas por indistinções, à maneira da borda psíquica do Eu borrada, que separa o apaixonado de seu objeto de paixão. Ele vai notar, no oceânico, “um sentimento de *vinculação indissolúvel*, de *comunhão com todo o mundo exterior*” (FREUD, 2010g, p. 11, grifos nossos). Algo que Green (2017, p. 28) chamou de “uma breve loucura”. Nesse lugar da matriz é que acontece a breve loucura, a qual permeará todos os casos clínicos do próximo capítulo.

Esse sentimento que aponta para uma vinculação indissolúvel e de comunhão é tributário de experiências mais precoces do sujeito, a saber, as relações primordiais entre o bebê e a mãe – se não a mãe, um outro ser humano que esteja realizando essa função materna. É nessa direção que Winnicott (1960) afirma que não existe tal coisa, como um bebê sem a sua mãe. Não há um bebê sem alguém

---

[21] “Existe algo de louco a sustentar esse ponto de vista e, portanto, deve ser sustentado”, em *Human Nature* (WINNICOTT, 1988, p. 157).

[22] Segundo Freud (2010g, p. 10), “Um sentimento que ele gostaria de denominar sensação de ‘eternidade’, um sentimento de algo ilimitado, sem barreiras, como que ‘oceânico’. Seria um fato puramente subjetivo, não um artigo de fé; não traz qualquer garantia de sobrevida pessoal, mas seria a fonte da energia religiosa de que as diferentes Igrejas e sistemas de religião se apoderam, conduzem por determinados canais e também dissipam, sem dúvida. Com base apenas nesse sentimento oceânico, alguém poderia considerar-se religioso, ainda que rejeitasse toda fé e toda ilusão”.

[23] Inevitável não lembrar aqui de *Your Majesty, the Baby* (Sua Majestade, o Bebê)...

que esteja ali junto a ele, proporcionando as provisões necessárias para o seu desenvolvimento psicossomático. Contudo, esse sentimento traz em si algo como uma esfera de experiências, tanto atuais quanto passadas. Nesse sentido, a interpretação de Freud é macroesférica, ao pensar, em um primeiro momento, a relação do sujeito com o *mundo* (comunhão com o exterior), ao mesmo tempo em que reporta a presença de um período pré-egoico e, portanto, microesférico entre mãe e bebê (Eu e Tu são Um). É uma analogia etiológica dos limites.

Essa interpretação freudiana situa-se em um momento de sua obra que poderíamos considerar como "*intermezzo* teórico" (GREEN, 2017, p. 28). Isso porque, durante o desenvolvimento de seu conceito de narcisismo, surge uma problemática sobre as vicissitudes da libido, ou seja, "uma problemática interna à vida pulsional, que envolvia o próprio Eu" (GREEN, 2017, p. 27-28). Algo que fará Freud pensar sobre os investimentos libidinais de objeto e os investimentos do Eu. Para várias figuras de *terceiro*, esse é um problema importante, pois a dinâmica intersubjetiva entre mundo interno e mundo externo, assim como as suas delimitações, levarão em conta os destinos da pulsão e o papel do objeto[24]. O abalo da noção de identidade gera um "*espectro de identidades*" ocorrendo em uma "zona de *individuação flutuante*" (DE M'UZAN, 2013, p. 61, grifos do autor). Flutuante, por conta das diversas posições que a libido narcísica pode ocupar, a saber, desde a visão mais clara do Eu até a imagem mais precisa do outro e sua alteridade.

Trata-se, portanto, das primeiras experiências de vinculação e comunhão que um ser humano tem com o outro/mundo no início da vida. Nessa linha, o bebê precisa atravessar um período marcado por operações intrapsíquicas e intersubjetivas complexas e necessárias para o seu desenvolvimento psicológico. Tais operações e realizações são como processos psicossomáticos que acontecem em um espaço potencial de difícil discriminação[25].

---

[24] Green (2017, p. 28) considera que Freud subestimava o papel do objeto por pensar a neurose como negativo da perversão, ou seja, pelo fato de que "a estrutura perversa implica quase necessariamente a contingência do objeto, inteiramente sacrificado ao gozo que o destina a perder a sua singularidade ou a sua individualidade". É partir do estado amoroso que haverá uma "superestimação do objeto", quando Freud "aborda incidentalmente o amor" (GREEN, 2017, p. 28). Por isso, devemos tomar a *breve loucura* como ponto de partida.

[25] Espaço potencial é uma hipótese original de Winnicott (1971, p. 2-3, grifo nosso), sobre uma terceira área de experiência envolvendo objetos e fenômenos transicionais: "Eu introduzi os termos 'objetos transicionais' e 'fenômenos transicionais' como designação da área intermediária da experiência, entre o polegar e o ursinho de pelúcia, entre o erotismo oral e o real relacionamento-objetal, entre atividade criativa primária e projeção do que já foi introjetado, entre não conhecimento primário da dívida e o conhecimento da dívida".

É a partir dessa hipótese winnicottiana sobre uma terceira área, por exemplo, que Ogden (2017a, p. 17, grifo nosso) irá começar a forjar uma matriz para o seu terceiro sujeito: “O espaço potencial não inicialmente intrapsíquico, pois, nos estágios iniciais da infância, ainda não há uma psique individual, mas sim um espaço interpessoal, criado, primeiramente, *em conjunto*, pela mãe e pela criança”. Evidentemente, o peso recai, aqui, para o lado do espaço interpessoal, já que o bebê ainda não tem capacidade para se reconhecer como sujeito separado. Porém, podemos presumir processos do lado intrapsíquico, em uma condição pré-egoica de indistinção[26].

O importante é reconhecer o esboço desse espaço psicológico ocupado por uma ligação entre psiquismos em tensão dialética – como veremos a seguir – entre o intrapsíquico e o intersubjetivo, entre Eu, Tu e o Um (bebê, mãe e bebê-mãe). Esse espaço intersubjetivo é uma figura de *terceiro* para a metapsicologia. Nos termos de Coelho Junior (2015a, p. 178), trata-se de um “terceiro pensado como ‘entre dois’, o espaço entre dois elementos, realidades ou modos de experiência já constituídos ou em constituição”.

Nessa direção matricial, Ogden (2017a, p. 17) assevera que “é esse interjogo dialético entre os nossos conteúdos mentais e o espaço psicológico pessoal e interpessoal onde são vividos que constitui a matriz da mente”. Matriz que deve ser pensada como plural, por ser bipolar em sua essência. Ou seja, a constituição psicológica deve admitir mais de um epicentro. Assim como a afirmação de haver espaço e conteúdos denota a presença de um ser humano continente-conteúdo na matriz.

Antes de trazer aqui as elaborações de Green sobre esse espaço, as quais são importantes para legitimar a matriz em outro lugar, a saber, na situação analítica, pensamos em uma ponte interessante para lançar luz ao deslocamento da matriz para outras experiências intersubjetivas. Porque devemos presumir uma capacidade de deslocamento de algo que ocorreu na origem e depois se tornou capaz de ser re-experienciado em outros encontros. Para tanto, devemos reconhecer que a matriz está como protótipo do que viria a ser o processo de transferência; algo que, de partida, deve ser tomado como fenômeno universal.

---

[26] “Já há um ser humano no útero, alguém que é capaz de ter experiências e acúmulo de memórias corporais e até organização de medidas defensivas para lidar com o trauma (tal como a interrupção da continuidade do ser por reação aos impactos advindos do ambiente na medida em que este não consegue se adaptar).” (WINNICOTT, 1988, p. 143).

Durante a escrita desta subseção, acabamos entrando em contato, por acaso, com as ideias de Sloterdijk (2016). Dessas leituras, começamos a pensar em uma figura de *esfera* intersubjetiva apresentada pelo autor, sob a influência da Psicanálise, e no que ele discute como ginecologia negativa e *princípio do ovo*. A despeito da estranheza que a intromissão repentina deste autor da Filosofia, a expressão "ginecologia negativa" e a palavra "ovo" possam causar neste ponto de discussão, a alusão à dinâmica contida no *princípio* é o que nos pareceu ser uma oportunidade.

Considerando o desamparo humano como situação antropológica fundamental (FIGUEIREDO; COELHO JUNIOR, 2018)[27] e o idílio de memórias corporais pré-natais, sabemos não ser uma ideia nova para a Psicanálise pensar no desejo de retorno ao útero materno. Algo dessa inclinação a tal retorno está apresentado na concepção do autor sobre a ginecologia negativa. Parece-nos ser mais o caso a consideração sobre o mecanismo de deslocamento do *útero* – que, aqui, está sendo pensado como matriz – para outros contextos, por meio do fenômeno da transferência. O *ovo*, para Sloterdijk (2016), é praticamente a mesma coisa que aquilo que os psicanalistas pensam como esse espaço constitutivo da matriz da mente[28].

Nesse sentido, é importante reconhecer a condição de deslocamento da matriz. O fenômeno da transferência, antes de correr o risco de ser reduzido à revivência de imagos parentais, deve comportar a reprodução desse espaço matricial entre-dois. Enquanto protótipo relacional, a experiência na matriz oferecerá ao sujeito a oportunidade de existir novamente em uma esfera de intimidade com o objeto. Seja na comunidade humana ou em um processo analítico, o deslocamento desse campo original não necessariamente se restringe a uma condição psicopatológica do fenômeno, na qual o sujeito projetaria e reviveria memórias e dinâmicas perturbadoras de sua história, mas está inscrito em uma condição de abertura contínua a novas experiências repetitivas ou transformativas com o outro.

O que pretendemos trazer com isso é o fato de que devemos reconhecer a matriz e algo da ordem de um princípio, que seria, etimologicamente, o primeiro movimento da existência de algo. Nesse caso, uma espécie de lei intrínseca

[27] A "carência primitiva do entorno" (GREEN, 2007, p. 76).

[28] Em uma resenha sobre o livro de Sloterdijk e o item "O princípio do ovo: interiorização e invólucro", Pitta e Weber (2017, p. 154) comentam que o ovo "representa uma ruptura do invólucro que joga o sujeito à possibilidade de novos invólucros, novos úteros e novas relações".

relacional entre seres humanos, na qual eles sempre se encontrarão em um espaço intersubjetivo, que reportará tal movimento à díade da qual se originou.

O terceiro como entre-dois é uma figura potente, por aludir a um espaço psicológico permanentemente paradoxal, ao presumir a possibilidade de distinção e indistinção simultâneas entre sujeito e objeto. A equação freudiana também aponta para a permeabilidade e a instabilidade das fronteiras do Eu em sua relação com o mundo/objeto. No entanto, Winnicott (1971, p. 105), ao cogitar esse espaço entre mãe e bebê, e nele situar o desenvolvimento emocional e a constituição psíquica, acaba por formular a natureza da realidade de outro modo:

> Nós temos usado os conceitos de interno e externo, e nós queremos um terceiro conceito. Onde estamos quando estamos fazendo o que de fato fazemos na maior parte do tempo, a saber, curtindo nós mesmos? O conceito de sublimação realmente cobre o padrão total? Podemos ganhar alguma vantagem ao examinar esse assunto da possiblidade de existência de um lugar para viver que não é propriamente descrito por ambos os termos “interno” e “externo”?

Em vez da oposição permanente entre realidade e realidade psíquica, esse terceiro conceito propõe um espaço de ilusão e criatividade que não pressupõe uma separação inaugural entre mundo interno e mundo externo. Há, portanto, uma alternativa ao pensamento dualista. Nem o mundo dentro do sujeito nem a realidade externa compartilhada. O sujeito pode tanto achar quanto criar os objetos no mundo.

3.1.2 O enquadramento permanece...

O início psíquico em uma matriz intersubjetiva e a sua potencial transferência para outros encontros nos levam a considerar mais um ponto, que é o que Green (2008) chamou de “estrutura enquadrante”, e o que Baranger e Baranger (1969) nomearam, mais amplamente, como “campo dinâmico” ou analítico.

Green, assim como Ogden e outros autores, também foi influenciado por Winnicott, em muitas questões, dentre elas a ideia de um ambiente materno fundamental e a sua revivência na clínica. Ao situar a sua ideia sobre uma estrutura original, tal como a matriz, ele reconhece: “Winnicott me levou a me perguntar o que são os braços da mãe” (GREEN, 2019, p. 65). Algo que lhe pareceu importante tanto

para a compreensão sobre os elementos presentes na constituição do sujeito quanto para o fortalecimento da ideia de estrutura enquadrante no processo analítico[29].

São perguntas curiosas que o autor coloca a partir dessa influência, como, por exemplo: “O que querem dizer *hold* [segurar] e *handle* [manejar] para o bebê que é segurado? O que isso significa?” (GREEN, 2019, p. 65). E continua, com uma resposta que consideramos relevante para pensar a pertinência e as implicações nos processos de simbolização presentes na matriz: “Quando se é separado da mãe, o importante não é a lembrança do seu rosto, do seu sorriso. O que conta são os *traços do enquadramento* que o contato do seu corpo representava” (GREEN, 2019, p. 65, grifo nosso). Que o diga a nossa criança da epígrafe deste capítulo.

Para o horizonte desta discussão, levamos em conta que tais traços, “naquele momento”, “instituíram um enquadramento para a representação”. Ou seja, há uma função na experiência, na matriz, a saber, oferecer a possibilidade de simbolização. Trataremos, mais adiante, da hipercomplexidade e da heterogeneidade do termo representação. Por ora, consideremos a situação na qual “o rosto da mãe e o seu sorriso podem desaparecer ou ser substituídos. *O enquadramento permanece*...” (GREEN, 2019, p. 65, grifo nosso).

Green (2019, p. 139, grifo nosso) faz uma ressalva nessa direção da matriz, quando alude sobre o seu conceito de negativo, incluindo, para além dos aspectos negativistas, os aspectos positivos do conceito: “Sustento que a criança tem uma alucinação negativa da mãe, que é *o que fica da mãe para além da sua representação*”. O que autor quer formalizar com isso é o conceito de estrutura enquadrante, a qual é construída “como o negativo de uma fotografia”, ou seja, aspectos negativos, que “são uma etapa necessária para o surgimento do positivo, da representação” (GREEN, 2019, p. 139-140). Retoricamente, ele questiona “Por que falar em estrutura enquadrante?”, e responde:

> Porque a criança, nos braços de sua mãe, introjeta um enquadramento oferecido pelo corpo da mãe, pela maneira como ela a segura etc. E é depois desse momento negativo [como na fotografia] que as representações vão poder ocupar o espaço livre criado pela alucinação negativa. A estrutura enquandrante é importante... (GREEN, 2019, p. 139).

[29] A estrutura enquadrante apresenta também uma figura de *terceiro* como a junção de dois objetos, “o enquadre analítico como sendo um elemento que ajuda no processo de estruturação psíquica, constituindo um terceiro que aparece na junção das pulsões com os objetos (COELHO JUNIOR, 2015a, p. 178). Esse *terceiro* deixamos para desenvolver mais adiante, na subseção sobre o objeto analítico, a fim de manter uma coesão textual.

A noção greeniana de estrutura enquadrante conjuga todos os elementos antes apresentados, a saber, a concepção de uma matriz da mente, assim como o seu deslocamento futuro e a sua reincidência nas relações, com a necessidade de ser tomada metapsicologicamente como campo onde processos de simbolização acontecem. A esses processos que se desenrolam nesse espaço intersubjetivo, Green atribuirá um valor fundamental, chamando-os de processos terciários. Mesmo que tardiamente preocupado com essa figura de *terceiro*, ele desenvolverá, sob a égide de processos terciários, concepções que salientarão a função de ligação-desligamento-religação entre os elementos psíquicos nesse contexto matricial e analítico. É como se, do ponto de vista metapsicológico, não pudéssemos falar sobre representação de coisa, de palavra ou de afeto, sem levar em conta essa estrutura primária, dinâmica e paradoxal e a sua função crucial na ligação desses elementos.

Resta acrescentar que, nessa figura de *terceiro* como espaço entre-dois, há também um espaço intermediário “entre a dimensão subjetiva e a dimensão objetiva, que tem uma função constitutiva dessas duas dimensões”, de tal sorte que o *terceiro* é “indício de dinâmica, movimento, passagem e surgimento da alteridade, como nas concepções de Winnicott” (COELHO JUNIOR, 2015a, p. 178). A saber, nas concepções de Winnicott, devemos levar em conta, na relação paradoxal entre sujeito e objeto, a possibilidade de haver um objeto subjetivo, que irá, gradualmente, se tornar mais objetivo, sem perder os resquícios dessa invenção criativa inicial.

Um exemplo é o do bebê que, em um estado de carência, alucina com o objeto, com a finalidade de satisfação, ao passo que há uma mãe que o satisfaça na realidade, a tempo de não ter o seu senso de continuidade degradado por um excesso de espera. Trata-se de uma área de ilusão entre interno e externo, na qual o bebê registra e *cria* as suas imagens satisfatórias, e a mãe as realiza contingencialmente, com o fito de manter um meio estável e uma integridade psíquica e não invadida por excessos traumatizantes. Traumas, seja por espera, seja por estimulações de outra ordem advindas do outro. Aprofundaremos essa discussão mais adiante.

Essa área intermediária da experiência, ou esse estudo da “substância da ilusão” (WINNICOTT, 1971, p. 4), deve ser considerado como espaço transicional. Espaço que comporta funções em que experiências entre o eu e o não eu, bem

como a criação e o uso de objetos subjetivos, podem servir para o estabelecimento de ligações[30].

Inspirado em Winnicott, Green (2007, p. 77) sintetiza o assunto desta forma:

> O que está em questão nesses primeiros estágios é assegurar a continuidade entre a vida intrauterina e a vida externa, como entre os diferentes aspectos da vida psíquica primitiva. Quando as primeiras etapas se desenvolvem de maneira satisfatória, elas evitam a reação de apropriação que levaria a uma consciência prematura e parasitária do objeto, suscetível de atrapalhar o desenvolvimento da autonomia e da criatividade que já estão presentes, preparando a gênese do objeto.

Portanto, levando em conta o espaço intermediário – "lá, onde haveria um espaço para se sustentar e ver" –, em uma espécie de percurso transicional do não ser ao ser, do objeto subjetivo à alteridade, "o ser poderia emergir na sequência das ligações entre os dois elementos da unidade", e, a partir da ideia de um não ser presente nessas formas primitivas da unidade, é "graças a elas [as ligações] que a consciência individual pode emergir" (WINNICOTT, 1990, p. 171). Assim, a estrutura enquadrante comporta, desde o início, uma área de ilusão, na qual ligações podem acontecer por meio de realidades e objetos criados intersubjetivamente[31].

Antes de partirmos para a próxima subseção, precisamos estar cientes da sensação de claustro que essa figura de *terceiro* pode causar. Isso é comum em discussões psicanalíticas, nas quais a mônada "mãe-bebê" vai sendo reiterada muitas vezes, tendo-se o início de uma angústia. A pergunta sobre o paradeiro do pai não é menos relevante.

Por isso, antes de saltar para o próximo item, devemos incluir esse *terceiro* na matriz. Há três elementos, desde a origem do psiquismo: a mãe, o bebê e o pai. Trata-se, desse modo, de uma situação triangular. Dessa maneira, precisamos reconhecer que o pai tem uma presença nessa relação. Esse elemento acaba sendo o mais variável do triângulo, mas não menos importante. Ao ser tomado como o outro do objeto, o pai será também pensado em termos de função. Por isso, além do *terceiro* do complexo de Édipo, como figura clássica da Psicanálise, a saber, "uma presença material que interrompe um par já constituído, um terceiro de natureza igual à dos dois primeiros", devemos tomá-lo como "o terceiro da ausência" (COELHO JUNIOR, 2015a, p. 177). Isso significa que a função paterna está atuante

[30] "Pode-se super que pensar ou fantasiar *está ligado* a essas experiências funcionais." (WINNICOTT, 1971, p. 5, grifo nosso).
[31] Discutiremos, mais adiante, o *terceiro* com o conceito de objeto analítico.

em qualquer relação dual enquanto “paradoxo de uma presença ausente”. Pelo fato de ser mais do que cogitado no objeto materno, como sendo esse outro do outro, o enquadramento se configura como “*triângulo aberto com o terceiro substituível* (pai, irmão ou tio que compõe a relação com a dupla mãe-bebê) (Green, 1981)” (COELHO JUNIOR, 2015a, p. 177, grifo do autor).

A consideração desse *terceiro* substituível no enquadramento é relevante, pois a sua função promove uma separação intermitente e gradual saudável entre mãe e bebê, algo que favorece os processos de simbolização, por permitir ao bebê lidar com um certo grau de frustração, ao se sentir cuidado por alguém cujo desejo não lhe é inteiramente exclusivo. É desse mal-estar relativo que parte a sua chance de autonomia psíquica ou a sua derrocada.

Nas palavras de Coelho Junior (2015a, p. 189-190):

> [...] como indica Talya Candi (2010), “o verdadeiro problema [...] não é o trajeto que leva da díade à tríade, mas sim a passagem dos três potenciais (quando o pai está unicamente no pensamento materno como vínculo amoroso da rêverie) a uma terceiridade real, onde cada parceiro pode ser percebido distintamente” (p. 138). E aqui o terceiro pode ser condição de possibilidade de novos caminhos para a subjetividade da criança ou então ser vivido como impedimento da completude dual originária.

Tomando, portanto, essa hipótese de uma matriz da mente, uma fonte e origem do Eu que são abarcadas em um lugar paradoxal envolvendo união e separação, distinção e sentimento oceânico, devemos levar em conta essas figuras de *terceiro* como entre-dois, como *edípico/substituível* e as suas implicações na constituição psíquica.

É complicado fazer uma delimitação precisa sobre os *terceiros*. A nosso ver, é como se tivéssemos uma ideia geral envolvendo um lugar ou *esfera* e as suas particularidades. Um lugar quiasmático, onde sujeito potencial e objeto potencial acontecem, podendo, ao longo do processo, construir uma estrutura enquadrante e o seu deslocamento, algo que se tornará fundamental para a situação analítica.

3.1.3 O terceiro como tensão permanente e o terceiro intersubjetivo: mutualidade e nova entidade

Na década de 1980, Ogden (1985, p. 349) sugeriu que uma “nova entidade psicológica é criada pela mãe e pela criança”. Porém, naquele momento, ele a

chamou de “composto”. Foi apenas mais tarde que o composto passou a ser nomeado como terceiro sujeito[32]. Em 2013, ele irá dizer: “a nova subjetividade (o terceiro analítico) permanece em tensão dialética com as subjetividades individuais do analista e do analisando” (OGDEN, 2013, p. 43).

O interesse, neste momento, é trazer à tona a interface entre a figura da matriz e outros *terceiros*, e isso pode ser feito a partir desse semelhante contexto envolvendo a “nova entidade” e a “nova subjetividade”. É fundamental compreender o fenômeno por trás do conceito, ou seja, a metapsicologia do terceiro procura, de início, descrever teoricamente um espaço dinâmico intersubjetivo entre analista e paciente, que está em estreita relação com experiências originárias entre mãe e bebê. Mais do que uma relação, trata-se, epistemologicamente, de uma sobreposição: o composto original e o terceiro sujeito. Assim sendo, com as suas devidas tensões e assimetrias no contexto maternal e clínico, o terceiro sujeito precisaria dessa matriz para existir.

Neste ponto, nós podemos reconhecer duas figuras de *terceiro.* A primeira trata-se de um “terceiro que aparece como a tensão permanente entre os polos” (COELHO JUNIOR, 2015a, p. 178-179). A tensão dialética, como dito acima, pressupõe a coexistência e a influência mútua entre subjetividades. A concepção filosófica sobre esse *terceiro* é a proposta por Merleau-Ponty, a saber, “o terceiro de uma dialética sem síntese”, que pode ser entendida como uma concepção filosófica que “melhor sustentação daria para as ideias de Ogden sobre o terceiro sujeito analítico” (COELHO JUNIOR, 2015a, p. 178). Já a outra figura de terceiridade é a do terceiro intersubjetivo. Tal *terceiro* “corresponde a um elemento que, ao mesmo tempo, constitui a dualidade e é constituído pela dualidade” (COELHO JUNIOR, 2015a, p. 179). Ambas as figuras de *terceiro* estão presentes na concepção de Ogden do terceiro analítico. Neste momento da discussão, é como se estivéssemos pensando mais sobre os movimentos e as consequências de se estar vivendo *dentro* da matriz.

Uma maneira de abordar essas figuras de *terceiro* é a partir da hipótese matricial de um princípio de duas vias – *dual track principle.* Algo que foi nomeado assim por Grotstein (1981; 1986), configurando, certamente, uma influência para a concepção de terceiridade de Green (1990b). Trata-se de uma dinâmica psicológica

[32] No contexto clínico, Reis (2016) preferiu chamar essa nova entidade de “monstro analítico”.

envolvendo uma via de duas mãos, no sentido de influência mútua entre dois psiquismos.

Comentando sobre o terceiro analítico, Coelho Junior (2012, p. 69) também considera a "relação de mútua constituição, onde não faz sentido falar em comunicação, ou em qualquer forma de relação entre polos puramente exteriores um ao outro". Nesse sentido, Sandler (1989a, p. 80) utilizou, para essa dinâmica, expressões como "enredamento" e "sincronia"[33]. Todavia, muitos desses autores são tributários dos trabalhos de outros estudiosos. Os Barangers (1969) haviam sugerido a concepção de campo analítico, e Bion (1965) postulou, por meio de expressões como "visão binocular" e "estereoscopia mental", um processo no qual polos opostos colaborariam para o atingimento de um objetivo em comum. Algo que, posteriormente, Sandler retomou como perspectiva binocular, e Ogden, como estereoscopia[34]. De toda forma, todos esses autores procuram evidenciar um princípio de mutualidade entre psiquismos, o que é essencial para cogitar a condição de enredamento psicossomático que ocorre na experiência do terceiro sujeito.

* * *

Para pensar, metapsicologicamente, essa nova entidade e a mutualidade, parece-nos oportuno retomar e aprofundar a discussão da breve loucura e do sentimento oceânico.

Freud (2010d, p. 11) fala a partir da superfície: "normalmente, nada nos é mais seguro do que o sentimento de nós mesmos, de nosso Eu". Ou seja, começa pelo adiantado estado de separação[35]. E continua, afirmando que "esse Eu nos aparece como autônomo, unitário, bem demarcado de tudo o mais"; e, além de dizer que essa fachada do Eu é enganosa, ele fará, aqui, a primeira ressalva intrapsíquica: "o Eu, na verdade, se prolonga para dentro, sem fronteira nítida, em

[33] Sandler (1989a, p. 80) alude a uma "*mutual cueing*", sendo que a palavra inglesa *cue* significa algo que foi percebido em uma relação e serviria de sinal para a entrada do outro. Como no teatro, os atores têm a sua "deixa" e sabem que aquela é a sua hora de entrar no diálogo ou na *performance* da peça.

[34] Grotstein (2007, p. 267) conjuga todas as expressões nesta passagem: "Perspectiva binocular […] em que todo e qualquer fenômeno pode ser observado a partir de dois ou mais vértices para alcançar uma perspectiva estereoscópica".

[35] Os conceitos de *narcisismo primário* e *secundário* estão em jogo nessa discussão. A saber, um primeiro período de investimento da libido no Eu, seguido por outro no qual a libido será redirecionada para os objetos, dando origem à oposição *libido do ego* e *libido objetal*.

uma entidade psíquica inconsciente a que denominamos *Id*" (FREUD, 2010d, p. 11-12). Que o Eu é a fachada do *Id* enquanto resultado do contato com a realidade nós já sabemos, esse seria o primeiro limite[36]. Para fora, o Eu parece "manter limites mais claros e precisos", porém, Freud (2010, p. 11-12) continua: "só é diferente em um estado – [...] que não pode ser considerado como patológico. No auge do enamoramento, a fronteira entre Eu e objeto ameaça desaparecer". Como a perspectiva de Freud é, segundo ele, "genética", nós devemos considerar que esse suposto "auge" não está sendo vivido nessa experiência pela primeira vez. A experiência de fusão com o objeto de amor, ontologicamente, tem como matriz o primeiro objeto da vida do sujeito, que, como mencionamos, na maior parte dos casos, é a mãe[37].

Não podemos nos esquecer de que o amor está no jogo, ou seja, que também há a pulsão do sujeito na matriz. Como afirma Green (2019, p. 76), "a pulsão é a matriz do sujeito, mas o objeto é seu revelador". Assim, devemos abordar a matriz da mente dialeticamente, reconhecendo os dois elementos, pulsão e objeto, em uma dinâmica de interjogo inconsciente – "base do psiquismo" – como "matriz de simbolização" (GREEN, 2019, p. 56 e 76). Matriz na qual qualquer "átomo psíquico, por assim dizer, contém, de saída, o *conflito*" (GREEN, 2019, p. 76, grifo do autor).

Assim, a tensão dialética entre os polos admite o conflito intrapsíquico e interpessoal presente na experiência de indiferenciação e mutualidade entre o Eu e o *Id* e entre o Eu e o objeto externo. Vemos, aqui, o que seriam dois limites simultaneamente demarcados e que podem ameaçar desaparecer: o limite intrapsíquico entre Eu e *Id* e o limite intersubjetivo entre Eu e o objeto externo. Como devemos admitir que "a intersubjetividade pura [...] não existe, cada um dos termos dessa intersubjetividade remete ao intrapsíquico, ao seu psiquismo próprio. Temos de nos haver, portanto, com uma relação entre dois 'intrapsíquicos' mediados pela intersubjetividade" (GREEN, 2019, p. 59).

Embora Freud faça a sua elaboração usual sobre os processos de separação do Eu com o mundo, a saber, os mecanismos de projeção a serviço do princípio do

---

[36] Cf. *O duplo limite* (GREEN, 1982). Coaduna também com a ideia em desenvolvimento a seguinte passagem: "O espaço psíquico se organiza gradativamente, a partir de um estado amorfo em que predomina a fusão com o objeto externo" (GREEN, 1976 *apud* CANDI, 2010, p. 240).

[37] Relativizamos, novamente, pois, em algumas Escolas de Psicanálise, esse objeto é pensado em termos de função, mais especificamente, como função materna. Nesse sentido, essa função não restringe o objeto à mãe, mas admite a possibilidade de deslocamento para outras pessoas, como, por exemplo, avó, pai, enfermeira, tia, psicanalista, dentre outras.

prazer, a nossa intenção não é a de reproduzir, aqui, isso que já foi muito discutido em tantos outros trabalhos. O que procuramos frisar é que os pontos cruciais em que Freud chega a essas elaborações são os de que “as fronteiras do Eu não são permanentes” e que o “sentimento primário do Eu foi conservado na vida psíquica”. Ele irá responder que o sentimento oceânico é a revivência já madura e um tanto atrofiada desse sentimento primário de íntima ligação do Eu com o mundo. Um mundo que Freud explorou pouco, o mundo materno, já que tal sentimento é dali derivado.

Entretanto, queremos ir mais adiante e chegar ao paradoxo apontado por Freud, que, a nosso ver, está em estreita consonância com os autores citados no início.

Ele continua:

> Se é lícito supormos que esse primário sentimento do Eu foi conservado na vida psíquica de muitos homens – em medida maior ou menor –, então ele ficaria ao lado do mais estreito e mais nitidamente limitado sentimento do Eu da época madura, como uma espécie de contraparte dele, e os seus conteúdos ideativos [Em que qualidade? São representações?] seriam justamente os da ausência de limites e da ligação com o todo, os mesmos com que o meu amigo ilustra o sentimento “oceânico” (FREUD, 2010d, p. 13).

Ora, já sabemos, então, que se trata de dois Eus, um primário e um secundário (maduro), tendo o primeiro a característica de ausência de limites e ligação com o todo, e o segundo, a condição mais limitada enquanto a contraparte. Uma questão, do ponto de vista do narcisismo, teríamos aqui: o Eu corporal como primário, cujos investimentos de libido que partem do corpo são vividos de modo mais indistinto e somático, em coligação com o Eu como projeção de uma superfície, secundário, quando os processos de identificação através do outro e sua imagem – espelho – já oferecem uma delimitação ou exterioridade? Talvez a resposta esteja na “localização do reservatório”, ou seja, em saber se “a origem está no Isso-Eu (é esse o nosso *Self*?) ou no objeto” (GREEN, 1988, p. 39). Em nosso entendimento, está em ambos. Sem o objeto, mesmo havendo pulsão, não haveria corpo, muito menos imagem de si.

Já De M’uzan (2019, p. 169, grifo nosso) nos oferece uma elaboração teórica suplementar sobre essas questões, qual seja a de que “não existe uma verdadeira fronteira entre o ego e o não ego, mas uma *zona transicional incerta*”. O destino da libido narcísica dos dois protagonistas (mãe e bebê ou analista e paciente) é a

economia de base para o fator transicional identitário. Na constituição do Eu, existe uma “vitória empobrecedora” e um “duplo luto”. Ao mesmo tempo em que a criança resiste “à necessidade de retrair sobre si mesma, de consignar um lugar definido à sua libido narcísica e traçar as suas fronteiras”, há um luto sobre “um antigo sentimento de si mesmo” e outro luto sobre “um objeto narcísico: a mãe dos primeiros tempos”. Nesse momento, “o preço a pagar é uma ‘fratura’ de sua libido”. Ao se aproximar da realidade e reconhecer que “o objeto é um outro”, a libido narcísica permanecerá com uma capacidade de deslocamento entre “a representação do próprio sujeito” e “a representação de seus objetos de amor”. Essa experiência deixa um “resíduo funcional”, e tal resíduo e a economia da libido narcísica sustentam essa zona transicional incerta (DE M’UZAN, 2019, p. 169-171).

Retomando Freud, após a apresentação desse enquadre genético que distingue duas possibilidades, presumindo a continuidade diacrônica de sucessão linear de desenvolvimento, vale notar que ele lança a seguinte questão: “Mas temos o direito de supor a sobrevivência do que é original junto ao que vem depois, que se originou dele?” (FREUD, 2010d, p. 13). É nesse paradoxo aberto que Bion, Grotstein, Green, Ogden e outros irão entrar[38]. Esses autores afirmam que sim, temos o direito de supor o original com o que vem depois ao mesmo tempo[39]. Essa é a ideia de base da matriz.

O princípio de duas vias (*dual-track*) estará atrelado à ideia de um sincronismo essencial presente na vida psíquica, a começar pelos processos primários e secundários presentes nas elaborações freudianas. No âmbito intrapsíquico, temos, do ponto de vista tópico, o inconsciente (primário) em inter-relação dialética com o pré-consciente e o consciente (secundário)[40]. Assim como a economia primária das energias psíquicas com liberdades de deslocamentos e condensações passando pelas representações em relação com a secundária, quando as mesmas passam a ser ligadas antes de se escoar de forma controlada. Bion irá expandir essas ideias freudianas, a partir do ponto de vista intersubjetivo, com a hipótese de haver, no encontro entre psiquismos, uma configuração dinâmica

[38] É nessa direção também que vai Benjamin (2007), com a sua concepção sobre a ritmicidade (*ritmicity*), na qual mãe e bebê vibrariam na mesma frequência e no mesmo ritmo, revelando uma consonância formativa fundamental para o psiquismo.

[39] Esses autores foram um pouco mais além na resposta freudiana da *Roma quadrata*, por darem uma ênfase intersubjetiva nesse paradoxo.

[40] Ogden (1996, p. 79) também propõe essa articulação, ao conjecturar, como falamos, em modo privado e relativamente pouco defendido: “nesse estado, a interrelação dialética entre consciência e inconsciente se altera de uma forma que lembra o estado onírico”.

envolvendo o esquema continente-contido, ou seja, um método de comunicação primordial em que os conteúdos primários de um psiquismo possam ser depositados em outro psiquismo e transformados em algo mais elaborado. Novamente, uma inter-relação entre narcisismo e objeto.

Sendo assim, podemos, em primeiro lugar, presumir que o sentimento primário do Eu, a sua porosidade contínua e impermanência, digamos assim, reporta a sua origem ao começo da vida psíquica e admite a possibilidade de indistinção/distinção, fusão/separação na interrelação com o objeto ao longo da vida. E, em um segundo momento, que, dessa tensão permanente e mutualidade, o surgimento de uma nova entidade psíquica poderia ocorrer a partir daquilo que atravessa os poros.

Nesse diapasão, se faz necessário aqui um conceito psicanalítico que dê conta de expressar esse movimento constitutivo e transformativo que conjugue o intrapsíquico com o intersubjetivo no que se refere a esses processos primários e secundários. Buscando abordar esse estado de impermanência das fronteiras do Eu, da possibilidade de mecanismos de defesa projetarem para fora elementos primários, a fim de livrar-se deles, de um psiquismo alheio que faça a função de servir-se de depósito para esses elementos, de modo a favorecer um processo secundário, os autores farão muito uso do conceito kleiniano de identificação projetiva.

Por se tratar de um conceito muito conhecido, a nossa intenção não é delongar. No início, Klein (1991, p. 27, grifo do autor) pensou esse conceito da seguinte maneira:

> Junto com os excrementos nocivos, expelidos com ódio, partes excindidas do ego são também projetadas na mãe, ou, como prefiro dizer, *para dentro* da mãe. Esses excrementos e essas partes más do *self* são usados não apenas para danificar, mas também para controlar e tomar posse do objeto. Na medida em que a mãe passa a conter as partes más do *self*, ela não é sentida como um indivíduo separado, e sim como sendo o *self* mau. Muito do ódio contra partes do *self* é agora dirigido contra a mãe. Isso leva a uma forma particular de identificação que estabelece o protótipo de uma relação de objeto agressiva. Sugiro o termo “identificação projetiva” para esses processos.

Nota-se que o conceito diz respeito a um processo inconsciente, envolvendo duas concepções freudianas: a identificação, que toma o canibalismo como metáfora da incorporação do outro, e a projeção, que, como defesa, exterioriza no outro os elementos próprios inassimiláveis. Além disso, a nota de rodapé que acompanha

essa citação também é importante. A autora faz a ressalva de que “a descrição de tais processos primitivos sofre uma grande desvantagem, pois essas fantasias surgem em uma época em que o bebê ainda não começou a pensar com palavras”, algo que é significativo para a consideração sobre a comunicação na metapsicologia do terceiro, e, nesse sentido, continua a autora, “estou usando a expressão ‘projetar *para dentro* de outra pessoa’, porque este me parece ser o único modo de transmitir o processo inconsciente que estou tentando descrever” (KLEIN, 1991, p. 27, nota de rodapé)[41]. É possível observar que as partes excindidas do ego projetadas dentro do outro se parecem com o que Bion discute com a dinâmica continente-contido.

A ressalva que devemos fazer neste momento é a seguinte: a proposta de Klein toma o processo como algo apenas intrapsíquico, a saber, é na fantasia do projetor que a outra pessoa é o alvo da identificação projetiva, enquanto, na de Bion, o outro (a mãe) dá sustentação para tais projeções por meio de sua própria identificação com o sofrimento[42]. Em outras palavras,

> [...] não só a finalidade da identificação projetiva pelo bebê é aqui ampliada, como o nível que ela ocorre já não é apenas o da fantasia: a mãe passa realmente a conter os sentimentos perturbadores do bebê e reage de forma apropriada à sua presença (COELHO JUNIOR, 2012, p. 66).

Como podemos observar, a última admite também o campo intersubjetivo no processo, algo que fará diferença, sobretudo, na função do analista durante o seu trabalho. Embora a relação mãe-bebê seja o protótipo de entendimento desse conceito, o intuito é promover uma articulação com a clínica. O analista, tal como essa mãe continente, passa a participar do processo com o seu psiquismo e corporeidade atravessados por esses mecanismos de defesa e elementos primários em um tipo especial de comunicação – muitas vezes, o pensar “sem palavras” de Klein. Desse modo, “o papel da identificação projetiva na relação analista-analisando passa a ser pensado de novas maneiras” (COELHO JUNIOR, 2012, p. 66).

Para situar o leitor no problema, cumpre recordar que partimos do princípio de mutualidade entre psiquismos e consideramos a impermanência das fronteiras do Eu e esses mecanismos constitutivos e de defesa, nos quais elementos psíquicos

---

[41] “Surge a tendência a isolar do Eu tudo o que pode se tornar fonte de tal desprazer, a jogar isso para fora, formando um puro Eu-de-prazer, ao qual se opõe um desconhecido, ameaçador ‘fora’” (FREUD, 2010d, p. 13).

[42] Grotstein (2007, p. 92, grifo do autor) opta por fazer uma distinção entre os autores, mantendo “identificação projetiva” para Klein e “transidentificação projetiva (projective *trans*identification)” para Bion.

são projetados em outro psiquismo, a fim de pensarmos o *terceiro* como tensão dialética e o *terceiro* intersubjetivo. Algo que precisa ser discutido, para que o "composto" – a nova entidade – seja mais bem contemplado. E, por último, estávamos pensando em um tipo especial de comunicação. As discussões acima serão retomadas ao longo do capítulo.

Indo um pouco mais adiante, Ogden (2016, p. 28, grifo nosso) irá dizer que "o fenômeno psicológico interpessoal [...] assume a forma da mãe e do bebê juntos, *sonhando* a experiência perturbadora do bebê (assim como a resposta emocional da mãe à angústia do bebê)". Esse "sonhar", descrito pelo autor, está próximo de um processo de pensar sem palavras, que, na maior parte das vezes, ocorre durante a vigília[43]. O terceiro intersubjetivo de Ogden está diretamente relacionado com o que foi dito acima. Inspirado pela frase de Bion (1987, p. 222), "a unidade humana é um casal; é preciso dois seres humanos para se fazer um", algo que também está muito próximo da equação freudiana do início, Ogden (2016, p. 29) afirma que:

> São necessárias (pelo menos) duas pessoas para pensar a experiência emocional mais perturbadora. Eu não pretendo dizer que indivíduos não são capazes de pensar por conta própria. Em vez disso, eu estou dizendo que alguém, inevitavelmente, chega a um ponto em seu pensamento/sonho, além do qual o mesmo não consegue ir. Nessa conjuntura, ou se desenvolve uma sintomatologia em um esforço (muitas vezes fútil) para obter o controle em alguma medida (a que não significa a resolução) sobre a dificuldade psicológica, ou esse alguém convida outra pessoa para lhe ajudar a sonhar sua experiência.

Convidar outra pessoa para sonhar a sua experiência implica o que está em jogo no trabalho da simbolização. A saber, diante de alguns sofrimentos psicológicos, o papel do objeto assume uma grande importância nesse trabalho. A expressão "sonhar a experiência" converge tanto para o trabalho inconsciente que ocorre na lógica do sonho, ou seja, a transformação de impressões ou traços mnêmicos em formas mais possíveis de apropriação subjetiva, quanto para a participação do objeto contribuindo para a elaboração desses elementos, seja na contenção quantitativa da pulsão, seja na qualidade, ao dar forma imagética ou representacional a esses traços mnêmicos. A tensão dialética e o terceiro intersubjetivo apontam tanto para a dinâmica da área transicional quanto para o enredamento psíquico entre psiquismos.

---

[43] Relativizamos, aqui, pelo fato de o analista, durante o seu estado de sono, poder sonhar uma experiência perturbadora com o paciente, levando a crer que esse processo também pode ocorrer em outros momentos. Algo que nos leva a pensar na possibilidade de sonhos intersubjetivos.

Veremos, no capítulo seguinte, alguns exemplos clínicos desses terceiros e do “sonhar a experiência” ocorrendo por meio das *reveries*. O fato é que nem sempre esses elementos, “a experiência emocional mais perturbadora”, estão reprimidos, como nos casos clássicos de neurose. Eles parecem precisar de um trabalho de estruturação e tradução psíquica, que não acontece nem espontaneamente nem de forma solipsista. São traços mnêmicos em *stand-by*. Portanto, a ideia de inconsciente reprimido aqui não se aplica, e precisamos de uma outra figura de terceiro, importante do ponto de vista metapsicológico, para dar suporte a esses elementos primários e esse impasse, “além do qual o mesmo não consegue ir”.

3.2 O terceiro *Ics*

Na história da metapsicologia, o conceito de reprimido foi fundamental para a construção de uma teoria psicológica de inconsciente. “A teoria da repressão é o pilar em que repousa o edifício da Psicanálise”, dizia Freud (1917, p. 186, grifo nosso), e “a parte mais essencial dela; mas não é senão a *expressão teórica de uma experiência* que pode ser repetida à vontade, quando empreendemos a análise de um neurótico sem recorrer à hipnose”.

Procurando instituir uma concepção diferente da dos filósofos, Freud reiterava que o conceito teria surgido do contato clínico com o fenômeno de repressão na experiência analítica com os seus pacientes. E assim ele alegava que “o reprimido é, para nós, o protótipo do que é inconsciente” (FREUD, 2011b, p. 13). Ou seja, o protótipo teria o significado de uma criação primitiva, sendo algo original, o primeiro modelo de alguma coisa. Esse protótipo, ao longo dessa história, esteve presente nas expressões teóricas das experiências, e, por isso, acabou tendo também as suas atualizações.

Até 1923, a metapsicologia considerava dois tipos de inconsciente: o inconsciente latente e o inconsciente reprimido. O primeiro inconsciente era aquele mais capaz de consciência. Já o segundo era incapaz, ou pelo menos, apresentava maiores dificuldades de se tornar consciente. Assim, ponderava Freud (2011b, p. 13, grifos do autor) que, “ao que é latente, tão só descritivamente inconsciente, e não no sentido dinâmico, chamamos de *pré-consciente*; o termo *inconsciente* limitamos ao reprimido dinamicamente inconsciente”. Essa discriminação está na montagem da

primeira tópica do aparelho psíquico envolvendo os três termos: consciente, pré-consciente e inconsciente.

Dessas definições, Freud (2011b, p. 13) parte para um desdobramento importante: “no sentido descritivo, há apenas dois tipos de inconsciente, e, no sentido dinâmico, apenas um”. Ou seja, pode-se falar em pré-consciente e inconsciente, contanto que se saiba discriminar a diferença na dinâmica psíquica. As investigações psicanalíticas, até esse momento, eram atravessadas pela curiosidade acerca do reprimido. Contudo, durante o trabalho analítico, os pacientes mostravam algumas dificuldades, que envolviam, por exemplo, falhas associativas, quando se aproximavam desses mesmos elementos reprimidos. Isso indicava que o Eu apresentava algumas defesas que podiam ser também inconscientes. Tais fenômenos de “resistência”, reconhecia o autor, colocavam o trabalho analítico em uma situação imprevista: “encontramos no próprio Eu algo que é também inconsciente, comporta-se exatamente como o reprimido, isto é, exerce poderosos efeitos sem tornar-se consciente, e requer um trabalho especial para ser tornado consciente” (FREUD, 2011b, p. 13). Começamos a ponderar, aqui, sobre o tipo de implicação que isso teria, levando em conta o princípio de duas vias mencionado anteriormente. Desse modo, começamos a pensar metapsicologicamente naquilo que está em jogo no caminho do traço que vira experiência.

Ou seja, o inconsciente parecia deixar de estar restrito ao reprimido. Essa “descoberta” fazia o analista reconsiderar a oposição consciente-inconsciente, para daí substituí-la por outra: “aquela entre o Eu coerente e aquilo reprimido que dele se separou” (FREUD, 2011b, p. 13), embora a expressão “reprimido”, aqui, a nosso ver, torne tal descoberta confusa. Talvez *cindido* soasse melhor e mais de acordo com as elaborações subsequentes, tal como vimos no conceito de identificação projetiva, pois a questão é que uma parte do Eu seria também inconsciente, mas não necessariamente reprimida.

Nesse sentido, essas diferenças farão Freud (2011b, p. 15) reconhecer que “o *Ics* não coincide com o reprimido; continua certo que todo reprimido é *Ics,* mas nem todo *Ics* é também reprimido”. Isso levará Freud a inscrever uma terceira categoria mental. Esse reconhecimento, que partiu de um encontro com uma parte do Eu que poderia ser também inconsciente, é oportuno para considerarmos um campo psíquico que teria uma mobilidade, no sentido dinâmico, diferente tanto do primeiro inconsciente latente quanto do inconsciente reprimido. É por essa razão que Freud

(2011b, p. 15-16) alegará que “nos vemos assim obrigados a instituir um terceiro *Ics*”.

Um inconsciente sistemático e não reprimido. Uma nova categoria mental fundamental para as discussões da Psicanálise contemporânea[44]. Uma figura de *terceiro* como âmbito psíquico inconsciente e híbrido não recalcado, formado pelas experiências do sujeito. Figura correspondente ao conceito de “inconsciente receptivo” de Bollas (1992)[45]. Na leitura de De Martini (2012, p. 86), trata-se de

> [...] um mecanismo que seria contraparte da repressão, um tipo de caminho para o inconsciente que não tem a ver com a lei e o recalque, mas antes com um mecanismo regido por um princípio feminino, de gestação, incubação, impregnação etc., pelo qual os conteúdos são “recebidos” pelo inconsciente.

Além de recebidos, gerados e expressados pelo inconsciente, a despeito dos mecanismos de cisão ou recalque. Um *Ics* que funciona em uma outra lógica, que não exclusivamente psicopatológica. Na leitura de Nettleton (2017, p. 14), trata-se de um “novo modelo metapsicológico, em que as pedras angulares do psíquico incluem tanto as ideias reprimidas quanto aquelas que são convidadas e recebidas no inconsciente por razões criativas”.

A hipótese de um terceiro *Ics* é necessária para se começar a pensar metapsicologicamente na presença de um terceiro sujeito, não só no sentido intrapsíquico, como o terceiro sujeito neutro da gramática alemã “*Es*”, o *Id* tal como Freud o inscreve*,* mas sobre a implicação que esse terceiro *Ics* teria no campo intersubjetivo, nesse “entre-dois” da matriz.

Embora ambas as expressões contenham a palavra terceiro, o que poderia nos levar a pensar, a partir do título desta subseção, em uma metapsicologia do terceiro *Ics*, trata-se apenas de uma coincidência. O importante é notar a abertura oferecida por essa mudança. A saber, há, na dinâmica psíquica, elementos inconscientes do Eu e no *Id* que determinam os processos de pensamento, de escolhas e de relações, que se apresentam não apenas como resistências e

---

[44] Como mencionamos no capítulo anterior, a égide do “retorno à Mãe” (PHILLIPS, 2006) e a concepção de Bollas (2013) sobre a transição de uma concepção paternalista do inconsciente para uma maternal, condição psíquica que o autor irá denominar “inconsciente receptivo”, enfatizando a possibidade clínica de comunicação entre inconscientes levantada originalmente por Ferenczi e Freud.

[45] Algo que oferecerá uma compreensão sobre a comunicação inconsciente na situação analítica e os elementos em jogo no campo transferencial/contratransferencial. “Nesse nível da recepção inconsciente, é possível pensar em categorias e ordenações nos níveis do corpo, afetos, discurso, som, olhar – estruturas psíquicas diversas que seriam reconhecidas pelo inconsciente do analista” (BOLLAS, 2008, p. 29).

repressões, mas também com uma condição/mobilidade diferente no campo psíquico.

Conquanto essa discussão tenha levado Freud a anunciar a segunda tópica e a sua noção estrutural do aparelho psíquico (Eu, Supereu e *Id*), em nossa visão, algo importante acerca desse terceiro *Ics* ficou por elaborar. Freud havia adquirido o conceito de inconsciente a partir da teoria da repressão, e, em 1923, surge esse novo *Ics*, que parece reprimido, mas não é[46]. Um inconsciente que, em comparação com a dinâmica do *Pcs*, ou seja, de algo precisar de representações de palavras para se tornar consciente, colocará o seguinte problema: no aparelho psíquico, tem algo que não funciona a partir dessa lógica da repressão e da representação. No início, Freud achou que era um pensar por imagens, mas, depois, chegou à conclusão de que talvez fosse outra coisa. Essa outra coisa, ele anuncia, no mesmo texto, sob o nome de Outro. Algo que comentamos abaixo.

De qualquer modo, a nosso ver, o terceiro *Ics* é também uma figura de *terceiro*, já que a sua constituição se dá através da experiência na matriz. Assim como postular essa hipótese nos permite pensar sobre o campo de comunicação e simbolização possíveis entre sujeito e objeto. Ou seja, como veremos, analista e paciente não ficam reduzidos à condição de comunicar e simbolizar apenas por meio de consciências separadas e representações de palavra, nem restritos a uma intervenção epistemológica interpretativa, mas abrem espaço para o campo do sensível, das trocas pré-verbais e de outros processos mais primários de transformação. O entre-dois, a tensão dialética e o terceiro intersubjetivo devem ser cogitados com essa hipótese de um terceiro *Ics*. Porque são interações e comunicações imediatas, nem sempre restritas à lógica da linguagem ou da representação, e que, no entanto, afetam e marcam os psiquismos.

3.2.1 O "Outro" freudiano

É comum, nas discussões teóricas da Psicanálise, a presença da palavra "Outro". Como vimos um pouco acima e no capítulo anterior, podemos encontrar,

[46] Os fenômenos de repetição também contribuíram para a identificação dessa categoria mental, já que, desde as guerras, as neuroses traumáticas tendiam a apresentar, em sua dinâmica psíquica, uma insistência que parecia não ser da ordem do inconsciente reprimido, assim como a compulsão à repetição nos artigos metapsicológicos desempenhou o seu papel, ao desafiar a teoria naquele momento.

nas obras de Lacan, Green e Ogden, por exemplo, a sua presença ao longo das discussões.

Consoante se pode notar, essa palavra foi grafada com a primeira letra em maiúscula. O propósito de apresentá-la assim é o de promover uma distinção conceitual. Para além dos planos da identidade, os quais designam diferenças entre o eu e o outro, ou entre o eu e você, essa palavra se refere a processos inconscientes e "outros primitivos" – "alvo de meus processos inconscientes". Não se trata de mais uma figura de terceiro, mas sim de um adendo conceitual, um veículo ou mensageiro do terceiro *Ics*. Por isso é importante mencioná-lo.

Conforme descreve Mezan (1998, p. 208, grifo do autor):

> [...] "o outro" não é apenas um semelhante, um sujeito social como eu, com quem me encontro na praça pública e com quem posso ter variados tipos de relação. O outro é também um fantasma inconsciente, herdeiro dos *outros* primitivos da minha infância, e, através dos mecanismos da projeção e da identificação, encontra-se na vulnerável posição de ser alvo de meus processos inconscientes.

Essas considerações estão articuladas com algumas ideias de Joyce McDougall, a qual sugere não haver apenas a rocha do biológico da qual Freud falava com relação à diferença sexual, mas, fundamentalmente, algo que podemos reconhecer como a rocha da alteridade. Pois, o campo fundado pelo que chamamos de *alteridade* acaba colocando o "outro" em uma problemática que envolve os limites da subjetividade[47], como podemos observar nas elaborações dos autores acima.

Sobre esse "outro sujeito", Figueiredo e Coelho Junior (2018, p. 36) nos lembram de que "é bem verdade que foram outros autores, como Sandór Ferenczi, Melanie Klein, Michael Balint, Wilfred Bion, Donald Winnicott e Jacques Lacan, por exemplo, que tornaram tais referências mais evidentes e sistemáticas". Referências essas que envolvem o *outro*, e, para alguns desses autores, o espaço intra e intersubjetivo dinâmico que estamos abordando. No sentido clínico e teórico, de antemão, parece que, assim como não há análise na ausência do terceiro, não há terceiro, se não houver esse *outro*.

Como dissemos, em 1923, durante a construção metapsicológica do que viria a ser conhecida como a segunda tópica do aparelho psíquico, Freud também procurava responder o problema sobre como algo inconsciente poderia se tornar consciente. Para tanto, discorre sobre as implicações de se pensar por imagens e de

[47] O texto de McDougall ao qual Mezan se refere é *"Quelles valeurs pour la Psychanalyse?"*, publicado em *Revue Française de Psychanalyse*, v. 52, n. 3, 1998.

se pensar por palavras. Ele irá dizer que pensar em imagens “é uma forma bastante incompleta de tornar-se consciente”, porém, “se acha mais próximo dos processos inconscientes do que pensar em palavras”, e, além disso, “é, sem dúvida, mais antigo, ontogenética e filogeneticamente” (FREUD, 2011b, p. 19). É nesse domínio das imagens que Freud situa a representação de coisa. Assim, a questão de como transformar o que está reprimido em algo pré-consciente terá como resposta o estabelecimento de “*elos intermediários Pcs*, por meio do trabalho analítico” (FREUD, 2011b, p. 19, grifo nosso). Temos, aqui, a ideia mais clássica do trabalho de ligação feito pela Psicanálise.

No entanto, uma ressalva é importante: devemos levar em conta dois tipos de simbolização, a primária e a secundária, sendo a

> [...] “simbolização primária” os processos pelos quais o traço mnésico primeiro é transformado em representação de coisa [...], e a “simbolização secundária” o processo pelo qual a representação “enquanto coisa” é transformada em representação de palavra – ou, melhor dizendo, é traduzida para o aparelho de linguagem (ROUSSILLON, 2019, p. 180).

Na questão do reprimido, tais elos intermediários pré-conscientes são, para Freud, representações verbais, isto é, linguagem discursiva. Isso quer dizer que, para algo inconsciente poder se tornar consciente, seria necessária a ligação com elementos verbais. Em termos metapsicológicos, poderíamos dizer que se trata da ligação entre representação de coisa e representação de palavra. Contudo, em termos técnicos, a Psicanálise freudiana sempre se preocupou em fazer a experiência e o sofrimento caberem em alguma linguagem (*talking cure*) – tanto a visual, como a maneira como um passageiro olha por uma janela, quanto a verbal, no caso do passageiro que descreve a paisagem que está vendo, seja ela um sonho, um devaneio, um acontecimento.

Todavia, ao longo de sua discussão, Freud se depara com mais um problema: os sentimentos. Mais especificamente, sobre a mobilidade dos sentimentos no aparelho psíquico. A metapsicologia das representações terá dificuldade em responder sobre a dinâmica psíquica das sensações. Esses elementos que apontam para “camadas mais diversas, e certamente mais profundas, do aparelho psíquico” são tanto “primordiais”, mais “elementares”, “plurioculares”, quanto “mal conhecidas” (FREUD, 2011b, p. 19). Ora, é justamente nesse momento que Freud opta por substantivar, a partir de sua língua alemã, o nosso pronome indefinido “outro”, grafando “*dieses Anderes*” – a saber, “este Outro”. Cabe destacar que, desde a

primeira vez que lemos essa passagem, essa diferença chamou a nossa atenção. O pensamento que tivemos foi de que não era apenas Lacan em especial, assim como outros autores, que discorriam sobre um Outro, mas também Freud, embora fossem Outros bastante diferentes teoricamente.

No caso de Freud, ele o denomina como um Outro "quantitativo-qualitativo" no aparelho psíquico. Mas, fenomenologicamente, como uma "*coisa intermediária* entre percepção externa e interna" (FREUD, 2011b, p. 20, grifo nosso). A nosso ver, para esta discussão, a ideia de um Outro como "coisa intermediária" nos parece interessante de ser pinçada em Freud, por se tratar de uma alteridade incapaz de ser localizada dentro ou fora – "nem meu nem teu". Esse Outro passa a ser, no nosso entendimento, o portador da "heterogeneidade do significante" (GREEN, 2019). "Freud observa que a linguagem tem por função tornar percetíveis os processos de pensamento, que, enquanto tais, são *irrepresentáveis*; no entanto, "se a linguagem é reduzida ao significante, como um sistema fechado em si mesmo, o que fica excluído é de uma importância crucial" (GREEN, 2019, p. 65). Trata-se, portanto, não de reduzir o significante à linguagem, mas da inclusão das pulsões no aparelho psíquico e das diferentes formas de representação. Algo que fez a Psicanálise se situar entre o modelo do sonho e o modelo do ato. Dessa forma, "o trabalho analítico não parte mais da representação, ele *tende para* a representação: ele visa a tornar figurável (pensável) o irrepresentável" (GREEN, 2019, p. 82, grifo do autor).

Gostaríamos de esclarecer ao leitor que o terceiro *Ics* e o Outro freudiano formam dois pontos importantes nesta discussão. O primeiro diz respeito a um inconsciente não reprimido, abarcando – sabe-se lá em qual qualidade – elementos primordiais e, como veremos, não apenas restritos aos sentimentos, contudo, ativo e capaz de determinar as vidas e os sofrimentos, ainda que inacessível ao método focado na centralidade da representação. E o Outro como um portador desses elementos plurioculares, cuja mobilidade não depende da lógica tradutiva com que Freud pensava a dinâmica psíquica, principalmente acerca da concepção sobre a repressão; ou seja, diferentemente, trata-se de um agente que se expressa sem a necessidade de se ligar a uma representação de coisa e/ou palavra. Acrescentando a isso o fato de esse Outro não poder ser localizado nem dentro nem fora no campo perceptivo. Essa "coisa intermediária" parece ser a expressão teórica possível de um objeto incapaz de ter a sua presença delimitada. É nesse terreno intermediário que

Ogden, por exemplo, estabelecerá as *reveries* (o “sonhar” da subseção anterior, ensonhamentos durante a sessão, como proposto por Bion) como veículos mistos e portadores de mensagens no campo analítico. Ora como imagens esclarecedoras e elaborativas, ora como ilusão somática, dentre outras formas de vivência do terceiro não restritas a representações verbais. Esse Outro é um mensageiro de elementos diferentes e anteriores à representação de coisa.

A impressão é a de que a Psicanálise contemporânea procurou, e ainda procura, desenvolver a sua metapsicologia a partir dessa “coisa intermediária”. Embora nós nunca tenhamos lido algo que tomasse essa passagem de Freud como referência, ela nos parece oportuna para reconhecer, nessa polissemia do Outro, algo que poderia estar ali como potencialidade e/ou conceito incipiente. Algo que, como estamos vendo, também serve de suporte para se pensar em uma dinâmica constitucional do ponto de vista da origem de um psiquismo, assim como comunicacional, incluindo, aí, a relação analítica.

Continuando na metapsicologia, Freud irá concluir o problema sobre como algo inconsciente se torna consciente, com uma diferença que, para nós, é essencial. Embora falemos, analogamente, em sentimentos inconscientes e ideias inconscientes, “para a ideia *Ics*, precisam antes ser criados elos que a conduzam ao *Cs*, e isso não vale para os sentimentos, que continuam diretamente”. Isso quer dizer que há algo no aparelho psíquico, a “coisa intermediária”, que tem uma liberdade diferente da das representações. Como ele diz, “o *Pcs* aqui não cabe”. (FREUD, 2011b, p. 20). Ou seja, para esse Outro, que “se comporta como um impulso reprimido”, parecem não importar muito as representações. Os sentimentos, mesmo ao serem ligados a representações verbais, “não devem a elas o fato de tornarem-se conscientes, mas fazem-no diretamente” (FREUD, 2011b, p. 20). É uma comunicação direta. Algo que Winnicott também considerava e será lembrado no capítulo seguinte.

Entretanto, é importante destacar que Freud também falou, um pouco antes, sob a égide dos sentimentos, em elementos primordiais e elementares. Assim, nos parece que o terceiro *Ics* e esse Outro são a designação desse campo pluriocular e a abertura de algumas possibilidades, um na condição de arquivo, e outro, na de veículo/mensageiro. Algo que vai tanto em direção aos sentimentos quanto aos elementos primordiais do psiquismo. Portanto, para pensar um caminho

epistemológico para uma metapsicologia do terceiro, a reconsideração dessas duas ideias freudianas nos pareceu oportuna.

Notam-se, também, as semelhanças que essas ideias apresentam com a "nossa outridade", proposta por Bollas (2009, p. 12). O terceiro sujeito parece admitir a possibilidade de comunicação entre inconscientes, entre esses Outros, entre outridades... Esse terceiro *Ics* e esse Outro parecem servir de suporte lógico para o convite de "sonhar a experiência" na situação analítica.

Embora essa discussão esteja na introdução da segunda tópica e desemboque na noção de *Id*, o que chama a atenção é o risco de redução intrapsíquica desse Outro. A elaboração parece inacabada, porque, em nenhum momento, foi discutida a condição "intermediária" da coisa no campo interpessoal e intersubjetivo, ou seja, as implicações de algo que está entre o interno e o externo também na relação com o outro[48].

Dessa passagem entre a primeira e a segunda tópicas, lançamos algumas questões. Por exemplo, do ponto de vista constitutivo e analítico, qual é a implicação desse Outro nas relações com o "objeto"? Os sentimentos, os Outros e os elementos primordiais de uma mãe e de um pai *afetam/constituem* o seu bebê? Poderia o Outro do paciente – considerando a ideia de um terceiro *Ics* – se comunicar com o Outro do analista, e vice-versa, sem a mediação, portanto, de elementos verbais? Poderíamos pensar em um diálogo analítico sem pré-conscientes? Um discurso vivo, de afetos? Sabe-se que os autores pós-freudianos respondem que sim. É nesse campo hipercomplexo, por exemplo, que o objeto analítico acontece.

Na matriz da mente, o espaço potencial entre-dois pode ser pensado a partir desse campo do terceiro *Ics*, com os seus elementos primordiais, não envolvidos na lógica da repressão e da representação, assim como do Outro, enquanto algo psiquicamente móvel na qualidade de *coisa* intermediária, nem minha nem tua, minha e tua, capaz de produzir efeitos na dinâmica intra e intersubjetiva. Resta saber o que podemos conhecer sobre esses elementos primários, já que parecem demonstrar uma diferença de qualidade nos registros inconscientes e desempenhar um papel fundamental na comunicação entre analista e paciente.

[48] Lembramos, aqui, da vinheta clínica do pequeno paciente de Winnicott, "doutor, ajude minha mãe, ela tá sentindo uma dor em *minha* barriga".

3.2.2 Nota sobre as huellas*: além da representação*

> "É provável que, se estas pegadas (*huellas*) existem, por aqui tenha passado um cavalo."
> (BLEICHMAR, 2006, sem paginação)

Os desafios teóricos e clínicos nos atendimentos dos casos limítrofes e psicóticos, como vários autores mencionam, em conjunto com os fenômenos saudáveis de caráter[49], envolvem o reconhecimento de elementos que não encontram lugar nas explicações tradicionais da Psicanálise.

As elaborações provenientes dos trabalhos clínicos atestam o caráter perturbador de, frequentemente, não haver palavras frente a algumas experiências. Do lado do analista, a tradução em palavras de algum material clínico no aqui e agora de uma sessão e no depois está longe de ser possível, e, do lado do paciente, algumas experiências não estão incluídas no que comumente se entendia como campo psíquico. O reconhecimento do que seria um limite, não apenas na nosografia psicopatológica, mas também no sentido epistemológico, leva ao questionamento de uma noção cara à Psicanálise, a de representação. Como sustenta Mezan (1998, p. 355, grifo do autor):

> A própria noção de representação psíquica, tão essencial na obra de Freud, é, por sua vez, restringida por alguns autores pós-freudianos, que, nas patologias mais graves, se defrontam com o "aquém da representação". Mas estes problemas não os conduzem a abandonar a metapsicologia; evitando jogar o bebê junto com a água do banho, estes autores procuram reformular certas hipóteses e certos conceitos herdados da metapsicologia freudiana, o que tem por efeito a criação de *outras metapsicologias,* mais ou menos afastadas das suas matrizes em Freud, e talvez mais aptas a dar conta de determinados problemas teóricos e clínicos.

As outras metapsicologias vieram para acrescentar outros pensamentos clínicos a partir de suas elaborações. Não se trata de abandonar a metapsicologia freudiana, pelo fato de, nesses casos-limite, a representação desempenhar um papel menor nas discussões, mas de considerar o que acontece antes de se pensar por representações, e, em alguns, até mesmo antes de se ter algo que possa ser chamado de mente ou psiquismo. Quando falamos de metapsicologia dos limites, dos vínculos e da terceira tópica, é porque estamos interessados em saber o que

[49] Aqui, estamos fazendo uso da palavra "caráter" de uma maneira um pouco diferente da utilizada por outros autores da Psicanálise. Essa noção está mais ligada à construção do *Self.*

acontece em um psiquismo antes de ele funcionar nos moldes do pensamento representacional.

Esse impasse parece ser o mesmo que Botella e Botella (2005, p. 13) apresentam já no início de seu livro:

> A maioria dos psicanalistas de hoje concorda que o *setting* analítico os desafia diariamente em certos aspectos de seu trabalho, para os quais as respostas fornecidas por uma teoria analítica centrada exclusivamente na noção de representação se mostram insuficientes.

Em outro trabalho de nossa autoria, procuramos saber o que Freud queria dizer com a expressão alemã "*das Ding*", "a coisa". Para tanto, optamos por começar uma investigação a partir do que, na metapsicologia freudiana, se chama representação de coisa. Pensávamos que, partindo dessa concepção de representação, poderíamos alcançar algo que teria a ver com a *coisa* da qual Freud falava, e acabamos tendo que encerrar a pesquisa com uma trifurcação[50] (BRINHOLLI, 2020).

O fato é que o mencionado estudo, uma pesquisa de Mestrado, nos fez chegar a um campo além da representação, ou seja, em elaborações freudianas que falavam ora em signo da percepção, ora em *marcas*, e, curiosamente, em fronteiras entre *coisa* e representação de coisa[51]. Nas traduções da Amorrortu, que, naquele momento, eram também material para a pesquisa, deparamo-nos com uma tradução de tom poético para essas "marcas", que os tradutores optaram por chamar de *huellas.* Quando fomos procurar no dicionário o seu significado, descobrimos que *huellas* significam *pegadas*, tais como a marca de um pé na areia. Hoje, escrevendo novamente sobre isso, temos a lembrança de um sentimento de que havíamos encontrado, ali, quase que o indício de um foragido, uma espécie de rastro. Como se o objeto ou a coisa procurada tivesse deixado pistas em formas de pegadas.

Essas pistas apontavam tanto para um procurado no campo da teoria, ou seja, eram pegadas na direção de onde poderia estar um sentido teórico sobre a expressão alemã que nós pesquisávamos, quanto indicavam, metapsicologicamente, um elemento psíquico que não era uma representação,

---

[50] A saber, a coisa do mundo, a coisa corporal e a coisa do desejo.

[51] Conhecimento derivado de elaborações de quadros clínicos de agnosia, que, ao contrário das afasias e de suas perturbações entre representações de objeto e representações de palavras, demonstravam haver um elo anterior e o seu rompimento entre a *coisa* e a sua representação, provocando uma incapacidade de reconhecimento do objeto. Algo que, escrevendo agora, nos parece bastante próximo do que Ogden chama de "não experiência".

estava mais para a qualidade de um registro para o lado de uma marca. Resumindo, a compreensão que surgiu ali foi a seguinte: coisas aconteceram, mas não estão no campo do inconsciente reprimido, encontram-se como marcas inconscientes em outro lugar, e, ao serem tomadas como pegadas, acabam por endossar, na condição de testemunhas, a crença de que algo, em algum momento, existiu. É o que está presente na frase de Bleichmar acima transcrita e na seguinte afirmação de Freud (2007, p. 148):

> [...] todas as representações mentais [*Vorstellungen*] se originaram de percepções e, de fato, elas são repetições [*Wiederholung*] destas últimas […] a própria existência de uma representação [*Vorstellung*] já é, na sua origem, uma garantia da realidade do representado [*des Vorgestellten*].

Embora Freud esteja usando o termo "representação", nós podemos considerar as *huellas*/pegadas/marcas da memória também como a garantia da realidade do acontecido. Nós veremos isso ilustrado por meio do "conto preventivo" de Ogden, no capítulo seguinte, quando um paciente *conta* para o analista, por meios somáticos, os seus modos de relação, medos e sofrimentos em uma primeira sessão de análise. Algo que pode constituir uma espécie de garantia da realidade do acontecido. Naquele momento de pesquisa, nós não tínhamos ferramentas e pares para desenvolver mais esse entendimento, de modo que apenas agora achamos que conseguimos dar lugar para essas pegadas. As *huellas*/pegadas estão armazenadas no terceiro *Ics*; o Outro as veicula no campo intrapsíquico e intersubjetivo, já que elas funcionam em uma lógica não reprimida e não precisam de *Pcs* para a comunicação.

3.2.3 O inconsciente inacessível e as huellas

Incrementando os pensamentos sobre o terceiro *Ics*, o Outro, a coisa intermediária e as *huellas,* gostaríamos de promover uma articulação entre o que Bion (1997) e Civitarese (2016) discutem como terceira categoria psíquica. Essa categoria está em estreita relação com a noção de terceiro *Ics* que retomamos acima e parece fortalecer essa figura de terceiro. A saber, essa terceira categoria psíquica é nomeada pelos autores, primeiramente com Bion, como "estado da mente inacessível", e posteriormente retomada como "inconsciente inacessível", por

Civitarese. É como se estivéssemos ouvindo aqui um terceiro *Ics* com um timbre diferente.

A declaração de Bion (1997, p. 50, grifo do autor) é a seguinte:

> Eu estou sugerindo que, ao lado dos estados consciente e inconsciente da mente, pode haver outro. O mais próximo que eu posso chegar a dar-lhe um título provisório é o de estado da mente *inacessível*.

Embora Bion estivesse cogitando esse estado da mente no âmbito da vida intrauterina e a maneira com que um feto se relacionaria com as impressões a partir de formas primitivas de identificações projetivas, ele acaba por introduzir um título provisório interessante acerca de um estado mental. Trata-se de uma terceira categoria, que acompanhará as outras duas já bastante conhecidas.

Não nos parece apenas um detalhe, logo após a introdução desse título, Bion (1997) terminar a sua discussão discorrendo sobre as implicações de formas muito racionais no campo das investigações científicas. De que talvez esse material tenha dificuldade de ser alcançado por alguém demasiado disciplinado, rígido e intolerante. Porque parece ser justamente essa a dificuldade imposta pelo material inacessível: a de não se adequar aos métodos mais tradicionais de ciência.

Já Civitarese (2016, p. 7), partindo também de pacientes psicóticos e de neuroses difíceis de tratar, retomará essa introdução de uma terceira categoria mental, anunciando que o desafio com esses pacientes está ligado ao fato de que "eles sofrem de uma deficiência em suas capacidades de pensar, que se origina em traumas que são arquivados no assim chamado 'inconsciente inacessível'".

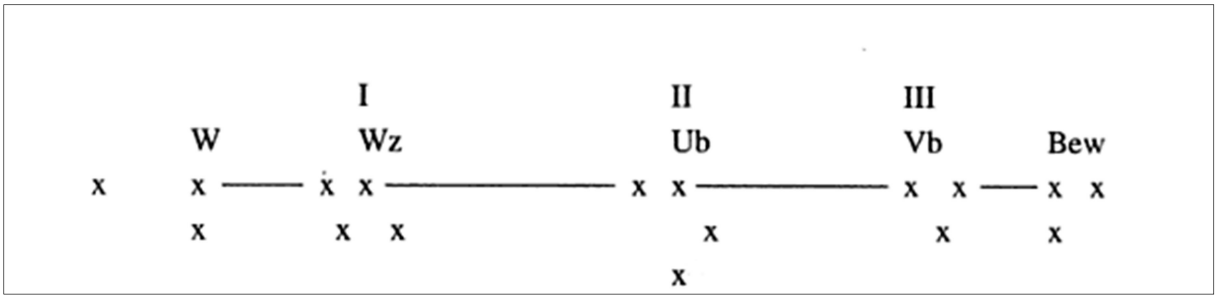
Para ambos os autores, trata-se de uma categoria mental que nunca foi psiquicamente representada ou consciente. Um estado mental não reprimido, em um campo inconsciente não representado. No entanto, Civitarese (2016) reconhece que, em Freud (2010e e 2011b), já estava implícita essa consideração.

Gostaríamos de acrescentar, também, uma referência anterior a essas mencionadas pelo autor, qual seja a conhecida carta 52 de Freud, enviada, em 1896, a Fliess. Na carta, Freud (1986 *apud* MASSON, 1986, p. 208, grifos do autor) compartilha:

> [...] estou trabalhando com a hipótese de que nosso mecanismo psíquico tenha se formado por um processo de estratificação: o material presente sob a forma de traços mnêmicos fica sujeito a um *rearranjo*, de acordo com as novas circunstâncias – a uma *retranscrição.*

Freud trabalha com a hipótese de que a memória não se faz presente de uma só vez e com o fato de ela ser registrada em vários tipos de indicações. Tomando como ponto de partida as hipóteses psicológicas de Freud sobre a memória, podemos supor que, para existir essa possibilidade, deve haver diferentes formas de registros ou diferentes sistemas mnêmicos. Freud alega não saber quantos registros existem, porém, afirma conhecer pelo menos três deles. O diagrama esquemático representado na Figura 1 propõe os registros separados de acordo com os neurônios, que, segundo Freud, são os seus veículos[52].

Figura 1 - Diagrama esquemático dos sistemas mnêmicos.



Fonte: Freud (1995, p. 282).

Respectivamente, vemos *W* |*Wahrnehmungen*| (percepções); o primeiro sistema, denominado *Wz* |*Wahrnehmungszeichen*| (indicação da percepção); o segundo sistema, chamado de *Ub* |*Unbewusstsein*| (inconsciência); *Vb* |*Vorbewusstsein*| (pré-consciência), considerado o terceiro sistema; e *Bew* |*Bewusstsein*| (consciência). O primeiro registro de uma percepção seria o da indicação da percepção, totalmente inacessível à consciência e regido por leis de associações por simultaneidade; o segundo, a inconsciência, formado por traços também inacessíveis, que talvez correspondam a lembranças conceituais; e o terceiro, a pré-consciência, com um registro ligado às associações de palavra. Quanto à percepção e à consciência, elas não retêm nenhum registro, pois, segundo Freud (1986 *apud* MASSON, 1986, p. 208), a consciência e a memória são mutuamente exclusivas.

[52] Nesse período, Freud estava trabalhando com a possibilidade de construir uma psicologia científica e naturalista que fosse livre de contradições. De acordo com o autor, o seu intuito era o de "expor os processos psíquicos como estados quantitativamente determinados de partes materiais capazes de serem especificadas" (FREUD, 2003, p. 175). Sendo assim, os neurônios eram os responsáveis ao representar, enquanto partículas materiais, esses veículos.

A nosso ver, o primeiro sistema está próximo do que os autores procuram nomear como inconsciente inacessível. Embora tanto o primeiro como o segundo sistema sejam inacessíveis à consciência, aquele apresenta uma condição diferente da do último. Ele não é lembrança, é algo que está próximo da elaboração do casal Botella e Botella (2005, p. 102) sobre o paradoxo de uma "memória, sem lembranças". A qualidade psíquica de alguns elementos inconscientes que estão presentes na condição de traços mnésicos irrepresentáveis; por isso, não está presente no campo simbólico. Nesse sentido, parece necessário que os elementos do sistema *Wz* se tornem inconscientes *Ub* – passíveis de lembrança –, para daí se ter alguma figura mental deles, e, quando muito, uma notícia na consciência. É por essa razão que Ogden irá propor, para alguns casos, uma lógica para o processo analítico que leve em conta tornar o consciente inconsciente. E, em outros casos, irá pensar em uma saída para um estado de não experiência, conforme falamos no preâmbulo desta tese. Já Roussillon (2019, p. 180) resume assim: "três níveis de traço – e, portanto, a dois níveis de transformação psíquica".

Vale notar que a percepção e a consciência não retêm nenhum registro, é necessário que as indicações das experiências passem para o segundo sistema. A inacessibilidade do terceiro *Ics* é determinada por uma diferença lógica; não são representações nem lembranças. Freud (2016, p. 154, grifos nossos) chegou a cogitar isso, quando afirmou que

> [...] para um tipo especial de vivências extremamente importantes, que fazem parte dos primórdios da infância e que à sua época foram *vividas sem compreensão,* mas que *a posteriori* encontraram compreensão e interpretação, geralmente *não se consegue evocar uma lembrança*.

Inspirado nas discussões psicanalíticas contemporâneas, Civitarese (2016, p. 8) propõe que essas *huellas*, "traços mnésicos arcaicos", estão na condição de memórias implícitas e não declarativas, pelo fato de se encontrarem registradas em regiões neuroanatômicas diferentes das memórias explícitas. As primeiras são subcorticais e as únicas memórias disponíveis nos dois primeiros anos de vida, enquanto as segundas estão registradas na região cortical. Isso o leva a afirmar que essas marcas, "*incluindo* aquelas relacionadas aos traumas mais precoces, podem ser registradas apenas em uma forma não representacional" (CIVITARESE, 2016, p. 8, grifo nosso).

Esse autor irá utilizar o termo de Bion sobre o inconsciente inacessível para se referir a “todos esses sistemas de memória básica e primitiva” (CIVITARESE, 2016, p. 8). Nós incluiríamos, novamente, a concepção metapsicológica de Bollas (2009) sobre o inconsciente receptivo, a fim de manter uma brecha não psicopatológica.

Civitarese (2016, p. 8) tem como finalidade salientar as concepções de Bion a partir desse termo para sugerir uma possível continuidade entre a vida fetal e pós-fetal, e, “sobretudo, o *link* que o termo que ele [Bion] emprega sugere, entre os traumas que nós hipotetizamos tenham sido inscritos nessa memória/inconsciente inacessível e pacientes inacessíveis que são difíceis de alcançar”. O impasse recai sobre esses traços mnésicos, pois, evidentemente, eles são difíceis de verbalizar. Algo que, segundo o autor, nos leva à questão de “como eles podem ser evocados no *setting* analítico, para que então possamos ajudar nossos pacientes a elaborá-los [*work them through*]” (CIVITARESE, 2016, p. 8).

O problema da evocação dos traços passa a ser algo central nas discussões da Psicanálise contemporânea[53]. Questões sobre como fazemos para “alcançar” esse inconsciente inacessível. “Como podemos achar uma maneira de nos comunicar com alguém cuja função representacional está seriamente impedida, na medida em que ele não é capaz de dar um sentido pessoal à experiência?” (CIVITARESE, 2016, p. 7). Já que a associação livre parece se mostrar com uma limitação tradutiva – considerando a estratificação do esquema freudiano –, devido ao fato de ser impossível pôr em representações de coisa, e muitos menos em palavras, algumas memórias. A partir de qual técnica analítica se teria acesso a esses elementos primários? De quem é o trabalho de tradução? Diante dessas questões, parece importante considerar o caráter processual presente no esquema de Freud, no qual a memória não se faz presente de uma só vez.

Algumas respostas conceituais e técnicas vão na direção da intersubjetividade e do que Bion e Ogden consideram como *reverie.* Um campo dinâmico, no qual o analista poderia ter acesso, e, simultaneamente, uma função tradutiva dessas marcas, a partir daquilo que brota em sua mente e corpo durante

[53] Embora Sandler (1989b, p. 89), em uma proposição parecida com a de Lacan (1978), em *Nomes-do-pai*, “o simbólico, o imaginário e o real”, já apontasse, antes, o limite do campo analítico: “Gostaria de sugerir que, no campo analítico, podemos, em certo sentido, ver três tipos de representação: a imaginária, a simbólica e a real. O que quero dizer com real nesse contexto é aquele que não é passível de ser simbolizado, que está no limite do campo analítico”.

um encontro analítico. Imagens visuais, fantasias, ilusões somáticas e outros tipos de sensações corporais e afetivas no analista (OGDEN, 1996). Ou seja, em termos metapsicológicos, em alguns casos, não se trata apenas da possibilidade de ligação entre representação de coisa e de palavra, tal como na retranscrição entre segundo e terceiro sistemas, mas de tornar inconscientes as indicações da percepção, as marcas das experiências, a partir de um trabalho de simbolização do qual participam o analista e o seu psiquismo. Como diz Green (2019, p. 60): "a representação, para se estabelecer, necessita do objeto".

É assim que Ogden (2014a, p. 213) parece compilar o problema. A passagem a seguir apresenta semelhanças metapsicológicas com os outros autores. Ele considera o seguinte:

> O inconsciente, além de constituir um domínio psíquico para experienciar os aspectos reprimidos da vida que ocorreram e foram experienciados, mas são tão perturbadores a ponto de serem banidos da percepção consciente, também envolve um aspecto do indivíduo (frequentemente mais físico que psíquico) onde existem registros de eventos que ocorreram, mas não foram experienciados. O último é o aspecto do indivíduo que carrega a experiência traumática não assimilada, seus "sonhos não sonhados".

O autor também descreve, à sua maneira, a presença de uma terceira categoria mental, um inconsciente inacessível[54]. Concomitantemente com "os aspectos reprimidos da vida", estão os "registros de eventos que ocorreram", no entanto, com esta especificidade: não foram experienciados. Percebe-se, na citação, a recorrência das expressões "experienciar", "experienciado" e "experiência". Ogden parece não se preocupar em dar uma explicação mais detalhada sobre a qualidade psíquica desses registros, apenas dizendo que são, na maior parte das vezes, mais físicos. Contudo, parece-nos plausível pensar na associação entre esses registros de eventos não assimilados e as indicações da percepção do esquema freudiano. O primeiro registro de uma percepção, a marca, pode permanecer como elemento fora do campo que Ogden está chamando de experiência. Esses elementos dos exemplos, que, cumpre ressaltar, estão nessa condição inacessível por conta de experiências traumáticas[55], permanecem na vida psíquica na situação de "não

[54] Ogden está comentando o texto *Fear of breakdown*, de Winnicott (1974).

[55] Winnicott (1974, p. 91, grifo nosso) pensa como "*experiência* original de agonia primitiva" e Ogden (2014a, p. 215-216) como "colapso (*breakdown*) da ligação mãe-bebê na infância". Entretanto, o último faz uma ressalva importante: "Todos nós temos nossas áreas particulares de experiência que nós não fomos capazes de viver, e nós vivemos em busca daquelas experiências perdidas, daquelas partes perdidas de nós mesmos". Isso significa que os registros podem existir em condições que não levam, necessariamente, a um estado de sofrimento mental.

sonhados", à espera de alguém, no caso um analista, para se tornarem sonháveis. Ou seja, a função tradutiva aqui é compartilhada.

É nessa direção cotradutiva que Botella e Botella (2005, p. 15) propõem um trabalho de retranscrição, a saber, processos de "figurabilidade", dos quais tanto analista quanto paciente participam, embora pareça ocorrer mais no analista a emergência de uma figura mental para aquilo que ainda é marca inacessível no paciente. Os autores chegam a afirmar que "o *trabalho de figurabilidade* do analista, emergindo da regressão formal de seu pensamento durante a sessão, prova ser o melhor e talvez o único meio de acesso a esse estado, além do traço mnêmico" (BOTELLA; BOTELLA, 2005, p. 15, grifo dos autores).

Nós poderíamos citar outros autores e exemplos acerca dessas questões. Porém, entendemos que as passagens acima são suficientes para apontar a necessidade de se considerar um espaço intermediário para a retranscrição, no qual o Outro deveria estar presente. Nesse sentido, o problema da tradução do material psíquico, principalmente quando ele ainda não está na qualidade de uma representação, acontece em uma condição de interdependência.

O terceiro, aqui, deveria ser pensado com os processos terciários no espaço transicional entre *coisa* e símbolo, entre não experiência e experiência, entre afeto e representação, entre representação de coisa e de palavra. Assim, parece-nos importante uma nota sobre a transicionalidade interna.

Green (2019, p. 72) oferece um exemplo breve:

> O paciente vem, diz que teve um sonho, conta, depois associa. É preciso se perguntar o que lhe permite passar de um registro ao outro. E o mesmo para o analista: ele escuta o sonho, que o faz pensar em um outro sonho contado pelo paciente há cinco anos, ou no que o paciente disse sobre a mãe dele no decorrer da última sessão.

Tanto a passagem quanto o que confere permissão caminham juntos nesse dilema. Essa figura de terceiro pode ser cogitada como transicionalidade interna. Algo que "permite ao sujeito estabelecer vínculos tanto no plano da lógica da realidade quanto das lógicas da fantasia e do inconsciente, bem como entre as diversas lógicas, elas mesmas". Há, nesse esquema, uma "plasticidade própria". Os processos terciários apontam para o *missing link*. De maneira geral, o elo faltante é o negativo dos processos. A ausência de transicionalidade identificada na clínica, tanto nos "fracassos da estruturação do psiquismo" quanto no confronto com

“modalidades diferentes de pensamento”, fará com que os processos terciários se tornem “uma base de trabalho” (GREEN, 2019, p. 64 e 71).

Nesse sentido, Green (2019, p. 72) afirma: “considero que a noção de ‘processo terciário’ é teoricamente necessária, pois ela explica aquilo que permite passar dos processos primários aos processos secundários, e vice-versa”, ou seja, “são apenas processos de vinculação; eles permitem a comunicação e a passagem de um sistema a outro”. Como no exemplo acima, são processos como “aqueles que entram em jogo no próprio funcionamento da sessão analítica” (GREEN, 2019, p. 72). Veremos mais sobre isso no próximo capítulo.

Porém, contamos com uma dificuldade parecida com a apontada por Winnicott sobre sustentar um tipo de loucura ou fingir que ele não existe no que se refere à matriz. A saber, “os processos terciários são caracterizados pelo fato de não terem materialidade” (GREEN, 2019, p. 72). Isso significa que devemos trabalhar com essa ideia, embora ela seja bastante difícil de ser abordada de uma maneira clara. Não bastaria falarmos dos três níveis de traço, do inconsciente inacessível e dos dois níveis de transformação psíquica envolvidos nos processos primários e secundários da simbolização, se não levarmos em conta “esse trabalho de vinculação e simbolização que é o processo terciário” e quem participa dele (GREEN, 2019, p. 71). É preciso se preocupar com essa transicionalidade interna e com o que faz permitir a passagem de um registro para o outro.

O ponto é que, do atendimento de casos não neuróticos, os psicanalistas passaram a elaborar uma metapsicologia que enfatiza outros estratos do psiquismo, os elementos mais primários e os seus impasses de simbolização. O terceiro *Ics* para Freud, ou o inconsciente inacessível para Bion e Civitarese, serve de base para esse entendimento. Assim como o Outro freudiano, enquanto expressão peculiar desse inconsciente e suas marcas, passa a ser cogitado no campo da comunicação entre sujeito e objeto.

3.2.4 O terceiro como junção de dois objetos

Assim como a matriz é cogitada como um enquadramento que permanece e que, de seu deslocamento, podemos pensá-la funcionando na situação analítica, o mesmo ocorre com o princípio de mutualidade e a tensão dialética no que tange à criação de uma nova entidade não apenas entre mãe e bebê, mas entre analista e

paciente. Nesta subseção e na próxima, pretendemos consolidar a ideia do papel da estrutura enquadrante enquanto entorno e da comunicação por meio de elementos primários com a finalidade de processos de simbolização.

No capítulo anterior, falamos sobre o objeto vivo da teoria. A nosso ver, seria interessante pensarmos no "objeto da análise", já que, como diz Green (1990a, p. 294, grifos do autor), no *setting*,

> [...] não deve estar nem *dentro* do analisando nem *dentro* do analista, mas no espaço potencial do seu entre-dois, em uma nova forma de reunião que permite acessar a *metáfora do objeto*, que nada mais é que o objeto do vínculo; nem meu nem teu: vínculo.

A influência dessa concepção de um objeto analítico é frequente em Ogden, e certamente fundamental, pois as articulações sobre o terceiro estão, em diversos momentos, vinculadas a esse objeto. Como podemos notar nesta vinheta clínica: "o barulho de meu movimento na poltrona se tornou um 'objeto analítico' (um portador de sentidos analíticos intersubjetivamente produzidos) que não existia previamente" (OGDEN, 1996, p. 87).

A figura de *terceiro* que reconhecemos aqui é a do "terceiro como junção de dois objetos" (COELHO JUNIOR, 2015a, p. 178). Algo que pode ser mais claramente notado na definição da sessão analítica de Green (2002, p. 251, grifo do autor): "Há três objetos: os dois pedaços separados e o objeto que corresponde à sua junção. *Na sessão, o objeto analítico é como esse terceiro objeto, produto da junção entre aqueles formados pelo analisante e pelo analista".*

Em nossa visão, há uma discussão metapsicológica necessária para que o objeto analítico seja mais bem compreendido em termos processuais de sua função em uma análise. Para tanto, devemos trazer aqui o que se entende como processos de simbolização, mais especificamente, formas e questões da simbolização primária. Faremos uso constante das elaborações de Roussillon (2019), pois, para nós, esse é o autor que melhor descreve o problema. Suas elaborações levam a uma ideia de "objeto partilhável", que pode servir ao entendimento do objeto analítico.

Assim como Green, Roussillon (2019, p. 181) toma as patologias do narcisismo e a questão da melancolia, "'neurose narcísica' por excelência", para reconhecer a reviravolta nas elaborações freudianas e como oportunidade para pensar a problemática da simbolização. Daí, ele formula: "para simbolizar o objeto, é preciso suportar a sua ausência e ter aceitado fazer dela uma forma de luto primário (o de reencontrá-lo conforme a identidade de percepção)" (ROUSSILLON, 2019, p.

181). Entretanto, a melancolia fracassa nesse luto, e isso faz com que nos interessemos sobre essa não efetuação. Algo que nos leva a reconsiderar as “condições de simbolização”.

As reflexões sobre a simbolização frequentemente ressaltam que “a simbolização é simbolização da ausência e da falta que ela engendra”, ou seja, “o objeto só seria evocável em sua ausência, e, para moderá-la, a simbolização tentaria tornar em parte presente, pela sua representação, o objeto ausente ou faltante” (ROUSSILLON, 2019, p. 181). Porém, precisamos “dar um passo para fora do postulado narcísico primário presente na ideia de que a simbolização – logo, a emergência da vida psíquica – efetua-se na solidão da ausência” (ROUSSILLON, 2019, p. 182).

Os trabalhos sobre a primeira infância servem para contestar qualquer tipo de autoengendramento. Devemos pensar “o papel do objeto presente”, e não apenas a ausência do objeto. Sem, evidentemente, desconsiderar a implicação paradoxal da ausência do objeto na presença, ou seja, na relação com a falta no objeto, algo que remete à “questão da função do pai a partir dessa falta” (ROUSSILLON, 2019, p. 182), como mencionado no início do capítulo.

Dessa maneira, as primeiras formas de simbolização levarão à necessidade de se considerar a questão da “coincidência entre o processo oriundo do bebê e a ‘resposta’ do entorno” (ROUSSILLON, 2019, p. 182). Nesse ponto, estamos no campo de mútuo reconhecimento. Tanto as patologias do narcisismo quanto a exploração clínica dos casos-limite irão se dedicar a descrever os processos que estão em jogo nesse nível de simbolização, levando em conta o entorno.

Para Roussillon (2019, p. 184), esses processos “competem ao nível da simbolização primária”, e, em termos metapsicológicos, contribuem para “um processo de transformação da matéria-prima psíquica em representação de coisa”. Diversos autores abordaram esse problema enquanto clínicos e procuraram descrever os processos de transformações a partir de diferentes nomeações. Roussillon (2019) destaca que, dentre eles, estão Aulagnier (1975) e o “pictograma”, Anzieu (1987) e os “significantes formais”, Rosolato (1978) e os “significantes de demarcação”, e Pinol-Douriez (1984) e as “protorrepresentações”, além da ideia de meio maleável de Milner (1987).

Essas nomeações pretendem descrever processos elementares derivados da “sensório-motricidade”, os quais contribuem para a transformação de um conteúdo

psíquico (ROUSSILLON, 2019). Destacando dois desses autores, como Anzieu e Aulagnier, Roussillon (2019, p. 186) salienta “o vínculo que existe entre significantes formais, ou pictograma, e o modo de relação como primeiro entorno”, frisando, assim, que não devemos cair em uma consideração solipsista de simbolização, mas reconhecendo “uma participação do entorno na ‘fabricação’ dos significantes formais e pictogramas”. Algo que aponta para uma partilha dos processos de simbolização e contribuição para a organização em linguagem.

Roussillon (2019, p. 188) oferece um exemplo, começando por dizer que “muitas das sequências da vida dos bebês são ricas de significações, por pouco que se saiba interpretá-las”, e a seguinte ilustração:

> Um garotinho de 1 ano era cuidado à tarde por sua babá; seus pais retornam no fim da tarde e o garotinho os recebe alegremente. Daí, ele avança para o corredor e se joga no chão como se estivesse caindo; o pai se pergunta do que se trata, mas a mãe – que conhece bem o filho – comenta: ele caiu de propósito e está mostrando. A babá presente, estupefata, lembra-se, então, de que, com efeito, ele caíra no começo da tarde e se machucara um pouco. As crianças “contam”, relatam aos pais o que aconteceu; a função de síntese – que Freud apontava como frágil nas crianças pequenas – é dedicada ao entorno, mas, para isso, é preciso que os lactantes lhe enderecem o “relato” dos seus estados internos diversos. Quando as crianças não dispõem do aparelho de linguagem verbal, é com o auxílio de linguagens mimo-gestuais-posturais que elas expressam, com cenários, encenações e atuações[56].

Nesse campo de diferentes linguagens endereçadas ao entorno, devemos reconhecer que há uma necessidade do lactante em relatar os seus estados e processos internos por meio desses “significantes formais”, que supõem o reconhecimento de um entorno capaz de auxiliar essa forma de narração e proporcionar processos de simbolização. Optamos por dar mais ênfase aos elementos primários, pois são esses tipos de “conversações primitivas” e simbolizações que estão presentes nas experiências do *terceiro* (ROUSSILLON, 2019, p. 189). Veremos, no fim do capítulo seguinte, essa forma de linguagem por meio das *reveries* somáticas.

Aliás, é a partir do fracasso nesses processos que o *terceiro* servirá como lugar de experiência e ligação. Fracassos que envolvem “processos que não foram

[56] Passamos por algo parecido no atendimento de uma criança de 4 anos. Ela ficava nos mostrando como ela tinha caído do berço enquanto estava sozinha em casa. Repetidas vezes, ela subiu no sofá do consultório e se jogou no chão, descrevendo a maneira como ela tinha caído. Até hoje, nos perguntamos se deveríamos ter ido além do reconhecimento e da redescrição, deixado o papel de testemunha, entrado na encenação em alguma das vezes e a segurado. Não sabemos dizer se isso teria mudado a história.

identificados e reconhecidos pelo primeiro entorno dos sujeitos considerados" (ROUSSILLON, 2019, p. 189), algo que, por exemplo, Green (2019) infere estar presente na relação com a mãe morta, e que Ogden (1996) comenta sobre a mãe cerebralmente morta de seu paciente.

De qualquer forma, esses processos não identificados e reconhecidos apontam para o retorno do fracasso simbolizante, a "retentividade e sua repetição no estado adulto", que "testemunham a sua não integração em ligação com o fato de que o entorno primeiro os deixou como letra morta" (ROUSSILLON, 2019, p. 189). A hipótese é a de que esses elementos primários presentes nos quadros clínicos mais extremos e, de certa forma, em todos os outros, "'contam' a história de encontros primeiros que não se deram ou foram traumáticos em razão do tipo de 'resposta' que receberam anteriormente" (ROUSSILLON, 2019, p. 190). É o que aparece no conto preventivo do paciente. Vemos, então, a necessidade de partilha da simbolização entre sujeito e objeto, dando relevância à qualidade do segundo. Não basta apenas considerarmos a matriz e a estrutura, sem levar em conta um certo modo de relação que "supõe disponibilidade, sensibilidade, apreensibilidade, constância, indestrutibilidade etc. do objeto" (ROUSSILLON, 2019, p. 190).

E, nesse ponto, as elaborações de Roussillon (2019, p. 190) se encontram com o objeto analítico mencionado no início. Além de criar uma linguagem não verbal entre o sujeito e o seu entorno, a partilha "cria, com efeito, um 'objeto comum', que não é nem de um nem do outro, nem 'colado' ao corpo de um nem 'colado' ao corpo do outro", e, assim, ele se torna "objeto partilhável", um representante de como ambos podem se unir e, além disso, "se encontrar e comunicar ao outro os seus estados internos – é justamente por isso que ele se torna elemento de uma linguagem, elemento possível de uma forma narrativa" (ROUSSILLON, 2019, p. 190).

É sobre essa forma narrativa e sobre essa qualidade do entorno que o *terceiro* intersubjetivo encontra o seu suporte lógico na clínica e na teoria enquanto processo de simbolização. Por meio de diferentes terceiros, estamos construindo uma metateoria que assume uma estrutura dialética entre sujeito e objeto, bem como uma metapsicologia que considera um inconsciente que abarca elementos primários à espera de simbolização. A junção de dois objetos é uma figura que foca no papel do objeto na simbolização primária desses elementos inacessíveis. Porém,

a sua fenomenologia enquanto objeto analítico é a de um portador de sentidos intersubjetivamente produzidos.

"Conversações primitivas" é uma boa expressão para pensar na comunicação entre inconscientes, quando o *Pcs* não cabe. Se a criança se comunica por meios mimo-gesto-posturais, os adultos também devem fazê-lo, e, muitas vezes, de maneira sutil. Como alcançar as marcas mnêmicas de um inconsciente inacessível não reprimido vai se tornando a ordem do dia nesses casos em que é preciso sonhar a experiência não sonhada, ou, no modelo freudiano, traduzir com o paciente algo que está no primeiro sistema das percepções como sinal de realidade e, para o segundo, como representação de coisa. O objeto partilhável nem meu nem teu, meu e teu, é a retomada, agora, da equação freudiana do início, com a sua função analítica. A saber, o Eu, o Tu e o Um dialeticamente se forjam nesse objeto e procuram dar forma a elementos primários ainda não representados.

3.2.5 O terceiro auto-observador

Bion (2017, p. 34) sustenta que, "em qualquer situação analítica, há o analista, o paciente e uma terceira instância que está assistindo – sempre". A figura de *terceiro* que parece estar em jogo aqui é a do "*terceiro* como auto-observação". (COELHO JUNIOR, 2015b, p. 5, grifo do autor). Embora a figura leve em conta as ideias de Britton, consideramos, também, constituírem um caminho oportuno os seminários e as gravações de Bion, e, por fim, as ideias de Reik.

Coelho Junior (2015b, p. 5) nos lembra que, "nas concepções de Ronald Britton, a terceira posição e o espaço triangular se referem, respectivamente, à boa solução edípica, em que as relações de objeto podem ser observadas, e à liberdade mental que é assegurada por esse processo triangular". Temos, portanto, como condição inicial para esse *terceiro* auto-observador, a necessidade do *terceiro* do Édipo, que, como vimos, do ponto de vista mais empírico, seria um terceiro como "presença material que interrompe um par já constituído" (COELHO JUNIOR, 2015b, p. 3). E, do ponto de vista mais subjetivo, seria o *terceiro* da ausência, a função paterna, "o outro do objeto, *o triângulo aberto com o terceiro substituível*" (COELHO JUNIOR, 2015b, p. 3-4, grifo do autor).

O pensamento clínico de Bion é interessante nesse sentido. As ideias apresentadas em seus seminários reúnem a fonte de inspiração de Ogden para o

seu estilo e o conceito de terceiro sujeito analítico[57]. Acreditamos que reproduzir algumas passagens desse seminário possa ser interessante para o leitor pensar a relação entre os conceitos de ambos os autores, assim como para se inspirar na posição subjetiva de Bion.

Essa discussão, em certo sentido, é menos metapsicológica e mais fenomenológica e metafórica. No entanto, ela pode servir de ângulo para pensar o que foi trabalhado ao longo do capítulo e, especificamente, na subseção sobre as marcas mnêmicas.

Bion (2016, p. 48) relembra o quanto Freud ficou "impressionado com a afirmação de Charcot", a saber, "quando você não compreende uma situação, quando você não percebe qual o diagnóstico, é preciso persistir até que um padrão penetre a obscuridade, permitindo-lhe formular a natureza desse padrão". Tratava-se de uma posição de espera para que uma coisa, depois de um tempo, pudesse falar por si mesma.

De certa forma, Bion adotou essa posição clínica. Sua afirmação sobre uma terceira instância que está assistindo – sempre – foi uma figura de *terceiro* auto-observador que ele forjou para dar sustentação teórica para essa posição. Para isso, ele se apoia em elementos que seriam ruídos e vestígios. Levando em conta o campo transferencial-contratransferencial, ele pretende superar a expectativa de uma comunicação mediada por representações de palavra, ao passo que postula a exigência de tolerância sobre o tempo necessário para o aparecimento de algo que possa ser traduzido para algum sistema de representações.

Diante da condição de se estar "perambulando em um capinzal", enquanto escuta as associações livres de um paciente, por vezes de seus familiares ou conhecidos, Bion (2016, p. 51) procura por "partículas sobreviventes". Trata-se de "estados mentais arcaicos, [...] padrões primitivos de comportamento" (BION, 2016, p. 53). Para tanto, ele reitera a necessidade do uso de "*nossos* sentidos, caso esses sentidos tenham a oportunidade de ver, ouvir, cheirar seja lá o que for que estiver se apresentando naquele momento" (BION, 2017, p. 34, grifo do autor). Nessa direção, a experiência dos sentidos enquanto terceira instância, da "intercorporeidade" (COELHO JUNIOR, 2010), será essencial para o trabalho de simbolização, por se

[57] "Meu pensamento sobre o estilo analítico foi fortemente influenciado pelo trabalho de Bion. De todas as contribuições publicadas de Bion, os 'Seminários clínicos' (1987), para mim, fornecem o acesso mais rico e extenso disponível para o clínico Bion." (OGDEN, 2007a, p. 1186).

tratar de “fazer a tentativa de transcender esses sentidos para encontrar sua origem e significado” (BION, 2017, p. 34).

As descobertas feitas por embriologistas de sinais de vestígios de diferentes tipos de vida no corpo humano, como, por exemplo, vestígios de um estágio anfíbio, servirão de analogia para essa concepção de *terceiro.* Bion (2017, p. 35) pensa haver algo similar na mente humana, ou seja, “remanescentes que conseguiram sobreviver na mente daquela pessoa em particular”. Diante do que considera ser ruído – o excesso de fala e associações –, ele procura “notar vestígios”, como se houvesse, simultaneamente ao ruído, a presença de “vestígio de algo, que permanece operando” (BION, 2017, p. 35). Contudo, é importante a ressalva de que esses elementos arcaicos “detectáveis em nossas mentes [...] sejam realmente sobreviventes e que possam proliferar de um modo benéfico, ou então de um modo patológico” (BION, 2016, p. 53)[58].

Nesta subseção, não estamos tratando da qualidade desses elementos arcaicos, mas sim de um *terceiro* capaz de detectá-los. Por mais fracos que esses elementos sejam em sua qualidade, “talvez, depois de um tempo, comecem a se reunir, formando um padrão, e o próprio padrão irá formatar-se de maneira tal, possibilitando traduzir a impressão que obtivemos em algum discurso articulado” (BION, 2017, p. 35). É assim que o autor faz aparecer a sua apropriação da impressão que a fala de Charcot teve em Freud. O trabalho e a espera, que envolvem reunir, formar um padrão, e então fazer surgir a possibilidade de tradução do material, apontam para a simbolização silenciosa que ocorre, predominantemente, em outro sistema que não o da consciência.

“Embora possa parecer que haja apenas dois corpos na sala, penso que temos que ir além e detectar esse terceiro – ou, no mínimo, detectar o que *este terceiro* detecta” (BION, 2017, p. 35, grifo do autor). Entendemos importante perceber que, nesse momento, Bion (2017) fala dois “corpos”, e não duas mentes ou duas pessoas, pois é pelos sentidos corporais – melhor seria dizer psicossomáticos – que o analista irá se comunicar com o paciente, a fim de alcançar tais vestígios. Há certa confiança nos sentidos durante o processo e o estado de espera. Uma posição clínica que propõe, em primeiro plano, deixar se afetar pelo paciente. Essa

[58] Algo que está em consonância com as concepções de Bollas sobre o *inconsciente receptivo*, a *outridade* e o *idioma* do sujeito. Todos esses conceitos do autor admitem essa ambivalência entre o benéfico e o patológico.

confiança está depositada em uma instância, e por isso a ênfase nesse *terceiro* que detecta e precisa ser detectado.

Não nos parece que Bion esteja falando de algo como um Supereu que observa o Eu em suas ações. Não obstante a figura de *terceiro* enquanto auto-observação suponha a capacidade de olhar a si mesmo e a dualidade de fora, nos parece que estamos mais no campo da reflexividade (ROUSSILLON, 2019), de uma maneira mais perceptiva do que formativa do Eu e julgadora. A aposta é mais sobre a inteligência corporal e inconsciente do que sobre o espelho, a avaliação e o juízo. Parece-nos que estamos tratando sobre a comunicação inconsciente que ocorre quando dois sujeitos se encontram em uma análise. A real "*vivência* do terceiro analítico intersubjetivo" (OGDEN, 2013, p. 103, grifo nosso) deposita a sua confiança nessa terceira instância. Essa ideia de Bion estará na base das *reveries* descritas por Ogden, e o trabalho mental e corporal enquanto a sessão acontece estará validando esse tipo de presença. O terceiro sujeito ogdeniano parece ter elevado a conceito essa alusão de Bion.

No mais, antes de encerrar, devemos considerar, também, a contribuição de Reik nessa figura de *terceiro*. O autor pensava ser fundamental que o analista fosse capaz de "aprender como uma mente se comunica com outra mente aquém das palavras e do silêncio", ou seja, o analista deveria ser capaz de ouvir com "o terceiro ouvido" (REIK, 1948, p. 144). A terceira instância e o terceiro ouvido participam da mesma figura de *terceiro* auto-observador.

Ou seja, "o modo de escuta analítica tem como característica ouvir o que o analisando fala, o que ele não fala, mas sente e pensa, e também voltar-se para dentro, ouvindo as vozes interiores do próprio analista" (COELHO JUNIOR, 2015a, p. 182).

> O analista ouve não apenas o que está nas palavras; ele ouve também o que as palavras não dizem. Ouve com o "'terceiro ouvido", ouvindo não só o que o paciente fala, mas também suas próprias vozes interiores, aquilo que emerge das profundezas de seu próprio inconsciente. É mais importante [para o analista] reconhecer o que a fala oculta e o que o silêncio revelam (REIK, 1948, p. 125-126).

O analista não tem um papel imparcial, ele é parte do que observa. Nesse sentido, podemos pensar que, na situação analítica, existem "três elementos: o inconsciente do analisando, o inconsciente do analista e a consciência do analista que observa a comunicação entre inconscientes e elabora modos de compreensão" (COELHO JUNIOR, 2015a, p. 182). Podemos reconhecer a implicação do analista

nos processos terciários, podendo favorecer ou não favorecer formas de elaboração do paciente. Para tanto, Reik fará uso da ideia de introjeção temporária a partir da empatia para a compreensão do inconsciente do outro. E é até aqui que queremos chegar na articulação entre os autores, onde Reik (1948, p. 361) propõe um "embrião". É a mesma analogia utilizada por Bion para falar das partículas sobreviventes e dos vestígios. Na leitura de Reik por Coelho Junior (2015a, p. 183), podemos ver desta forma: "o outro desperta em nós, através de suas palavras e gestos, um 'embrião' do impulso que o motiva, e isso é suficiente, se estivermos atentos, para compreendermos o que se passa com ele".

Vimos, neste capítulo, o que poderia ser pensado como uma metateoria do terceiro. Trata-se de um compilado de figuras e discussões que pretendem ilustrar alguns processos que ocorrem entre sujeito e objeto. Nesse arranjo, optamos pelo intercâmbio de ideias e pela escolha terminológica de cada autor, sem entrar muito no texto para dizer que isso é o mesmo que aquilo. Por exemplo, o terceiro *Ics* e o inconsciente inacessível são complementares. Poderíamos dizer que o que Bion chama de ruído e vestígio seria o mesmo que Freud chama de *huellas* ou marcas, ou até *Wahrnehmungszeichen*, e, então, tratar-se-ia tudo como elementos beta, no entanto, não nos parece ser exatamente o mesmo, por se tratarem de matrizes diferentes. Deixamos livre para o leitor ter mais de uma ideia e palavra para pensar sobre um campo complexo. É uma escolha de escrita que pode gerar um mosaico de ideias. Estivemos conscientes disso, mas optamos pela latitude semântica.

A ideia de uma metateoria é reunir de forma singular algumas ideias centrais sobre o que vem sendo cogitado como terceiro na Psicanálise. É difícil discutir o que existe entre a estória da estrelinha e a mamãe que faz lanche. Quando se começa a discutir a estória da estrelinha, a epistemologia e a metapsicologia do terceiro, começamos a sentir falta da mamãe que faz lanche; quando escapamos dos termos da academia, da representação e do simbólico, começamos a sentir a necessidade da estória da estrelinha...

Embora, em alguns momentos, possamos ter dado a impressão de um lançamento de ideias aleatórias, são ideias que consideramos essenciais para o entendimento do campo entre-dois e do terceiro sujeito analítico. Parece-nos fundamental começar pela matriz da mente, enfatizando o seu aspecto paradoxal envolvendo sujeito e objeto. As figuras de um terceiro entre-dois, de tensão permanente entre os pólos, de um terceiro intersubjetivo e de um terceiro como

junção de dois objetos são epistemologias que trazem à tona a estrutura e as dimensões de experiência. Já o terceiro *Ics* e o Outro enfatizam o campo da comunicação inconsciente entre sujeito e objeto, levando em conta outras qualidades de matéria psíquica e formas de expressão e veiculação envolvidas nos processos de simbolização.

Não obstante o terceiro *Ics* e as marcas apontem para aspectos e matérias da estrutura, o que procuramos enfatizar por meio desses conceitos foi a questão e a qualidade da comunicação e simbolização. Por último, consideramos o terceiro como auto-observador, por ser uma ideia bioniana que parece reunir todos esses elementos apresentados anteriormente com uma fenomenologia clínica, e também por ter sido a influência mais próxima para a construção do conceito de terceiro sujeito analítico.

4 A CLÍNICA DO TERCEIRO

"Na realidade, algo pode precisar crescer pela primeira vez."
(ALVAREZ, 2020, p. 153)

Neste capítulo, utilizamos algumas vinhetas clínicas para ilustrar e explorar o campo intersubjetivo do processo analítico. De certa forma, a intenção é testar o modelo da matriz, "pôr à prova" a metateoria do terceiro, mas também incrementá-la com outros elementos e perspectivas. A clínica pode dar uma vitalidade ao material teórico e oferecer ao leitor a possibilidade de imaginação criativa por meio das ilustrações, o que possibilita, também, gerar encontros com o inesperado e com coisas que nós não estejamos considerando e apresentando.

Poderia ser cansativo e redundante ficar retomando o que já foi escrito no capítulo anterior. Assim sendo, teremos em mente as ideias da metateoria e, sempre que acharmos necessário, traremos de volta o que já foi escrito. O leitor irá perceber que repetiremos as mesmas ideias, porém, de maneiras levemente diferentes, por meio da perspectiva clínica dos casos.

De modo geral, este capítulo trata de uma defesa de modalidade de trabalho clínico.

4.1 Psicanálise ontológica:[59] uma mudança de ênfase

O terceiro modelo de Psicanálise exposto no segundo capítulo encontra agora uma nova organização e uma especificidade. Nos últimos 70 anos, a Psicanálise, em sua teoria e prática, tem apresentado uma mudança de ênfase. Uma transformação que foi de "uma Psicanálise *epistemológica* (pertencente ao conhecimento e entendimento) para uma Psicanálise *ontológica* (pertencente ao ser e ao se tornar)" (OGDEN, 2019, p. 662, grifos do autor)[60]. Enquanto Freud e Klein

[59] A partir de Heidegger, há uma diferença no campo da Ontologia entre ôntico e ontológico. O primeiro termo diz respeito ao ente, ao imanente, ao fenômeno, ou seja, àquilo que os sentidos nos mostram. Algo superficial que todos podem ver e fundamenta o senso comum. Em contraposição, o segundo remete ao ser, no sentido do que está por trás dos fenômenos. Dessa forma, ele se ocupa do que nem todos veem. Ontológico pressupõe uma busca pelas raízes dos acontecimentos.

[60] Ogden parece ter se apropriado das ideias de Ofra Eshel (2017), que, dois anos antes, publicou um artigo na mesma revista (*The Psychoanalytic Quarterly)*, intitulado *From extension to revolutionary change in Clinical Psychoanalysis: the radical influence of Bion and Winnicott*, propondo essa mesma mudança de ênfase, embora, em seu texto, ela tenha optado por chamar de mudança de

são tomados como os fundadores da primeira, Winnicott e Bion são os que contribuíram para o desenvolvimento da segunda. No entanto, é importante ressaltar que não encontramos ambas as formas de Psicanálise em estado puro, ou seja, devemos considerar que elas coexistem mutuamente.

O interessante dessa distinção é que ela acaba sendo uma organização que ajuda a pensar o que estamos propondo chamar de clínica do terceiro. Porque, a nosso ver, o terceiro acontece mais no campo dos fenômenos ligados ao *ser* e ao *se tornar*; ele resgata a dimensão ontológica do encontro analítico, não apenas na história da Psicanálise, mas na situação analítica, e é essencialmente uma espécie de representante ontológico[61].

Desse modo, nos fenômenos clínicos, ou diante do paciente e dos objetos psicanalíticos, podemos assumir uma posição epistemológica e ontológica.

Na primeira, podemos tomar esses objetos como processo para o conhecimento e o entendimento sobre o mundo interno do paciente, o seu inconsciente, a sua relação com o mundo externo, dentre outras coisas. Esses entendimentos servem para organizar as experiências do paciente, de tal sorte que podemos, com eles, muitas vezes, ocasionar uma mudança psicológica. As interpretações do analista têm o importante papel de tentar trazer à tona os elementos latentes e os seus possíveis significados. Desejos, medos, conflitos e fantasias inconscientes podem ter, com essa técnica, uma tradução que, quando acerta, promove crescimentos na vida mental de um paciente. A interpretação da transferência foi e continua sendo o maior expoente dessa forma de Psicanálise, embora o retorno de protótipos infantis e a clínica do passado possam trazer uma implicação: a constituição de "um *loop* fechado que repete a si mesmo infinitamente, permitindo pouco ou nenhum espaço para novas possibilidades se desenvolverem" (OGDEN, 2019, p. 664).

Na segunda, "o foco primário do analista está em facilitar os esforços do paciente para se tornar (*to become*) mais ele mesmo" (OGDEN, 2019, p. 664). A dimensão ontológica propõe que, além de centrar a posição do analista no entendimento e na interpretação, também pode considerar o *ser* do paciente e do analista, trazendo para o primeiro plano o contexto interpessoal e as suas formas de

---

paradigma. No mais, a autora também apontou Winnicott e Bion como as duas maiores referências para tanto, e aventou a designação de uma Psicanálise quântica em vez de ontológica.

[61] Cf. *The ontological third* (BRINHOLLI, 2019).

experiência, e atribuindo, assim, relevância ao presente – aqui e agora – do encontro analítico, às atitudes de vitalização, às posições de espera ou, em termos bionianos, à capacidade negativa, à surpresa e à possibilidade de o paciente chegar a um entendimento cocriativo. Em termos gerais, por meio dela, "o paciente não está predominantemente engajado em uma procura por autoconhecimento, mas em *experienciar* o processo de se tornar mais plenamente ele mesmo" (OGDEN, 2019, p. 665, grifo do autor).

Eshel (2017, p. 755) salienta que essa forma ontológica de Psicanálise "engendra experiências formativas de ser e se tornar a serviço de transformar a experiência emocional desde a sua inscrição inicial", chamando a nossa atenção, especialmente, para duas concepções: a transformação em *O*, de Bion, e a grande ênfase de Winnicott sobre a regressão no tratamento de pacientes mais difíceis[62].

Ogden (2019, p. 661) propõe como alternativa à expressão "Psicanálise ontológica" a questão "O que você quer ser quando crescer?". Nota-se que a ênfase recai sobre o *ser* e o *se tornar.* Associada a isso, ou melhor, na base disso, está a preocupação de Winnicott (2019, p. 108) sobre "o que faz o indivíduo sentir que vale a pena viver".

E, por fim, é oportuno lembrar que a ideia geral do capítulo anterior sobre a metateoria do terceiro envolvia "o lugar onde as ligações devem existir", ou seja, tratamos da metapsicologia da ligação em seus diversos aspectos.

4.1.1 Concepção sobre o ser (Being)

> "A criação do ser precisa de outro que já é."
> (GREEN, 2010, p. 15)

Antes de trazer o primeiro caso, reconhecemos a necessidade de brevemente explicitar o que será tomado como *ser* neste capítulo, pelo fato de a Ontologia remeter a essa dimensão, bem como por ser essa uma concepção de origem

[62] A transformação em *O* remete à condição de indiferenciação e de estar-em-um com a realidade emocional do paciente, pretendendo, assim, lidar intersubjetivamente com o desconhecido, com o impensável e com estados não representados. Eshel (2017) parece sugerir, baseando-se em uma comunicação pessoal de Symington (2016) a ela dirigida, que a letra *O* utilizada por Bion seria uma abreviação para *Ontologia*.

winnicottiana. Dizemos de origem, porque o entendimento que tivemos dela acabou sendo uma mescla do original com a apropriação crítica feita por Green[63].

Para Winnicott, a noção de *ser* começa pelo seu negativo. Em *Human Nature,* ele inicia o seu capítulo 5 dizendo: "Primeiramente, há a não integração (*unintegration*)", não há uma ligação entre mente e corpo e não há uma realidade "não EU (*not-ME)*" (WINNICOTT, 1988, p. 131, ênfase do autor). Trata-se de um estado primitivo do *ser* – ainda em potencialidade – que não pode ser observado diretamente.

Segundo Green (2010, p. 12), "a característica principal desse estado primitivo é a continuidade da existência". Nesse sentido, há a necessidade de cuidados e de amor por parte do bebê, a fim de garantir essa continuidade. Não se deve ter a ilusão de se ver o bebê como unidade. Winnicott (1988, p. 131) ressalta que, no início desse estágio, a unidade é uma "configuração indivíduo-ambiente (*environment-individual set-up*)". Nesse momento, não há um *ser* individual, não há a possibilidade de discriminação entre eu e não eu, tal como apontado no capítulo anterior. O objeto é subjetivamente percebido em um estado de transicionalidade. O bebê está mais em uma condição de solidão e desamparo. Winnicott (1988, p. 131) sugere algo interessante: que, neste tempo, ainda não se alcançou um estágio no qual "há um lugar de onde ver (*there is a place to see from*)". Afirmação que nos remete à ideia de estrutura enquadrante, ou seja, que é preciso o "negativo da fotografia", a construção de um lugar de onde ver, simbolizar, representar... e, por que não, onde existir. De toda forma, a lógica é a de que "o ser emerge do não ser" (GREEN, 2010, p. 12). E, para isso, exige-se, necessariamente, a presença do objeto para as ligações, o "constituinte dos *ligames*", que, em termos funcionais, seria a "mãe que *faz ligação*" (GREEN, 2017, p. 32, grifos do autor).

Essa forma negativa do *ser*, como estado de não integração, é também tomada como estado anterior ao estar vivo, como se pudesse ser "um estado livre de relações objetais, que poderia ser comparado com o desejo de ainda não ser vivo" (GREEN, 2010, p. 13). Nesse diapasão, *ser* e estar vivo, não *ser* e estar morto, caminham juntos e são existencialmente equivalentes. Nesse ponto de desamparo antropológico[64], Green (2010, p. 13, grifo nosso) questiona: "poderia o *ser* ser

[63] Cf. *Sources and vicissitudes of being in D. Winnicott's work* (GREEN, 2010).
[64] Cf. *Algumas suposições antropológicas de base: o potencial angustiante e a passividade originária (a passividade-desamparo)* (FIGUEIREDO; COELHO JUNIOR, 2018).

independente de todos os relacionamentos?". Assim como Winnicott (1988, p. 131, grifo nosso) também indaga: "Qual é o estado do indivíduo humano quando o *ser* emerge do não *ser*?". E, por derradeiro, relevante para a clínica: "Qual é o estado fundamental para o qual todo indivíduo, por mais velho e com quaisquer experiências, pode retornar a fim de começar de novo?" (WINNICOTT, 1988, p. 131).

Em outro texto, o *ser* aparece com uma extensão maior: "por mais complexa que a psicologia do sentimento de *self* e do estabelecimento da identidade possa se tornar à medida que o bebê cresce, o sentimento de *self* emerge apenas com base nesse relacionamento no sentimento de SER" (WINNICOTT, 2019, p. 132, ênfase do autor). Nessa seara, em sua visão, o sentimento de *ser* "é anterior à ideia de estar-em-união-com, já que ainda não existe nada além da identidade", e o autor continua, afirmando que "duas pessoas distintas podem *se sentir* uma, mas, nesse espaço que estou analisando, o bebê e o objeto *são* um" (WINNICOTT, 2019, p. 132, grifos do autor). De acordo com Green (2010, p. 17, grifo do autor), a palavra SER, escrita assim, com todas as letras maiúsculas, e em referência ao conceito, "*é a única palavra que Winnicott escreve com todas as letras maiúsculas* [...], o que certamente indica o seu *status* especial".

Cabe observar que a razão dessa discussão se dá pelo fato de o terceiro, principalmente nessa modalidade ontológica, envolver a experiência de *ser* um ou *estar-em-um* nesse "espaço". E também por sua presença crucial na clínica e por sua necessidade para alguns pacientes com psicopatologias psicossomáticas e psicóticas, por exemplo. A conjugação do *um* e do *ser* e os seus desdobramentos formam um fenômeno que alguns autores tomam como simbiose do *setting* (BLEGER, 1967; LEMMA, 2015), funcionamento paradoxal, e optam por chamar tal colusão e efeito de "quimera" ou "monstro analítico" (DE D'UZAN, 2013; REIS, 2016).

De toda forma, temos o retorno de alguns pontos do início do capítulo anterior por meio de uma perspectiva ontológica. Trata-se de uma questão sobre a essência do ser humano, algo difícil de narrar e, certamente, impossível de observar diretamente. O máximo que podemos fazer é uma inferência sobre esse estado e considerar essa natureza. No entanto, concordamos com Winnicott e Green, no ponto de que o *ser* só existe se houver outro *ser* que o faça existir. Que ele é algo que deve ser tomado sempre como movimento, no sentido de continuidade de

existência. O “ser está lá no bebê, mas em um estado tão não integrado, que ele precisa ser refletido de volta pela mãe, que, de tempo em tempo, sente e compreende o que acontece com o bebê” (GREEN, 2010, p. 18).

Nesse campo, que podemos considerar essencialmente ontológico e meio para identificações primárias, a situação não é apenas de fusão, mas de “*trans*fusão, em que o *ser* da mãe é transmitido para a criança, assim como o sangue é transferido durante uma transfusão de sangue” (GREEN, 2010, p. 18, grifos do autor). É também nesse campo, que envolve a instituição do ser e, em alguns casos mais graves, o seu resgate, que Alvarez (2020) forjou as suas noções de companhia viva e reclamação, que também são úteis para pensar tal concepção. A esse trabalho de ligação primária, cuja participação do objeto é fundamental, como mencionamos acima, podemos dar o nome de *ligames.* Trata-se do trabalho de ligação presente na dimensão intersubjetiva. É a partir daí que começamos.

4.2 A área da amorfia: função terceira

Como vimos no segundo e no terceiro capítulos, a Psicanálise precisou mudar a sua teoria e a sua técnica, a partir do atendimento de pacientes crianças, psicóticos, autistas, desamparados, que sofreram abuso, dentre outros. Assim, houve uma “mudança de *corpus* em relação à análise clássica, focada na categoria dos neuróticos” (GREEN, 2017, p. 321). Esses novos quadros clínicos ocasionam novas matrizes psicopatológicas, e, portanto, qualquer clínica e qualquer teoria passam a ser repensadas a partir de diferentes vértices. Nesse sentido, “a transformação do *corpus* de base trará uma transformação do mito de referência” (GREEN, 2017, p. 321).

Retomamos esse argumento, para dizer que o mito de referência freudiano, que até então servia de plataforma elaborativa, passa a ser complementado por outros mitos de referência. Esse mito é “o conjunto historicamente articulado dos conceitos ordenadores do desenvolvimento hipotético da criança tal como a análise permite construir” (GREEN, 2017, p. 321). Uma das questões que Green propõe é a seguinte: “como o analista ‘sonha’ seu psicanalisando?”. E, então, ele responde: “tudo depende do *corpus* a partir do qual ele parte e do mito de referência que supostamente o descreve”. E, mais adiante, complementa: “os autores escutam, ou

digerem, ou sonham, a comunicação de seus pacientes segundo seus mitos de referência" (GREEN, 2017, p. 330).

É também por essa razão que, no capítulo anterior, apresentamos, por meio da metateoria do terceiro, um mito de referência. Dele, constava a importância da construção de uma estrutura enquadrante por meio da experiência na matriz, de que "*o psíquico só pode nascer do psiquismo, no caso o da mãe*, o que é outra maneira de dizer que o pensamento só pode nascer do pensamento do objeto" (GREEN, 2017, p. 330, grifo do autor).

É evidente, portanto, a participação ativa do objeto, como a mãe que investe o suficiente em seu bebê, oferecendo-lhe diversas qualidades corporais e psíquicas, a fim de promover ligações, um lugar de existência e um espaço para o desenvolvimento da percepção e dos sentimentos de si e do outro, do pensamento e das representações. Assim como também há a participação do bebê nessa relação, tanto convocando ou não reagindo a essa mãe, vindo ao mundo com as suas formas e sensibilidades características, coconstruindo ou não um *self*, os seus pensamentos ou algo como a sua mente. Esse mito é diferente de ver a criança em busca de satisfação e de entender que o pensamento surge apenas das experiências negativas e da frustração, mas inclui a necessidade de uma companhia viva, altamente modeladora, instituindo a presença de alguém vitalizante e que, também, por meio do prazer, da surpresa e do interesse, pode fazer com que um psiquismo nasça (ALVAREZ, 2020).

Conjuntamente, há o surgimento de diferenças técnicas por conta dos ordenadores do desenvolvimento. Nessa linha, os dois primeiros casos que apresentaremos a seguir, o do Sr. C. e o de Nir, parecem demonstrar essas premissas e diferenças.

No capítulo anterior, vimos que uma das figuras mais potentes de terceiro é o terceiro como um espaço entre-dois. Nesse sentido, temos as dimensões intersubjetivas e intrapsíquicas presentes nesse espaço, sejam elas mais constituídas ou em estado de potencialidade. Desse modo, entre paciente e analista, temos as implicações da ligação acontecendo em ambas as dimensões.

Como se pode notar, o título desta subseção sugere algo diferente de uma designação genérica da terceira área, ou seja, intermediária, que passa a ser pensada como amorfia, expressão que recortamos do livro *O brincar e a realidade* (WINNICOTT, 2019). Mencionamos tal obra no corpo do texto, e não em nota de

rodapé, porque precisamos pedir que o leitor nos permita, talvez, utilizar essa referência com frequência ao longo do capítulo, posto que ela nos ajudou a entender o que está sendo chamado de mudança de ênfase na forma de Psicanálise. Para nós, a expressão "área da amorfia" é a versão ontológica e clínica da área intermediária. Para Bronstein (2016, p. 116), há um "valor heurístico" nessa ideia winnicottiana. Nas palavras de Green (1976 *apud* CANDI, 2010, p. 240, grifo nosso), "o espaço psíquico se organiza gradativamente, a partir de um *estado amorfo* em que predomina a fusão com o objeto externo".

Amorfia é a qualidade ou estado de amorfo, ou seja, trata-se da ausência de forma definida[65]. Winnicott utilizou essa expressão para falar com uma paciente e elaborar o seu caso. Citaremos algumas passagens que encontramos, para que o leitor possa ir construindo uma ideia sobre isso: "o ambiente em que crescera não permitiu que ela fosse amorfa (*formless*)"; "ninguém em sua infância havia compreendido que ela deveria partir da amorfia (*formlessness*)"; "a busca só pode vir de um funcionamento amorfo e desconexo [...] uma zona neutra"; "indicação para nosso procedimento terapêutico – propiciar a oportunidade de experiências amorfas" (WINNICOTT, 2019, p. 64 e 107).

Essa área da amorfia surge como o oposto daquilo que leva a um sentimento pré-moldado e de perda da identidade, termos característicos de processos de submissão e de uma falsa organização de *self*. Talvez por meio dessa indicação para procedimento terapêutico comece a ficar um pouco mais claro o que se quer dizer com espera, surpresa e cocriação. São posições clínicas que favorecem experiências amorfas e um sentimento na direção do que poderia ser um *self* mais verdadeiro. Para esta discussão, nos interessa perceber o que seria ontológico nessa proposição, considerando que o terceiro, aqui, remete ao campo de forças interdependentes que acampa o ser moldado em uma relação mútua. É o *ser* e a forma que estão em questão nesse processo intrincado de ir se tornando, e não apenas a alusão teórica sobre uma área. Trata-se de uma aposta em um movimento psíquico regressivo durante o tratamento, para que, por meio das vivências do terceiro, paciente e analista possam reviver e cocriar experiências nesse lugar dos *ligames.*

[65] Segundo o *Minidicionário da língua portuguesa*, o adjetivo "amorfo" significa algo "sem forma determinada" (ROCHA, 2010, p. 49). Etimologicamente, pode ser pensado como *A* (sem) e *Morphe* (forma).

A expressão “função terceira” é de Roussillon (2019). Trata-se de um guarda-chuva conceitual para outras concepções. De maneira geral, a função terceira é pensada como mediação e transformação, efeito do encontro humano em que

> [...] o reflexo pelo outro-sujeito desencadeia transformações e, portanto, também deformações ligadas à alteridade do outro-sujeito; ele transforma em função da sua alteridade, da sua diferença, da sua consistência. O outro-sujeito é um “espelho” apenas por analogia (ROUSSILLON, 2019, p. 38).

Trata-se de uma dupla imposição afetando o campo da mediação, onde há um reflexo do *mesmo* e o reflexo do outro, transformando na medida em que ele é um sujeito diferente. Diversos autores reconhecem essa função terceira, dentre eles Winnicott e a função “espelho” da mãe, Bion e a função alfa, Bollas e o objeto transformacional, e Roussillon, com a função reflexiva do objeto. Em nosso entendimento, essas funções trazem consigo dois processos intersubjetivos essenciais: a identificação narcísica de base (que será abreviada daqui em diante como INB), de Roussillon (2019), e a *trans*fusão, de Green (2010). São fenômenos universais, que, em nosso caso, se tornam identificados pela ciência, a fim de serem compreendidos e utilizados no processo psicanalítico.

Ao passo que retomamos os pontos da metateoria, os incrementamos agora com essas concepções ontológicas envolvendo o ser e o se tornar. A área da amorfia é uma maneira de falar sobre a área intermediária, porém, com essa outra perspectiva envolvendo o desenvolvimento do *self* e a regressão, bem como a função reflexiva do objeto.

Podemos pensar sobre essa área intermediária e as suas implicações por meio destas duas primeiras ilustrações clínicas: o caso Sr. C. (OGDEN, 2010, 2014) e o caso Nir (ESHEL, 2017).

Como a área da amorfia envolve também outros aspectos relacionados ao *ser* e ao se tornar, optamos por trazer o caso de Ogden, e não o de Winnicott. Também achamos mais conveniente apresentar a vinheta clínica em cápsulas e ir discutindo, visto que, de outro modo, ficaria extenuante para nós e para o leitor. Já a nossa escolha de apresentação do caso Nir se deve ao fato de ele ser exemplo de mudança de paradigma na Psicanálise, segundo o artigo de Eshel (2017).

4.2.1 O caso Sr. C

> “A estrutura egoica é o vestígio de uma relação.”
> (BOLLAS, 2018, p. 29)

É importante lembrar, levando em conta os elementos presentes no mito de referência, que aquilo que se internaliza como estrutura enquadrante é um processo. Nas palavras de Bollas (2015, p. 86), “A estrutura do ego é uma forma de memória profunda, pois é derivada das experiências entre o bebê e a mãe”. Nesse sentido, segundo o autor, a estrutura é feita de uma composição dialética dos instintos próprios, dos interesses do Eu e do manejo destes últimos feito pela mãe. O vestígio da relação acaba sendo esquecido e não pensado, mas não deixa de ser ativo e conhecido.

> O Sr. C., um paciente com paralisia cerebral, tinha sido tratado com brutalidade pela mãe, quando criança. Ele ficou possuído de “amor” pela Srta. Z., quando adulto. Em um período de oito anos, a Srta. Z. se mudou duas vezes para cidades diferentes; nessas duas vezes, o paciente a seguiu. Ela tentou, muitas vezes, deixar claro para o Sr. C. que gostava dele como amigo, mas que não queria um relacionamento romântico com ele. Ele foi ficando cada vez mais desesperado, raivoso e suicida. Desde o início do trabalho analítico, e depois, frequentemente, o paciente me dizia não saber por que eu o “tolerava” (OGDEN, 2014b, p. 34).

Podemos parar e pensar sobre o que é ser tratado com brutalidade por uma mãe... Sabemos que a importância do objeto e do ambiente em Psicanálise se evidencia quando casos assim aparecem. Não só os “fatores não confessáveis” pela mãe, como bem apontou Green (2019, p. 118), o drama do complexo envolvendo a mãe “morta”, mas também a mãe violenta a ponto de atentar contra a vida – mental e física – do bebê, são importantes. E nós não retiramos o pai dessa área da amorfia. Já atendemos um paciente cuja violência do pai, desde a infância, quase acabou com a sua vida, no entanto, gerou uma dissociação em sua personalidade e um estado de previsão patológica sobre o comportamento do pai parecida com a apontada por Winnicott em sua paciente. Assim como também já atendemos uma paciente que foi filha de uma mãe deprimida, cujo “pai contente” (sic) a resgatou – resgate no sentido que Alvarez (2020) propõe. De qualquer maneira, voltemos os nossos olhares para a difícil questão que considera o que é ser filho de uma pessoa que nos trata dessa ou daquela forma.

Ser tratado com brutalidade e as consequências disso para o *ser* do bebê acontecem no mesmo *lugar* que ser tratado com tolerância pelo analista. Embora o Sr. C. não saiba dizer as razões de o analista o tolerar nem por que isso deveria ser uma questão para ele, neste ponto não devemos nos importar com as razões, mas com os efeitos dessa presença nos momentos em que estamos diante do paciente.

Nota-se que o que está em jogo aqui não é uma interpretação nem o entendimento – embora, sim, possamos presumir a repetição do protótipo infantil traumático na transferência –, mas a presença do *ser* do analista e do *ser* do paciente nesse campo do entre-dois. Seja a mãe ou o analista, esse processo afeta a parte inconsciente do Eu, a que diz respeito "ao inconsciente não reprimido" (BOLLAS, 2015, p. 104).

No capítulo anterior, mencionamos esse sistema não reprimido como terceiro inconsciente. Essa relação, no início e ao longo da vida, constitui "um conhecido não pensado" (BOLLAS, 2015, p. 104). Mais especificamente, "as pessoas guardam lembranças de como é ter sido objeto do pai e da mãe na estrutura egoica e no decorrer das relações objetais de uma pessoa" (BOLLAS, 2015, p. 77). Portanto, considerando esse *lugar*, "o analista funciona como um rastro mnêmico evocativo do objeto transformacional". Nesse diapasão, é relevante a pressuposição de que a busca do paciente pela transformação ou pela mudança em seu sofrimento se baseia na memória inconsciente desse objeto capaz de transformar. Ou seja,

> [...] a busca surge não do desejo pelo objeto em si, ou principalmente do anseio ou do desejo. Surge da certeza da pessoa de que o objeto trará transformação; esta certeza está baseada na capacidade nomeada do objeto de ressuscitar a memória da transformação egoica precoce (BOLLAS, 2015, p. 62).

Podemos começar a pensar em uma hipótese "para compreender o efeito, sobre o outro sujeito, disso que lhe é endereçado: a de uma identificação narcísica de base, no fundamento das trocas no encontro humano corrente" (ROUSSILLON, 2019, p. 39). Devemos fundamentar essa hipótese em conjunto com outros achados de autores de outras áreas. A começar pelos fenômenos cerebrais envolvendo os neurônios-espelho e a imitação (GALLESE *et al*., 1996), a função-espelho, que sugere que executar e observar uma ação são codificadas (*encoded*) pela mesma região cerebral, postulando, assim, uma questão sobre a indiscriminação – ao menos para essa região – entre o eu e o não eu (GEORGIEFF; JEANNEROD,

1998), e considerando, também, a integração da imagem de si a partir do reflexo no espelho e da sua instauração progressiva (ZAZZO, 1993).

Isso para dizer que vivemos a mediação com o outro “em duplo”, e não poderia ser de outro modo. Trata-se de mecanismos envolvendo essa identificação narcísica de base, tanto “cognitivos (imitação) quanto em mecanismos afetivos (identificação)” (ROUSSILLON, 2019, p. 42). Todo o caso do Sr. C. tem isso como ponto crítico e parece estar sendo mediado por essa função terceira e esses mecanismos, desde a sua infância até a vivência atual com o analista.

> Nas nossas sessões, o Sr. C. urrava de dor ao falar da rejeição “injusta” da Srta. Z. Quando se aborrecia, especialmente quando chorava, tendia a perder o controle muscular da boca, o que dificultava muito a sua fala. Acumulava-se espuma de saliva nas laterais da boca e pingava muco do seu nariz, enquanto as lágrimas lhe escorriam pelo rosto. Era de cortar o coração, estar com ele, nessas ocasiões. Só muito raramente eu vivera de maneira tão física e tão imediata a experiência de ser a mãe de um bebê em desespero (OGDEN, 2014b, p. 35).

Quisemos escrever essa parte do caso, porque as palavras utilizadas aqui podem gerar no leitor uma sensação sobre o Sr. C., e, por empatia ao analista e ao paciente, fazê-lo sentir o que é estar nessa condição. Saliva, muco e lágrimas vão colocando a gente dentro da experiência, e quase conseguimos alcançar o que é estar de coração cortado na ocasião. Por que isso seria relevante? Porque, se não sentíssemos nada, não conseguiríamos compreender o caso. O físico e o imediato desempenham um importante papel na experiência de ser mãe – e pai nessa função –, porque ela é convocada a responder a essa exigência do desespero a partir do que é ser isso para ela – INB. A qualidade dessa resposta é definidora do sentimento de continuidade de existência do bebê. E o imediato aponta para uma saída do *loop*, como mencionado antes, porque o analista não é neutro em uma tela de projeções transferenciais, ele é uma pessoa, um outro-sujeito, o qual pode reagir, no presente, à saliva, ao muco e às lágrimas, com a mesma repulsa da mãe ou com compaixão e outros sentimentos.

Nessa linha, há um campo para a regulação da identificação narcísica de base, na qual “quanto mais afetivamente engajada for a relação com o outro, quanto mais frequente, mais intensa, investida ela for e mais importante for a INB, mais o estado afetivo de um também afetará potencialmente o outro” (ROUSSILLON, 2019, p. 42). O endereçamento ativo de um e a receptividade ativa do outro ocorrem de maneira automática e não deliberada. “Não somos senhores desse processo”

(ROUSSILLON, 2019, p. 42). Embora seja preciso achar, na situação analítica, um meio de regulá-lo.

> Acredito ter sido muito importante para o trabalho analítico que o Sr. C. tenha vivenciado, durante um período de anos, a realização de que eu não sentia nojo dele, mesmo quando ele urrava de dor e não conseguia controlar as lágrimas, muco nasal e salivação. Deve ter ficado evidente ao Sr. C., *ainda que eu nunca tenha posto em palavras*, que eu o amava como algum dia amaria os meus filhos no seu primeiro ano de vida. Durante anos, o paciente teve vergonha de me contar como a mãe o humilhara em criança, chamando-o, por exemplo, repetidamente, de "monstro babão repulsivo" (OGDEN, 2014b, p. 35, grifo nosso).

Podemos nos inspirar no modelo da epigênese interacional[66] e pensar em algo como a morfologização do Sr. C. O que, a princípio, poderia ser um bebê para um observador externo; para a sua mãe, era um monstro. Ser um bebê ou ser um monstro, e, se quisermos, ter o seu *ser* visto assim pela mãe durante o seu primeiro ano de vida e ao longo dela, pode ser pensado como a modelação de uma forma altamente subjetiva e física. Retomamos a frase impactante de Winnicott (2019, p. 177, grifo do autor): "*o precursor do espelho é o rosto da mãe*". Como crítica sobre aquilo que falta nas concepções a respeito do estádio do espelho de Lacan, Winnicott faz voltar a relevância desse rosto, no sentido do que se passa no *ser* da mãe, e não a relegando apenas à sua função. E o que Ogden supõe ter ficado evidente para o Sr. C. foi algo sem palavras. Nesse sentido, devemos reconhecer que, junto com as palavras, há uma gama enorme de coisas que estão sendo mutuamente comunicadas por meio da função terceira que não é verbal, mas que está no campo da metacomunicação.

> O Sr. C. só *me confiou aos poucos* esses aspectos profundamente vergonhosos de si. "Ela jogava sapatos em mim, do seu guarda-roupa, como se eu fosse um animal que ela tentasse manter à distância". Eu disse: "Ela o tratava como cão raivoso, e, no decorrer do tempo, você veio a se sentir desse modo". Ao falar e sentir esses pensamentos e sentimentos, o paciente e eu estávamos experimentando palavras e imagens para transmitir o que, até aquele momento, tinha sido dor emocional inarticulada, vivenciada, primariamente, por meio de *sentimentos criptografados em sensações corporais*, tais como as sensações associadas à sua fala

[66] Modelo deduzido do trabalho de geneticistas que reconhecem a importância do entorno na viabilização dos genes presentes se expressarem e se desenvolverem ou permanecerem inibidos. "Do lado dos psicanalistas também foi aventada a ideia de que, desde a sua vinda ao mundo, o filhote humano tinha 'pré-concepções' (W. R. Bion) daquilo que ele iria encontrar ali, até daquilo que seria preciso encontrar. D. Winnicott, por sua vez, propõe a ideia de 'potenciais' para designar aptidões presentes desde a origem, mas que devem encontrar o entorno facilitador para se tornar uma verdadeira aquisição do sujeito" (ROUSSILLON, 2019, p. 226). O Sr. C. tinha e tem aptidões e potenciais para se tornar tanto um monstro quanto um bebê amado.

> e modo de andar. Ao tentar ajudar o Sr. C. a encontrar palavras para os seus sentimentos inarticulados, eu não tentava ajudá-lo a se livrar da dor; eu tentava ajudá-lo a transformar o meio em que ele vivenciava a sua dor (do meio corporal para o verbal), na esperança de que, ao fazer isso, ele e eu pudéssemos pensar melhor a sua vivência de si, em contraposição a "mostrá-la para mim" ou "despejá-la para dentro de mim", para que eu visse a sua dor por ele (OGDEN, 2014b, p. 35, grifos nossos).

O elemento implicado no processo "me confiou aos poucos esses aspectos de si" estará também presente no caso Nir. Iremos tratá-lo na subseção 4.3, sobre o hiperobjeto. Assim como tratarei, mais adiante, dos sentimentos criptografados, da expressão deles e do terceiro como representante desses elementos ontológicos[67].

Neste momento, ainda nos preocupa a área da amorfia, sobre ser tratado como cão raivoso ao longo do tempo e passar a se sentir e se comportar desse modo. Transformar o meio em que o Sr. C. vivencia a sua dor é a premissa básica da indicação winnicottiana para as experiências amorfas. Ogden está apontando aqui algo como *médium*, ou seja, como operador por meio do qual se tenta transmitir a experiência que ocorreu em um lugar, com as suas codificações próprias, para um outro[68]. Trata-se de uma intervenção na área, que visa a redescrever a experiência e nela incluir a morfologização. Antes de ser uma interpretação, ela é uma redescrição, que aponta para os efeitos de ser tratado dessa forma. O interessante é que a técnica é outra; o que está em jogo não é a interpretação do conteúdo, como se se tratasse de um objeto objetivamente percebido, mas o que Winnicott (2019) chamou de "fenômenos iniciais", da "apercepção da percepção", que acontece quando dois sujeitos se encontram em um nível de trocas no qual a lógica é a da *trans*fusão. São aquelas coisas que precisam acontecer para que um sujeito possa começar a experimentar o mundo de alguma forma. A vivência de si implica a presença do outro, e a maneira como o outro reflete essa vivência corrobora a constituição de um sentimento e da imagem de si mesmo. Ou seja, a técnica é mais a reflexividade da forma apresentada, mesmo que rudimentar, desse si mesmo pelo outro do que o conteúdo e a sua possível interpretação[69].

---

[67] Na subseção 4.4, *A escuta integrada: captando detritos* (mental debris).

[68] Cf. *Psychoanalysis as a pocket of resistance against inhumanity: commentary on paper by Rachel Peltz* (OGDEN, 2012).

[69] Certamente, Roussillon (2019) está se baseando nesse tipo de problema, quando propõe que, na França, os tratamentos psicanalíticos têm sido pensados mais pelo paradigma da reflexividade do que por qualquer outro.

É importante ressaltar, aqui, algo da passagem anterior do caso implícita nessa reflexividade. Ogden não sentia nojo do paciente, e estava intervindo baseado em uma *reverie* inconsciente ou consciente – não dá para saber se ele teve consciência disso apenas na hora de escrever o caso – que envolvia amar o Sr. C. tal como um dia amaria os seus filhos no primeiro ano de vida.

Segundo Roussillon (2019, p. 47), "a questão central vai ser [...] a da mutação da questão da reciprocidade na da reflexividade". Com isso, o autor problematiza a sensibilidade envolvida na INB e a sua regulação, porque a reciprocidade não é assimétrica, enquanto na situação analítica deveria ser.

Em uma análise, "um se coloca a serviço da vida psíquica do outro e isso não é recíproco" (ROUSSILLON, 2019, p. 47). Há um "contrato narcísico" de base e deveria haver um "contrato simbólico". Por meio da autorização da transferência, o paciente tem licença à expressão "dos aspectos enigmáticos da vida psíquica em todas as suas formas", a saber, verbalizadas, agidas, e tudo o que o sujeito não pode dizer, enquanto o analista "*deve* escutar, ver e sentir o que lhe é endereçado de maneira consciente e inconsciente, assim como "escutar, ver e sentir" o que essa sensibilidade à expressão do outro produz nele" (ROUSSILLON, 2019, p. 47, grifo do autor).

Nesse ponto, o analista experimenta uma condição difícil, porque tem um custo viver esse contrato narcísico e simbólico. Muitas vezes, o analista precisa escutar, ver, sentir etc. o conflito, o doloroso, o absurdo, aceitando ser o portador do que o sujeito repudia, vivenciando, assim, um estado paradoxal, por meio do qual se identifica com os estados internos rejeitados de um sujeito, aceitando, desse modo, ser o "espelho do negativo" (ROUSSILLON, 2019, p. 48). No entanto, isso não é verdadeiro para todos os casos, já que existem situações clínicas, como alguns casos de autismo, por exemplo, em que não há projeção por parte do paciente, considerando que nem sempre há *alguém* ali para projetar os seus estados internos rejeitados, faltam-lhe recursos psíquicos para essa possibilidade. Nesses casos, da parte do analista, trata-se mais de uma função de reclamação do que de reflexividade, e, da parte do paciente, de percepção do que de projeção, ou seja, quando é necessário apostar na potencialidade e ir na direção de *alguém* que pode estar ali, tal como o lançar de uma "corda salva-vidas" (ALVAREZ, 2020).

Contudo, o que é específico da resposta clínica desse caso nessa área amorfa é "ajudar o sujeito a desenvolver a sua reflexividade, ajudá-lo a ser capaz de

se sentir, se ver, se escutar; de se sentir melhor, se ver melhor, se escutar melhor" (ROUSSILLON, 2019, p. 48). Assim sendo, embora exista o *mesmo* acontecendo, há também os processos de diferenciação.

> Depois de muitos anos de trabalho, o Sr. C. contou-me um sonho: "Não aconteceu muita coisa no sonho. Era eu mesmo, com minha paralisia cerebral, lavando o meu carro e usufruindo escutar música no rádio do carro que eu ligara alto". O sonho era surpreendente de várias formas. Foi a primeira vez, ao contar-me um sonho, que o Sr. C. mencionou especificamente a sua paralisia cerebral. Além disso, a maneira como ele disse – "Era eu mesmo, com minha paralisia cerebral" – transmitia um reconhecimento profundo e uma aceitação de si que nunca antes eu ouvira dele. Poderia ele ter exprimido melhor o tipo particular de mudança em sua relação consigo próprio – mudança psicológica que envolvia um reconhecimento de si que contribuía para libertá-lo da necessidade da tentativa perpétua de arrancar amor e aceitação de pessoas não predispostas, ou incapazes de amá-lo? No sonho, ele foi *capaz de ser uma mãe* que obtinha prazer de dar banho em seu bebê (seu carro) enquanto escutava e usufruía a música que vinha de dentro do bebê. Não foi um sonho de triunfo; foi um sonho comum de amor comum: "não aconteceu muita coisa" (OGDEN, 2014b, p. 36, grifo nosso).

Parece ser importante considerar a função da reflexividade inserida no tempo, como trataremos, adiante, com o hiperobjeto. Não podemos contar com ser o outro-sujeito maleável, que reflete apenas uma ou duas vezes; devemos nos questionar sobre os efeitos de estar presente na vida do paciente uma vez por semana, duas, três etc. Seja na dimensão da frequência e/ou da duração, o fato é que, nesse caso, foram necessários muitos anos de trabalho para que uma mudança dessa ordem acontecesse. Isso aponta para os enquadramentos interno e externo da situação analítica. Assim como a definição dos encontros e do tempo, as necessidades psíquicas do paciente e as necessidades psíquicas do analista estão em jogo. O que cada um precisa e suporta deve ser levado em consideração.

Outras duas coisas chamam a atenção no trecho acima: o sonho como lugar onde o Sr. C. pode se sonhar sendo ele mesmo e a capacidade de ser uma mãe de si mesmo diferente da que ele teve. Segundo Bollas (2015), o sonho e a função estética do Eu recriam o jogo dinâmico dessa estrutura egoica inconsciente, bem como podem dramatizar – e elaborar – a situação do Eu tratando o *self* como objeto. Observar o sonho do Sr. C. por meio dessa perspectiva é interessante, além de ser nesse sentido que Ogden está tecendo a sua interpretação. É como se esse sonho fosse uma constatação de que o trabalho de Ogden na área da amorfia, por meio da reflexividade diferente da existente na mãe do Sr. C., tivesse tido efeito, fazendo

com que o paciente alterasse a matriz, deixasse de se tratar como uma anomalia, como um bebê-monstro babão repulsivo, e passasse a se tratar de outra forma, "*capaz de ser uma mãe* que obtinha prazer de dar banho em seu bebê".

É também no campo onírico que Winnicott (2019, p. 66) pensa a palavra amorfia, fazendo uma distinção entre "atividade onírica generalizada, em contraste com o sonho". Tomando o espaço onírico também como área para experiências amorfas, podendo dele se forjar um devaneio ou um sonho específico. A experiência na matriz parece apresentar uma plasticidade para a introjeção da área e da qualidade da mãe e/ou do outro-sujeito. Esse parece ser um exemplo de transferência do enquadramento interno e da mutualidade. No caso, não se tratava de transformar uma neurose em um sofrimento comum, mas de coconstruir uma relação a partir de outras qualidades, a fim de mudar a matriz, a forma de tratamento e o sentimento de si mesmo.

Talvez, neste momento, se encaixe a ideia de *trans*fusão de Green (2010), porque ela conjuga o paradoxo de envolvimento narcísico e de alteridade, de união e de separação. Embora ambos existam em uma lógica de fusão, há o processo *trans*, ou seja, o que vem de um e é incorporado pelo outro, o que é refletido como *mesmo* e o que é assimilado como próprio. "A situação identitária primária não é apenas uma fusão, mas uma *trans*fusão em que o *ser* da mãe é transmitido para a criança", e o autor continua, afirmando que "esse processo cria o ser, mas não poderia ser criado, se já não estivesse lá" (GREEN, 2010, p. 18, grifos do autor). Assim como se incorpora o *ser* da mãe por meio de uma transfusão, parece ser possível, então, ao propiciar experiências amorfas, alterar a matriz através da reflexividade, indo "do estruturado para o estruturante" (GREEN, 2019, p. 89).

Além disso, se quiséssemos interpretar o sonho, como Ogden o faz abaixo, deveríamos pressupor um processo dialógico, o qual não se trata de um ato de interpretação unilateral, mas de um processo interpretativo. Ou seja, "mais do que achar *a interpretação precisa*, devemos primeiro *sustentar a relação*, mantendo em nós a função interpretativa" (GREEN, 2019, p. 89, grifos do autor). Trata-se de um paradoxo que exige um certo distanciamento do analista para que a sua INB seja utilizável. Segundo Green (2019, p. 89-90),

> [...] a neutralidade não é, portanto, nem a abstenção nem a frieza. A neutralidade e o distanciamento [enquanto componentes do contrato simbólico] são o que exprime e introduz a terceiridade na relação

> analítica. São o que permite que o investimento e o engajamento do analista não virem o canibalismo da dualidade.

Ogden opta por um ponto de vista geral, em que não há muito a dizer sobre isso, a não ser que o que aconteceu ali foi a transformação em algo que envolvesse um amor comum.

Uma preocupação com o dispositivo analítico se insere aqui, qual seja a "necessidade de trabalhar frente a frente" com alguns pacientes (GREEN, 2019, p. 87). É um desafio arriscado com alguns pacientes, e, muitas vezes, razão de fracasso terapêutico, não levar em conta a frieza e a neutralidade acontecendo nas expressões faciais e comportamentais, assim como nas antipatias do analista. Alguns estudos mostram que pacientes borderline, por exemplo, apresentam dificuldades para reconhecer emoções nas expressões faciais, o que faz com que eles se sintam mais perdidos e angustiados diante de alguém pouco expressivo ou um tanto ausente do contato[70].

Continuando o caso:

> Fiquei profundamente comovido pelo paciente ter me contado o seu sonho. Eu lhe disse: "Que sonho maravilhoso". Como teria sido diferente para mim, e penso, para o Sr. C., se eu dissesse: "No sonho, você era a mãe que sempre desejou ter, tendo enorme prazer em lhe dar – você como você é, uma pessoa com paralisia cerebral – um banho, enquanto canta uma bela música para você, seu filho amado". Ter dito isso, seria redundante – tínhamos conversado bastante sobre o seu desejo de ter tido uma mãe que o amasse como ele era. Teria também tido o efeito de tomar o seu sonho – a sua experiência de ser, ao mesmo tempo, a mãe amorosa (para ele e para outras pessoas) e um bebê bem-amado – e transformado isso em algo meu, se eu tivesse posto em linguagem explicativa. Em lugar disso, eu simplesmente reconheci o amor, e a beleza que ele vivenciou, não só ao sonhar o sonho, mas também ao contá-lo para mim (OGDEN, 2014b, p. 36).

A interpretação do sonho acontece nos bastidores, enquanto a resposta do analista ao evento é mais a de admirador do fenômeno. Esse parece ser um trecho que mostra a diferença entre uma posição epistemológica e uma posição ontológica. Ogden pondera sobre ter comunicado ao paciente a sua interpretação, mas opta por não fazê-lo, assumindo que isso seria redundante e possessivo. Ele prefere apenas dizer que o sonho é maravilhoso, endossando o gesto e o júbilo do paciente.

---

[70] Cf. *Decreased sensitivity to facial emotions in adolescents with Borderline Personality Disorder* (ROBIN *et al*., 2012) e *Misreading the facial signs: specific impairments and error patterns in recognition of facial emotions with negative valence in Borderline Personality Disorder* (UNOKA *et al*., 2011).

O importante, nesse caso, parece ser a notícia do enquadramento interno, ou seja, esse tempo de contato com o analista, enquanto ambiente e objeto transformacional, cujas respostas procuravam estabelecer um sentimento de si mesmo no paciente, muito diferente do de um monstro babão ou de um cão raivoso, mostra que o lugar em que o paciente vive pode ser amorfo. Há certa esperança nessa área ontológica, já que, em alguns casos, parece ser possível alterar a estrutura egoica e moldar o *self* de outra forma[71].

Referindo-se ao funcionamento amorfo, Winnicott (2019, p. 107, grifo do autor) diz que

> [...] é apenas aqui, nesse estado não integrado de personalidade, que pode aparecer aquilo que descrevemos como criativo. Se devolvido, *e apenas se devolvido*, isso pode se tornar parte da personalidade individual organizada, permitindo, em suma, que o indivíduo seja encontrado; e, por fim, que postule a existência do *self*.

Podemos presumir que o Sr. C. talvez tenha se tornado um monstro babão e conservado, ao longo da vida, a potencialidade de ser outra coisa, caso encontrasse no entorno um objeto que, em uma situação específica como a analítica e a vivência da amorfia, refletisse diferente da mãe que ele teve.

Winnicott (2019, p. 94) reitera que

> [...] a pessoa que tentamos ajudar precisa de uma nova experiência em um *setting* especializado. Essa experiência é a busca de um estado sem propósito, uma espécie de "ponto morto" da personalidade não integrada. Chamei isso de amorfia na descrição de um caso.

E, por fim, para encerrar o relato do caso:

> Alguns anos depois, o Sr. C. se mudou para outra parte do país, para assumir um alto cargo de trabalho em seu campo. Ele me escrevia periodicamente. Na última carta que recebi (cerca de cinco anos depois de termos encerrado o nosso trabalho juntos), ele me contou que se casara com uma mulher a quem amava e que também tinha

[71] Devemos mencionar, nesta nota, a seguinte crítica de Green (2019, p. 86): "a consideração necessária do papel do objeto ou do ambiente conduz a absurdos teóricos, depois clínicos. A chave é ver 'o que fizemos do que nos fizeram'". Com isso, ele pretende questionar Winnicott e Ferenczi no atendimento de pacientes borderline. Embora sejam casos diferentes do apresentado, consideramos importante trazer a sua crítica: "a experiência da destruição do objeto e deixar atuar a função da mãe suficientemente boa que acabará por se impor e ocupar o lugar do objeto interno ruim" não se sustenta (GREEN, 2019, p. 86). O autor ainda acrescenta: "Do meu ponto de vista, a única alternativa do analista é mostrar ao paciente aquilo que o paciente está (se) fazendo", ou seja, "o analista deve conservar sua função interpretante, assumindo e favorecendo a reflexividade: ele deve tentar tornar acessível ao paciente a representação dessa destrutividade que ele descarrega contra si mesmo" (GREEN, 2019, p. 86). A nosso ver, isso se aplicaria pouco ao caso apresentado, mas deve ser considerado em outros casos nos quais as duas formas de Psicanálise estejam mais atuantes.

> paralisia cerebral. Recentemente, tinham tido uma menina saudável (OGDEN, 2014b, p. 36).

Nota-se, por meio do caso do Sr. C., que o terceiro como entre-dois é a articulação de diversos fatores epistemológicos e ontológicos, embora a ênfase tenha estado mais sobre a última dimensão. A área intermediária, tomada como amorfia, sugere a possibilidade de regressão a esse terceiro, ou seja, há uma aposta clínica na capacidade de mudança da estrutura egoica inconsciente, por meio da reflexividade do objeto, já que é desse entre-dois que a estrutura se originou. A expressão "regressão", segundo Winnicott, Shepherd e Davis (2005, p. 37, grifo dos autores), "é usada para descrever o *processo* que pode ser observado em um tratamento, o desfazer-se gradual do *self* falso ou que toma conta, e a abordagem a um novo relacionamento, no qual o *self* zelador é passado para o terapeuta". O movimento de regressão que alcançaria ou relançaria o par analítico nesse estado amorfo com potencial de nova modelação significa que "a transferência se apoia no paradigma da primeira relação de objeto transformacional" (BOLLAS, 2015, p. 61). Nesse sentido, a técnica da reflexividade, apoiada na identificação narcísica de base e regulada pelo contrato simbólico, contribui mais para a mudança psicológica do Sr. C. do que uma técnica pautada em intervenções epistemológicas, como interpretações, por exemplo. Embora diferentes noções e concepções tenham sido apresentadas ao longo do caso, o que parece ter ordenado todas elas foi o mito de referência que tem o terceiro, tal como tem sido considerado nesta tese, como um articulador central.

4.2.2 O caso Nir

Este próximo caso apresenta soluções diferentes. Eshel (2017) procura demonstrar a importância de estar-em-um com a realidade psíquica impensável do paciente. A autora se baseia nas noções de Bion e Winnicott, as quais também acontecem predominantemente, mas não exclusivamente, no domínio ontológico.

Neste caso, veremos um paciente psicótico, Nir, que a psicanalista atendeu intensivamente em um hospital psiquiátrico. Diferentemente da exposição do caso do Sr. C., a nossa discussão será menos fracionada.

Nir tinha 30 anos de idade e era o filho mais velho de pais que sobreviveram ao Holocausto. Ele esteve hospitalizado durante anos, com o diagnóstico

indeterminado de esquizofrenia. Um homem bastante fechado, que não tinha contato com ninguém do hospital, nem com outros pacientes nem com os funcionários. Algumas tentativas de suicídio que colocaram a sua vida e o próprio local em risco fizeram com que ele fosse transferido para uma sala fechada, onde permanecia isolado por uma ou duas semanas. Tais tentativas ocorriam à noite, quando a vigilância e a segurança do hospital estavam menos presentes.

A tentativa de suicídio anterior ao início dos atendimentos com Eshel foi séria. Nir se enforcou com uma corda acima de sua cama e ateou fogo em seu colchão para morrer enforcado e queimado. Todavia, no último momento, conseguiu ser resgatado e retirado da situação. Algo que fez com que a administração do hospital e o coordenador do Setor de Psicologia o encaminhassem para Eshel, com a ideia de que, se alguém pudesse estabelecer contato terapêutico com ele, talvez tornasse possível prevenir futuras tentativas de suicídio.

Eshel e Nir se encontravam três vezes por semana. As sessões eram extremamente difíceis e eles raramente falavam. Nir era desconectado, impenetrável, evitava contato com o olhar e ficava “retirado em algum lugar dentro de seu próprio mundo” (ESHEL, 2017, p. 779). Contudo, ele respondia quando Eshel lhe fazia perguntas. As sessões eram difíceis, e, a despeito da estação do ano, a psicanalista sempre as terminava suando. Mas, com o tempo, um “senso escondido de contato *lentamente* começou a ser sentido”, embora estivesse ocorrendo no “mais íntimo subsolo (*underground*) psíquico” (ESHEL, 2017, p. 779, grifo nosso). Frisamos a expressão “lentamente”, porque a sua importância é evidente no caso e porque iremos tratá-la na subseção seguinte, com o hiperobjeto. Assim como no caso do Sr. C., nota-se, aqui, e abaixo, o que “lentamente começou a ser sentido”, ou seja, o que começa a acontecer por meio do que vai se acumulando com o tempo nessa experiência analítica, em termos bionianos, ao longo desse estar-em-um com a realidade emocional do paciente.

E, então, depois de nove meses – o período de uma gestação –, “Nir, inesperadamente, me contou o seu maior segredo” (ESHEL, 2017, p. 779). Nir não queria cometer suicídio, não desejava morrer, mas o Serviço Secreto estava enviando pessoas (agentes) para capturá-lo, torturá-lo e executá-lo. Portanto, quando ele os visse chegando, ele iria preferir se matar a se submeter a eles e a um sofrimento insuportável. Eshel sabia que ele havia lhe confidenciado o seu maior segredo, e, sentindo “a gritante voz do pavor e a urgência crucial que preencheu a

sala", ela "se viu dizendo, 'Nir, na próxima vez que eles vierem, venha até mim (*come to me*), e eu irei te proteger'" (ESHEL, 2017, p. 779).

A intervenção de Eshel é um exemplo de *holding* e a chance de introjeção pelo paciente de um novo tipo de figura. Pela resposta da analista, podemos pensar que ela se inclui no delírio e não o questiona. Alvarez (2020, p. 152) sustenta que, em casos de delírio e terror, "o 'o quê' deve preceder o 'por quê' quando o paciente não consegue pensar". Embora a autora esteja se referindo a um caso diferente do de Nir, a questão é que "pacientes com alucinações aterrorizantes ou cruelmente tirânicas e exigentes parecem não ser ajudados por interpretações prematuras que tentam sugerir que essas vozes ou figuras são, na realidade, partes deles mesmos ou aspectos do terapeuta como objeto na transferência" (ALVAREZ, 2020, p. 152). É ineficaz e arriscado interpretar e contestar a certeza em um delírio.

Pela primeira vez, Nir olhou para a analista e perguntou se ela iria mesmo. E, não obstante ela tenha respondido que sim, ele cogitou a possibilidade de ela estar atendendo outro paciente quando aquela situação ocorresse. Eshel respondeu que ele poderia bater à sua porta e então ela iria protegê-lo. Segundo Eshel (2017), daí em diante, e durante os anos seguintes de tratamento, Nir não tentou mais se suicidar e passou a viver fora do hospital e a conviver com os seus parentes.

Percebe-se que Eshel foca a sua apresentação na qualidade ontológica do encontro. Nessa parte do caso, ênfases sobre a imaginarização do discurso e sobre interpretações pouco aparecem, mas há, explicitamente, a frequência dos encontros, a disposição da analista em ajudar, a abertura ética em relação ao outro, o amparo subjetivo e o investimento no psiquismo do paciente. Essas outras qualidades, ou formas de se estar presente com o outro, parecem contribuir muito para a evolução inicial de um caso como esse. Roussillon (2019, p. 203) menciona que "não basta simplesmente haver outro sujeito presente, é preciso também que o modo de presença deste proponha certo número de características, certas qualidades". Em termos de enquadramento analítico, essa talvez seja a sua faceta ontológica. Uma espécie de estofo clínico e tecido tutelar que vai sendo criado entre analista e paciente, conforme os encontros e os dias passam.

Outra forma de cogitar essa faceta é nós nos colocarmos na condição de Nir e nos perguntarmos: O que é preciso haver e acontecer para que nós, aterrorizados, contemos para alguém que o Serviço Secreto está vindo nos pegar e nos torturar até a morte?

É difícil transmitir essa dimensão de encontro analítico por meio de palavras. No entanto, optamos por trazer este caso, porque, se não houver pelo menos alusão a essa dimensão, pouco se compreende em que *lugar* uma análise em geral acontece e de onde brotam as imaginarizações e *reveries* do analista que serão mencionadas nos casos seguintes.

Eshel (2017, p. 780, grifo da autora) explica que “essa vinheta ilustra meu *tornar-me em-um* (*becoming at-one*) com o pavor da realidade psíquica do paciente”. Novamente, nos deparamos com o paradoxo levantado na subseção anterior sobre o contrato narcísico de base e a necessidade de um contrato simbólico, ou seja, de que, embora se esteja em-um com o pavor do paciente por meio do primeiro, é importante ir da reciprocidade para a reflexividade no segundo. Sendo assim, simultaneamente, ter-se-á a condição de indiferenciação e diferenciação durante a experiência. Caso contrário, a analista poderia se perder no pavor e no delírio do paciente, e o paciente poderia permanecer perdido em sua subjetividade.

É nesse paradoxo que está a graça do contrassenso apontado por Eshel (2017, p. 780, grifo da autora), quando diz que “*estar-com* seu pavor e sua profunda necessidade de ser resgatado” acabou por permitir “a ele o risco de aceitar minha promessa de protegê-lo sem questionar simplesmente como uma garota psicóloga (delgada, um pouco pálida e de delicada aparência) seria capaz de protegê-lo de uma gangue terrível de assassinos do Serviço Secreto”. Sem contar, também, com o fato de que às 3h00, horário em que ocorriam as tentativas de suicídio, a psicóloga estaria em casa.

Faltam-nos algumas informações relevantes sobre Nir para discutirmos a fundo o caso, como as de sua história de vida antes da internação, por exemplo. Porém, o interesse de Eshel era ilustrar mais essas dimensões de se tornar e estar com o paciente ao longo desse tratamento e a sua diferença para a revelação do delírio e suas consequências. De maneira geral, a intenção da autora era mostrar o caráter profundo de “interconectividade” presente no processo analítico (ESHEL, 2017, p. 781). Já o nosso interesse é demonstrar a dimensão ontológica presente nessas experiências do terceiro e as suas implicações teóricas e técnicas. Mas, podemos ir um pouco adiante nessa discussão.

Levando em conta os modos de presença, como mencionado acima, devemos pensar nas necessidades do Eu e no asseguramento da função simbolizante (ROUSSILLON, 2019). Ou seja, trata-se das características dessa

presença, que “permitem que o outro sujeito [analista] introduza o ambiente e a contribuição externa que são necessários ao trabalho de integração do sujeito” (ROUSSILLON, 2019, p. 203). Desse modo, para discutirmos questões sobre simbolização primária, devemos considerar a pulsão do sujeito e o seu delírio, bem como os modos de presença do objeto.

Nesse sentido, podemos pensar em um primeiro nível de necessidades psíquicas, a saber, as necessidades quantitativas. Trata-se de um aspecto revelado pelas situações traumáticas, “nas quais o transbordamento do Eu tem como efeito que o único sentido possível seja o de um sinal extremo de perigo (medo, terror, agonia...)” (ROUSSILLON, 2019, p. 204). Ou seja, o psiquismo apresenta dificuldades de trabalhar de maneira organizada e simbolizar se a excitação e o campo pulsional “ameaçam ser transbordantes” e, portanto, precisam ser “mantidas em um nível moderado” (ROUSSILLON, 2019, p. 204). Entretanto, há também a necessidade de investimento, de estimulação do Eu.

Assim, o inverso também parece ocorrer, quando há o risco de carência somática e psíquica proveniente de ambientes superprotetores e depressivos, acarretando desinvestimentos do psiquismo. No caso Nir, em decorrência das situações traumáticas, há a necessidade de paraexcitação. A atitude de Eshel deve ter levado em conta o investimento necessário para o asseguramento da função simbolizante. O terror pode impedir a capacidade do psiquismo de simbolizar. E, não obstante estejamos em uma discussão metapsicológica, não devemos desconsiderar o papel que os psicofármacos podem exercer nessas situações de crise. Tanto os antipsicóticos e os ansiolíticos quanto os antidepressivos podem auxiliar na moderação da excitação em casos de delírio e crises de angústia, assim como em sua estimulação em casos de depressões maiores. Eshel não menciona se Nir tomava alguma medicação.

Um dos pontos semelhantes deste caso com o do Sr. C. é o caráter regressivo do processo analítico. No primeiro, foi mencionada a área da amorfia como exemplo de origem e mudança da estrutura egoica. Neste, embora não tenha sido utilizada a mesma expressão, parece haver alusão também a esse aspecto. A saber, a possibilidade de retornar à falha ambiental na “esperança e nova oportunidade de reviver e corrigir a falha materna originária e a adaptação inadequada às necessidades do paciente em sua infância” (ESHEL, 2017, p. 770).

Se pensarmos na necessidade analítica das ligações presente na escuta analítica, como mencionado mais abaixo, devemos considerar esse aspecto quantitativo das necessidades do Eu corrente na escuta. Nessa linha, para ser uma escuta integrativa, é preciso levar em conta a dimensão ontológica do encontro antes e durante o processo analítico, ou seja, as qualidades da presença do entorno e da analista. Temos pouco conhecimento sobre o entorno e o caráter de Eshel, o que sabemos é que ela se encontrava três vezes por semana com Nir, em uma sala de um hospital psiquiátrico, e que suava em todas as sessões, bem como que a sua aparência é a de uma mulher magra, meio pálida e delicada. Não sabemos qual é o seu tom de voz nem o seu cheiro, se se inclinava ou recostava para ouvir e falar com Nir, nem como ela o cumprimentava, se o abraçava ou se só dizia bom dia. Veremos, no fim deste capítulo, que esses elementos são importantes na situação analítica.

Provavelmente, Green (2017, p. 310, grifo do autor) chamaria esse trabalho clínico de "trabalho *na superfície*", cujo objetivo seria "constituir um pré-consciente", que, nesse caso, "não desempenha a sua função de mediação". O termo "superfície" deve ter se originado da afirmação freudiana de que "a consciência é a *superfície* do aparelho psíquico" (FREUD, 2011b, p. 16, grifo do autor). Algo próximo também do que Ogden alude como necessidade de mudar o *médium* pelo qual o paciente se comunica. Podemos pensar que essa precariedade na "superfície" ou de pré-consciente contribui para manter o paciente em seu "idioma do gesto" (BOLLAS, 2015, p. 49) e provocar passagens ao ato.

Ademais, o impedimento, no caso Nir, se deve aos mecanismos de defesa envolvendo a clivagem, e não o recalque, como são característicos desses quadros de psicose. Portanto, a necessidade de paraexcitação acompanha também o "desenrolar o filme ou o fio associativo" do paciente, para então pontuar "o discurso através de intervenções – que não são todas interpretações" (GREEN, 2017, p. 310). Essas intervenções envolvem as qualidades do entorno, assim como as falas de Eshel, as quais têm como norte "a operação da ligação". Há dois tempos nessa simbolização: "o primeiro religa os termos do consciente, o segundo utiliza as ligações estabelecidas para religá-las com o inconsciente clivado" (GREEN, 2017, p. 310). Essa distinção de tempos é importante do ponto de vista técnico, já que, principalmente durante esse tempo de religar os termos do consciente, de trabalhar na superfície, "interpretações profundas 'matracantes' ou sistematicamente

transferenciais só conseguem reforçar a clivagem", e, por essa razão, Green (2017, p. 310) também situará o trabalho do analista "no campo transicional descrito por Winnicott".

O lugar da intervenção nesses dois primeiros casos se localiza na interseção de duas linhas, ou, segundo o modelo metapsicológico de Green (2017, p. 286), em um "cruzamento". A saber, no limite intersubjetivo do dentro e do fora, e no limite intrapsíquico entre consciente/pré-consciente e inconsciente. Dessa maneira, podemos acrescentar o dilema psicótico de Nir à citação de Candi (2010, p. 258) e dizer que, "quando o psiquismo não é mais contido pelo limite horizontal do recalque-retorno do recalcado [clivagem e desintegração do Eu], será acionado o limite vertical no nível intersubjetivo". Quando o psiquismo de Nir tentava dar conta do excesso pulsional por meio da constituição do delírio e das tentativas de suicídio em resposta a essa realidade psicótica, Eshel tentava entrar por meio do limite vertical, almejando reconstruir o outro limite.

Um último ponto sobre o caso, que Eshel não menciona, refere-se ao Holocausto e ao Serviço Secreto. Podemos considerar que, na experiência de Nir, existe a presença de um trauma transgeracional[72], identificado por meio dessas duas expressões. Enquanto filho de pais sobreviventes do Holocausto, não podemos desconsiderar o que o Serviço Secreto e a sua abreviação significam na memória coletiva e na intimidade da família de Nir. A saber, SS, *Schutzstaffel.* Trata-se de uma organização paramilitar ligada ao partido nazista e a Adolf Hitler. Uma tropa que cometeu muitos crimes contra a humanidade perpetrados pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial.

O delírio de Nir não utiliza uma roupagem paranoica aleatória envolvendo agentes perigosos que iriam matá-lo; pelo contrário, capturar, torturar e matar são verbos que definem precisamente o que a SS costumava fazer, como também enforcamentos, sufocamentos e incinerações – os dois últimos, metodicamente, nas câmaras de gás. Desse modo, parece haver, neste ponto, um resíduo de realidade familiar, que, por meio do delírio, se presentifica como um estranho familiar, *unheimlich.* O resíduo transgeracional e o fato de alguns objetos carregarem

[72] Cf. Abraham e Török (1995). Esse trauma atua na impossibilidade de simbolização. Uma situação como a dos pais de Nir, vivida como traumática, pode permanecer conservada por um recalcamento ou em uma clivagem do Eu. A experiência e/ou o elemento conservado se torna um fantasma enquanto formação do inconsciente, resultante de uma cripta, e transmitido por um dos pais ao inconsciente do filho, e que pode funcionar como um estranho para o sujeito.

resíduos são entradas para a discussão seguinte. Neste caso, esses resíduos indicam que “as vivências do Eu parecem inicialmente perdidas para a herança”, como diz Freud (2011b, p. 35). Ademais, “quando se repetem com frequência e força suficientes, em muitos indivíduos que se sucedem por gerações, elas como que se transformam em vivências do *Id*, experiências cujas impressões são mantidas hereditariamente”, ou seja, algumas vivências, embora perdidas para a herança, podem permanecer no que Freud (2011b, p. 35, grifo nosso) designou como “o *Id* hereditário”, o qual “alberga *os resíduos* de incontáveis existências de Eu”. Algo que remete ao terceiro inconsciente e os Outros. Aqui, o terceiro inconsciente comporta um *Id* hereditário e carrega os restos de família ou resíduos transgeracionais, cuja transmissão enigmática das incontáveis existências fazem com que o Eu seguinte seja assolado por algo perdido para a herança. De fato, um estranho familiar que nos leva a considerar que a genealogia do inconsciente é bem ampla, a ponto de carregar as vivências dos outros imemoriais de uma família.

Do ponto de vista transgeracional, é plausível que um sujeito procure anular o acontecido[73] por meio desse idioma do gesto que envolveria se matar, a fim de evitar se submeter a uma tortura nazista como aquela. Através desse ângulo do caso Nir, podemos pensar que cabe à geração seguinte a tarefa de simbolizar os restos do Holocausto e do Serviço Secreto. E, por fim, devemos mencionar o fato, não menos importante, de que Ofra Eshel, sua analista, é israelense.

É intrigante o fato de que nada a respeito desses últimos parágrafos tenha sido dito na apresentação do caso por Eshel. Considerando a proposta de ser um artigo focado na revolução e na mudança de paradigma da Psicanálise, perguntamo-nos se seria um recorte consciente, no intuito de dar relevância a outros conteúdos que a autora tinha a intenção de apresentar, ou se a analista israelense opta inconscientemente por não tocar diretamente nesse resto, que parece não cessar de não se inscrever, ferida que não para de matar. Talvez seja um sintoma na apropriação da noção bioniana do estar-em-um com o paciente, pois, ao mesmo

[73] Em *Vida em reparação* (no prelo), articulamos a noção freudiana de anulação do acontecido com o conceito kleiniano de reparação (BRINHOLLI, 2016). A saber, segundo Freud (1926, p. 92), “a tendência a anular uma vivência traumática revela-se muitas vezes como um motivo de primeira categoria na formação de sintomas” e “uma técnica de defesa nova, motora”. Klein (1975, p. 97) diz que “em fantasia, podemos desfazer retrospectivamente”. De maneira geral, a repetição ou recriação por meio da *performance* procura, de maneira invertida, anular um acontecimento do passado, reparando-o por meio do desempenho de papéis no presente.

tempo em que parece ter sido bom para Nir essa abordagem, para o estar-em-um acontecer, recomenda-se que é preciso ficar no presente sem memória...

Nas discussões sobre o terceiro, é mais comum tomarmos exemplos clínicos envolvendo *reveries*, como traremos nos próximos casos, porém, precisamos começar por essas dimensões mais ontológicas, mesmo elas assumindo uma forma mais fenomenológica, porque elas também ocorrem nesse campo paradoxal e produzem efeitos no tratamento.

Em seu último artigo, Ogden (2019, p. 680) conta uma história intitulada "*Porque ela estava morta*", que, para ele, seria um simples exemplo que "captura a essência do que quero dizer com a prática de Psicanálise ontológica". Trata-se de um breve relato, que, por ter semelhanças, sobretudo, com esse aspecto das necessidades do Eu, optamos por trazer ao final desta subseção. Durante um grupo Balint[74], do qual o autor participou, um praticante apresentou o seguinte caso, que, na realidade, tratava-se de uma situação: a paciente ligou dizendo que a sua mãe havia morrido enquanto dormia. Tanto a mãe quanto a filha eram suas pacientes. Ele disse à sua paciente que iria até a sua casa naquela tarde. Quando ele chegou, a filha o levou até o quarto onde a mãe estava e ele a examinou. Após esse exame, ele disse ter chamado a funerária. O analista que conduzia o grupo, ouvindo esse relato, perguntou: "Por que você fez isso?". E o praticante, intrigado pela pergunta, respondeu: "Porque ela estava morta". E, então, o analista sugeriu: "Por que não tomou um chá com a filha?". E Ogden (2019, p. 680), impressionado, compartilha: "aquelas palavras – por que não tomou um chá com a filha? – ficaram comigo durante 44 anos".

4.3 O hiperobjeto ou o paninho sujo

Ao discutir esses dois primeiros casos, Sr. C. e Nir, notamos a necessidade de escrever sobre o que nos pareceu ser um resto ontológico ou resíduo transicional. Resíduos que permeiam ambos os casos, e acreditamos que todos os casos cujo teor é difícil de alcançar, por parecer simples demais.

[74] Grupos de médicos generalistas que, sob a orientação de um psicanalista, discutiam as suas experiências com pacientes, com o objetivo de compreender e melhorar as relações interpessoais médico-paciente.

Podemos ter a impressão desse elemento olhando os casos clínicos através de uma perspectiva panorâmica, assim como detalhada por meio de expressões como, por exemplo: “no decorrer do tempo”; “me confiou aos poucos esses aspectos de si”; “senso escondido de contato *lentamente* começou a ser sentido”. Mesmo podendo parecer uma digressão neste trabalho, a sua presença deve ser mencionada de alguma maneira, porque, do mesmo modo que os processos terciários são imateriais e fundamentais para as ligações, essa matéria subjetiva, ou esse resto, parece ser intrínseco aos processos envolvendo essa clínica do terceiro e ter função semelhante para as ligações. É como se estivéssemos situando o terceiro no tempo ou levando em conta as incontáveis vivências na área intermediária.

Há três passagens em Winnicott que também trazem, implicitamente, esse resto. A primeira é “Esta análise já percorreu um caminho muito longo e, a fim de alcançar a força necessária para lidar com este trauma”; a segunda, “uma acumulação de *lembranças* de boa maternagem”; e a terceira, “uma acumulação de *lembranças* de treinamento, ensino, implantações de moralidade” (WINNICOTT; SHEPHERD; DAVIS, 2005, p. 34 e 37, grifo dos autors). A palavra “acumulação” e a expressão “força necessária” são indícios do que gostaríamos de tratar.

Optamos por tentar fazer desse resto ou resíduo transicional um conceito, oferecendo-lhe o nome de hiperobjeto. A nosso ver, esse conceito tem a ver com *sobrevivência.* Algo central na elaboração de Winnicott (1969) sobre o uso do objeto. Trata-se de uma matéria ontológica e não mencionada. Algo que sempre está se compilando e retroalimentando por debaixo do desenvolvimento da capacidade para o uso. Tal processo reivindica a sobrevivência do analista, da técnica e do *setting*. Para nós, sobrevivência também implica algo no tempo, pelo menos dois acontecimentos, nem que seja um ataque e a consequência (projetivo e/ou real), o que aconteceu ou não aconteceu durante e depois. Portanto, estamos interessados nos elementos subjacentes nesse processo de sobrevivência.

* * *

Foi no último livro da poetisa e cantora Patti Smith (2019), *O ano do macaco*, que nos deparamos com este termo: “hiperobjeto”. A autora nos conta sobre o falecido escritor Roberto Bolaño, o qual, ela nos revela, tinha um enorme interesse

por jogos de tabuleiro. Em meio às suas memórias, Smith (2019) traz um breve episódio sobre uma visita à casa do escritor e o momento em que se deparou com tais jogos empilhados e guardados em prateleiras. Transcrevemos, a seguir, a passagem na qual nos deparamos com o termo e que deu início a toda a discussão que iremos fazer nesta subseção:

> [...] na verdade tive uma sensação estranha ao encontrar sem querer os jogos de Bolaño. Não uma sensação estranha no mau sentido, mas estranha do tipo fenda no tempo. A prateleira no armário continha um *mundo de energia*, a concentração uma vez *investida* naquelas pilhas de jogos *ainda era poderosa*, manifestada na forma de um *hiperobjeto*, observando todo movimento que eu fazia (SMITH, 2019, p. 44, grifos nossos).

O termo “hiperobjeto” pode conjugar os elementos presentes na experiência, mas o que mais chamou a nossa atenção foi a qualidade animista do objeto propalada por meio do acúmulo de energia nele investida. Será partindo desse hiperobjeto que formularemos o resto.

Além de satisfazer uma curiosidade pessoal sobre Bolaño e o nosso interesse sobre a história da escritora, esse termo foi fazendo com que, imediatamente, nós deixássemos de lado ambos os protagonistas e começassemos a nos entreter com pensamentos sobre outros objetos, além dos jogos de tabuleiro, como os instrumentos musicais, por exemplo. Um violão e uma guitarra têm em comum um aspecto curioso: eles ficam melhores com o tempo. Alguns chegam a dar essa mesma impressão animista. Por serem instrumentos feitos de madeira, a madeira, como nos disse um amigo músico, é um bicho vivo. Isso significa que, quanto mais se toca o instrumento, ou seja, mais se investe nele ao longo do tempo, mais ele vai soando melhor[75]. A razão por trás desse fenômeno está na *vida* da madeira; com a ressonância e o tempo, as suas fibras vão se assentando, devido à sua qualidade absorvente, maleável e mutável. Ademais, existe um fator concomitante, qual seja a relação do músico com o instrumento. Lembramo-nos de duas experiências pessoais sobre essa relação animista. Uma, quando, certa vez, assistindo à apresentação de um baterista muito talentoso e envolvente, ficamos em uma dúvida lúdica sobre quem tocava quem, se era o baterista que tocava a bateria ou se era a bateria que o tocava; e outra, quando compramos um violão que viria de outro país e ficamos com receio de o instrumento não nos querer.

[75] Além da excelência no processo de construção e da qualidade da matéria-prima, esse é o motivo de violões e guitarras mais antigas custarem mais caro do que as novas.

Essa introdução, por mais estranha que seja, está relacionada com os paradoxos do terceiro, e não encontramos uma maneira melhor para chegar até a ideia que gostaríamos de apresentar sobre o hiperobjeto. O ponto é que, ao considerar esses fenômenos nos jogos de Bolaño e nos instrumentos musicais, chegamos à ideia de que há algo bastante interessante e importante na terceira área e no objeto transicional. Esse algo é isso que está implícito na área e emana do objeto, caso ele esteja situado no tempo e tenha alguém investindo nele.

Podemos encontrar e descrever a situação de uma maneira mais psicanalítica, afinal, quando nos deparamos com o termo, mesmo tendo todas essas divagações, o nosso intuito, desde o início, era torná-lo um conceito psicanalítico. Os apoios teóricos que encontramos foram na filosofia de Morton, na metapsicologia freudiana e no objeto transicional winnicottiano. Começamos pelo último. Com toda a sua condição paradoxal, tal como um músico e um ouvinte podem ter com a música, e enquanto toca o seu instrumento, acaba sendo o *lugar* e o objeto mais próximos em nossa literatura e experiência psicanalíticas para alcançar o que gostaríamos de discutir. No entanto, ao situá-lo no tempo, na relação de uso de objeto, interessamo-nos por um detalhe, que, às vezes, pode nos passar batido.

O exemplo mais comum que nos veio em mente foi o paninho da criança. Uma criança pode usar o paninho como objeto transicional, ou seja, algo que é tanto signo da mãe, quanto, ao longo do uso, passa a ser parte da criança, ao mesmo tempo em que é apenas um paninho. Porém, com o tempo e o investimento da criança, esse objeto deixa de ser um paninho e passa a ser um paninho sujo. E esse detalhe, a sujeira do paninho, que a gente reconhece a existência e sabe da sua importância para a criança, foi o incremento/excremento que nós achamos para tornar psicanalítico o prefixo *hiper* do termo “hiperobjeto”. Trata-se do acúmulo e do efeito que acontecem a partir do repetido uso do objeto. Traçamos paralelos em Morton e a sua proposição sobre o hiperobjeto, bem como em Freud e os restos nas representações e nos objetos.

Assim como as impressões genealógicas transmitidas através de gerações em uma família, que vimos anteriormente, os termos análogos que encontramos na metapsicologia freudiana para essa sujeira são “restos” e “resíduos”. Além do resíduo hereditário, ao considerar o trabalho do sonho, Freud menciona os “restos diurnos como material”. Ao analisar a presença do que seriam pessoas no sonho de um determinado sujeito, ele afirma que “esses outros são restos da vida desperta

(resíduos do dia)" (FREUD, 2011a, p. 106). As impressões sensoriais dos dias anteriores, a sujeira dos dias, contribuem para a formação do sonho.

Já nas elaborações sobre as representações de palavra e as representações de coisa, encontramos afirmações sobre resíduos. Freud (2011b, p. 18) diz que as representações verbais são "resíduos de memória" contidos em "sistemas adjacentes ao sistema Pcp-Cs [sistema Percepção-Consciência]", ou seja, "os resíduos verbais derivam essencialmente de percepções acústicas", que permanecem armazenadas em um lugar próximo da consciência. Dessa forma, "a palavra é, afinal, o resíduo mnemônico da palavra ouvida" (FREUD, 2011b, p. 18). Com relação às representações de coisa, elas seriam "resíduos mnemônicos óticos – das coisas" (FREUD, 2011b, p. 18). Dando ênfase aos aspectos ontogenéticos, filogenéticos e visuais de tais impressões, o autor considera que "os processos de pensamento se tornem [também] conscientes mediante o retorno aos resíduos visuais" (FREUD, 2011b, p. 18). Tanto as representações de palavra quanto as de coisa se apoiam em resíduos de memória. Nesse sentido, pode-se afirmar que não há representações de palavra e de coisa, se não houver resíduos.

Em outras elaborações de Freud (2011b, p. 31), soma-se ao resíduo o aspecto energético, "o Supereu não é simplesmente um resíduo das primeiras escolhas objetais do *Id*", ele comporta uma reatividade, "possui igualmente o sentido de uma enérgica formação reativa a este". Freud oferece uma voz ao Supereu para tornar mais claro esse argumento: "'Assim (como o pai) você *deve* ser' compreende também a proibição 'Assim (como o pai) você *não pode* ser', isto é, não pode fazer tudo o que ele faz; há coisas que continuam reservadas a ele" (FREUD, 2011b, p. 31, grifos do autor). Os desejos tanto podem dar vida aos restos no trabalho do sonho quanto dar vida ao Supereu diante da sujeira parental.

Mas, é no interjogo entre o sadismo e o masoquismo, que a sujeira encontra maior ressonância com a ideia central desta subseção. Considerando a indiferenciação original, "pode-se dizer que o instinto de morte atuante no organismo – o sadismo primordial – é idêntico ao masoquismo", e, mais tarde, "depois que a sua parte principal foi transportada para fora, para os objetos, permanece no interior, como seu *resíduo*, o masoquismo" (FREUD, 2011c, p. 172, grifo nosso). Segundo Freud (2011c, p. 172, grifo nosso), "Esse masoquismo, então, seria *testemunha e sobrevivência daquela fase de formação em que sucedeu o amálgama*, tão importante para a vida, de Eros e instinto de morte". Além do resíduo e da energia

do instinto, termos e expressões como “testemunha”, “sobrevivência daquela fase de formação” e o “que sucedeu o amálgama” estão diretamente relacionados ao que gostaríamos de transmitir com a ideia da sujeira.

Vale lembrar que a intenção deste trabalho não é discutir sadismo e masoquismo, contudo, por meio dessas elaborações de Freud, podemos identificar três pontos: (1) as representações precisam dos resíduos; (2) a energia (do instinto ou do desejo) dá vida aos resíduos; e (3) o resíduo é a testemunha do amálgama (dos instintos e do terceiro).

Já o termo “hiperobjeto”, de acordo com a filosofia de Morton (2013, p. 1), pode ser definido como “coisas que são massivamente distribuídas no tempo e espaço em relação aos humanos”. Como um buraco negro, a biosfera, o aquecimento global e uma pandemia, por exemplo. Eles “são ‘hiper’ em relação à outra entidade” (MORTON, 2013, p. 1). Mesmo que você não pense no aquecimento global e na pandemia, enquanto hiperobjetos, eles o afetam. Embora a discussão filosófica do autor tenha uma intenção diferente da desta tese, ela estimula o pensamento sobre os aspectos ontológicos e psicológicos do termo e as suas implicações na prática psicanalítica[76]. Entretanto, há algumas passagens em sua argumentação sobre o hiperobjeto que são mais relacionadas ao campo psicológico, como quando Morton (2013, p. 32, grifo nosso) diz: “como um pesadelo que traz notícias de alguma intensidade psíquica real, *a sombra do hiperobjeto* anuncia a existência do hiperobjeto”. Abaixo, mencionamos essa sombra. Todavia, é interessante a frase, pois ela é próxima da afirmação de Freud (2010c) sobre a sombra do objeto que recai sobre o Eu na melancolia, bem como do livro *A sombra do objeto*, de Bollas (2015). As hipóteses de Bollas nesse livro estiveram baseando parte da discussão dos dois casos anteriores, a saber, por meio da premissa de que a estrutura egoica é o vestígio de uma relação. Tendo em mente a sujeira de Winnicott e a sujeira de Freud, iremos parafrasear algumas das ideias de Morton e incluir outras, a fim de criar algumas qualidades da sujeira ou do hiperobjeto.

Um elemento que devemos ter em conta é a *viscosidade* do hiperobjeto. Isso significa que ele pode grudar nos seres que estão em relação com ele. O segundo elemento é sua *não localidade*: qualquer manifestação local do hiperobjeto não é

[76] Seu senso de objeto é derivado da *Ontologia orientada aos objetos* (OOO). Trata-se de “um movimento filosófico emergente, comprometido com uma forma única de realismo e pensamento não antropocêntrico” (MORTON, 2013, p. 2).

diretamente o hiperobjeto, algo que pressupõe a “sombra” e algo que mencionamos no parágrafo seguinte. Outro aspecto é a sua *temporalidade*, posto que o hiperobjeto não acontece no tempo em que a consciência está acostumada; isso se dá pelo fato de ele existir em uma condição inconsciente paraconsistente. Implicado na temporalidade, está outro elemento, que é a *continuidade*, pois, para a sua formação, são imprescindíveis condições de sustentação e retroação. Assim como a sua *invisibilidade*, elemento que está alinhado com a não localidade e que tem semelhança com a imaterialidade dos processos terciários. E, por fim, um elemento bastante importante: o hiperobjeto exibe os seus efeitos na *interobjetividade*, ou seja, ele não está restrito à subjetividade, visto que pode agir e afetar por meio da corporeidade (MORTON, 2013, p. 34-35).

Esse último aspecto é relevante, na medida em que incluímos, nas discussões sobre o terceiro, uma alternativa para a expressão “intersubjetividade”, pois parece lhe faltar uma camada epistêmica e clínica quando pensamos nos processos ontológicos, como nos dois casos clínicos anteriores e nos que serão apresentados a seguir. Nesse sentido, o hiperobjeto não é apenas uma assemblagem de outros objetos, que está a serviço da subjetividade, ele pode ter vida própria e não ser função de nosso conhecimento.

Voltando ao paninho, a princípio, podemos presumir estas três proposições: o paninho é a mãe, o paninho é a criança e o paninho é um paninho. Contudo, faz diferença incluir a quarta proposição, de que o paninho é um paninho sujo, ou seja, ele carrega o somatório de toda a sujeira das três proposições anteriores. O aspecto transicional pressupõe que essa sujeira retroage sobre aquele que a sujou e pode afetar outros; assim, a sujeira se tornaria “hiper” em relação à outra entidade. Esclarecemos ao leitor que a nossa intenção clínica é também propor, por meio do paninho sujo, que o hiperobjeto é o somatório de todo o resíduo do objeto analítico[77]. Desse modo, quando falamos sobre o objeto analítico, seja uma *reverie* ou a notação de um envelope como o de Ogden durante o encontro analítico (capítulo 2), devemos ter em mente que o objeto é metonímico, pois se trata de uma compressão de elementos mais detalhados provenientes do hiperobjeto, efeito da *não localidade.* É nesse sentido que ele só se dá a conhecer pela sua sombra.

[77] No segundo capítulo, discutimos sobre *O objeto vivo da teoria* (subseção 2.2), e, no terceiro capítulo, sobre *O terceiro como junção de dois objetos* (subseção 3.2.4) A concepção de hiperobjeto está alinhada com essas discussões.

A nosso ver, o tratamento psicanalítico e as vivências do terceiro devem levar em conta o acúmulo dessa sujeira. No caso do Sr. C., ela está implícita nos processos continuados de intervenção e reflexividade, e, no de Nir, na herança e no tempo até a revelação do delírio em diante. O analista pode funcionar como objeto transformacional; devido à *viscosidade* do hiperobjeto, ele pode ser continente e depósito das projeções do paciente; o terceiro pode ser entendido como quimera e efeito da intersubjetividade e da *interobjetividade*; as *reveries* podem se originar dessa matéria. No entanto, além das dimensões peculiares e paradoxais do hiperobjeto, há, nele, o "mundo de energia", "investida", "ainda poderosa" e animista "com vida própria", assim como Freud pressupõe no Supereu, nos sonhos e com o termo "hipercatexia". Ou seja, podemos considerar a força *invisível* da sujeira, a "força necessária", como dito acima. O hiperobjeto também não está distante da ideia freudiana do complexo do objeto, pelo fato de se assemelhar a um aglutinado de impressões ou imagens (*Bilds*) das coisas do mundo. O complexo do objeto é o somatório dos resíduos das representações de coisa. E não é muito lembrar, tal como fizemos em outro trabalho (BRINHOLLI, 2020), que, diferentemente do complexo de representação de palavra, o complexo do objeto não é fechado; ele tem uma abertura que nunca se fecha para o mundo, e é essa abertura constante que permite a *interobjetividade.*

Um meio rápido para identificar a força da sujeira é lavar o paninho de uma criança, devolvê-lo limpo e observar a sua reação. Uma criança deposita os seus resíduos psicossomáticos no paninho, desde baba da boca e coriza de nariz a partes do *self*. O paninho, por sua vez, contribui com o seu odor específico, de algodão talvez, com a sua textura macia ou áspera, que pode se confundir com os aspectos maternos. Quando um paninho é lavado, há uma higiene da sua *vida*, e ele perde a sua força não por estar limpo, mas por estar morto. Algo que, para a criança, pode ser equivalente a ter ido embora. Como diz Winnicott (2019, p. 18), "a mãe permite que ele fique sujo e até fedido, sabendo que, ao colocá-lo para lavar, causa uma ruptura na continuidade da experiência do bebê, uma ruptura que pode destruir o significado e o valor do objeto para ele". Se a sujeira tem a ver com a continuidade do ser, ela deve ser discutida. A *continuidade* é um aspecto do hiperobjeto, que, por ser fator central no paninho e na análise, tem a ver com a sustentação da vida e com a esperança de poder permanecer sujando e sendo

sujado. O somatório e o acúmulo são dependentes dela. O valor do objeto só pode ser medido em termos dessa sujeira, caso contrário, ele é só um paninho.

A nossa impressão é de que o paciente também vive isso com o enquadramento analítico como um todo. Com crianças autistas, pode haver a desorganização proveniente das mudanças na mobília ou nos horários das consultas, assim como a contrapartida da organização é verdadeira; certa regularidade e previsibilidade contribuem para o tratamento (ALVAREZ, 2020). Quando um analista se muda de consultório ou quando ele troca ou inclui algo nesse meio, essas alterações fazem com que alguns pacientes precisem se adaptar, discreta ou acentuadamente, ao novo meio. Em muitos tratamentos, para que uma determinada pergunta seja feita, é necessário esperar. E, como nos casos do Sr. C. e de Nir, é preciso o estofo clínico e a força da sujeira para que algumas coisas sejam tocadas, para que comecem a ser alcançadas e alteradas.

Smith (2019) disse que o hiperobjeto de Bolaño a observava, como se fosse algo vivo. Seria correto pensar que, de tanto o Eu e o *Id* investirem em um objeto transicional com atenção e pulsão, ele passa a ter vida própria depois de certo tempo de uso? Se com o sonho e o Supereu é assim, por que não haveria de ser com o paninho? Evidentemente, apenas no sentido animista do termo, já que seria delirante achar que um objeto tal como o paninho produziria qualquer fenômeno na realidade parecido com autonomia ou vida. Mas, mesmo que seja meio delirante para o sujeito, em sua intimidade, o seu objeto poderia ir assumindo algo parecido com *vitalidade*, nem que seja pela ressonância das marcas que a pulsão e o uso deixam nele. Seria uma relação mais com a “testemunha” do que com o fato em si. Qualquer músico que toque um violão antigo sente a presença desse investimento por meio de suas marcas ou das marcas do antigo dono. No resumo das qualidades especiais do objeto transicional, Winnicott (2019, p. 20, grifo nosso) sugere, no quarto e no quinto pontos, que “4. Ele deve *sobreviver* ao amor instintivo, assim como ao ódio e, caso esteja presente, à pura agressividade”, e “5. Ainda assim, o bebê deve entender que o objeto transmite calor, se move, tem textura ou faz algo que demonstra vitalidade ou realidade própria”.

De qualquer modo, parece correto pensar na força da sujeira em relação à modificação da estrutura egoica. E é inegável a autonomia do *self* como objeto vivo quando observada pelo Eu, principalmente em um sonho. Contudo, em ambos os casos, temos uma intervenção parcial e uma dramatização parcial. Nunca temos a

imagem integral da coisa, apenas os seus efeitos. Nunca se pode alcançar diretamente o hiperobjeto.

Mas, queremos chamar a atenção para o último ponto do resumo de Winnicott (2019, p. 20, grifos nossos): “7. *Ao longo dos anos*, o destino do objeto é sofrer um desinvestimento gradual, não sendo necessariamente esquecido, mas relegado ao *limbo*”, o tempo e o limbo. O nosso interesse está tanto no investimento gradual, o acúmulo da sujeira, quanto no desinvestimento, largar o objeto sujo no limbo, o que não é o mesmo que varrer para debaixo do tapete. O mesmo parece ocorrer com o vestígio da relação original com a mãe e a formação da estrutura enquadrante que acaba sendo esquecida e tornada um conhecido não pensado por ter ido parar no terceiro inconsciente, e com o processo analítico, que, quando termina, permanece interminável, porque acaba tendo a sua sujeira esquecida e mantida nesse limbo. Algo que o autor parece aludir, quando diz que,

> [...] em condições saudáveis, o objeto transicional não “vai para dentro” nem o sentimento em relação a esse objeto é necessariamente reprimido. Ele não é esquecido, mas sua ausência também não é lamentada. O objeto perde sentido, já que os fenômenos transicionais se tornam difusos, ficam espalhados por todo o território intermediário entre a “realidade psíquica interna” e “o mundo externo conforme percebido por duas pessoas em comum”, ou seja, ficam espalhados por todo o campo cultural (WINNICOTT, 2019, p. 20).

Na dinâmica do esquecimento, a diferença entre o objeto e o hiperobjeto é que, quando um é esquecido, o outro é espalhado, deixa de ser localizado e passa a ser fenômeno. A capacidade de poder espalhar a sujeira pelo mundo e por todo o campo cultural acontece quando o bebê se torna endossado pelo hiperobjeto, por já ter feito longo uso dos objetos.

Finalizando, quando consideramos a área intermediária, o objeto transicional e o terceiro analítico à luz da sujeira, devemos sempre manter em mente que são processos vivos. Como diz Alvarez (2020, p. 128, grifos nossos),

> Fotos estáticas de processos vivos podem, certamente, ser bastante reveladoras, mas são sempre parciais [...] a maneira como *essas experiências são vividas e as configurações e formação ao longo do tempo* que parecem perder-se quando os elementos dinâmicos da teoria psicanalítica são negligenciados em favor de modelos da mente mais estáticos. (precisamos trazer) essa vivacidade de volta; dão um sentido de *jogo dinâmico de forças e de mudanças momento a momento a esse meio fluido*. Nunca atravessamos o mesmo rio duas vezes e, como o filósofo observou, nunca atravessamos o mesmo rio uma vez!

É evidente que as fotos transicionais não são estáticas. Chamamos a atenção para o jogo dinâmico de forças e de mudanças no meio fluido, e, mais especificamente, para o movimento de vivacidade e para o fato de que, nem na primeira vez, o rio que atravessamos é o mesmo, porque o rio é água em movimento, é rio no tempo, água com sujeira acumulada.

Qual é a sujeira que o analista, o paciente e o enquadre produzem? Qual é a importância dessa sujeira ao longo do tratamento? Qual é a sua função depois que uma sessão acaba e outra começa? No fim de um tratamento, qual é a sujeira que permanece no paciente? Essas eram as questões que surgiam enquanto pensávamos na sujeira. Não conseguimos pensar em um termo metapsicológico para essa sujeira, a não ser hiperobjeto.

Quando Winnicott reitera a necessidade da continuidade do ser, é sobre esse aspecto temporal e vital que ele está se referindo, o acúmulo de experiências suficientemente boas. Assim como quando ele questiona por quanto tempo uma criança mantém a imagem da mãe em seu psiquismo assim que dela se separa (x+y+z...). Ou seja, a qualidade da sujeira alucinada até aquele momento é suficiente para durar certo tempo. É suficiente para segurar a continuidade da vida, mesmo tendo prazo para acabar.

Embora a parte física da sujeira no paninho seja evidente, ela, enquanto metáfora, é um elemento pouco visível no enquadre. Green se referia à qualidade imaterial dos processos terciários, que, como cola invisível, faz ligar e religar processos primários com secundários, como veremos na próxima subseção. Parece-nos que essa cola tem a ver com essa sujeira, tanto na origem quanto no caráter. Queremos dizer que cola e sujeira surgem na área paradoxal e no duplo limite intrapsíquico e intersubjetivo/interobjetivo, e, assim como os processos terciários são imateriais, mas imprescindíveis para o tratamento e o processo de simbolização, o hiperobjeto é também invisível, mas essencial para ambos.

O analista também já teve o seu paninho sujo. Portanto, ele contribui para a sujeira analítica. Nesse sentido, a experiência do paninho deixa de ser solipsista – embora, do ponto de vista ontológico e transicional, ela nunca tenha sido uma experiência assim. O hiperobjeto é complementado pelas sujeiras do paciente, do analista e da realidade. Assim como no jogo do rabisco*,* no jogo da sujeira, cada parte lança a sua sujeira, e, no fim, tem-se um acumulado de impressões, um

somatório de memórias, a instituição de confianças e um *pano de fundo.* O *pano de fundo* de onde as *reveries* nascem é, em última análise, um pano sujo.

O leitor irá encontrar, mais adiante, esta citação de Green (1990b, p. 416-417, grifos do autor):

> O analista tem que ser o arquivista da *história da análise* e procurar pelos arquivos de sua memória pré-consciente; para este fim, ele irá chamar à mente [por meio da cola imaterial] suas associações em todos os momentos. Tal é o *pano de fundo* contra o qual a capacidade de *reverie* do analista é desenvolvida.

Correto, mas o pano é sujo. Se não incluirmos nele a dimensão ontológica da sujeira e acharmos que a história da análise é um compilado de ideias no tempo, a sujeira epistemológica, teremos apenas a evidência da cola dos processos terciários e deixaremos de entender o resto que foi determinante nos casos do Sr. C. e de Nir, e que acaba sendo fundamental em todos os casos.

Bolaño foi atormentado pela dislexia em sua infância e adolescência, algo que o fez se isolar e consumir livros. Ele parece ter tido uma relação de vício com o hiperobjeto. Talvez o seu uso tenha sido mais autístico do que transicional, mais um meio de defesa do que de crescimento. Entretanto, os jogos de tabuleiro permaneceram como a prova viva de seu interesse.

4.4 A escuta integrada: captando detritos (*mental debris*)

> “A falta de forma se assenta em uma escuta integrada.”
> (GREEN, 2010, p. 15)

Por meio dos primeiros casos apresentados, podemos notar, na área intermediária, a dupla imposição no campo da mediação. O modelo da epigênese interacional e a reflexividade apontam para a importância de processos ontológicos nas constituições psicológicas dos humanos e nos encontros analíticos. Dando maior ênfase aos fenômenos de identificação narcísica de base e de transfusão na amorfia, podemos pressupor a possibilidade de modelações e alterações na estrutura enquadrante e no sentimento de si do paciente. Nesse sentido, enquanto entorno maleável e não necessariamente epistemológico e interpretativo, a qualidade de presença do analista define as condições de um novo começo para o paciente.

Desse modo, continuando com esses processos em mente, iremos agora tratar de fenômenos que podem acontecer em conjunto com os anteriores. E, para falar sobre esses fenômenos, presentes na escuta analítica, precisamos incluir uma nova perspectiva sobre o que vem sendo tratado até o momento como mentes no *setting*. Precisamos de uma expressão alternativa e suplementar para o termo "mental", que leve em conta a complexidade do que acontece nos encontros intersubjetivos.

O termo suplementar que sugerimos é "corporeidade". Trata-se de um conceito que pretende sublinhar a tensão permanente entre as dimensões intrapsíquicas e intersubjetivas na teoria e na clínica[78]. Segundo Coelho Junior (2010, p. 51), a noção de corporeidade é definida como "um tecido material e energético, móvel e instável, movido por forças pulsionais, em sua remissão aos objetos e marcado por interferências de intensidades internas e externas, constituindo um campo de forças e protossentidos". É somente por meio dessa expressão, que leva em conta, paradoxalmente, pulsões e objetos, o interno e o externo, o Eu e o outro, mente e corpo, representação e protossentidos, que conseguimos construir uma versão mais ampliada de escuta analítica. O adjetivo "integrada" que a acompanha só faz sentido se levarmos em conta esses elementos provenientes das corporeidades – Bion os chamava de elementos beta e *mental debris* – e a sua manifestação, que nem sempre entram somente pelo ouvido e pela consciência do analista, embora permaneçam buscando audiência e elaboração no campo da escuta.

* * *

Em 2019, em uma aula de cinema na Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), o diretor mexicano Igñárritu, ao comentar sobre o seu processo

[78] A noção de corporeidade é uma alternativa frente ao dualismo mente-corpo forjado na tradição do pensamento moderno, tanto em sua vertente racionalista quanto em sua vertente romântica. Reconhecendo que a Psicanálise acabou também sofrendo as consequências desse dualismo, Coelho Junior (2010, p. 54) propõe o seguinte: "a corporeidade é também psíquica, como gênese de possibilidades, como potência geradora de elementos propriamente psíquicos. Não oponho à corporeidade uma natureza que seria exclusivamente psíquica, embora reconheça uma distinção de níveis e dimensões, com especificidades que precisam ser levadas em conta. Entendo que somos de ponta a ponta corporeidades (o que inclui a dimensão psíquica da corporeidade). A corporeidade é, ao mesmo tempo, interna e externa. É a presença irrecusável das pulsões e abertura permanente para o mundo, para os outros".

criativo na produção do filme *Amores Perros*, lançado em 2000, disse que, naquele momento, estava procurando criar uma *película sensorial.* Algo que pudesse, por meio do filme, trazer uma verdade emocional com tal intensidade que promovesse a dissolução entre espectador e tela. O caráter imediato provocado pelo aspecto visceral e emocional poderia fazer com que aquele que a estivesse assistindo se esquecesse de que estava diante de uma ficção. Algo dessa experiência se aplica ao que será tratado adiante. A expressão enfatizada acima nos parece oportuna para introduzir as ideias sobre as *reveries*. A nosso ver, esses ensonhamentos, além de transicionais, são películas sensoriais.

Após um retrato de realidade clínica como o abaixo transcrito, Green (2017, p. 325) questiona “No que consiste a escuta do analista?”:

> Um paciente fala, entrecorta sua fala com silêncios ou suspiros, gesticula ou se mantém imóvel, cruza ou descruza as pernas, se faz entender com mais ou menos clareza, mais ou menos pateticamente, modela seu humor, implora, protesta, declara sua paixão ou sua aversão, quase não é inteligível, recita, faz afirmações incoerentes ou coerentes demais etc.

Tomando a questão da reflexividade, Green (2017, p. 325) propõe que

> [...] o não integrado pode agora ser visto em uma forma mais coerente e significativa porque tem que ser entendido pelo outro, e é esse entendimento que é refletido de volta – não apenas os fatos que estiveram sendo comunicados. A falta de forma depende de uma escuta integrada.

Ele não desenvolve muito a ideia de uma escuta integrada, mas a expressão nos parece válida para pensarmos nos processos de ligação que acontecem, inconsciente e pré-conscientemente, por meio da corporeidade do analista quando escuta o paciente e nos efeitos desses processos na relação com o paciente. Em outro momento, Green (2019, p. 30, grifo do autor) enfatiza a “importância decisiva do *pré-consciente do analista como sede do trabalho psíquico dos processos terciários*”. Trata-se da necessidade analítica das ligações, ou seja, dos “processos de *vinculação* [terciários] entre processos primários e secundários” (GREEN, 2019, p. 30, grifo nosso). Mais especificamente, aponta-se para o trabalho de imaginarização da escuta do analista em relação ao discurso do paciente como meio de simbolização primária. Algo que complexifica o trabalho do analista, visto que é pelo diálogo analítico que ele procura “conectar, tornar figurável e pensável o material, antes mesmo de desembocar em uma interpretação” (GREEN, 2019, p. 30). A corporeidade, o figurável e o pensável são componentes da película sensorial.

Dessa forma, devemos pressupor que a corporeidade do analista participa dos processos de elaboração e que, por meio de sua escuta integrada, realiza um trabalho de ligação em diferentes estratos psíquicos e de diversos elementos. Ou seja, a fim de garantir a função terceira (simbolizante), como proposta no início por Roussillon, o analista estará a serviço da cocorporeidade – com o custo vital que ela comporta –, mesmo que, inconscientemente, em direção à simbolização de elementos primários (por meio da afetividade, das ações e da fabricação de representações de coisa ou imagens) e secundários (representações de palavras e linguagem discursiva). É o corpo em sacrifício das necessidades do paciente.

No trecho a seguir, podemos nos valer da resposta oferecida por Green (1990b, p. 416-417, grifos do autor) para a sua pergunta sobre a escuta analítica:

> No que consiste a escuta do analista? Em primeiro lugar, em entender o conteúdo manifesto do que é falado, uma pré-condição necessária para tudo o que segue; então, e este é o estágio fundamental, em *imaginarizar* o discurso: não apenas imaginá-lo, mas também incluir neste a dimensão imaginária, construindo o que está implícito em tal discurso diferentemente, na *mise-en-scène* do entendimento. Na etapa seguinte, o analista irá desatar a sequência linear dessa corrente ao evocar outros fragmentos de sessões: recentes (talvez da última sessão), menos recentes (de meses atrás), e, finalmente, outras mais antigas (tal como um sonho do início da análise). O analista tem que ser o arquivista da *história da análise* e procurar pelos arquivos de sua memória pré-consciente; para este fim, ele irá chamar à mente as suas associações em todos os momentos. Tal é o *pano de fundo* contra o qual a capacidade de *reverie* do analista é desenvolvida. Essa capacidade cresce na etapa final, a de *religar*, a qual será alcançada ao selecionar e recombinar os elementos assim recolhidos para dar luz à fantasia contratransferencial, a qual deve supostamente encontrar a fantasia transferencial do paciente.

Trata-se de incluir, no campo da escuta, a dimensão imaginária do analista, a sua capacidade de *reveries*, algo que é diferente de apenas imaginar o discurso do paciente, posto que envolve transformá-lo na medida em que a sua corporeidade e a sua versão participam desse processo. Esse campo processual de escuta deve ser entendido levando em conta a "sujeira acumulada" do hiperobjeto e o elemento imaterial que faz acontecer esse processo dinâmico. O imaterial refere-se aos processos terciários. Trata-se de uma mobilidade e cola invisível[79]. É pensado por Green como uma figura de terceiro, algo que faz a mente associar (ir para a última

[79] "Considero que a noção de 'processo terciário' é teoricamente necessária, pois ela explica aquilo que permite passar dos processos primários aos processos secundários, e vice-versa. Os processos terciários são caracterizados pelo fato de não terem materialidade [...] são apenas processos de vinculação" (GREEN, 2019, p. 72).

sessão, ir para meses atrás, lembrar-se do sonho do paciente), ir de processos primários a secundários e gerar lembranças, ao passo que realiza ligações e religações. Esse trabalho invisível do terceiro, ou, se quisermos, dos processos terciários, é fundamental para o processo analítico. É também por meio dessa capacidade de trânsito psíquico que um trabalho de compreensão inconsciente (OGDEN, 2007b) ocorre. Poderíamos considerar operando, aqui, a receptividade do terceiro inconsciente e a atividade do terceiro auto-observador fazendo os seus trabalhos de compilação de dados durante o encontro – por meio dessa cola imaterial e arquivo – e os seus desdobramentos naquilo que aparece espontaneamente como parapraxias do analista. Parapraxias não classicamente como retorno do recalcado, no entanto, originárias do inconsciente, como produtos psíquicos provenientes do espaço onírico intersubjetivo/intercorpóreo (*pano de fundo*), sendo uma de suas formas, portanto, as *reveries* do analista. Nesse sentido, as *reveries* passam a ocupar um lugar central nas elaborações teóricas e clínicas sobre o terceiro sujeito.

Ogden (2013, p. 130-131, grifos do autor) afirma que,

> [...] quando um paciente começa a análise, o modo pelo qual o analisando vivencia a sua mente (o lócus da sua vida psicológica e, até certo ponto, “o lugar onde vive” (Winnicott, 1971c) e sonha) se torna mais e mais “localizado” (no sentido de sentimentos) no *espaço entre analista e analisando* (Ogden, 1992b). É um “lugar sentido”, *de forma alguma restrito ao consultório do analista*. É uma mente (*mais precisamente um psicossoma*) que, de certa maneira, é criação de duas pessoas e, ainda assim, *é mente/corpo de um indivíduo*.

Ogden talvez estivesse de acordo com o termo “corporeidade”, pois ele também parece tentar ultrapassar o dualismo, embora permaneça adotando o termo “mente”, acreditamos que por convenção. Contudo, esse seria o lugar onde analista e paciente vivem e sonham. Podemos, então, chamar esse espaço de onírico analítico e considerar a dinâmica da indiferenciação-diferenciação ocorrendo em ambos os sujeitos e corporeidades, tomando os sonhos e os ensonhamentos dos participantes como um sonho do terceiro analítico. Com a mesma proposta de Winnicott sobre o paradoxo transicional, Ogden (2013, p. 131) sustenta: “não se deve insistir na resposta à pergunta: ‘Este sonho é do analisando, do analista ou do terceiro analítico? Os três devem manter-se em estado de tensão mútua não resolvida”.

Para esse espaço de sonhar-a-três, Ogden argumenta sobre a necessidade do divã no enquadre analítico. Ele diz: “atenho-me a algumas implicações do conceito de terceiro analítico para a técnica na medida em que se apoia em um elemento importante do enquadre analítico: o uso do divã” (OGDEN, 2013, p. 105-106). Isso é pertinente, na medida em que a observação e a escuta analítica, assim como a atenção flutuante, seriam atravessadas pelo dispositivo. E também porque Ogden, o autor que está sendo utilizado para pensar o terceiro sujeito e ilustrar o fenômeno de *reverie*, o inscreve como peça fundamental para uma análise. Algo que nós compreendemos, pelas razões que ele apresenta, a saber, “facilitar um estado mental em que o terceiro analítico possa ser gerado, experimentado, elaborado e usado por analista e analisando”, ou seja, nas “condições de privacidade nas quais o analista pode entrar em um estado de *reverie*” (OGDEN, 2013, p. 107-108). No entanto, discordamos quando levamos em conta o trabalho de outros psicanalistas e outras realidades, por exemplo, as de nosso país e as da diversidade do público atendido pela Psicanálise no último século e no começo deste milênio. Isso faz com que tenhamos outras ideias acerca do enquadre analítico e, ainda, consideremos o terceiro sujeito e as possibilidades de sonhar.

Dessa forma, defendemos uma posição clínica alternativa, com duas diferenças suplementares, de modo a permanecer considerando as mesmas possibilidades apresentadas por Ogden, tanto na dimensão da vivência do terceiro quanto na geração de *reveries*. A primeira é a proposta de Coelho Junior (2010), de que a única coisa imutável do enquadre analítico é o corpo do analista – considerando o que vem sendo tomado como corporeidade. Qualquer outra coisa poderia mudar, inclusive ter ou não a presença do divã, exceto essa dimensão corpórea. A segunda é a proposta por Roussillon (2005), como conversações psicanalíticas, a saber, que nós atendemos de acordo com a necessidade psíquica do paciente, sendo, portanto, maleáveis. Ou seja, a depender do caso, pode ser que nos encontremos uma vez por semana, duas ou três, frente a frente, lado a lado, mas sempre levando em conta os meios adequados para a simbolização, a necessidade do Eu e a maleabilidade do objeto[80]. Tendo isso em consideração, podemos voltar à questão da escuta integrada.

[80] Recentemente, no *XXI International Forum of Psychoanalysis*, realizado em Lisboa, no mês de fevereiro de 2020, a psicanalista norte-americana Sandra Buechler enunciou uma questão simples

Ogden (2013, p. 130) ressalta que,

> [...] quando um paciente inicia o processo de análise, em certo sentido, ele "perde a cabeça" (o processo de criar mente própria). Em outras palavras, o espaço psicológico em que ocorrem os seus processos de pensar, sentir, experiência corporal e sonhar não coincide mais totalmente com a sua "própria mente".

Ou seja, "da primeira sessão analítica em diante, o espaço psicológico pessoal do analisando (inclusive o seu 'espaço onírico') e o espaço analítico cada vez mais convergem e ficam difíceis de diferenciar" (OGDEN, 2013, p. 130). Como vimos, esse estado de indistinção e distinção da experiência analítica é característico do terceiro sujeito.

Por meio de outras ilustrações clínicas, tentaremos dar forma ao *pano de fundo* e à película sensorial, à imaginarização e às *reveries* nesse trabalho integrativo da escuta. Para isso, trazemos fragmentos dos casos Sr. G. (OGDEN, 2013) e Sra. D. (LEMMA, 2015), além de casos apresentados por Civitarese (2016), como exemplos que tomam esses fenômenos como cruciais para o trabalho analítico.

4.4.1 O caso Sr. G.

O Sr. G. é um paciente de mais ou menos 40 anos, que estava em análise com Ogden há quase oito. Segundo o autor, tratava-se de "um homem um tanto esquizoide" (OGDEN, 2013, p. 132). O paciente era bastante culto em diversos assuntos, inclusive em Psicanálise.

O caso todo do Sr. G. se dá a partir de um sonho narrado durante esse período de análise, que o fez acordar à noite:

> No sonho, a sua mãe tinha a idade atual (por volta de 70 anos) e estava grávida. Tanto ela quanto a irmã mais velha do paciente encaravam o fato com muita naturalidade, como se não houvesse nada de incomum no que ocorria. O comportamento e a conduta delas eram tão bizarros que a situação parecia irreal, até mesmo no sonho. A mãe do paciente e a irmã estavam ocupadas e animadas, e faziam planos a respeito das necessidades diárias em relação à gravidez e ao parto que se aproximava. O paciente se sentia atordoado no sonho, e disse, furiosamente, à mãe e à irmã, que não conseguia acreditar na enorme estupidez que a mãe fizera e muito menos podia conceber que as duas pudessem estar felizes com tal coisa (OGDEN, 2013, p. 132).

---

durante a sua apresentação de um caso clínico, que agora nos vem à memória: "*Who I must* be *to help this patient?*" (Quem eu deveria *ser* para ajudar este paciente?).

O Sr. G. contou que, no sonho, era dolorosamente frustrante não conseguir achar palavras que tivessem o mínimo de efeito em sua mãe. Enquanto o Sr. G. contava o sonho, Ogden (2013, p. 132, grifo nosso) disse que “ficava evidente como ele se sentia dolorosamente isolado, ao descrever o que *imaginei* ser uma versão atual da experiência de saber da gravidez da mãe, à espera de um irmão mais novo”. Sr. G. tinha 14 meses quando o irmão nasceu, e, nesse período, ainda não sabia falar. Nesse trecho, já se encontram as evidências do “arquivista” e dos processos terciários; o analista tinha a informação sobre o nascimento do irmão, de modo que podia transitar psiquicamente e fazer essa ligação pré-consciente, indo de uma associação que envolvia sessões anteriores e o fenômeno onírico atual.

Ogden (2013, p. 132, grifo nosso) continua:

> [...] *imaginei* que o entusiasmo e o envolvimento da mãe em relação à gravidez, parto e primeiros anos do irmão do paciente tornaram as coisas ainda piores, na sua mágoa em relação à aliança “secreta” da mãe com o pai nesse evento completamente inesperado.

Poderíamos supor que Ogden (2013, p. 132), por meio de um conhecimento explícito, e talvez implícito e pessoal, sobre a teoria edípica, interpreta que o pai foi banido do sonho e substituído pela irmã, “a fim de diminuir a dor narcísica” do paciente. Porém, o importante para a nossa discussão é perceber o quanto Ogden é afetado pelo discurso do paciente e imagina enquanto escuta o Sr. G. Assim como o quanto essa capacidade de imaginar está atrelada ao entendimento, por via dessas ligações (versão atual da experiência) e interpretações, do sofrimento do Sr. G.

O Sr. G. era um homem controlado e expunha pouco os seus sentimentos, algo que ficava contrastado com a maneira incomum de estar se expondo abertamente sobre o que sentia no sonho. “À medida que o Sr. G. me relatava o sonho, *ocorreram-me alguns pensamentos e sentimentos*, dentre eles certa indiferença (refletida em minha ‘tradução’ do sonho, em minha mente [...]), bem como um sentimento de tédio” (OGDEN, 2013, p. 132). É oportuno notar o caráter espontâneo dos pensamentos e sentimentos (ocorrem), assim como a amplificação da escuta, no sentido de que ela, em conjunto com a imaginarização do discurso do Sr. G., abarca sentimentos em relação a ele, nesse momento do caso, o tédio e a decepção. Ogden começa a se implicar com o fato de não ter ficado tocado por um sonho que seria muito significativo para o Sr. G., já que o paciente estava, sinceramente, revelando os seus sentimentos infantis e intensos, envolvendo a

raiva, a exclusão e o desamparo. O analista reconhece: "*senti-me* também decepcionado comigo por não ficar mais tocado por um sonho", e continua:

> [...] *ocorreu-me* que talvez eu estivesse fazendo análise há muito tempo e estivesse ficando esgotado. De um *modo um tanto obsessivo*, somei, mentalmente, os anos de prática (analítica) em diferentes lugares e percebi que, no consultório atual, estava trabalhando há mais de 15 anos (OGDEN, 2013, p. 132, grifos nossos).

Notamos o quanto a imaginarização da escuta, para um observador e crítico da contratransferência, pode começar a assumir uma forma arriscada de absorção narcísica do analista, no sentido de começar a parecer uma digressão egocêntrica sem sentido, que diz respeito apenas ao analista. Entretanto, "nenhuma *reverie* deveria ser deixada de lado como simples 'coisas do analista'" (OGDEN, 2013, p. 148).

O autor continua: "Olhei em volta, para o meu consultório, e fiquei impressionado pelo *peso* de seu conteúdo – as *pesadas* molduras vitorianas [...], a capa singularmente *banal* do divã, as grandes persianas de madeira com lâminas *aprisionadas* por várias camadas de tinta [...]" (OGDEN, 2013, p. 148, grifos nossos). Frisamos, neste parágrafo, o quanto as imagens procuram dar forma aos elementos e aos sentimentos que estão se passando entre Ogden e o Sr. G., bem como as consequências disso no corpo do analista – "só de pensar nisso, senti-me fisicamente esgotado". A atenção flutuante passa a uma atenção recortadora. Podemos cogitar que a busca concreta por esses elementos (molduras pesadas, capa banal e lâminas aprisionadas) seriam o objeto analítico e um recorte subjetivo da realidade, mas, metapsicologicamente, uma ressonância necessária para a criação/encontro de representações de coisa que deem conta de simbolizar, por meio de imagens, os sentimentos que estão circulando entre analista e paciente e os conflitos em questão.

Podemos utilizar o modelo freudiano sobre o trabalho do sonho como referência teórica para analisar esses processos intersubjetivos. Mesmo porque os devaneios, as *reveries*, para as quais Freud (2019) utiliza a expressão "fantasias diurnas", podem ser correspondentes inconscientes desses fenômenos oníricos durante o estado de vigília. Como mencionado no início, Green também utiliza o termo "fantasia", como no entrelaçamento de fantasias.

Freud (2019, p. 540, grifo do autor) sugere que "uma investigação mais aprofundada das características dessas fantasias diurnas nos mostra que não é à

toa que essas formações receberam o mesmo nome que damos também às nossas produções mentais noturnas: *sonhos*". E continua, "Elas compartilham uma parte essencial de suas propriedades com os sonhos noturnos; na verdade, seu estudo poderia ter nos dado o acesso mais rápido e adequado à compreensão dos sonhos noturnos" (FREUD, 2019, p. 540). Desse modo, tal como os sonhos durante o sono, as *reveries* também estão sujeitas ao trabalho do sonho, a saber, a condensação, o deslocamento, a representabilidade/plasticidade e a elaboração secundária. Nos termos de Freud (2019, p. 540), "essas fantasias são reunidas, condensadas, sobrepostas umas às outras etc.". Com relação à elaboração secundária, Freud (2019, p. 540, grifo do autor) diz, por exemplo, que esse "quarto fator busca formar algo *como um devaneio* a partir do material que lhe é oferecido". Assim, podemos presumir que esse trabalho do sonho pode estar ocorrendo nos objetos analíticos frisados no parágrafo anterior.

Ogden não está dormindo e sonhando com "pesadas molduras vitorianas", mas ele as "encontra" na sala enquanto escuta o paciente contando o seu sonho. Podemos presumir que os objetos analíticos compostos pelo mobiliário (moldura, capa do divã, persiana) e a sua adjetivação (pesada, banal, aprisionada) constituem representações de coisa e de afetos que são, ao mesmo tempo, achadas e criadas por meio do terceiro para simbolizar o conflito em questão. São evidentes a condensação do material e a sua representabilidade, ou, se quisermos, a metaforização da coisa, enquanto a elaboração secundária procura sintetizar o material de uma maneira mais ou menos coerente. É possível presumir que, nessas *reveries* de Ogden, há uma "*relação lógica*" que acaba por formar "um grupo no sentido conceitual" (FREUD, 2019, p. 356, grifo do autor). Antes de discriminar o conteúdo das *reveries*, Ogden as reúne sob a ideia do "peso de seu conteúdo", o que é relevante na medida em que "os afetos são a parte menos influenciada, a única que pode nos indicar como fazer a complementação certa" (FREUD, 2019, p. 507). Veremos, abaixo, o entendimento de Ogden sobre esse trabalho. Assim como apresentaremos, na próxima subseção, um exemplo de Freud envolvendo o afeto e o corpo como indício para a complementação.

Devemos presumir, portanto, por meio da teoria dos sonhos, que, nessas *reveries*, existe a diferença entre o seu "valor como imagem" e a sua "relação semiótica", ou seja, de modo parecido com a "pictografia" mencionada por Freud, se "lêssemos esses signos" das *reveries* "segundo o seu valor como imagem, e não

conforme a sua relação semiótica", "nós nos enganaríamos" (FREUD, 2019, p. 507). Essa compreensão tanto nos poupa do preconceito de tomar as *reveries* como absurdos quanto nos conduz a procurar o seu sentido por meio daquilo que elas procuram simbolizar.

O ponto é que Ogden, ao vivenciar essas *reveries*, irá desembocar em uma compreensão específica sobre o sofrimento do Sr. G. no sonho. Ao experienciar o relato do Sr. G. com tédio, com indiferença frente ao "melhor" que o paciente tinha a oferecer, "senti o impacto pleno do motivo de protesto veemente, calado, impotente e fútil do Sr. G. no sonho" (OGDEN, 2013, p. 134). Algo vicário, que levou Ogden (2013, p. 134) ao entendimento de que aquilo no sonho não era simplesmente um protesto de um irmão mais velho tendo que lidar com a condição de ter que dividir a mãe com um irmão mais novo, mas um protesto contra a indiferença da mãe e do analista "em relação às tentativas de combater o modo como ela/eu nos sentíamos sem vida, desajeitados, lentos e imóveis e sem a intenção verdadeira de sermos mãe/analista". E, nesse momento, depois de todas essas experiências de *reveries*, Ogden (2013, p. 134) resolve dizer algo para o Sr. G.: "Eu disse ao Sr. G. que a sua descrição da incapacidade de se fazer ouvir, no sonho, levou-me a pensar que, hoje ou nas últimas sessões, eu lhe parecia lento".

Percebe-se que o que Ogden diz para o Sr. G., como, por exemplo, a palavra "lento", tem a ver com as *reveries* anteriores, porém, com um detalhe essencial: ele não fala *sobre* as *reveries*, mas fala *a partir* delas. O autor enfatiza esse ponto: "Considero *reverie* um evento simultaneamente pessoal/privado e intersubjetivo. Como acontece com outras experiências emocionais intensas do analista, ele geralmente não fala dessas experiências diretamente ao analisando, mas tenta falar-lhe *a partir do* que está sentindo e pensando" (OGDEN, 2013, p. 146, grifo do autor).

Essa parece ser uma diferença fundamental de posição frente às *reveries*. Ou seja, imaginarizar, por meio da escuta, não significa comunicar as imagens que se passam na mente do analista para o paciente, mas sim que elas servem, enquanto pano de fundo e película sensorial, para a compreensão do que está se passando entre analista e paciente. Como explica Ogden (2013, p. 137), "minhas associações/*reveries* tiveram o papel importante para dar base a uma interpretação relativa à vivência que o paciente tinha a meu respeito como alguém impenetrável para ele". Sem desconsiderar que esse pano de fundo está sendo tecido pelo trabalho do terceiro imaterial, "aqueles que entram em jogo no próprio

funcionamento da sessão analítica"[81]. Podemos cogitar tanto o acúmulo da sujeira familiar e analítica quanto o encontro entre as fantasias acontecendo nessa sessão? De um lado, a fantasia onírica transferencial do Sr. G., relativa à mãe/analista, de outro, a fantasia contratransferencial do analista como alguém impenetrável para o paciente, e o produto desse entrelaçamento, "a etapa final", que seria "a de religar [...], ao selecionar e recombinar os elementos assim recolhidos para dar luz à fantasia contratransferencial, a qual deve supostamente encontrar a fantasia transferencial do paciente" (GREEN, 1990b, p. 416-417)?

Desse ponto de vista, o "'alguém impenetrável para ele" é um monstro analítico (REIS, 2016). Monstro ocasionado pelo trabalho do sonho no terceiro, em que mãe e analista se tornam as mesmas pessoas na fantasia do paciente e do analista. Desse modo, na *mise-en-scène* do entendimento, o valor pictórico é importante na construção da película, ao passo que é a relação semiótica elaborada pelo analista que o leva à compreensão de estar funcionando como a "mãe morta" do paciente.

O Sr. G. vinha pensando secretamente em parar a análise, e, após a fala de Ogden, o comunicou sobre isso. Algo que fez Ogden (2013, p. 135) tentar reunir argumentos para dissuadi-lo dessa intenção, chegando a quase comunicar ao Sr. G. o que, para ele, pareceu ser uma "pseudointerpretação magoada" formulada demais. No entanto, como ele afirma, essa ideia "trouxe-me à mente uma conversa que eu tivera, naquela semana, com um mestre de obras que eu conhecia há muitos anos e a quem tinha como amigo" (OGDEN, 2013, p. 135). Nessa conversa com o mestre de obras, Ogden não entendia o que estava se passando na cabeça de tal amigo, já que o mesmo não havia cumprido as obras que deveria, algo que o fez começar a se perguntar se ele, Ogden, sabia quem o amigo era. "À medida que eu *ruminava* o nosso recente diálogo em minha mente, ficava cada vez mais ansioso, e a consciência dos sentimentos, "nessa *reverie*, levou-me a suspeitar que o Sr. G. temia perder a ligação comigo, recém-sentida, e temia também que tudo entre nós ficasse diferente quando ele retornasse" (OGDEN, 2013, p. 135, grifo nosso). Mais adiante no caso, Ogden (2013, p. 137) irá explicar o seguinte: "na minha *reverie* envolvendo a ansiedade relativa à autenticidade da amizade com o mestre de obras,

[81] "O paciente vem, diz que teve um sonho, conta, depois associa. É preciso perguntar o que lhe permite passar de um registro ao outro. E o mesmo para o analista: ele escuta o sonho, que o faz pensar em um outro sonho contado pelo paciente há cinco anos, ou no que o paciente disse sobre a mãe dele no decorrer da última sessão" (GREEN, 2019, p. 72).

pude formular uma interpretação mais completa". A saber, uma interpretação sobre o que estava sendo vivenciado como uma ansiedade transferencial-contratransferencial dominante.

Após essas *reveries*, Ogden (2013, p. 136) novamente diz algo a partir delas:

> Eu disse ao Sr. G. que, hoje, ao escutá-lo, cada vez mais eu tinha a impressão de que ele estava ansioso com o que poderia acontecer enquanto ele estivesse fora e com o que aconteceria ao voltar para alguém que ele não conhecia.

Fica evidente como a experiência com o mestre de obras começa a se misturar com as da mãe do Sr. G. e contribuir para a ideia de voltar para alguém que ele não conhecia e que não o ouvia. "No decorrer das sessões que antecederam às férias do paciente, nos foi possível discutir mais profundamente o seu medo de retornar para um analista que ele não conhecia e que não o conhecia" (OGDEN, 2013, p. 136).

Assim termina o relato do caso Sr. G., sem grandes triunfos. Vale observar que a intenção de Ogden (2013, p. 136) com a apresentação desse caso é "dar uma ideia do movimento subjetivo ocorrido em um fragmento de trabalho analítico, envolvendo um sonho e associações ao mesmo". Embora Ogden queira, com esse caso, também discutir a importância do sentimento de vitalidade para uma experiência analítica, para a nossa discussão, cabe notar o papel crucial que as *reveries* do analista têm na construção do que está acontecendo durante o encontro, em suas interpretações e intervenções. A saber, "o momento produtivo entre sonho e *reverie*, entre *reverie* e interpretação, entre interpretação e vivência no (e do) terceiro analítico" (OGDEN, 2013, p. 138).

Reveries, portanto, são a "substância da vida em comum – os assuntos do dia a dia que resultam no processo de estar vivo como ser humano, especialmente no estágio inicial do processo em direção à simbolização verbal da experiência de *reverie*"; ou seja, são "nossas ruminações, devaneios, fantasias, sensações corporais, percepções fugazes, imagens emergindo dos estados de dormência, melodias e frases que atravessam nossas mentes, e assim por diante" (OGDEN, 2013, p. 146).

Não obstante as *reveries* pareçam ser um fenômeno universal, segundo Ogden (2013, p. 146-147), a proposta aqui é "fazer uso analítico de nossa *reverie*", e, para tanto, o "'eu' como sujeito sem consciência de si mesmo é transformado em 'me' como objeto de escrutínio analítico". Trata-se de um movimento subjetivo

parecido com o da função estética do Eu no sonho, como apontado anteriormente. Todavia, essa capacidade de divisão subjetiva para escrutínio analítico não é fácil, já que ocorre fora da moldura do sonho e da vigília. Esse evento psíquico não ocorre entre o momento em que adormecemos e o momento em que acordamos, "a *reverie* dissolve-se facilmente em outros estados psíquicos. Ela não tem um ponto de partida nitidamente delineado, ou um ponto de término, separando-a, por exemplo, de um processo secundário de pensamento mais focado que a preceda ou a siga" (OGDEN, 2013, p. 147).

No entanto, devemos considerar esse "me" como plural. Segundo o autor,

> [...] paradoxalmente, apesar de o analista sentir as suas *reveries* como privadas e pessoais, é enganoso vê-las como "suas" criações próprias, já que são, ao mesmo tempo, construções intersubjetivas inconscientes criadas em conjunto (embora assimetricamente), que chamei de "o terceiro analítico intersubjetivo" (OGDEN, 2013, p. 147).

Nesse sentido, as *reveries* têm a função de comunicar o que está ocorrendo entre analista e paciente. "O desequilíbrio emocional gerado pela *reverie* é um dos mais importantes elementos da experiência à disposição do analista para obter um sentido do que está acontecendo em um nível inconsciente na relação analítica", e, por essa razão, Ogden (2013, p. 149) a toma como "bússola emocional".

Podemos retomar, aqui, a noção de zona transicional incerta (DE M'UZAN, 2019). Do ponto de vista econômico, temos as oscilações da libido narcísica acontecendo na situação analítica.

> O analista deposita sempre uma parte mais ou menos importante de sua libido narcísica na representação que ele tem de seu analisado, e se esse processo aumenta, constitui uma circunstância favorecedora para a atenção flutuante e para a aparição do sistema paradoxal (DE M'UZAN, 2019, p. 170).

Esse sistema tem semelhanças com o que está sendo discutido como terceiro analítico. O ponto é que, ao passo que a libido se dispersa, concomitantemente temos o que o autor chama de "pensamento paradoxal". Tais pensamentos têm um papel dinâmico, a saber, o pensamento paradoxal, que aqui estamos chamando de *reveries*, e apresenta um "caráter quase profético", ou seja, com "valor de antecipação", possuindo "a particularidade de *anunciar* e *enunciar,* ao mesmo tempo, fragmentos importantes do mundo inconsciente do analisado" (DE M'UZAN, 2019, p. 164, grifos do autor). O analista pode, então, por meio dessas *reveries*,

entrar em contato com tais fragmentos do inconsciente do paciente, ao mesmo tempo em que os simboliza e os anuncia.

O autor também nos faz pensar sobre “traços caracterizando a personalidade do analista”: uma “disposição especial à identificação primária”, “a conjunção de uma fantasia de maternidade” e uma “aptidão à despersonalização” (DE M’UZAN, 2019, p. 170). Esses três traços se referem ao que foi mencionado no capítulo anterior como resíduo funcional. O primeiro é a identificação narcísica de base que vimos, e o segundo alude à estrutura enquadrante. Já o terceiro, a aptidão à despersonalização, gostaríamos de salientar aqui. Porque envolve o analista se retirar “enquanto individualidade habitada por paixões e tendo uma história para dar lugar apenas às capacidades funcionais ativas na ordem da fantasia em vez da atividade lógica do pensamento e que ele alimenta com a sua própria energia” (DE M’UZAN, 2019, p. 165). O que permite a despersonalização é a aptidão criada no início da vida e a economia da libido narcísica. Contudo, o analista tem o seu aparelho psíquico “tomado” pelo paciente, a fim de criar algo novo. Quanto mais a libido narcísica do analista investe na representação de objeto, mais ele é tomado e tem o aparelho psíquico posto a funcionar por meio das *reveries* alimentadas com a sua própria energia. Temos, então, um ponto importante sobre o parasitismo do objeto no sentido de retenção da libido narcísica. A experiência no e do terceiro, portanto, envolve estar disposto à despersonalização e, posteriormente, ao escrutínio analítico.

Outro ponto relevante a ser considerado é a questão da deriva. O uso da *reverie* requer tolerância por parte do analista. Trata-se de tolerar “estar à deriva”. (OGDEN, 2013, p. 148). Esse estado de deriva não está distante da ideia freudiana de atenção flutuante. Flutuar e derivar aludem a essa condição mental de se deixar levar pelos processos psíquicos enquanto escutamos um paciente sem a urgência de síntese nem a pressa de concluir. Estados de atenção e disposição que abrem espaço para o despontar do inusitado e inesperado.

> O fato de a “corrente” de *reverie* levar o analista a algum lugar que, no final das contas, possa ter algum valor para o processo analítico, é uma descoberta retrospectiva que quase nunca pode ser antecipada. O estado de estar à deriva não pode ser desvendado apressadamente (OGDEN, 2013, p. 148).

Devemos tolerar o tempo necessário da simbolização.

Podemos, então, notar, por meio do caso do Sr. G., a complexidade do trabalho do analista, visto que este, como dissemos, procura “conectar, tornar figurável e pensável o material, antes mesmo de desembocar em uma interpretação” (OGDEN, 2013, p. 30). A imaginarização da escuta em relação ao discurso do paciente parece ter ficado ilustrada no referido caso, assim como a sua importância analítica.

4.5 *Reverie* somática

Na Psicanálise contemporânea, o analista não pode tirar o corpo fora. Em nossa língua, essa afirmação pode ter um triplo sentido: o corpo é a única coisa imutável do *setting*; o analista tem responsabilidade ética e moral pelo que se passa nos encontros analíticos; é por meio do corpo que as bases em direção à simbolização se constituem.

Segundo Lemma (2015, p. 1), “o corpo sempre fala”, uma afirmação que sugere que “a tarefa do analista é escutar o que ele expressa ou oculta em seu relativo ruído ou quietude”. Para a autora, “escapar da realidade do corpo invariavelmente envolve uma fuga de um lugar na mente onde pensamento e sentimento são possíveis e, portanto, onde se relacionar com o outro como ‘outro’ é também possível” (LEMMA, 2015, p. 1). No entender de Ogden (2013, p. 150), “não há como ‘pular fora’ dos problemas ao se fazer o esforço de utilizar analiticamente a *reverie*”.

Merleau-Ponty (1962, p. 233) indica, em sua filosofia, que o corpo “opera de acordo com um conhecimento latente que ele tem do mundo – um conhecimento anterior à experiência cognitiva”. Por meio dessa influência filosófica, Lemma (2015, p. 5) aponta que as discussões psicanalíticas devem ir além da “anatomia imaginária” e das representações do corpo em nossa mente com os seus afetos e as suas fantasias associadas, e considerar que “a experiência sentida do corpo está em variados níveis sempre em fluxo”, assim como, nas experiências primárias “de estados corporais e trocas corpóreas com os outros, nós desenvolvemos uma representação de nosso corpo que é mais ou menos duradoura e que contém tanto componentes perceptuais quanto avaliativos”. Isso sugere a importância do contexto intersubjetivo e cocorpóreo em que esse corpo se desenvolve. “A imagem do corpo não é inata, e, aqui, a Psicanálise pode fazer uma contribuição valiosa por meio do

entendimento dos fatores de desenvolvimento e fantasias que estão em jogo na forma e coloração afetiva da representação do corpo na mente" (LEMMA, 2015, p. 5).

Tomando o modelo de Gaddini (1992, p. 111), podemos pressupor um "*self* corporal", cujo desenvolvimento e funcionamento psicológicos podem ocorrer por meio de uma aprendizagem fisiológica anterior e concomitante ao mental. O autor sugere como exemplo o bebê que passa a apresentar uma dermatite atópica recorrente em busca de restabelecer o contato com a mãe, a fim de restaurar a fronteira/limite perdida após o nascimento e/ou a separação, bem como a necessidade da repetição de encontros com a analista, no intuito de garantir essa contenção e continuidade. Ademais, nomeia essas necessidades e outros distúrbios como "fantasias no corpo". Ou seja, "alguns distúrbios mentais são traduzidos em esquemas corporais", fantasias que revelam uma "linguagem concreta, pré-verbal e pré-simbólica", que, "em vez de serem traduzidas em imagens, se traduzem em comportamentos físicos" (GADDINI, 1992, p. 115 e 131). Este último ponto salienta a possível diferença entre as *reveries* da subseção anterior e as desta.

Essas fantasias no corpo são mais primárias do que a anatomia imaginária mais elaborada da neurose. A última nos faz lembrar a comparação de Freud entre as paralisias motoras orgânicas ou histéricas e a representação do corpo. Recorrendo à Janet e à Charcot, Freud destacava uma diferença significativa na avaliação dos casos de paralisia corporal: a histérica, quando tinha uma paralisia da perna, não fazia o movimento de circunvolução característico das paralisias motoras orgânicas. Isso se devia ao fato do desconhecimento da anatomia científica. Freud reconhecia que a histeria toma os órgãos e o corpo pelo sentido popular dos nomes que eles têm. Então, "a perna é a perna até a sua inserção no quadril, o braço é o membro superior tal como aparece visível sob a roupa" (FREUD, 1987, p. 181).

Já as fantasias no corpo, como veremos, remontam a um estágio anterior do desenvolvimento mental, em que perna, quadril e um braço visível sob a roupa não são tão bem demarcados. Parece haver a necessidade de processos elementares na constituição da percepção de si mesmo para a simbolização da separação entre sujeito e corpo, entre o sujeito e o outro. No entanto, esse arcaico parece permanecer como "conhecimento latente do mundo" e "*self* corporal" ao longo da vida, e estar presente na situação analítica, principalmente por meio dos distúrbios que a noção de *reverie* somática pretende abarcar.

Neste momento, portanto, estamos interessados em ilustrar essa noção. Nesta última subseção, veremos a comunicação intercorpórea ou cocorpórea entre analista e paciente. Algo que ocorre na área intermediária e na sua dimensão simbiótica e separada, já discutida anteriormente e que, do ponto de vista do trabalho de simbolização, acaba sendo "o pano de fundo da continuidade que permite a aceitação da diferença" (CIVITARESE, 2016, p. 40). Trata-se de "tensões poderosas" que podem comprometer o enquadre analítico "no mesmo momento em que elas revelam a sua textura" (CIVITARESE, 2016, p. 40). A qualidade dessa comunicação assume, muitas vezes, a forma de uma ilusão somática (OGDEN, 1996), ou contratransferência somática (LEMMA, 2015), e de um entendimento em ato – *"understanding in action*" (CIVITARESE, 2016, p. 46). Um entendimento um tanto diferente das *reveries* da subseção anterior.

As ações da corporeidade e essa proposta de entendimento/simbolização por meio da mesma são os desdobramentos de trabalhos de outros autores. Notamos, nos trabalhos de Freud, as observações sobre as fronteiras borradas entre o eu e o outro e seus efeitos, como foi apresentado anteriormente, o Eu corporal como gerador de protossentidos no início da constituição psíquica de qualquer sujeito. Anzieu (1988), por exemplo, trabalha com a noção de *O Eu-pele.* E, em Ogden (1989, p. 4), podemos encontrar no lugar primitivo da experiência, que ele denomina "patamar 'sensorial'", ou seja, "uma área pré-simbólica da experiência em que a forma mais primitiva de significado é gerada com base na organização de impressões sensoriais".

Dando continuidade nessa linha, veremos, aqui, por meio de pequenas vinhetas clínicas, o conceito de *reverie* somática de Civitarese (2016). Esse conceito carrega, implícita e explicitamente, esses trabalhos anteriores. Trata-se de um conceito suplementar nesse campo intermediário, que leva em conta o "psicossoma" mencionado por Ogden na subseção anterior.

A hipótese é de que as impressões sensoriais são comunicadas por meio das corporeidades na área intermediária. Desde o início dessa relação intercorpórea, essas impressões vão formando o que denominamos anteriormente de hiperobjeto, ou seja, do contato contínuo com o mundo ou o objeto, seja ele indiferenciado ou não, o acumulado das impressões formam um pano de fundo, um estofo ontológico. Podemos também utilizar termos suplementares, como os de Gaddini (1992): "*continuum* funcional", para esse contato contínuo com o mundo/objeto; e "traços

mnêmicos", "memória corporal" e "aprendizagem fisiológica" para as impressões, o seu armazenamento e o retorno/ativação. Esses elementos incorporados, a sujeira, tanto constituem o patamar sensorial quanto permanecem ativos no terceiro inconsciente (conforme vimos no capítulo 3). Mencionamos o caráter ativo desses elementos, porque, uma vez registrados na memória corporal, o corpo dará vida permanente a eles até a morte. E, assim como Freud (2010e, p. 66) afirmava, por meio da ideia de "contrapressão", que as representações quando recalcadas não passavam de vivas para mortas, mas permaneciam ativas no inconsciente recalcado, proliferando no escuro, o mesmo princípio de vida e proliferação deve ser levado em conta com relação a esses elementos sensoriais ou de protossentidos. Lá daquele escuro, eles eliciam gestos, transpassam a mente e podem atingir o outro, promovem uma continuidade para a diferenciação e o pensamento acontecerem, e formam aquilo que é o mais singular em um ser humano, o seu jeito de ser, o seu "idioma" (BOLLAS, 1992).

A citação de Civitarese sobre o pano de fundo da continuidade em direção à aceitação da diferença deve ser vista sob essa ótica, assim como as tensões poderosas (se quisermos, pulsões) e a textura. A textura parece também uma boa metáfora para esse pano de fundo do campo analítico. Só há revelação dessa textura sensorial do campo analítico, por meio das ações que veremos abaixo, se houver duração e constituição de um hiperobjeto.

Podemos definir, sumariamente, a *reverie* somática como "sonhar com o corpo o que está acontecendo, para entrar em contato com a crise e prover uma representação inicial desta" (CIVITARESE, 2016, p. 50). Entrar em contato com a crise é um dos maiores objetivos dela, embora, de modo geral, também possamos fazer uso das impressões sensoriais e das fantasias contratransferenciais correspondentes para compreender o outro sujeito como um todo.

Essa dimensão da clínica e os seus modos de comunicação e simbolização estão presentes desde o início da Psicanálise. Por exemplo, a histeria e a sua conversão para o corpo já traziam, à sua maneira, a implicação de se defender, simbolizar e comunicar por meio do corpo. Ao contrário dos preconceitos que a ridicularizam como mera dramatização, a conversa histérica é, essencialmente, uma fala e escuta do corpo e com o corpo. Uma das passagens dos estudos de Freud sobre a histeria mostra toda a comunicação pantomímica entre ele e a paciente Srta. Elisabeth von R. A anamnese desse caso é clinicamente interessante, em especial

no momento em que Freud examina as pernas da paciente. Nesse exame médico, despontam a sensibilidade de Freud e a dimensão psicanalítica do problema. Primeiro, Freud reconhece o limite, também para o neurastênico, de que “a língua é pobre demais para emprestar palavras às suas sensações”, e, em seguida, começa um relato, que, se retirado do contexto, beiraria o obsceno: quando “beliscava a pele e a musculatura hiperálgica” das pernas da Srta. von R., “seu rosto tomava uma expressão peculiar, mais de prazer do que de dor” (FREUD; BREUER, 2016, p. 196-197). E continua, “Ela soltava gritos, como em meio a cócegas voluptuosas – não pude evitar pensar –, o seu rosto se enrubescia, ela jogava a cabeça para trás, cerrava os olhos, o tronco se curvava para trás” (FREUD; BREUER, 2016, p. 196-197). A intenção não é entrar no caso dessa paciente, mas mostrar que as ações da corporeidade estavam lá desde o início. É impressionante a percepção da volúpia nesse caso, o afeto como indício para a complementação. Ela é o fio condutor de todo o caso, passando por Freud, pelo pai e pelo amante. A referida anamnese nos parece um exemplo de comunicação intercorpórea, levando em conta, principalmente, a parte em que Freud afirma: “as pernas doloridas passaram a ‘participar da conversa’ sempre” (FREUD; BREUER, 2016, p. 213).

Podemos também incluir exemplos clínicos e considerações mais atuais, como as de Ogden (2013, p. 151), por exemplo: “senti uma tensão nos músculos de meu abdômen e experimentei uma vaga sensação de náusea ao ouvir os passos acelerados da Sra. B. subindo rapidamente as escadas que levam ao meu consultório”; assim como em outra passagem: “esses desejos e temores me supreenderam, uma vez que, até aquele momento, eu nunca tinha sentido nenhum tipo de atração sexual ou sensual por ela” (OGDEN, 2013, p. 151). Ou como as de Civitarese (2016, p. 40): “várias vezes tive que me conter para não literalmente tapar meus ouvidos, como se suas palavras estivessem perfurando minha carne e me fazendo sangrar”; em outras ocasiões: “experimentei sintomas de neurose cardíaca devido ao aumento da tensão”; e, ainda, em outros casos: “é o silêncio que faz a pessoa se sentir mantida cativa em uma camisa de força insuportável ou presa em um espaço claustrofóbico, atemporal” (CIVITARESE, 2016, p. 40). Já Lemma (2015, p. 114-115) aponta para os apetrechos do *setting* e a aparência do analista:

> [...] a maneira que a sala é decorada pode trazer sentimentos de zelo e fantasias de ser cuidado, ou o contrário: um paciente pode sentir que a sala é muito “vazia”, o que pode gerar uma fantasia que o analista está privando o paciente; [...].

“O jeito que ela [analista] senta na cadeira, respira, se move na sala, fala, se veste etc.”; “nossos acenos ou olhares enquanto cumprimentamos o paciente ou o jeito que levantamos no final das sessões são parte dos rituais ou parâmetros de enquadramento incorporados como ‘constantes’” (LEMMA, 2015, p. 115).

Nesse sentido, na situação analítica, os elementos sensoriais, estéticos e sensíveis podem gerar fantasias corpóreas (*embodied phantasies*) (BRONSTEIN, 2013). Tais fantasias podem ser comunicadas de uma maneira não verbal, podendo “provocar poderosas respostas contratransferenciais somáticas no analista” (LEMMA, 2015, p. 115).

Veremos, por meio dos casos clínicos a seguir, que essas sensorialidades e as suas fantasias transferenciais-contratransferenciais correspondentes – sobretudo nas primeiras sessões com um paciente – podem constituir o que Ogden (1992) chamou de “conto preventivo (*cautionary tale*)” e o que Lemma (2015) chamou de “contraparte somática”. A saber, pela apropriação da última autora, trata-se das “narrativas interpessoais que o paciente traz na primeira sessão que comunicam as ansiedades inconscientes do paciente em desenvolver um relacionamento com o analista”. De maneira geral, a sugestão é que “a narrativa não verbal comunicada sensorialmente, através do relacionamento do paciente com o espaço físico e com o corpo do analista, impacta o analista, e é um elemento central do conto preventivo” (LEMMA, 2015, p. 116). Devemos lembrar, por meio do caso anterior, que a *reverie* pode também ser um estado emocional envolvendo sensações somáticas, como vimos, uma “bússola emocional”.

4.5.1 O caso Sra. D.

Antes de apresentar a paciente, Lemma (2015, p. 116, grifo nosso) escreve a seguinte frase: “a importância da contratransferência somática foi vividamente *trazida para casa comigo* em meu trabalho com a Sra. D.”. E, então, começamos a descobrir que a Sra. D. é uma mulher de 28 anos, inteligente, atraente e profissionalmente capaz. No entanto, muito prejudicada emocionalmente. Por longos períodos, teve distúrbios alimentares que variavam entre anorexia e bulimia relativamente severas. A paciente era a mais velha das irmãs, a outra era bem mais nova. Sua mãe morreu quando ela estava mais para o final da adolescência, em decorrência de um tumor agressivo que se expandiu rapidamente. Seu pai era um

homem irascível e que bebia muito. A paciente descrevia uma infância feliz até a morte da mãe. Seu relacionamento com a mãe era bem próximo, pois se tratava de alguém que “a compreendia ‘perfeitamente’” (LEMMA, 2015, p. 116). Quando ela iniciou a análise, estava em um relacionamento longo com um homem, porém insatisfatório.

Retomando o conto preventivo e a contratransferência somática, Lemma (2015, p. 116) fará questão de descrever a primeira sessão com a Sra. D. enfatizando esses aspectos. “Quando a Sra. D. entrou em minha sala pela primeira vez, ela parou na porta e olhou ao redor cuidadosamente, e então ela virou para mim e me escaneou com seus olhos”. A analista se mostra desconfortável, porque se sentiu invadida com aquela ação “intrusiva de alguma forma e [que] me deixou me sentindo pouco à vontade em meu corpo”. Em seguida, descreve a paciente indo em direção à cadeira e as suas impressões de como o corpo dela parecia carregar um excesso de peso para uma estatura pequena. Algo que fez a paciente parecer “até menor do que ela era, como se ela tivesse sido esmagada pelo seu peso”. Ela estava um pouco acima do peso, mas parecia mais pesada, como se estivesse sendo vergada por algo pesado. A paciente também apresentava movimentos lentos, algo que fez a analista ter a impressão de que andava parada, “como se seu corpo tivesse preso a uma corda puxando-a de volta à posição inicial” (LEMMA, 2015, p. 116).

A Sra. D. não se sentou na cadeira, “ela afundou nela”. Ela “se dissolveu em um amontoado físico amorfo, de tal modo que era difícil distinguir o seu rosto do resto do corpo ou da cadeira”. A paciente falava de uma maneira muito lenta e moderada, o que deixou a analista bastante atenta e percebendo como a sua própria respiração “ficava rasa ao ouvi-la”. Ademais, a Sra. D. parecia concordar com tudo o que a analista dizia, mas de uma maneira não convincente. A analista estava ciente de que, quando ela, a analista, “falava, o volume de minha voz diminuía”. Como se a sua voz fosse se transformando em um murmúrio enquanto as suas palavras se encontravam com as “inalações frequentes, altas e bem profundas” da paciente. A analista diz: “Minha voz se fundiu com a respiração dela e desapareceu” (LEMMA, 2015, p. 116).

As inalações eram irritantes e desconcertantes e tinham uma qualidade sufocante. A analista diz ter escrito em suas notas clínicas: “‘minhas palavras são

sugadas para dentro do vórtice da respiração dela'". Todavia, algo como índice é extraído dessas impressões:

> Fui, portanto, alertada, desde o início, para uma *dificuldade em torno da diferenciação* que se manifestou de *forma muito concreta* através de sua *relação com o ambiente físico*, em como *ela se fundiu fisicamente com os móveis* e na *minha experiência claustrofóbica visceral* de ser atenuada e sufocada pela respiração (LEMMA, 2015, p. 116, grifos nossos).

Além disso, a analista diz que, embora a paciente falasse de uma maneira suave e concordasse com praticamente tudo, era possível ter um senso da "agressividade que está por detrás dessa fachada e da atração por algo morto e difícil de alcançar dentro dela" (LEMMA, 2015, p. 116). Portanto, o acordo entre ambas era imperativo, ao passo que a exposição da diferença poderia ser perigosa.

Essa descrição do primeiro encontro e das impressões da analista procura ilustrar a importância das impressões sensoriais e as fantasias contratransferenciais correspondentes. Assim como o "escrutínio analítico" feito pela analista dessas impressões e fantasias parece indispensável na construção de uma avaliação psicopatológica da paciente. A descrição de Lemma ocorre em um intercâmbio entre o que ela observa na paciente e o que sente e percebe em si mesma. A qualidade e o movimento do olhar da paciente, o sentimento de estar sendo invadida, a impressão visual que a analista tem da forma como a paciente senta e é percebida com indistinção entre o corpo e a cadeira, a sucção de sua voz para dentro de um vórtice e a sensação de sufocamento por parte da analista são exemplos de como as impressões podem gerar *reveries* somáticas nesta última. Discutiremos isso mais a fundo ao final da subseção.

Como a intenção é dar relevância ao conceito de *reverie* somática, e não discutir os pormenores de um caso clínico, traremos, a seguir, algumas passagens do caso que estejam de acordo com esse escopo. Caso contrário, o texto ficaria muito extenso e poderíamos fugir demais da ideia desta subseção. Essas passagens abarcam os dois primeiros anos de atendimento e os impactos que um corte de cabelo da analista teve na paciente. Talvez seja suficiente para o leitor ter uma ideia sobre o assunto.

A maneira como a paciente sempre permanecia imóvel na mesma posição fazia com que a analista se lembrasse de "um cadáver deitado em um caixão". Era como se, nos longos silêncios desses dois primeiros anos, ambas "respirassem o ar da morte". A analista dizia perceber

> [...] que bocejava com frequência e que isso, por sua vez, tinha uma espécie de qualidade envelopante e imóvel – uma reação somática que poderia ser entendida como uma forma de me isolar dela, retirando-me para uma espécie de casulo narcisista sensorial (LEMMA, 2015, p. 117).

Algo que indicava para a analista o quanto a própria paciente se envelopava e permanecia também inerte, como se pudesse parar o tempo, e, assim, a "perda e a separação pudessem então ser evitadas" (LEMMA, 2015, p. 117). O casulo narcisista sensorial, ao passo que é a defesa da analista, é um espelhamento da defesa da paciente. Veremos que o conceito de identificação não se aplica neste caso; aqui, parece estar presente o conceito de imitação de Gaddini (1992).

Às vezes, a analista tinha dificuldades para escutar o que a paciente dizia e se percebia bastante inclinada em sua cadeira para ouvi-la, a ponto de ter que se segurar para não cair. "Isso me alertou para a minha necessidade urgente de 'agarrar-me' à minha cadeira/papel analítico, como se o que ela estava expondo criasse alguma resistência em mim". Entretanto, isso fez com que a analista pensasse "sobre a forte corrente homossexual que estava presente em nosso relacionamento, como se ela estivesse me atraindo para o divã com ela, onde ela poderia ser uma comigo" (LEMMA, 2015, p. 117). A Sra. D. dividiu a cama com a mãe até completar 10 anos de idade. A mãe costumava brigar com o pai e a Sra. D. fechava a porta do quarto e ficava com a sua mãe até a mesma se recompor. Elas ficavam deitadas juntas e abraçadas. No final da descrição deste caso, ficamos sabendo que a mãe da Sra. D., às vezes, "tocava em sua vagina" (LEMMA, 2015, p. 117).

Segundo a analista, esses pensamentos sobre a corrente homossexual e a sensação de ser trazida para o divã e "ser uma" com a paciente foram "pensamentos que permaneceram em minha mente [e] que pareciam importantes de conter e não interpretar prematuramente" (LEMMA, 2015, p. 117). Temos, aqui, a questão de "estar à deriva", como mencionado no caso anterior. Contudo, o ponto é que a atração sentida em conjunto com as ideias contribuiu para a significação do que estava acontecendo entre elas.

De acordo com Lemma (2015, p. 117), "processos simbióticos não são fáceis de suportar e, invariavelmente, levam a *enactments* e impasses para os quais contribuem tanto o inconsciente do paciente quanto o do analista". Nós veremos mais essa faceta das atuações da *reverie* somática nas últimas duas vinhetas

clínicas desta subseção. Aqui, a analista tinha a sensação de que não havia transferência e "não havia 'entre nós', porque isso pressupõe um espaço, alguma separação ou diferenciação entre o eu e o objeto". A realidade da separação que a Sra. D. não podia tolerar. Era como se a paciente se relacionasse com a analista como se a última fosse "parte da mobília na sala", ou seja, "não apenas que a mobília foi experimentada às vezes como uma extensão do meu corpo, mas também que meu corpo *era* uma mobília" (LEMMA, 2015, p. 117, grifo da autora).

A paciente achava reconfortante que a sala era sempre a mesma e a analista era sempre a mesma. Porém, a analista menciona não saber o que ser a mesma significava para a paciente. A essa altura, a Sra. D. "parecia responder melhor às intervenções que descreviam seus estados de espírito, sem fazer ligações explícitas com a transferência" (LEMMA, 2015, p. 117). Aqui, o "mesmo" parece ser a reivindicação de *continuum* funcional.

A analista descreve, então, alguns momentos de ruptura no que seria a "invariância da estrutura incorporada em sua economia psíquica" (LEMMA, 2015, p. 118). Por exemplo, quando a paciente expressou facialmente um semblante de confusão e disse, logo depois, que a analista parecia diferente. De acordo com a analista, isso se deveu ao fato de que ela, a analista, estava usando uma "camisa colorida" naquele dia. Algo que parecia ter tido uma conotação promíscua para a paciente, devido ao predomínio de alguma cor específica. Fato que se tornava "uma evidência de minha vida separada dela". E, então, Lemma (2015, p. 118-119) afirma que

> [...] ela parecia estar me comunicando que eu deveria me estabelecer e me casar com ela. Enquanto ouvia, comecei a me sentir curiosamente contraída pelo cós da calça que estava usando – uma reação contratransferencial somática que poderia ser entendida como uma resposta à minha experiência na transferência da colonização da Sra. D. do meu corpo.

Uma reação parecida da paciente também ocorreu, quando, certo dia, a analista estava gripada e tossindo muito. A paciente dizia que a voz da analista estava diferente e que não era realmente ela. Assim como, por fim, quando a analista relata um evento sobre a mudança de aparência estética, quando fez um corte de cabelo. A paciente, assim como na primeira sessão, entra na sala e fica olhando para o rosto da analista. E a analista relata uma reação psicossomática: "Significativamente, me senti muito confusa e desorientada, experimentando uma sensação peculiar de tontura, como se tivesse me levantado de repente" (LEMMA,

2015, p. 120). De qualquer modo, esse corte de cabelo promove um avanço na análise da Sra. D.

E finalizamos a apresentação deste caso com esta última passagem:

> Acrescentei que qualquer mudança em mim a desestabilizava e a deixava exposta em sua mente a algo muito assustador e confuso. A Sra. D. acenou com a cabeça novamente e disse que não podia falar sobre "isso". Eu não tinha certeza do que ela queria dizer com "isso", mas não parecia oportuno pressioná-la. Aqui, pela primeira vez, senti que meu corpo e sua mudança de aparência poderiam ser usados para começar a se aproximar de sua experiência, mesmo que ainda não pudesse ser verbalizada (LEMMA, 2015, p. 121).

Podemos notar o quanto foi necessária essa troca cocorpórea entre analista e paciente, ora em um estado fusional, ora mais separado, em que a comunicação ocorreu em um nível pré-simbólico, no qual predominavam as impressões sensoriais. Podemos também descrever essa troca por meio da expressão "comunicação direta" (WINNICOTT, 2019). A condição mental da Sra. D. e a sua crise emocional envolvendo as experiências com a mãe e a sua morte participavam dessa comunicação por um meio diferente do da comunicação mediada por palavras. A discussão psicopatológica deste caso fugiria de nosso escopo, como os distúrbios alimentares e a sua sexualidade, por exemplo; estamos mais interessados nos movimentos intersubjetivos desses relatos, e, assim como no caso anterior, a ênfase maior foi sobre as *reveries*.

A Sra. D. tinha dificuldade em reconhecer que havia "*dois* corpos separados" (LEMMA, 2015, p. 122, grifo da autora). Os momentos de mudança no *setting* e a percepção dessas mudanças pela paciente geraram confusões e crises, mobilizando "fantasias e ansiedades primitivas enquanto a simbiose (seu *setting*) era interrompida e trazida à luz" (LEMMA, 2015, p. 122). A fim de compreender a expressão "seu *setting*", devemos incluir nessa discussão uma ideia de Bleger (2012) e retomar o que foi mencionado por meio do paninho sujo acerca da sobrevivência do objeto transicional.

A expressão "seu *setting*" aponta para a não dissociação, *a priori*, entre sujeito-ambiente ou sujeito-objeto. Seria errado pressupor um corte cartesiano entre a Sra. D. e o ambiente da analista. Segundo Bleger (2012, p. 228, grifo do autor), a situação analítica é constituída por um "*processo*" e um "*setting*" dentro do qual esse processo ocorre. Para o autor, o *setting* seria um "não processo", a saber, "as constantes dentro do enquadramento em que o processo ocorre" (BLEGER, 2012, p.

228). Nas palavras de Lemma (2015, p. 112), “o *setting* é, então, o pano de fundo em que o processo analítico se desenrola”. Assim sendo, parece que o pano de fundo seria formado pelas “constantes”. As constantes, podemos supor, são a sujeira dos reiterados encontros no domínio ontológico e transicional com o objeto. Essas experiências que são vividas pelo sujeito como contínuas produzem um “patamar sensorial” necessário para que o sujeito possa chegar ao uso do objeto. Algo que estava presente na citação de Civitarese (2016, p. 40) no início desta subseção acerca do “pano de fundo da continuidade que permite a aceitação da diferença”. No entanto, é importante considerar que, mesmo que surja a aceitação da diferença, as constantes permanecem.

Bleger presume que o *setting* serve de depósito para a simbiose do paciente. E apenas quando há uma interrupção do *setting* é quando a simbiose se torna exposta. Na visão do autor, podemos cogitar uma posição subjetiva em que o eu ainda não se diferenciou do objeto, assim como a que Ogden propõe com a posição autista-contígua. Tanto Bleger irá conjecturar um núcleo psicótico da personalidade, que, mesmo depois da maturidade, persistiria nas organizações psíquicas, quanto Ogden pressupõe que a posição autista-contígua permanece operando em um intercâmbio com as posições esquizoparanoide e depressiva. Essa posição subjetiva experimenta a realidade de uma maneira indiferenciada. Portanto, essas elaborações teóricas geram implicações técnicas.

É como se estivéssemos, mais uma vez, visitando esse lugar da amorfia aludido anteriormente. Winnicott propunha retornar a ele por meio da regressão à dependência, a fim de reparar a falha ambiental. O objeto e a sua capacidade transformacional poderiam alterar na matriz, tal como mencionado no caso do Sr. C., por meio da reflexividade. A Sra. D., inclusive, parece amorfa ao se sentar na cadeira, segundo a observação da analista. É como se o núcleo psicótico, a simbiose e o estado de indistinção, digamos, a qualidade da área, estivesse sendo vista pela analista. Algo que, de fato, se torna um indício importante para a analista tomar algumas decisões técnicas, como, por exemplo, não discordar tanto da paciente e descrever mais os seus estados de espírito do que interpretar, como se não houvesse transferência.

O fato é que, ao tratar esses pacientes, percebe-se “como o corpo do analista está sendo inconscientemente usado pelo paciente”, e, por isso, devemos

considerar que há um *setting* corpóreo envolvendo “níveis sensoriais pré-simbólicos de experiência” (LEMMA, 2015, p. 113).

Essa forma de trabalhar requer que “o que é projetado no corpo do analista seja representado primeiro na mente do analista, onde pode precisar ser contido por algum tempo antes que possa ser apresentado ao paciente” (LEMMA, 2015, p. 123). Tanto a questão da deriva quanto o trabalho psicossomático do analista são cruciais nesse processo. Isso é importante na medida em que toca na economia psíquica do paciente. No caso Nir, mencionamos as necessidades do Eu e os modos de presença do objeto. O ponto é semelhante, se levarmos em conta que a capacidade de simbolização fica prejudicada quando há um excesso pulsional. A função da paraexcitação no caso Nir, por exemplo, levou em conta a economia psíquica do paciente, ao tentar conter o terror por meio do limite intersubjetivo. A Sra. D. se encontra em situação semelhante; se houver um excesso de realidade de separação como a que a morte da mãe representa, a capacidade de simbolizar e elaborar a autonomia do objeto ficariam prejudicadas. As primeiras mudanças mostram que a Sra. D. se torna reativa e se retrai emocionalmente diante da evidência da vida separada que a analista tem.

Retomando a ideia do conto preventivo (*Cautionary tale*), por exemplo, podemos entender que, de maneira geral, essas memórias e impressões “contribuíram para a evolução da imagem em minha mente das relações objetais da Sra. D. e o que poderia estar acontecendo entre nós” (LEMMA, 2015, p. 119). Com o adendo do medo da separação envolvido nas primeiras relações com a analista, assim como nas subsequentes.

Civitarese (2016, p. 50), como citado no início, diz que a *reverie* somática é “sonhar com o corpo o que está acontecendo, para entrar em contato com a crise e prover uma representação inicial desta”. Vale lembrar que, no capítulo anterior, falamos, sob a égide do terceiro inconsciente, de uma terceira categoria mental, a qual seria o inconsciente inacessível. A saber, nesse inconsciente inacessível, “os traços mnésicos mais arcaicos, incluindo aqueles relacionados aos traumas mais antigos, podem ser registrados apenas de forma não representacional” (CIVITARESE, 2016, p. 8). Isso nos levou a questionar como essas memórias poderiam ser evocadas no *setting* analítico. E uma das formas parece ser a da *reverie* somática.

De acordo com Civitarese (2016, p. 9),

> [...] déficits representacionais conectados com traumas pré-verbais que geram núcleos autistas ou psicóticos na personalidade do paciente 'forçam seu caminho' em direção a um estágio de pré-representabilidade via identificação projetiva, ação e *enactments*.

Segundo o autor, esses pacientes "falam 'semioticamente'", ou seja, diferentemente das memórias reprimidas, esses traumas surgem como "distúrbios no *setting*", algo que leva à necessidade de *reverie* do analista como meio de "acessar as áreas negativas da mente" (CIVITARESE, 2016, p. 9).

A elaboração de Gaddini (1992) sobre esses movimentos corpóreos primários é interessante. Para esse autor, a imitação precede a introjeção e a identificação. E a "fala fisiológica" precede a semiótica. A saber, a imitação é um processo primitivo que cria a percepção. Trata-se de uma comunicação e identidade imitativas entre bebê e mãe, que ocorrem no período do nascimento até os seis meses de vida. Durante a fase de não integração do Eu, esses processos também podem funcionar como um mecanismo de defesa. É como se o sujeito pudesse se utilizar da imitação, a fim de evitar a consciência da separação do objeto. Ao imitá-lo, recriaria uma espécie de senso de fusão e ilusão de não separação, protegendo-se, assim, tanto da angústia de separação quanto da introjeção de diferentes elementos. Dessa forma, a imitação precederia a identificação, já que se trata de uma relação predominantemente simbiótica entre sujeito e objeto. Portanto, o autor pensa em uma fala fisiológica justamente por levar em conta uma espécie de comunicação corpórea imitativa e não semiótica. Tal processo e defesa parecem estar presentes nos movimentos e obstáculos do caso apresentado.

Para restabelecer o movimento, o processo de simbolização teria que "passar pela capacidade do analista de manter a faculdade da imaginação, mas, antes disso, pela capacidade de *reverie* sensorial: não pensar ou fantasiar, mas recoletar e experienciar a sensação interna" (CIVITARESE, 2016, p. 41). Portanto, para o autor, "a necessidade é sonhar no corpo (ou, melhor, no 'campo somático')" (CIVITARESE, 2016, p. 41). Com a ressalva de que corpo e campo somático, de acordo com a perspectiva de Bleger e Lemma, tratam da mesma coisa, ou seja, da cocorporeidade. Sonhar e fornecer uma representação inicial da crise.

> Essa representação por si mesma proporcionando a salvação virtual. Em termos do modelo de Bion do campo analítico, *reveries* somáticas (ou melhor, *reveries* corporais – ou seja, aquelas sem conteúdo representacional imediato ou qualidade perceptiva) são uma forma de provocar transformações iniciais na direção do pensamento (CIVITARESE, 2016, p. 41).

Para finalizar, descreveremos algumas passagens de Civitarese para ilustrar o fenômeno em questão. Porém, a ênfase estará mais sobre as ações motoras, as ações simbólicas e as respostas agidas do analista.

Civitarese (2016) apresenta algumas vinhetas clínicas para ilustrar o conceito de campo corpóreo e *reverie* somática, enfatizando a comunicação intercorpórea na análise, a ligação simbiótica e o sonhar com o corpo. Acreditamos não ser necessário trazer todas elas para esta discussão, e, portanto, optamos por apresentar apenas dois pequenos casos: “Bebendo no espelho” (“*Mirror drinking*”) e “Na janela” (“*At the window*”).

4.5.2 Bebendo no espelho

Neste primeiro caso, a descrição de Civitarese é pantomímica. É como se analista e paciente estivessem engajados em uma dramatização ritualística envolvendo os mesmos comportamentos. O autor começa assim: “ela sempre chega no horário”; por ser a primeira sessão do dia, a paciente às vezes o espera na rua. Antes de começar o trabalho, “esse encontro agora se tornou parte de nosso ritual”. O ritual continua, “eu pego o elevador e ela sobe de escada”, desse modo, “mimetizamos um encontro”; depois de uma “separação fugaz”, uma “reunião feliz”. Eles entram no aposento e depois na sala de consulta. “Ela se senta no sofá, tira uma garrafa de água mineral de sua bolsa, bebe e depois deita”. O analista nota que ele também sempre teve uma garrafa de água, mas, para a sua “profunda surpresa”, é apenas após ter feito isso “inúmeras vezes automaticamente” que ele também dá “um gole, ‘como se estivesse em um espelho’, ao mesmo tempo que ela [a paciente]” (CIVITARESE, 2016, p. 45).

Esse gole de água espelhado, comportamento que poderia ser entendido como uma “ação banal (ou, se preferir, um *enactment*), é, de repente, carregado com muitos outros significados” (CIVITARESE, 2016, p. 45). Portanto, de ação banal, passa a se tornar uma ação simbólica. Após essa surpresa, o analista começa a entender algo que há bastante tempo vinha deixando-o desesperado; o que ele opta por chamar de “o elemento de conversa fiada/papo furado (*empty small talk*)” é, para a paciente, essencial. O autor elabora esse ato como “parte de uma situação de espelhamento que precede qualquer passo possível em direção à diferenciação” (CIVITARESE, 2016, p. 45).

Nota-se a importância da condição simbiótica do espelho para um futuro diferente. Assim como o que foi discutido anteriormente por meio da identificação narcísica de base, os neurônios-espelho e o modelo da epigênese interacional, Civitarese reconhece que essa pantomima não é qualquer coisa, não é banal, nem a considera algo obsessivo, mas a compreende como necessária para a paciente. De acordo com esses outros modelos, o autor diz se tratar de um "tipo de 'uníssono sensório e físico (como sendo um no mesmo corpo)'", experiência que seria "necessária enquanto base para um uníssono mais emocional e consciente" (CIVITARESE, 2016, p. 45). Próximo da equação freudiana do capítulo anterior, Eu + Tu = Um, o autor questiona: "existe uma fronteira nítida entre os níveis físicos e simbólicos e entre sujeito e objeto?", e, baseando-se em Bion, irá supor que somos parte de um "'sistema protomental'", cujas fronteiras ou barreiras são permeáveis (CIVITARESE, 2016, p. 46). Essas passagens envolvendo "um no mesmo corpo", espelhamento-diferenciação, parecem ilustrar bem o paradoxo da vivência no e do terceiro que temos visto ao longo do capítulo.

Essa pantomima não está tão distante do *fort-da* do neto de Freud... Quantas vezes é preciso jogar o carretel para inscrever e suportar a separação e a ausência da mãe? Que tipo de implicação técnica tem quando não é o jogo solipsista do iô-iô, mas um *peekaboo* entre analista e paciente? Cadê o analista? Achou!

De qualquer maneira, essa brincadeira inconsciente, por meio de ações banais e simbolizantes, faz parte do conceito de *reverie* somática. Sonhar com o corpo significa estar permeável para ir fazendo esse trabalho protossimbólico na condição de objeto primário simultaneamente unido e separado, seja através desses comportamentos em espelho ou dessas ações sincronizadas. Diferentemente de uma *reverie* comum, nem sempre serão imagens surgindo a partir do terceiro, mas comportamentos mestiços. A proposta winnicottiana permanece, e, neste caso, não se deve perguntar de quem é o comportamento.

4.5.3 Na janela

Por fim, o último caso é o do menino que olha pela janela com o analista. O menino Mario tem 11 anos e foi adotado quando era bem pequeno. Ele sabe que os seus pais são adotivos e é "obcecado pela ideia de trombar com a sua mãe 'real' na rua". Para se acalmar de sua ansiedade, em casa, ele costuma "arranhar a sua pele"

e fazer “cortes sérios nos braços”. A ideia de “conversar com um doutor” partiu do próprio menino, e a terapia passou, já de início, a produzir um certo alívio. Assim como a outra paciente, Mario está sempre no horário. Todas as vezes que ele chega, os seus pais o deixam na porta. E, assim, no final de cada sessão, “junto com o analista, ele olha lá fora pela janela para ver se já há alguém o esperando”. O paciente diz que os pais não tocam a campainha para não incomodar (CIVITARESE, 2016, p. 46).

Segundo Civitarese (2016, p. 46, grifo do autor), “esse é outro exemplo de como a maneira de fazer as coisas, que se tornou um *hábito*, adquire um amplo leque de significados”. A simplicidade do gesto e a sua espontaneidade são, para o autor, exemplos do que, no início, foi descrito como entendimento em ação (understanding *in action*) “de um elemento essencial na vida emocional do campo analítico” (CIVITARESE, 2016, p. 46). Na condição de apoio e testemunha, o analista vive com o paciente esse “corte” do deixar e buscar e os cortes de sua pele. Ao olhar para fora com o menino, era como se o analista estivesse “acompanhando Mario em espírito enquanto ele perambula pelas ruas esperando que um dia o olhar da mãe e o seu irão se encontrar e ele será capaz de ler nos olhos dela uma explicação possível para o seu sofrimento” (CIVITARESE, 2016, p. 46).

Essa posição clínica tem sido reforçada por Eshel (2020) ao longo de seus trabalhos, inclusive este último, cujo conceito cunhado pela autora é o de “*withness*”. É um neologismo e trocadilho na língua inglesa, entre a preposição *with* (com) e a palavra *witness* (testemunha). Em português, podemos deduzir algo como estar como testemunha, junto com o paciente, de seu sofrimento, “presenciando”, ao passo que esse “junto” comporte o *status* paradoxal da área transicional.

Podemos retomar aqui a ideia da sujeira, enquanto “*testemunha e sobrevivência daquela fase de formação em que sucedeu o amálgama*, tão importante para a vida” (FREUD, 2011b, p. 172, grifo nosso). Vale retomar os três pontos da ideia: o resíduo é a testemunha, a energia dá vida aos resíduos, e as representações precisam dos resíduos. O resíduo da separação e adoção, ao passo que é testemunhado, é vivido por apoio no analista-testemunha. Ele é um não dito e um não respondido (por que minha mãe me deixou?), que, devido à sua viscosidade, se torna uma atuação conjunta em busca do *amálgama*. Os indígenas dizem que a alma é nosso reflexo no olho do outro. O analista e o paciente olham

juntos pela janela da alma. Ver com o analista se há alguém o esperando é a versão atenuada de uma experiência original. É uma busca vital.

Influenciado pelos trabalhos de Stern sobre a observação de crianças, Reis (2018, p. 130) retoma a concepção de "estar-com (*Being-with*)" na situação analítica. Alinhado com a ideia que vimos de testemunhar-com de Eshel, inclusive mencionada pelo autor, em sua forma mais elementar, a concepção de estar-com "tem a ver com incorporação". As maneiras de se relacionar que uma criança incorpora ao longo de sua constituição por caminhos não verbais e a maneira de estar-com o outro. Trata-se de "formas não conscientes de vir a conhecer alguém (*one's self*) através do jeito que esse alguém experiencia ser conhecido" (REIS, 2018, p. 134). Modalidade aplicável para ambos na situação analítica. Desse modo, o uso clínico que o autor faz dessa concepção é o mesmo que o de Eshel, o de acompanhar e testemunhar por meio do terceiro.

Para os eventos analíticos descritos nestes casos, Civitarese propõe o conceito de *reverie* somática. Tanto os hábitos quanto as rupturas do enquadre são vistos como produzidos pelo terceiro e resultantes de sincronizações e crises nesse mesmo campo analítico. O corpo do analista é imprescindível para tanto. Essas atuações corpóreas são entendidas pelo autor como transformativas e portadoras de sentido, "o corpo pensa". Olhar pela janela com o paciente adquire toda essa conotação quando vivida nesse contexto analítico.

Devemos construir um modelo em que, para a tarefa de simbolização ocorrer, há a exigência de "uma conceptualização tanto da comunicação não verbal quanto da verbal, incluindo a parte não verbal contida na verbal, e que geneticamente precede o estabelecimento de um ego e de capacidades autorreflexivas" (CIVITARESE, 2016, p. 50). Segundo o autor, "como essas vinhetas mostram, nós 'interpretamos' o paciente [...] com o nosso conhecimento procedural e implícito também, que não é redutível a palavras, conceitos ou representações" (CIVITARESE, 2016, p. 50). Estas seriam, então, "interpretações vivas". No início, elas começam a acontecer sem reflexão, mas, "talvez mais tarde, se tornam conscientes". O analista questiona "o que o corpo pensa?". E então responde: "Em todo o seu ser e em todo momento ele pensa e transforma a emoção primária que nasce da fricção com a realidade". Trata-se de metáforas complexas originadas na corporeidade. "Se o pensamento onírico do inconsciente se torna a poesia da mente, então a ação é equivalente à *performance* do artista" (CIVITARESE, 2016, p. 50).

Estes últimos casos ressaltam a dimensão ontológica da Psicanálise, tanto por levar em consideração as impressões sensoriais e as suas trocas interobjetivas, intercorpóreas/cocorpóreas quanto pelo movimento que envolve o *ser* e o *se tornar.* No entanto, permanece a intenção psicanalítica de transformar esses elementos protossimbólicos em simbólicos. Nesse campo intercorpóreo das sessões, “as ações (*agieren*) são consideradas portadoras e produtoras de significado, uma vez que estão embebidas no universo semântico. E, no contexto analítico, elas adquirem, também, um potencial interpretativo” (GETLINGER; COELHO JUNIOR, 2019, p. 14).

A *reverie* somática e o entendimento em ação apontam tanto para o potencial interpretativo ou interpretações vivas quanto para o que Bach (2016) descreve como um viver através mutuamente (*mutual living through*). A resposta agida do paciente e a resposta agida do analista passam por essa comunicação implícita e inconsciente, que acaba, por vezes, em uma elaboração sobre o que está acontecendo entre analista e paciente, ao passo que são, durante a experiência analítica, uma intervenção em si.

5 CONCLUSÕES E PROPOSTAS

Após todo esse percurso, gostaríamos de retomar os principais pontos desenvolvidos nesta tese.

Este trabalho procurou compreender a noção de terceiro sujeito da Psicanálise. Trata-se de uma noção da teoria psicanalítica que remete aos movimentos intersubjetivos entre analista e paciente na matriz transferencial-contratransferencial. Tal noção se situa em uma base de tradição envolvendo conceitos de outros autores em um terreno epistemológico plural.

Ao introduzir a noção de terceiro sujeito por meio das concepções de Ogden, nos deparamos com um primeiro objetivo deste estudo: (1) a necessidade de construir um quadro de referências ou uma matriz epistemológica para a sua elaboração. Por meio da ideia de objeto vivo da teoria, consideramos o "estado vivencial básico" entre analista e paciente como atravessado pela transferência-contratransferência e marcado pela continuidade e vitalidade da clínica e da teoria, bem como retraçamos alguns modelos de Psicanálise para chegar a um modelo contemporâneo, o terceiro modelo, que parece oferecer o quadro de referências adequado para a elaboração de uma área intermediária e do terceiro sujeito.

Depois de percorrer os três modelos, podemos concluir que o desafio deste modelo contemporâneo de Psicanálise é o de reunir, dialeticamente, os dois modelos anteriores, o modelo freudiano pulsional e o pós-freudiano relacional. E a sua característica central é a da superação do dualismo sujeito e objeto/outro, assim como a sua especificidade metapsicológica é a indissociabilidade do par pulsão e objeto. Tal superação e indissociabilidade propõem que, do ponto de vista dinâmico, devemos cogitar tanto sujeito e objeto quanto pulsão e objeto em constante tensão dialética.

Podemos concluir que o realismo ingênuo do primeiro modelo, a saber, o dualismo realidade psíquica e realidade física, nos impede de conceber outras formas de realidade, como a realidade do campo analítico proposta pelo casal Baranger, por exemplo, assim como a realidade transicional da área intermediária de Winnicott, visto que, em ambos, não há uma demarcação clara entre as duas realidades. Embora no atendimento de neuróticos e no modelo pulsional, ao tomarem o domínio intrapsíquico como um objeto de conhecimento, as suas

elaborações do inconsciente por meio dos conflitos entre pulsões e defesas tenham contribuído para a criação da Psicanálise e para a Psicologia como um todo, as suas elaborações acabaram levando aos riscos do solipsismo. Como resumido por Coelho Junior (2015a, p. 177), esse modelo “se convencionou chamar de *one body psychology* da teoria clássica, a concepção solipsista, que colocaria o mundo intrapsíquico como o foco central das investigações psicanalíticas”. Por ser um modelo orientado pela motivação pulsional e pelo intrapsíquico, o quesito interpessoal ou as implicações do objeto em relação ao pulsional tiveram menos ênfase em seu desenvolvimento. Desse modo, os elementos contratransferenciais, as diferentes qualidades de presença do analista e os seus movimentos subjetivos foram concebidos, na maioria das vezes, como obstáculos a serem evitados.

Os atendimentos de crianças e de pacientes psicóticos, principalmente pelos pós-freudianos, como Melanie Klein e Winnicott, como vimos, foram levando à necessidade de construir uma teoria que desse ênfase e levasse em conta o papel das relações objetais. Pelas constantes evidências clínicas, foi possível, para esses autores, notar que, do ponto de vista etiológico, muitos adoecimentos psíquicos ocorriam em uma fase inicial da vida, em um período pré-edípico. A saber, nos primeiros anos de vida, ocorriam traumatizações em que a participação do objeto era fundamental. Concomitantemente ao terceiro edípico e à ênfase no Pai, passou a existir, então, um retorno à Mãe (PHILLIPS, 2016). De uma maneira suplementar, passamos a considerar, junto com as vicissitudes do Édipo e da castração, as do período pré-edípico e da separação. O ambiente, a mãe ou o objeto, seja em termos de presença, intrusão, violência, carência ou negligência, revelava ser um fator etiológico central em algumas psicopatologias.

Dessas realidades clínicas, os pós-freudianos começaram a construir um modelo de Psicanálise que passou a ser conhecido como o modelo relacional. Resumido por Greenberg e Mitchell (1983, p. 29), a característica central desse modelo, como já foi dito anteriormente, é a de que “as relações com os outros constituem as pedras angulares (*building blocks*) fundamentais da vida mental”. No entanto, é importante mencionar que Ferenczi já apontava para essas questões das relações de objeto antes desses autores. De qualquer forma, o referido modelo, por dar ênfase à dimensão relacional e intersubjetiva, acabou ampliando o espectro da matriz transferência-contratransferência, ao trazer em cena, por exemplo, a participação do analista e as alterações no campo da técnica. A exploração dos

movimentos subjetivos e de desenvolvimento emocional entre sujeito e objeto primário foi determinante para se forjar uma noção de área intermediária, inscrevendo, na teoria psicanalítica, uma qualidade suplementar de realidade.

Das relevantes contribuições desses dois modelos precedentes e de suas implicações no campo teórico e técnico, chegamos a um terceiro modelo. Com a precaução de escapar de um “efeito escotoma”, ao negligenciar um aspecto ou outro do campo psicanalítico por questões políticas ou escolares, e considerando a teoria como um “fenômeno metassensual”, nós devemos considerar essa articulação e as suas pluralidades, a fim de construir uma evolução criativa da Psicanálise (BOLLAS, 2013). Este terceiro modelo acaba sendo marcado pela proposta de Green (2004, p. 266), a saber, “nós temos que juntá-los, o intrapsíquico e o intersubjetivo. Cada um coexiste com o outro e essa é a originalidade da Psicanálise”.

Desse ponto de vista dialético da coexistência, passa-se a conceber, também metapsicologicamente, tanto o axioma envolvendo a pulsão como reveladora do objeto quanto o objeto como revelador da pulsão. Entre dois reinos, portanto, como expressão poética, procura-se fazer uma alusão geral a essas realidades dialéticas presentes neste terceiro modelo. É nessa evolução do movimento psicanalítico e neste modelo contemporâneo que as noções de área intermediária, transicionalidade, terceiridade e terceiro sujeito começam a ser então cogitadas e desenvolvidas.

Desse percurso pelos modelos, podemos identificar que é apenas considerando uma realidade intermediária, cujos limites intrapsíquicos e intersubjetivos não são estáticos e permanentes, nem tão bem demarcados por conta de sua natureza dialética, que se torna possível cogitar a presença de uma terceira subjetividade. Tanto pelo fato do atendimento de pacientes-limite quanto pela consideração etiológica envolvendo os primeiros anos de vida, os pares analista-paciente e mãe-bebê passam, então, a ser as díades teóricas frequentes para a elaboração da noção de terceiro sujeito.

Dentro desse quadro geral de epistemologias e da proposta de um terceiro modelo, foi construída uma metateoria do terceiro – em termos greenianos, um mito de referência. Na história da Psicanálise, identificamos diferentes figuras de terceiro, e, portanto, se fez necessário alcançar um segundo objetivo deste trabalho: (2) apresentar uma metateoria do terceiro, a fim de construir, por meio dessas figuras,

uma argumentação sobre o que seria essencial em termos teóricos para elaborar tal noção. Consciente desse campo teórico vasto, optamos por fazer um compêndio.

Ao investigar a noção de terceiro sujeito da Psicanálise e notar a sua presença enquanto fenômeno clínico, precisamos levar em conta os desdobramentos dos campos psicopatológico e epistemológico para a sua compreensão.

Desse modo, na construção desses modelos e dessas epistemologias, podemos distinguir duas matrizes de adoecimentos psíquicos: as matrizes freudo-kleinianas, cujos adoecimentos psíquicos são causados por ativação, e a matriz ferencziana, cujos adoecimentos são causados por passivação (FIGUEIREDO; COELHO JUNIOR, 2018). A origem das ideias sobre o terceiro sujeito se dá, em grande medida, a partir da segunda. Trata-se de pacientes cujos casos clínicos apresentam sintomatologias que apontam para os dilemas do início da constituição psíquica e a sua relação com o objeto primário. Todos os casos clínicos ilustrados no quarto capítulo apresentam adoecimentos causados por passivação. Ou seja, não são casos em que as defesas psíquicas ocorrem por mecanismos como os da repressão. Mas, trata-se de casos em que há traumatizações e impasses durante a constituição do Eu, do *self*, dos limites, e nos quais as defesas operam por lógicas mais rudimentares, como a somatização e a clivagem, por exemplo. Começando pela mãe violenta do paciente com paralisia cerebral, passando pela psicose paranóica de Nir, a esquizoidia do Sr. G. e a “mãe morta”, passando, por fim, pela indistinção entre sujeito e objeto dos casos da Sra. D., bebendo no espelho de Civitarese e o menino adotado à espera do encontro com a mãe biológica.

Os adoecimentos por passivação e as implicações do objeto primário nos lançam em direção ao arcaico. Quando ponderamos sobre o ir da força ao sentido, sobre “o traço que poderia virar experiência”, entramos na seara complexa do trabalho clínico e teórico de simbolização primária para pensar a transformação enigmática que faz com que a quantidade se torne qualidade, ou que a pulsão se torne representação, ou que as “massas em movimento” (FREUD, 2003), a “coisa” freudiana, tenham o seu predicado e um aparelho psíquico. Porque parece ser nesse registro que encontramos os elementos e as defesas primárias, assim como a pertinência clínica do terceiro para a simbolização e o desenvolvimento emocional.

Esse caminho não é um capricho teórico, mas uma necessidade que surge nos atendimentos desses adoecimentos por passivação, revelando que existem

traços e memórias implícitas na causação dos sofrimentos que nunca foram conscientes em razão de suas características traumáticas. Na lógica da clivagem e da não representação nos processos de sua constituição, esses traços e memórias passam a ter um papel central.

Sendo assim, o sujeito e o objeto primário passam a ser a origem privilegiada do mito de referência, ao constituir uma "tópica mínima". A importância dessa ideia greeniana de uma tópica mínima é sobre o essencial que precede e precisa se manter para a sustentação de uma segunda tópica, quando pensamos em termos estruturais, como, por exemplo, *Id*, Eu e Supereu.

Para que a vida valha a pena de ser vivida, para que traços virem experiência, principalmente nesses momentos iniciais, é necessário a presença de alguém que ajude a fazer isso acontecer. Esse processo primário de simbolização pode ser chamado também de metapsicologia da ligação (GREEN, 2007). Ao examinar essa metapsicologia, identificamos vários níveis e qualidades de ligação, desde a ligação pulsional entre pulsão de vida e de morte, entre traço mnésico perceptivo e imagens sensórias, até ligações mais elaboradas entre representação de coisa e de palavra. Contudo, ajudar a fazer isso acontecer remete também às qualidades de presença do objeto primário, como, por exemplo, a forma com que a mãe segura o bebê, quanto tempo dura a sua ausência em um momento de necessidade, até a melodia de sua voz etc. Nesse sentido, a tópica mínima depende da estrutura enquadrante. Como diz Pontalis (2005, p. 42), "sem tela, não há filme". Portanto, a ideia de ligação passa a ocupar um lugar nas elaborações metapsicológicas por remeter a uma espécie de cola imaterial forjada nas trocas entre sujeito e objeto primário. A noção de terceiridade de Green aponta para esse trabalho constante de ligação, de tal sorte que, em termos metateóricos, devemos considerar uma estrutura primordial e uma comunicação especial entre sujeito e objeto primário para o desenvolvimento desse trabalho de ligação – ou "pré-ligação" (PONTALIS, 2005, p. 44) –, que pode transformar traços em experiência e fazer com que um sujeito se sinta e queira estar vivo e apto para pensar.

Propomos uma tensão dinâmica e que essa estrutura, a matriz da mente, e a comunicação entre sujeito e objeto ocorrem em uma dimensão psicológica paradoxal. A mãe é o bebê, e *vice-versa*. Assim como a mãe também é um sujeito separado, com vida própria. Levando em conta a estrutura e a comunicação, assumimos haver, nessa dinâmica, uma "breve loucura". Trata-se de uma

problemática dos limites intrapsíquico e intersubjetivo. Nesse sentido, assim como o trabalho de ligação promove o traçado para os limites entre interno e externo, entre inconsciente e consciente, entre eu e não eu, ele mantém, enquanto resquício arcaico, na tópica mínima, também a potencialidade de oscilação da libido narcísica.

Por meio da equação freudiana Eu + Tu = Um e da hipótese winnicottiana de um espaço potencial, afirmamos que a figura de terceiro mais potente da Psicanálise é a do terceiro como entre-dois. A nosso ver, Winnicott é o maior representante dessa figura de terceiro, já que é nesse interjogo entre interno e externo, entre criar e achar o objeto, que o sujeito, por meio dessa substância da ilusão, vai se desenvolvendo emocionalmente e tendo uma garantia do mundo e uma continuação de sua existência. Em diversas passagens, Ogden fundamenta a sua noção de terceiro analítico nessa hipótese de um espaço entre dois elementos já constituídos ou em constituição.

Nesse período pré-egoico, em termos de fonte e origem do Eu, apontamos uma vinculação indissolúvel, uma comunhão com o mundo exterior e para o vestígio de uma relação. A dinâmica envolvendo a indistinção e a separação é tributária de um fator econômico. Em uma constante tensão dialética, o destino da pulsão e o papel do objeto, quando cogitados no narcisismo, indicam que a libido narcísica pode ocupar diferentes posições. Ora ela está mais investida no Eu, ora mais no objeto. Quanto mais para um polo ela se desloca, mais um dos limites se apaga, desde a visão mais precisa do Eu até a imagem mais precisa do outro. Nessa "zona de *individuação flutuante*", temos a contrapartida identitária da atenção flutuante, do ponto de vista da libido e do narcisismo, algo que abala a noção de identidade, gerando um "*espectro de identidades*" por conta dessa oscilação (DE M'UZAN, 2013, p. 61, grifos do autor).

Isso nos leva a concluir que, para o terceiro sujeito ser experienciado e considerado teoricamente, esse "resíduo funcional" que permanece após esse período de origem egoica é fundamental, pois ele cria e mantém, ao longo da vida, uma "zona transicional incerta" (DE M'UZAN, 2019, p. 169 e 171). Ou seja, há uma economia de base na constituição psíquica e na situação analítica envolvendo a libido narcísica. Isso, associado ao sistema paradoxal, explica a natureza mestiça do terceiro nas absorções narcísicas do analista e no objeto analítico. Ademais, há, também, nesse resíduo, os vestígios de uma relação. Algo que parece formar e compor o terceiro inconsciente, não reprimido e com um conhecido não pensado.

Pelo fato de haver uma comunicação primitiva nessa intimidade entre sujeito e objeto primário, algo caro aos autores pós-freudianos em termos de identificação projetiva e comunicação entre inconscientes, consideramos importante retomar e incluir uma figura de terceiro que seria a de um inconsciente não reprimido e a de um veículo portador de mensagens. Esses elementos da metateoria, o terceiro *Ics* e o Outro freudiano pressupõem a existência de elementos primários que podem ser comunicados sem a mediação do pré-consciente. Mais especificamente, tal como uma comunicação direta, esses elementos funcionam sem a mediação de representações de palavra. No entanto, também não estão restritos aos afetos e às representações de coisa, já que há, na tópica, um lugar em que as marcas mnêmicas se encontram mais na qualidade de indicação de percepção em um primeiro sistema do que de representação em um segundo sistema inconsciente. Por isso a consideração sobre as *huellas,* as marcas, fazem sentido nessa metateoria, visto que o sujeito as retém e as comunica ao outro primário nesse campo entre-dois por meio de um idioma pessoal, nos termos de Bollas, ou de uma linguagem somática, nas palavras de De M'uzan, ou por meios mimo-gesto-posturais, como nos indica Roussillon. O ponto é que, "nesse nível da recepção inconsciente, é possível pensar em categorias e ordenações nos níveis do corpo, afetos, discurso, som, olhar – estruturas psíquicas diversas que seriam reconhecidas pelo inconsciente do analista" (BOLLAS, 2008, p. 29). Nessa zona de individuação flutuante e de comunicação inconsciente, concluímos que analista e paciente não ficam reduzidos à condição de comunicar e simbolizar apenas por meio de consciências separadas e representações de palavra, nem restritos a uma intervenção epistemológica interpretativa, mas abrem espaço para o campo do sensível, das trocas pré-verbais e de outros processos mais primários de transformação.

Pressupomos, então, três sistemas (*Wz, Ub* e *Vb*), duas fronteiras de retranscrição e tradução, e dois objetivos nos processos de simbolização: os processos pelos quais o traço mnésico primeiro é transformado em representação de coisa e o processo pelo qual a representação "'enquanto coisa' é transformada em representação de palavra – ou, melhor dizendo, é traduzida para o aparelho de linguagem" (ROUSSILLON, 2019, p. 180). Atribuímos os termos "simbolização primária" e "simbolização secundária" para esses processos. Considerando a "heterogeneidade do significante" presente nesses elementos primários e na

simbolização, “o trabalho analítico não parte mais da representação, ele *tende para* a representação: ele visa a tornar figurável (pensável) o irrepresentável” (GREEN, 2019, p. 82, grifo do autor).

Isso nos leva a propor que, no campo da “coisa intermediária” entre percepção interna e percepção externa, o papel do objeto primário passa a ser o de estar receptivo a essa comunicação e, muitas vezes, corroborar a transformação desses elementos primários por meio de seu psiquismo/corporeidade. O objeto primário passa a assumir uma função receptiva e tradutiva de tais elementos. Ele não só os contém e adjetiva, assim como lhes oferece uma sonoridade descritiva do mundo, além de torná-los figuráveis por meio das *reveries*. Essas figuras de terceiro implicadas na matriz e na comunicação sugerem os processos de ensonhamento entre mãe e bebê, entre analista e paciente. Sonhar a experiência se torna uma expressão que condensa os elementos primários, a comunicação e a simbolização. As *reveries* da mãe e do analista passam a ocupar um lugar privilegiado nessas discussões, por remeterem ao trabalho psíquico do objeto primário e a essas traduções em imagens, ao tornar figuráveis as angústias do bebê ou do paciente, assim como um modo geral de compreensão inconsciente.

Essa metateoria e os seus processos intersubjetivos nos levam a um terceiro objetivo deste trabalho: (3) ilustrar e discutir o terceiro sujeito por meio de exemplos clínicos, dando destaque para a mudança de ênfase na Psicanálise contemporânea.

Nesse sentido, o terceiro modelo do segundo capítulo e a metateoria do terceiro ganharam uma nova organização e especificidade. Ambos foram incrementados com uma diferença entre uma Psicanálise epistemológica (pertencente ao conhecimento e ao entendimento) e uma Psicanálise ontológica (pertencente ao ser e ao se tornar) (OGDEN, 2019). Privilegiando o aspecto ontológico do campo analítico, tendo Winnicott e Bion como representantes históricos, além das apropriações feitas por outros autores, argumentamos sobre uma Psicanálise não pautada exclusivamente em processos que visam ao conhecimento e ao entendimento sobre o mundo interno do paciente, o seu inconsciente e a sua relação com o mundo externo nem em interpretações do analista como técnica central de tentar trazer à tona os elementos latentes e os seus possíveis significados. Discutimos a necessidade de fazer coexistir, com essa forma mais epistemológica de Psicanálise, a ontológica, voltada ao engendramento de

experiências formativas de ser e se tornar a serviço de transformar a experiência emocional desde a sua inscrição inicial (ESHEL, 2017).

Portanto, antes de apresentar as ilustrações clínicas, e durante as discussões, preocupamo-nos em pensar o terceiro sujeito articulado com esses conceitos, processos e elementos ontológicos. Isso nos leva a repensar a metateoria por meio dessa perspectiva. Então, concepções ontológicas como a de *ser* (*Being*) e de amorfia, por exemplo, lançam um olhar sobre as díades mãe-bebê e analista-paciente impregnado pelas noções de regressão e reflexividade. Elas tanto reiteram que o psiquismo do bebê só pode nascer do psiquismo da mãe quanto propõem a possibilidade de retornar a essa "zona neutra" sem forma, que, por meio da função terceira da reflexividade envolvendo o objeto primário, acaba por transformar as qualidades de como o sujeito se percebe, constrói as imagens de si mesmo e se torna capaz de simbolizar e se constituir psiquicamente. O modelo da epigênese interacional reforça, por esse meio ontológico, os processos dinâmicos e constitutivos presentes na matriz da mente. A interação com o objeto primário vai adquirindo esse caráter de modelação e plasticidade. O engendramento do ser e as conquistas psíquicas passam a adquirir uma volatilidade em razão dessa capacidade epigenética transformativa, algo que nos leva a considerar a possibilidade de mudar os elementos da matriz por meio de revivências do antigo e de novas vivências e coconstruções em análise no presente.

A riqueza do material clínico relança os dilemas entre sujeito e objeto primário com matizes qualitativos, como os de uma mãe violenta, fria, biológica ou adotiva, um pai irascível, contente, ou um analista-espelho. Algo que coloca em evidência a estrutura enquadrante e os modos de presença do analista. Desse modo, fazendo coexistir, com "a interpretação precisa", a necessidade de "sustentar a relação", mantendo em nós a "função interpretativa" (GREEN, 2019). A vivência do e no terceiro passa a ser revista por meio desses matizes e dessa coexistência técnica.

Dessa forma, em termos técnicos, tanto o analista deve levar em consideração as necessidades do paciente, ao propor um *setting* sob medida que sustente a relação, quanto deve manter em si a capacidade de simbolização, que leva, quando necessário, à interpretação precisa. Algo que foi proposto por meio da noção de contrato narcísico. Isso é relevante também na medida em que prescreve uma assimetria necessária para o trabalho analítico acontecer e aponta para os limites da breve loucura na vivência do terceiro.

Concluímos, também, que, no espaço potencial do entre-dois, podemos acessar a metáfora do objeto. O objeto do vínculo que é tomado como um terceiro objeto no *setting*, por ser a junção de dois pedaços separados, acaba sendo um portador de sentidos analíticos intersubjetivamente produzidos. Esse objeto analítico pode emergir na consciência ou no corpo do analista. Embora não esteja restrito a um ou a outro, mas podendo ocorrer em ambos os domínios mental e físico, subescrevendo-se, assim, distinções como as de *reverie* e *reverie* somática. E, então, tal como o realismo transicional, implica um espaço entre realidades, e o entrelaçamento entre sujeito e objeto, a zona transicional e o objeto analítico implicam a superação da dicotomia mente e corpo. O termo "corporeidade" e a expressão "cocorporeidade" visam a suplantar tal dicotomia e considerar as vivências do terceiro e as *reveries* a partir dessa visão de conjunto. Portanto, ao vivenciar "a sua própria criação do passado do analisando, gerada na sua vivência do terceiro analítico", o analista contará com a sua mente e o seu corpo para tanto (OGDEN, 1996).

Por derradeiro, gostaríamos de propor que as *reveries* são relíquias. Quando pensamos o terceiro sujeito e o observamos por meio dos casos, notamos a necessidade de considerar o tempo e a repetição das vivências no terceiro. A subseção mais obscura e complexa desta tese é a que trata do hiperobjeto. Isso deve ao fato de tentar comunicar algo que é estritamente ontológico por outro *médium*, no caso, o uso de palavras. Todavia, nos pareceu importante situar o terceiro no tempo, o transicional na duração e o seu caráter animista e energético. A saber, a necessária consideração sobre a recorrência do uso do objeto e as suas implicações no início da vida, assim como a recorrência das vivências do terceiro. Optamos por reivindicar a importância do prefixo "hiper" e chamar de sujeira aquilo que seria o somatório acumulado de impressões ao longo das constantes experiências com o objeto/transicional, seja ele o objeto primário, sejam as vivências em uma área intermediária, seja ele o objeto analítico. O paninho sujo de Winnicott é eloquente nesse sentido. Afinal, o que é a sujeira do paninho? Embora a *reverie* possa ocorrer em um *flash*, o terceiro sujeito não se forja em um relance nem é algo estático, ele vai se constituindo em um acumulado de impressões. Essa característica do terceiro deve ser mencionada de alguma forma. Esse acumulado tem poder analítico por meio de seu caráter animista, a força da sujeira. Quando um paciente deposita no *setting* as suas partes, ele, inconscientemente, conta com o

fato de reencontrá-las na sessão seguinte. Quando um analista sente que é a hora de falar algo ou interpretar algo para o paciente, ele conta com o fato de haver um estofo clínico suficiente para isso. Depois de vários encontros com uma analista, um paciente psicótico resolve contar a ela o seu delírio. Nada disso aconteceria sem a força da sujeira. X vezes Um.

Dar vida ao terceiro sujeito implica os constantes investimentos no objeto para que ele passe a ter vida própria para o sujeito, seja uma quimera ou um monstro analítico. Muito há que se considerar sobre essa questão, mas, aqui, restrinjimo-nos às *reveries*. Desde as repetições do começo da vida, quando o sujeito ainda está na fase da mudança para o uso do objeto, até a repetição do resíduo transicional.

A nosso ver, a sujeira do paninho é o que o torna uma relíquia. Elas são a "imagem arcaica de um corpo desaparecido", ao passo que permitem conservar alguma coisa dele (FEDIDA, 1999, p. 59). Nesse sentido, propomos que as *reveries* são relíquias, porque elas trazem consigo uma história relacional/transicional à tona. Algo sobre o que foi e está sendo o sujeito com o seu objeto. Seja a história primitiva com o objeto, seja a história transferencial-contratransferencial com o analista. Desde os vestígios de uma relação até o conto preventivo. E, nessa linha, o objeto analítico é a emanação de um objeto preservado e a sua mediação entre entidades.

REFERÊNCIAS[82]

ABRAHAM, N.; TÖROK, M. *A casca e o núcleo*. São Paulo: Escuta, 1995.

ALVAREZ, A. *Companhia viva*: psicoterapia psicanalítica com crianças autistas, borderline, desamparadas e que sofreram abuso. São Paulo: Blucher, 2020.

ANZIEU, D. *O Eu-pele*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1988.

BACH, S. *Getting from here to there*. Hillsdale, NJ: The Analytic Press, 2006.

BALINT, M. *Primary love and psycho-analytic technique.* London: Maresfield Library, 1994.

BALINT, M. The concepts of subjetct and object in Psychoanalysis. *Psychology and Psychotherapy*: theory, research and practice, v. 31, n. 2, p. 83-91, 1958.

BARANGER, M.; BARANGER, W. La situacion analitica como campo dinamico. *In*: BARANGER, M.; BARANGER, W. *Problemas del campo psicoanalitico.* Buenos Aires: Kargieman, 1969. p. 129-164.

BARANGER, M.; BARANGER, W. *The work of confluence*: listening and interpreting in the psychoanalytic field. London: Karnac Books, 2009.

BENJAMIN, J. Beyond doer and done to: an intersubjective view of thirdness. *The Psychoanalytic Quarterly*, v. 73, p. 5-46, 2004.

BENJAMIN, J. *Intersubjectivity, thirdness and mutual recognition*: a talk given at the Institute for Contemporary Psychoanalysis. Los Angeles: [*s.n*.], 2007. 23p.

BION, W. R. Clinical seminars. *In*: BION, F. (ed.). *Clinical seminars and other works.* London: Karnac, 1987. p. 1-240.

BION, W. R. *Domesticando pensamentos selvagens*. São Paulo: Blucher, 2016.

BION, W. R. *Elements of Psycho-analysis*. London: Maresfield Library, 1963.

BION, W. R. *Seminários na Clínica Tavistock*. São Paulo: Blucher, 2017.

BION, W. R. *Taming wild thoughts*. London: Karnac, 1997.

BION, W. R. *Transformations*. London: Heinemann, 1965.

BIRMAN, J. Sujeito, singularidade e interpretação em Psicanálise. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 126-142, 1991.

[82] De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 6023).

BLEGER, J. *Implicaciones de la sesión psicoanalítica*. Buenos Aires, 1957. Unpublished mimeograph.

BLEGER, L. José Bleger's thinking about Psychoanalysis. *International Journal of Psychoanalysis*, v. 98, p. 145-169, 2017.

BLEGER, J. Psycho-analysis of the psycho-analytic setting. *In*: CHURCHER, J.; BLEGER, L. (ed.). *Symbiosis and ambiguity*: a psychoanalytic study. London: Routledge, 2012.

BLEICHMAR, S. *Tiempo, historia y estructura*: su impacto en el Psicoanálisis Contemporáneo. Buenos Aires: Lugar Editorial; APA Editorial, 2006. Disponible en: http://www.silviableichmar.com/actualiz_07/la_desconstruccion_del_acontecimiento.pdf. Acceso en: 2 jan. 2021.

BOLLAS, C. *A sombra do objeto*: Psicanálise do conhecido não pensado. São Paulo: Escuta, 2015.

BOLLAS, C. *Being a character*: Psychoanalysis and self experience. London; New York: Routledge, 1992.

BOLLAS, C. *O momento freudiano*. São Paulo: Roca, 2013.

BOLLAS, C. *The evocative object world*. London; New York: Routledge, 2009.

BOLLAS, C. *The infinite question.* London; New York: Routledge, 2008.

BOLLAS, C. *The shadow of the object*: Psychoanalysis of the unthought known. London; New York: Routledge, 2018.

BOTELLA, C.; BOTELLA, S. *The work of psychic figurability*: metal states without representation. New York: Brunner-Routledge, 2005.

BRINHOLLI, F. *Freud e a coisa*. Curitiba: Appris, 2020.

BRINHOLLI, F. *The ontological third. In:* INTERNATIONAL FORUM OF PSYCHOANALYSIS, 21., 3-5 Feb. 2020, Lisbon. *Annals* […]. Lisbon: University Institute of Lisbon, 2020.

BRINHOLLI, F. *Vida em reparação*. São Paulo, 2016. No prelo.

BRONSTEIN, C. Finding unconscious phantasy in the session: recognizing form. *Bulletin of the British Psychoanalytical Society*, v. 49, n. 3, p. 16-21, 2013.

BRONSTEIN, C. Formlessness and countertransference: discussion of J. Press, "Metapsychological and clinical issues in psychosomatics research". *International Journal of Psychoanalysis*, v. 97, p. 115-122, 2016.

BRUSSET, B. Métapsychologie des liens et troisième topique. *Revue Française de Psychanalyse*, v. 5, p. 1213-1282, 2006.

CABAS, A. G. *O sujeito na Psicanálise de Freud a Lacan*: da questão do sujeito ao sujeito em questão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

CANDI, T. *O duplo limite*: o aparelho psíquico de André Green. Escuta: São Paulo, 2010.

CECCARELLI, P. R. Pequisa em Psicanálise. *In*: SIMPÓSIO O HOMEM E O MÉTODO, 1., 2001, Belo Horizonte. *Anais* [...]. Belo Horizonte: PUC-MG, 2001. p. 1-4.

CIVITARESE, G. *Sublimes subjects*. New York: Routledge, 2018.

CIVITARESE, G. *Truth and the unconscious in Psychoanalysis.* London; New York: Routledge, 2016.

COELHO JUNIOR, N. E. Da intercorporeidade à co-corporeidade: elementos para uma clínica psicanalítica. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 51-60, 2010.

COELHO JUNIOR, N. E. Da intersubjetividade à intercorporeidade: contribuições da filosofia fenomenológica ao estudo psicológico da alteridade. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 185-209, 2003.

COELHO JUNIOR, N. E. Ferenczi e a experiência da Einfühlung. *Ágora*, Rio de Janeiro, v. VII, n. 1, p. 73-85, 2004.

COELHO JUNIOR, N. E. Figuras da terceiridade na Psicanálise contemporânea: suas origens e seus destinos. *Cadernos de Psicanálise*, [*on-line*], v. 37, n. 32, p. 175-195, 2015a.

COELHO JUNIOR, N. E. The origins and destinies of the ideia of thirdness in Contemporary Psychoanalysis. *International Journal of Psychoanalysis*, v. 97, n. 4, p. 1105-1127, 2015b.

COELHO JUNIOR, N. E. Thomas Ogden e a alteridade em Psicanálise. *Impulso*, Piracicaba, v. 22, n. 55, p. 59-76, set./dez. 2012.

COELHO JUNIOR, N. E.; FIGUEIREDO, L. C. Figuras da intersubjetividade na constituição subjetiva: dimensões da alteridade. *Interações*: estudos e pesquisas em Psicologia, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 9-28, 2004.

CONNELL, Jane. O silêncio da Esfinge: o erro de Édipo e a redescoberta resposta ao enigma. *Fragmentum*, Santa Maria, RS, v. 2, n. 38, p. 45-71, jul./set. 2013.

COOPER, A. M. *Contemporary Psychoanalysis in America*: leading analysts present their work. Washington, D.C.: American Psychiatric Publishing, 2006.

DE MARTINI, A. Uma Antropologia do outro em mim: o impensado conhecido de Christopher Bollas. *Impulso*, Piracicaba, v. 22, n. 55, p. 77-89, 2012.

DE M'UZAN, M. *Da arte à morte*: itinerário psicanalítico. Tradução de Fabio Landa. São Paulo: Perspectiva, 2019.

DE M'UZAN, M. During the session: considerations on the analyst's mental functioning. *In*: DE M'UZAN, M. *Death and identity*: being and the psycho-sexual drama. London: Karnac Books, 2013. p. 79-97.

EHRENBERG, D. B. Self-disclosure: therapeutic tool or indulgence? *Contemporary Psychoanalysis*, v. 31, p. 213-228, 1995.

ESHEL, O. From extension to revolutionary change in Clinical Psychoanalysis: the radical influence of Bion and Winnicott. *The Psychoanalytic Quarterly*, v. 86, n. 4, p. 753-794, 2017.

ESHEL, O. "Out of the depths I cry to you": into the dark unknown depths – two-in-oneness. *The Psychoanalytic Inquiry*, v. 40, n. 2, p. 109-119, 2020.

FEDIDA, P. *Depressão*. São Paulo: Escuta, 1999.

FERENCZI, S. A elasticidade da técnica psicanalítica. *In*: FERENCZI, S. *Obras completas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. v. IV.

FERENCZI, S. *Diário clínico*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

FIGUEIREDO, L. C. A clínica psicanalítica a partir de Melanie Klein: o que isto pode significar? *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, v. 39, n. 71, p. 125-150, 2006.

FIGUEIREDO, L. C.; COELHO JUNIOR, N. E. *Adoecimentos psíquicos e estratégias de cura*: matrizes e modelos em Psicanálise. São Paulo: Blucher, 2018.

FIGUEIREDO, L. C.; COELHO JUNIOR, N. E. *Ética e técnica em Psicanálise.* São Paulo: Escuta, 2008.

FREUD, S. *A história do movimento psicanalítico*. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. 14.

FREUD, S. *A interpretação dos sonhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. v. 4.

FREUD, S. Algumas considerações para o estudo comparativo das paralisias motoras orgânicas e histéricas. *In*: FREUD, S. *Obras Completas.* Rio de Janeiro: Imago, 1987. v. I.

FREUD, S. *Análise da fobia de um garoto de cinco anos ("O pequeno Hans")*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. v. 8.

FREUD, S. A negativa. *In*: FREUD, S. *Escritos sobre a Psicologia do inconsciente.* (1923-1938). Tradução de Luiz Alberto Hanns. Rio de Janeiro: Imago, 2007.

FREUD, S. A repressão. *In*: FREUD, S. *Obras Completas, v. 12*: introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a.

FREUD, S. Autobiografia. *In*: FREUD, S. *Obras Completas, v. 16*: O Eu e o Id, "Autobiografia" e outros textos (1923-1925). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011a.

FREUD, S. Carta 52. *In*: FREUD, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1995. v. I. p. 281-287.

FREUD, S. *Compêndio de Psicanálise e outros escritos inacabados*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

FREUD, S. *Conferências introdutórias à Psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. v. 13.

FREUD, S. *Contribuição à história do movimento psicanalítico.* São Paulo: Companhia das Letras, 2012. v. 11.

FREUD, S. *Correspondência 1908-1911.* Rio de Janeiro: Imago, 1994.

FREUD, S. Die zerlegung der psychischen persönlichkeit: neue folge der vorlesungzur einführung in die Psychoanalyse. *In*: FREUD, S. *Gesammelte werke*: chronologisch geordnet. Frankfurt am Main: Fischer Verlag, 1999.

FREUD, S. *História de uma neurose infantil ("O Homem dos Lobos")*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b. v. 14.

FREUD, S. *Inibição, sintoma e medo*. Tradução de Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM, 1926.

FREUD, S. Luto e melancolia. *In*: FREUD, S. *Obras Completas, v. 12*: introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010c.

FREUD, S. *Novas conferências introdutórias à Psicanálise.* São Paulo: Companhia das Letras, 2010d. v. 18.

FREUD, S. *Observações sobre um caso de neurose obsessiva ("O Homem dos Ratos")*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. v. 9.

FREUD, S. O Eu e o Id. *In*: FREUD, S. *Obras Completas, v. 16*: O Eu e o Id, "Autobiografia" e outros textos (1923-1925). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011b.

FREUD, S. O inconsciente. *In*: FREUD, S. *Obras Completas, v. 12*: introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010e.

FREUD, S. O inquietante. *In*: FREUD, S. *Obras Completas, v. 14*: História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”), além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010f.

FREUD, S. *O mal-estar na civilização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010g. v. 18.

FREUD, S. O problema econômico do masoquismo. *In*: FREUD, S. *Obras Completas, v. 16*: O Eu e o Id, “Autobiografia” e outros textos (1923-1925). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011c.

FREUD, S. Projeto de uma Psicologia. *In*: FREUD, S. *Notas a projeto de uma Psicologia*: as origens utilitaristas da Psicanálise. Tradução de O. F. Gabbi Jr. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

FREUD, S. *Recomendações ao médico que pratica a Psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010h. v. 10.

FREUD, S. *Recordar, repetir e elaborar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010i. v. 10.

FREUD, S. *Sobre o início do tratamento.* São Paulo: Companhia das Letras, 2010j. v. 10.

FREUD, S. Uma recordação de infância em poesia e verdade. *In*: FREUD, S. *Obras Completas, v. 14*: História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”), além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010k.

FREUD, S.; BREUER, J. *Estudos sobre a histeria.* São Paulo: Companhia das Letras, 2016. v. 2.

FREUD, S.; FERENCZI, S. *Sigmund Freud & Sándor Ferenczi*: correspondência. Rio de Janeiro: Imago, 2010. v. 1 (1908-1911).

GADDINI, E. *A Psychoanalytic theory of infantile experience*: conceptual and clinical reflections. London: Routledge, 1992.

GALLESE, V. *et al*. Action recognition in the premotor cortex. *Brain*, v. 119, p. 593-609, 1996.

GARCIA-ROZA, L. A. *Freud e o inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

GAY, P. *Freud*: uma vida para o nosso tempo. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GEORGE, V. *Glimpses of the great*. New York: The Macaulay Company, 1930.

GEORGIEFF, N.; JEANNEROD, M. Beyond consciousness of external reality: a “who” system for consciousness of action and self-consciousness. *Conscious Cogn*, v. 7, p. 465-477, 1998.

GETLINGER, P. V.; COELHO JUNIOR, N. E. Prefácio: A metapsicologia e a clínica psicanalítica: limites, impasses e horizontes. *In*: JUNQUEIRA, C. *Metapsicologia dos limites*. São Paulo: Blucher, 2019.

GREEN, A. *A loucura privada*: Psicanálise de casos-limite. São Paulo: Escuta, 2017.

GREEN, A. Demarcação originária e transformações da ligação, de Freud a Winnicott. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 41, n. 1, p. 69-83, 2007.

GREEN, A. Dissidence-disagrement and alternate hypotheses for the foundation of Psychoanalysis: on the importance of examining the underlying meanings of Freud’s hypotheses. *In*: BERGMANN, M. (org.). *Understanding dissidence and controversy in the history of Psychoanalysis.* New York: Other Press, 2004.

GREEN, A. *Do pensamento clínico ao paradigma contemporâneo*: diálogos. São Paulo: Blucher, 2019.

GREEN, A. *Folie privée*: Psychanalyse des cas-limites. Paris: Gallimard, 1990a.

GREEN, A. Freud, L’oedipe et nous. *In*: GREEN, A. *La deliason*. Paris: Les Belles Lettres, 1981. p. 69-146.

GREEN, A. *Idées directrices pour une Psychanalyse Contemporaine*. Paris: PUF, 2002.

GREEN, A. *Key ideas for a Contemporary Psychoanalysis*: misrecognition and recognition of the unconscious. New York: Routledge, 2005a.

GREEN, A. La capacité de rêverie et le mythe étiologique. *In*: GREEN, A. *La folie privée*: Psychanalyse des cas-limites. Paris: Gallimard, 1990b.

GREEN, A. La double limite. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, v. 25, p. 267-283, 1982.

GREEN, A. *Narcisismo de vida, narcisismo de morte*. São Paulo: Escuta, 1988.

GREEN, A. *O desligamento*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

GREEN, A. *Orientações para uma Psicanálise Contemporânea*. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

GREEN, A. Sources and vicissitudes of *being* in D. Winnicott’s work. *The Psychoanalytic Quarterly*, v. 79, n. 1, 2010.

GREEN, A. The analyst, symbolization and the absence in the analytic setting (on changes in analytic practice and analytic experience). *International Journal of Psychoanalysis*, v. 56, p. 1-22, 1975.

GREEN, A. The illusion of a common ground and mythical pluralism. *International Journal of Psychoanalysis*, v. 86, p. 627-632, 2005b.

GREEN, A. *The work of the negative*. London: Free Association Books, 1999.

GREENBERG, J. Commentary on E. Pichon Riviere's "The link and the theory of the three Ds (Depositant, Depository, and Deposited): role and status". *International Journal of Psychoanalysis*, v. 98, p. 187-200, 2017.

GREENBERG, J. Self-disclosure: is it Psychoanalytic? *Contemporary Psychoanalysis*, v. 31, p. 193, 1995.

GREENBERG, J.; MITCHELL, S. *Object relations in Psychoanalytic theory.* Cambridge, MA; London: Harvard University Press, 1983.

GRODDECK, G. *Das Buch vom Es*: Psychoanalytische briefe an eine Freundin. Frankfurt; Main: Ullstein Sachbuch, 1988.

GROTSTEIN, J. S. *A beam of intense darkness*: Wilfred Bion's legacy to Psychoanalysis. London: Karnac Books, 2007.

GROTSTEIN, J. S. Bion the man, the psychoanalyst, and the mystic: a perspective on his life and work. *In*: GROTSTEIN, J. S. (ed.). *Do I dare disturb the universe*? A memorial to Wilfred R. Bion. Beverly Hills, CA: Caesura Press, 1981. p. 1-36.

GROTSTEIN, J. S. "Na peça é que hei de captar a consciência do rei!" A Psicanálise como jogo de paixão. *In*: FERRO, A.; BASILE, R. (org.). *Campo analítico*: um conceito clínico. Porto Alegre: Artmed, 2013.

GROTSTEIN, J. S. The dual-track: a contribution toward a neurobehavioral model of cerebral processing. *Psychiatric Clinics of North America*, v. 9, n. 2, p. 353-366, 1986.

HEIMANN, P. On counter-transference. *The International Journal of Psychoanalysis*, v. 31, p. 81, 1950.

HONDA, H. *Raízes britânicas da Psicanálise*: as apropriações de Stuart Mill e Hughlings Jackson por Freud. 2002. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

JUNQUEIRA, C. *Rumo à metapsicologia dos limites*: o diálogo entre a teoria pulsional e a teoria das relações de objeto e algumas de suas consequências – Freud, Winnicott e Green. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

KHAN, M. *The privacy of the self*: papers on Psychoanalytic theory and technique. London: Karnac Books, 1996.

KLEIN, M. *Amor, ódio e reparação*: as emoções básicas do homem do ponto de vista psicanalítico. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

KLEIN, M. Notas sobre alguns mecanismos esquizóides. *In*: KLEIN, M. *Inveja e Gratidão e outros trabalhos – 1946-1963.* Rio de Janeiro: Imago, 1991. p. 17-43.

KOHON, G. Love in the time of madness. *In*: GREEN, A.; KOHON, G*. Love and its vicissitudes.* London; New York: Routledge, 2005. p. 41-100.

KUPERMANN, D. Presença sensível: a experiência da transferência em Freud, Ferenczi e Winnicott. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, v. 41, n. 75, p. 75-96, 2008.

LACAN, J. *Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998a.

LACAN, J. *Le séminaire, livre II*: Le moi dans la théorie de Freud et dans la technique de la Psychanalyse (1953-1954). Paris: Le Seuil, 1978.

LACAN, J. *O seminário, livro 16*: De um Outro ao outro. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LACAN, J. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano*. In*: LACAN, J. *Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998b. p. 807-842.

LEMMA, A. *Minding the body*: the body in Psychoanalysis and beyond. London; New York: Routledge, 2015.

MASSON, J. M. *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess 1887-1904.* Tradução de V. Ribeiro. Rio de Janeiro: Imago, 1986.

MERLEAU-PONTY, M. *Phenomenology of perception*. New York: Humanities Press, 1962.

MEZAN, R. *O tronco e os ramos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

MEZAN, R. *Tempo de muda*: ensaios de Psicanálise. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MORTON, T. *Hyperobjects*: Philosophy and Ecology after the end of the world. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2013.

NETTLETON, S. *The metapsychology of Christopher Bollas*. London; New York: Routledge, 2017.

OGDEN, T. H. *A matriz da mente*: relações objetais e o diálogo psicanalítico. São Paulo: Blucher, 2017a.

OGDEN, T. H. Dreaming the analytic session: a clinical essay. *The Psychoanalytic Quarterly*, v. 86, p. 1-20, 2017b.

OGDEN, T. H. Elements of analytic style: Bion's clinical seminars. *International Journal of Psychoanalysis*, v. 88, p. 1185-1200, 2007a.

OGDEN, T. H. *Esta arte da Psicanálise*: sonhando sonhos não sonhados e gritos interrompidos. Porto Alegre: Artmed, 2010. (Coleção Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre).

OGDEN, T. H. Fear of breakdown and the unlived life. *International Journal of Psychoanalysis*, v. 95, p. 205-223, 2014a.

OGDEN, T. H. *Leituras criativas*: ensaios sobre obras analíticas seminais. São Paulo: Escuta, 2014b.

OGDEN, T. H. "On talking-as-dreaming". *International Journal of Psychoanalysis*, v. 88, p.575-89, 2007b.

OGDEN, T. H. Ontological Psychoanalysis or "What do you want to be when you grow up?". *The Psychoanalytic Quarterly*, v. 88, n. 4, p. 661-684, 2019.

OGDEN, T. H. *Os sujeitos da Psicanálise*. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

OGDEN, T. H. *Project identification and psychotherapeutic technique.* London: Jason Aronson, 1982.

OGDEN, T. H. Psychoanalysis as a pocket of resistance against inhumanity: commentary on paper by Rachel Peltz. *Psychoanalytic Dialogues*, v. 22, p. 291-295, 2012.

OGDEN, T. H. *Reclaiming unlived life*: experiences in Psychoanalysis. London; New York: Routledge, 2016.

OGDEN, T. H. *Reverie e interpretação*: captando algo humano. São Paulo: Escuta, 2013.

OGDEN, T. H. *The matrix of the mind*: object relations and psychoanalytic dialogue. Maryland: Rowman & Littlefield Group, 2004.

OGDEN, T. H. The mother, the infant and the matrix. *Contemporary Psychoanalysis*, v. 21, n. 3, p. 346-371, 1985.

OGDEN, T. H. *The primitive edge of experience*. London: Jason Aronson, 1989.

OGDEN, T. H. *This art of Psychoanalysis*: dreaming undreamt dreams and interrupted cries. London; New York: Routledge, 2005.

OGDEN, T. H. Thomas H. Ogden, MD. *In*: COOPER, A. M. (org.). *Contemporary Psychoanalysis in America*: leading analysts present their work. Washington, DC: American Psychiatric Publishing, 2006. p. 419-422.

OGDEN, T. H. What's true and whose idea was it? *The International Journal of Psychoanalysis*, v. 84, p. 593-606, 2003.

OGDEN, T. H.; OGDEN, B. *O ouvido do analista e o olho do crítico*: repensando Psicanálise e Literatura. São Paulo: Escuta, 2014.

PATTI, S. *O ano do macaco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

PHILLIPS, A. *Missing out*: in praise of the unlived life. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2013.

PHILLIPS, A. *Winnicott*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.

PITTA, M. F.; WEBER, J. F. Resenha: Esferas I: bolhas, de Peter Sloterdijk. *Revista Natureza Humana*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 149-158, 2017.

PONTALIS, J. B. *Entre o sonho e a dor.* Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2005.

ROBIN, M. *et al*. Decreased sensitivity to facial emotions in adolescents with Borderline Personality Disorder. *Psychiatry Research*, v. 200, n. 2-3, p. 417-421, 2012.

QUINET, A. *A descoberta do inconsciente*: do desejo ao sintoma. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

QUINET, A. *As 4 + 1 condições de análise*. 12. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

RACKER, H. Observaciones sobre la contratransferencia como instrumento técnico *Revista de Psicoanálisis*, v. 9, n. 3, p. 342-354. 1951.

RACKER, H. The countertransference neurosis. *The International Journal of Psychoanalysis*, v. 34, p. 313-324, 1953.

RACKER, H. *Transference and countertransference*. London: Karnac Books, 2002.

REIK, T. *Listening with the third ear*. New York: The Noonday Press, 1948.

REIS, B. Being-with: from infancy through Philosophy to Psychoanalysis. *Psychoanalytic Inquiry*, v. 38, n. 2, p. 130-137, 2018.

REIS, B. Monsters, dreams and madness: explorations in the Freudian intersubjective. *International Journal of Psychoanalysis*, v. 97, n. 2, p. 1-10, 2016.

ROCHA, R. *Minidicionário da língua portuguesa.* São Paulo: Scipione, 2020.

ROUSSILLON, R. La “conversation” psychanalytique: un divan en latence. *Revue Française de Psychanalyse*, v. 69, p. 365-381, 2005.

ROUSSILLON, R. *Manual de prática clínica em Psicologia e Psicopatologia*. São Paulo: Blucher, 2019.

SANDLER, J. *Dimensions of Psychoanalysis*. London: Karnac Books, 1989a.

SANDLER, J. *Projection, identification, projective identification*. London: Karnac Books, 1989b.

SLOTERDIJK, P. *Esferas I*: bolhas. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Estação Liberdade, 2016.

SYMINGTON, N. *Comunicação pessoal a Ofra Eshel*. [*S.l.*]: [*s.n.*], 2016.

TOREZAN, Z. C. F.; AGUIAR, F. O sujeito da Psicanálise: particularidades na contemporaneidade. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, Fortaleza, v. 11, n. 2, p. 525-554, 2011.

UNOKA, Z. *et al*. Misreading the facial signs: specific impairments and error patterns in recognition of facial emotions with negative valence in Borderline Personality Disorder. *Psychiatry Research*, v. 189, n. 3, p. 419-425, 2011.

URRIBARRI, F. The analyst’s psychic work and the three concepts of countertransference. *In*: GREEN, A. (ed.). *Resonance of suffering*: countertransference in non-neurotic structures. London: Karnac Books, 2009. chap. 7.

VIDERMAN, S. *La construction de l’espace analytique*. Paris: Denoël, 1970.

WALLERSTEIN, R. Will psychoanalytic pluralism be an enduring state of our discipline? *International Journal of Psychoanalysis*, v. 86, p. 623-626, 2005.

WINNICOTT, C.; SHEPHERD, R.; DAVIS, M. (org.). *Explorações psicanalíticas*: D. W. Winnicott. Tradução de José Octavio de Aguiar Abreu. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2005.

WINNICOTT, D. W. A localização da experiência cultural. *In*: WINNICOTT, D. W. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975a.

WINNICOTT, D. W. A personal view of the Kleinian contribution. *In*: WINNICOTT, D. W. *The maturational process and the facilitating enviroment*: studies in the theory of emotional development. London: The Hogarth Press; The Institute of Psycho-Analysis, 1965. p. 171-178.

WINNICOTT, D. W. Fear of breakdown. *International Review of Psycho-Analysis*, v. 1, p. 103-107, 1974.

WINNICOTT, D. W. Hate in the counter-transference. *International Journal of Psychoanalysis*, v. 30, p. 69-74, 1949.

WINNICOTT, D. W. Hate in the counter-transference. *Journal of Psychotherapy Practice and Research*, v. 3, n. 4, 1994.

WINNICOTT, D. W. *Human Nature*. London; New York: Routledge, 1988.

WINNICOTT, D. W. Objetos transicionais e fenômenos transicionais. *In*: WINNICOTT, D. W. *O brincar e a realidade.* Rio de Janeiro: Imago, 1975b.

WINNICOTT, D. W. *O brincar e a realidade*. São Paulo: Ubu, 2019.

WINNICOTT, D. W. Psychoanalysis and science: friends or relations? *In*: WINNICOTT, D. W. *Home is where we start from*: essays by a psychoanalist. New York/London: W.W. Norton & Company, 1990.

WINNICOTT, D. W. The location of cultural experience. *In*: WINNICOTT, D. W. *Playing and reality*. London: Tavistock, 1971. chap. 7.

WINNICOTT, D. W. The theory of the parent-infant relationship. *International Journal of Psycho-Analysis*, v. 41, p. 585-595, 1960.

WINNICOTT, D. W. The use of an object. *International Journal of Psycho-Analysis*, v. 50, p. 711-716, 1969.

YOUNG, R. M. The vicissitudes of transference and counter-transference: the work of Harold Searles. *Free Associations*, v. 5, n. 2, p. 171-195, 1995.

ZAZZO, R. *Reflects de miroir et autres doublés.* Paris: PUF, 1993.

ZICHT, S. R. The interpersonal tradition: the origins of Psychoanalytic subjectivity. By Irwin Hirsch. *The Psychoanalytic Quarterly*, v. 85, n. 1, p. 225-234, 2016.